

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

Gustavo Figueira Andrade

**A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA
TAVARES (JOCA TAVARES): FAMÍLIA, COMUNICAÇÃO E
FRONTEIRA**

Santa Maria, RS
2017

Gustavo Figueira Andrade

**A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES
(JOCA TAVARES): FAMÍLIA, COMUNICAÇÃO E FRONTEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS, Brasil), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin

Santa Maria, RS
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Figueira Andrade, Gustavo

A trajetória política do general João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira / Gustavo Figueira Andrade.- 2017.

176 p.; 30 cm

Orientadora: Maria Medianeira Padoin

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2017

1. Correspondências 2. Família 3. Fronteira 4. Joca Tavares 5. Relações de Poder I. Medianeira Padoin, Maria II. Título.

Gustavo Figueira Andrade

**A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES
(JOCA TAVARES): FAMÍLIA, COMUNICAÇÃO E FRONTEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS, Brasil), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovado em 6 de janeiro de 2017:

**Maria Medianeira Padoin, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)**

Ana Luiza Setti Reckziegel, Dra. (UPF)

Alfredo Nava Sánchez, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a meus pais, família e amigos.

AGRADECIMENTOS

A minha Mãe e Padrasto, que além dos esforços, têm sido sustentáculo fundamental para meu desenvolvimento moral, intelectual e na concretização de meus sonhos, em tudo me apoiando de forma incondicional e irrestrita em todos os momentos de minha vida, por serem as pessoas que sempre terem me ampararam nas dificuldades. Acima de tudo, por sempre me incentivarem a seguir em frente, e com quem tenho a alegria de compartilhar essa vitória.

Ao nosso Pai Celestial e meus amigos do plano maior que, sem os quais, não lograria êxito no cumprimento de meus objetivos.

A minha irmã que pelas conversas que entravam madrugadas adentro, pelos conselhos e pela amizade incondicional.

À meus tios e tias que sempre me apoiaram, incentivaram e compreenderam.

A meus amigos pela compreensão e pelo companheirismo, que sempre me incentivaram nos meus objetivos.

A meus mestres do Programa de Pós-Graduação e História da Universidade Federal de Santa Maria, pelo profissionalismo, pelo conhecimento transmitido, pela ética e pelo apoio.

Agradeço, ainda, à Universidade Federal de Santa Maria por ter me acolhido tão bem e ter me proporcionado ensino público com quadros docentes tão qualificados, gratuito e de qualidade.

A minha orientadora Professora Dr^a. Maria Medianeira Padoin, pela orientação, pelos conselhos que ajudaram-me no sentido de tirar do papel e materializar as ideias contidas no projeto, possibilitando a cada orientação, que este trabalho se tornasse realidade e por ter me auxiliado no crescimento acadêmico e profissional.

Agradeço a CAPES pelo incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento das pesquisas na área de História, contribuindo para o desenvolvimento e disseminação do conhecimento, ao financiamento de minhas pesquisas, proporcionando minha qualificação profissional.

Aos meus colegas, aos que compartilharam todas as experiências, partilhando de suas angustias, dúvidas e inseguranças, aos que se tornaram verdadeiros amigos, pelo companheirismo construído.

A todos vocês que fazem parte de minha vida, que de alguma forma contribuíram para meu crescimento e para que esse momento de hoje se concretizasse.

O meu sincero e profuso agradecimento.

*[...] E aquele outro campeiro, um cavaleiro de
fato,
Entonado no tordilho que nem pose pra
retrato,
um militar de carreira, general bueno e
sensato,
Liberal Ferderalista, Libertador Maragato.
Esse aí meu companheiro é comandante de fé,
Alma xucra do Rio Grande, força guapa de
Sepé
Contestando os Castilhistas, foi pra guerra e
trancou pé
JOCA DA SILVA TAVARES, o guerreiro de
Bagé [...].*

(João Pantaleão Gonçalves Leite, 2010).

RESUMO

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DO GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES (JOCA TAVARES): FAMÍLIA, COMUNICAÇÃO E FRONTEIRA

AUTOR: Gustavo Figueira Andrade
ORIENTADORA: Maria Medianeira Padoin

Este resumo tem por finalidade apresentar nossa Dissertação de Mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, cujas pesquisas fazem parte do projeto sob o nome “A trajetória política do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação, e fronteira”, abrangendo os anos de 1892 a 1895, tendo por delimitação espacial a Região da Campanha do estado brasileiro do Rio Grande do Sul, um espaço fronteiro que pode ser entendido como parte de uma região platina. O primeiro capítulo irá tratar das correspondências do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), (1818-1906) procurando realizar uma abordagem teórica e metodológica sobre a utilização das correspondências enquanto fonte para o pesquisador em História procurando analisá-las por meio de abordagens quantitativas e qualitativas, além de procurar compreender como estas possibilitavam a construção de redes de relações de poder. O segundo capítulo irá abordar a construção da trajetória do General Tavares através de dados biográficos, seu lugar social, evidenciando por meio das correspondências sua atuação política e os diversos aspectos de sua vida além do militar. Para tal, serão utilizados autores que pensam metodologicamente a questão das correspondências; a renovação das biografias e suas possibilidades; redes de relações de poder e as elites. Entre estes autores estão Angela de Castro Gomes (2004), Walnice Nogueira Galvão (2000), Teresa Malatian (2013), Renato Lemos (2004), Phillippe Levillain (2003), Carl Landé (1977), Lawrence Stone (2011), Jonas Vargas (2007, 2013), Luis Augusto Farinatti (2010), Weber (1997), Bourdieu (1998), Susana Bleil de Souza (1993). No terceiro capítulo por fim, iremos abordar a atuação do General João Nunes da Silva Tavares enquanto um Caudilho e a maneira como ele atua e maneja o espaço fronteiro para comandar o Exército Libertador (Federalista). Para tal nos utilizaremos por fontes as Cartas e Telégrafos enviadas e recebidas entre o General João Nunes da Silva Tavares e lideranças federalistas durante os anos de 1892 a 1895, buscando na sua trajetória durante o século XIX os elementos que evidenciem sua atuação enquanto um fronteiro, e como esses elementos podem ter influenciado na construção de seu prestígio pessoal e relações sociais de poder. Dessa forma, procuraremos por meio da análise das correspondências do General Joca Tavares compreender como o chefe militar João Nunes da Silva Tavares construiu sua trajetória política e suas relações de poder a partir das suas relações pessoais (familiar, política e militar) no período de 1892-1895 a partir das correspondências trocadas com chefes federalistas e legalistas no espaço fronteiro entre Brasil e Uruguai. Esta pesquisa contou com o auxílio de bolsa CAPES/DS.

Palavras-chave: Comunicação. Família. Fronteira. Joca Tavares. Relações de Poder.

ABSTRACT

THE POLITICAL TRAJECTORY OF GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES (JOCA TAVARES): COMMUNICATION, FAMILY AND BORDER

AUTHOR: Gustavo Figueira Andrade
SUPERVISOR: Maria Medianeira Padoin

This abstract aims to address that will be presented in our Masters Dissertation, being part of research performed at the History Post-Graduation Program of the Santa Maria Federal University. Research subjects are part of the project named “The political trajectory of General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): communication, family and border” from 1892 to 1895 in the Campaign region of Rio Grande do Sul State. This region can also be considered as part of a platina region. The first chapter addresses General João Nunes da Silva Tavares’s (Joca Tavares, 1818-1906) correspondences and aims to make a theoretical and methodological approach about using his correspondences as sources for the historians using both quantitative and qualitative approaches, besides assessing how his correspondences enabled the construction of a power relation network. The second chapter approaches, via a biographical method, the construction of General Tavares’s trajectory and his social place using his correspondence to put in evidence his political actions e many aspects his personal and military life. This study will use the work of authors who think methodologically about correspondences, renovation of biographies and their its possibilities, power relation networks, and the elites. Some of the authors are Angela de Castro Gomes (2004), Walnice Nogueira Galvão (2000), Teresa Malatian (2013), Renato Lemos (2004), Phillippe Levillain (2003), Carl Landé (1977), Lawrence Stone (2011), Jonas Vargas (2007, 2013), Luis Augusto Farinatti (2010), Weber (1997), Bourdieu (1998), and Susana Bleil de Souza (1993). Finally, the third chapter will approach General João Nunes da Silva Tavares’s actions as a Caudilho and the way he acts and manages the Liberating (Federalist) Army. Letters and telegraphs sent between General João Nunes da Silva Tavares and federalist leaderships from 1892 to 1895 will be used as source of evidence for his acts as a border man and how this evidence may have influenced on his personal prestige and social power relations. We will assess how the military commander João Nunes da Silva Tavares constructed his political trajectory and power relations using General Tavares’s correspondence and his personal, political, and military relations from 1892 to 1895. The correspondence to be analysed was exchanged with federalists and legalists commanders in the border region between Brazil and Uruguay. This study was funded with scholarship from CAPES/DS.

Keywords: Communication. Family. Border. Joca Tavares. Power relations

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Carta do General Joca Tavares a seu irmão Joaquim da Silva Tavares (Barão de Santa Tecla) em 15 de junho de 1892.....	47
Figura 2 – Assinatura do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares)	47
Figura 3 – Telégrafo enviado pelo Visconde Pelotas ao General Joca Tavares em 21 de março de 1892	48
Figura 4 – Diploma de Elevação de Grau de João Nunes da Silva Tavares.....	73
Figura 5 – Divisa Federalista contra a tirania utilizada durante a Revolução Federalista de 1893.....	79
Figura 6 – Divisa Federalista utilizada durante a Revolução Federalista de 1893.....	80
Figura 7 – Divisa Federalista auriverde, utilizada na última fase da Revolução Federalista de 1893	80
Figura 8 – Fotografia do General João Nunes da Silva Tavares, realizada pelo fotógrafo José Grecco no final do século XIX	87
Figura 9 – Diploma de Barão de Itaqui assinado por Dom Pedro II em 1870	91
Figura 10 – Árvore genealógica da família Silva Tavares	93
Figura 11 – Vista aérea atual do sul do Brasil e do Uruguai, com a localização das cidades onde se encontravam estas propriedades	101
Figura 12 – Vista aérea atual das Cidades de Alvear e La Cruz na República Argentina, fronteira com o município brasileiro de Itaqui, Rio Grande do Sul	141
Figura 13 – Vista aérea atual de cidades e localidades do Departamento uruguaio de Rivera, fronteiro com os municípios de Santana do Livramento e Dom Pedrito.....	146
Figura 14 – Mapa ferroviário do Uruguai atual.....	147
Figura 15 – Vista Aérea atual do trajeto entre as cidades de Minas, Trinta e Três e Departamento de Cerro Largo	148
Figura 16 – Vista Aérea atual com os trajetos utilizados pelos federalistas para suprir suas forças durante a Revolução Federalista de 1893, envolvendo localidades do Brasil, Uruguai e Argentina	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação de cartas enviadas e recebidas pelo General João Nunes da Silva Tavares entre os anos de 1892 a 1895.....	53
Tabela 2 – Relação de Telégrafos enviados e recebidos pelo General Joca Tavares entre os anos de 1892 a 1895	53
Tabela 3 – Relação dos principais nomes com os quais o General Joca Tavares trocou correspondências entre os anos de 1892 a 1895	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de assuntos tratados nas correspondências	63
Quadro 2 – Relação de temas presentes nas correspondências sobre política.....	68
Quadro 3 – Propriedades rurais do General Joca Tavares	100
Quadro 4 – Propriedades urbanas do General Joca Tavares	101

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 AS CORRESPONDÊNCIAS COMO FONTES HISTÓRICAS.....	37
2.1 AS CORRESPONDÊNCIAS DO GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	42
2.1.1 Análise quantitativa	49
2.1.2 Análise qualitativa	62
3 AS CARTAS DO GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES: ALGUNS APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS.....	87
3.1 A “BIOGRAFIA” E A TRAJETÓRIA DO GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES.....	88
4 O CORONEL DO IMPÉRIO, O CAUDILHO E A FRONTEIRA: A ATUAÇÃO DO GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES NA ORGANIZAÇÃO LOGÍSTICA DO EXÉRCITO LIBERTADOR DURANTE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA DE 1893-1895	117
4.1 O CAUDILHO	118
4.2 A FRONTEIRA.....	129
4.3 A ORGANIZAÇÃO LOGÍSTICA DO EXÉRCITO LIBERTADOR 1893-1895.....	137
5 CONCLUSÃO.....	157
REFERÊNCIAS.....	163
BIBLIOGRÁFICAS	163
DOCUMENTAIS	173

1 INTRODUÇÃO

O final do século XIX no Rio Grande do Sul foi um período de conturbadas transformações políticas e sociais no contexto da queda da Monarquia e Proclamação da República, em 1889. Este trabalho desenvolvido ao longo de dois anos de pesquisas, leituras e reflexões, que contou com o apoio de Bolsa Capes/ DS, está vinculado a linha de pesquisa de “Fronteira, Política e Sociedade” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria.

Procuraremos ao longo deste estudo, analisar e compreender como o General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) construiu sua trajetória política e suas relações de poder, bem como suas relações pessoais, no período de 1892 a 1895, durante a Revolução Federalista de 1893. Neste sentido, para tratar a trajetória do indivíduo e analisar os diversos aspectos desta, partimos de reflexões teóricas apresentadas por Reinhart Koselleck (2006, 2014), principalmente no que se refere a formação de um espaço de experiência na vida de um sujeito. A partir deste conceito, acreditamos ser possível compreender na trajetória de Joca Tavares, que antecede à Revolução, os elementos que lhe forneceram esta experiência, e assim, tornando possível entender tanto como ele a construiu, e o destaque alcançado no cenário político e militar; e, ainda como este influenciou suas ações e a construção de suas redes de relações durante a Guerra Civil.

O espaço de experiência adquirido pelo indivíduo ao longo de sua existência é, portanto, o que lhe move e proporciona base para tomar decisões, desde as mais simples as mais complexas, formando sua própria experiência, na qual estaria também contida e conservada uma experiência alheia (KOSELLECK, 2006, p. 309). No entanto, importante destacar que, segundo Koselleck, cada vida apresenta singularidades temporais que as distinguem da geração que a antecede, sendo marcada por tensões “entre experiência oferecida e experiência própria” as quais caracterizariam a história de cada sujeito (KOSELLECK, 2014, p. 34).

É assim, partir deste espaço de experiência que o indivíduo projeta um horizonte de expectativa, o qual pode ser entendido enquanto um:

[...] futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também análise racional, visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa que a constituem. (KOSELLECK, 2006, p. 310).

A partir destas considerações contextualizaremos a seguir a trajetória política do General Tavares e sua atuação em diversos momentos no período pós Proclamação da República e que antecederam a Revolução Federalista de 1893 no sul do Brasil.

Com a queda da Monarquia em 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca e uma junta militar estabelece um governo provisório até que sejam realizadas novas eleições e promulgada uma Constituição Republicana, o que só veio a acontecer em 1891. Inspirada nas Constituições dos Estados Unidos da América, Suíça e Argentina, nos moldes de uma República Presidencialista Representativa Federal e o Império do Brasil passava a ser denominado República dos Estados Unidos do Brasil, inaugurando um período que ficou conhecido como “República Velha”. Inicialmente sob tutela dos governos militares que proclamaram e consolidaram a mudança de regime até que fosse entregue aos civis em 1894, foi um período de constantes conflitos políticos nos quais os diversos atores políticos buscavam um novo espaço no cenário que despontava.

Neste período do governo provisório de Deodoro, o autoritarismo com que agiu criou sérios desentendimentos não apenas no nível nacional, como nos Estados e nos municípios. As preocupações gerais eram de evitar uma guerra civil no Brasil, de modo que diversas guarnições militares e Câmaras Municipais haviam declarado o reconhecimento e obediência ao novo governo na pessoa do Marechal Deodoro para que mantivesse a ordem e não houvessem distúrbios.

Neste contexto, frente ao cenário de instabilidade política o próprio Deodoro telegrafa ao General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) em Bagé, que já havia sido sucessivas vezes nomeado como comandante da fronteira e da guarnição de Bagé. E, em 1890, por determinação do próprio presidente da República, Deodoro da Fonseca, é nomeado novamente¹ (REIS, 1911, p. 103). O papel de mediador e conciliador, além da experiência militar e prestígio dos quais era portador, pode ter sido determinante para sua escolha por Deodoro, vendo-o como elemento capaz de manter a ordem na cidade, como de fato ocorreu. Em 15 de novembro de 1889, com a mudança de regime, Joca fez um apelo na imprensa onde se manifestou estar em defesa da ordem e da autoridade².

Em novembro de 1891, o Marechal Deodoro, após desentendimentos com o Legislativo e a oposição, decidiu por fechar o Congresso Nacional o que desencadeou uma

¹ Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 16 nov. 1889, p. 1 – é veiculada nessa data a nomeação de todos os chefes de fronteiras no Rio Grande do Sul.

² Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 16 nov. 1889, p. 1 – é veiculada nessa data a nomeação de todos os chefes de fronteiras no Rio Grande do Sul.

série de reações em todo o Brasil. O governador do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos, manifestou imediato apoio ao golpe (RECKZIEGEL, 2007, p. 27).

Enquanto no Rio de Janeiro a cúpula militar se posiciona contrária ao golpe, a Marinha e suas principais lideranças, os Almirantes Eduardo Wandenkolk e Custódio de Melo rebelam a esquadra contra o golpe (PESAVENTO, 1983, p. 76) dando início ao que ficou conhecido como a Primeira Revolta da Esquadra, no Rio Grande do Sul, o General Joca Tavares se levanta em armas reunindo os liberais para pegar em armas e resistir (FLORES; FLORES, 1999, p. 34). As guarnições militares de Bagé, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Uruguaiana, Quaraí entre outras cidades que ameaçavam aderir e resistir ao golpe como Alegrete e São Gabriel (FRANCO, 2012, p. 39) criava uma situação inflamável.

Diante de forte pressão, o governador Júlio de Castilhos, diante da iminência de ser deposto por forte reação militar, é convencido no mesmo mês de novembro a renunciar para que fosse evitada a eclosão de uma guerra civil (FLORES; FLORES, 1999, p. 34).

Com a derrubada de Castilhos, o Rio Grande do Sul conheceu um período de sucessivos governos gerando um sentimento de anarquia, alcunhado de “Governicho” por Júlio de Castilhos após sua deposição e ferrenhos ataques aos governos que se seguiram (FRANCO, 2012, p. 39).

Em razão de constantes desacertos, falta de entendimento e fragilidade política, diante da recusa dos Gasparistas de participar dos acertos políticos, uma junta de governo passa a ser liderada pelo General Barreto Leite em 17 de novembro.

Na oposição, Júlio de Castilhos não aceita a derrota e deposição do governo, arquitetando um golpe para depor o governo e restaurar seu poder com auxílio de militares que lhe eram fiéis (MORITZ, 2005, p. 309).

Em resposta à sedição organizada por Castilhos, passaram a ocorrer no interior, perseguições aos membros do PRR, seguidas de violências e atentados à propriedade (FRANCO, 2012, p. 43). Neste sentido, Wenceslau Escobar (1893, p. 53), ao descrever os eventos ocorridos assevera que “nalguns pontos da campanha, piquetes de partidários do Governo excederam-se na repressão dos que tentaram convulsionar o Estado, tendo, por isso, havido violências à liberdade e iníquos atentados à vida”.

Sob o Governo de Barros Cassal a partir de 3 de março de 1892, a Junta de Governo passou a exonerar e substituir todos os membros do PRR de seus cargos nomeando antigos monarquistas para ocupá-los (FLORES; FLORES, 1999, p. 35). Ainda durante seu mandato, tratou de revogar a constituição Castilhista de 1891 (PESAVENTO, 1983, p. 79).

Estes movimentos desfechados pelo governicho favoreceram a reaproximação entre Castilhos e o Marechal Floriano que tentava o convencer dos planos restauradores entre o Governicho, principalmente após o retorno de Gaspar Silveira Martins do exílio em 21 de fevereiro de 1892. Ainda que este tenha tentado acordos com Floriano Peixoto no Rio de Janeiro (FLORES; FLORES, 1999, p. 35) e com Júlio de Castilhos em Porto Alegre (FRANCO, 1996, p. 121), suas tentativas de entendimento não foram aceitas.

Diante dessa situação de desentendimento e radicalização política, por um lado os Castilhistas se reúnem a 13 de março em Monte Caseros na República Argentina para tramar um golpe que os colocaria de volta no poder (FRANCO, 1996, p. 116). Por outro lado, em 31 de março de 1892, o General João Nunes da Silva Tavares, utilizando-se de sua influência política, evidenciando a extensão de suas redes de relações e prestígio político junto às demais lideranças políticas de diversas localidades do Estado, convoca a oposição dissidente para a realização de uma Convenção em Bagé. Nesse evento, reuniram-se cerca de 80 chefes políticos de todo o estado (FRANCO, 2007, p. 134), dentre estes, Gaspar Silveira Martins e Gumercindo Saraiva, o qual, sendo “presidente do Diretório da União Nacional, delega poderes ao General Tavares para representá-lo no Congresso de Bagé” (LOPEZ, 2005, p. 67), convenção esta que teria por finalidade de organizar uma oposição diante da “anarquia” em que se encontrava o Rio Grande do Sul.

Na Convenção que marcou a fundação do Partido Federalista, Silveira Martins foi aclamado como presidente do novo partido (PESAVENTO, 1983, p. 80) e o General Joca Tavares foi aclamado para concorrer ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, tendo, na ocasião, estabelecido como condição para tal, o apoio incondicional das lideranças de diversas partes do Estado presentes, que acedem ao pedido (MORITZ, 2005, p. 320).

Embora fossem “tachados de monarquistas e secessionistas” (FRANCO, 2012 p. 60-63), os federalistas tinham por elo a os unir a eliminação da tirania e da opressão ditatorial de Castilhos³, o que vem a explicar “o motivo pelo qual Silveira Martins não estabeleceu um programa doutrinário, não foi por incompetência, mas sim por que isso possibilitaria coligar interesses tão heterogêneos entorno de seu partido” (FLORES, 1993b, p. 100). Dessa forma, estavam em cena duas forças que tramavam uma contra a outra, Federalistas e Castilhistas, com projetos políticos distintos e ambos planejando golpes que os restituíssem o poder no Estado, não raro, estes projetos visavam a eliminação um do outro por meio de perseguições e assassinatos (PINTO, 1993, p. 60).

³ Essa questão da tirania ou não de Castilhos é variável. No caso em questão, procurei abordar sob a perspectiva federalista.

Após as deliberações da Convenção de Bagé, o General Tavares manifesta por carta enviada ao Presidente Floriano Peixoto sua disposição em concorrer à Presidência do Estado e de manter a paz e a ordem para a consolidação da República (MORITZ, 2005, p. 321). No entanto, embora houvesse tentado chegar a um acordo bilateral, teve suas intenções frustradas, principalmente devido à nomeação de um governo com elementos contrários às reivindicações de seu partido. O general terminou por manifestar sua preocupação com a situação política do Rio Grande do Sul, pedindo para que este estado não fosse sacrificado em guerra civil, ao mesmo tempo em que procurou deixar claro ao Presidente da República que caso fosse necessário resistir, receberia apoio da maioria dos chefes políticos do Estado condenando o governo Castilhistas (MORITZ, 2005, p. 322).

O novo presidente da República, Marechal Floriano Peixoto, considerava o PRR uma opção melhor do que deixar o governo nas mãos dos dissidentes. Frente esta situação, Barros Cassal após as tentativas de governar e remover os castilhistas do cenário político ainda que à força, renuncia ao governo repassando este novamente ao General Barreto Leite. Este, ciente da situação calamitosa, resolve também repassar ao Visconde de Pelotas pela segunda vez.

O Visconde de Pelotas, então presidente do Estado, transferiu o governo para as mãos do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares), que decidiu tornar Bagé capital do governo beligerante e resistir ao golpe de Castilhos. Floriano Peixoto quebra a neutralidade e intervêm em favor de Castilhos, enviando tropas do exército sob ordens do Coronel Arthur Oscar - o qual anteriormente já havia se posicionado em favor de Castilhos - para render Joca Tavares em Bagé, que por sua vez contou com o apoio de outras cidades do estado, mas não o suficiente pra opor resistência naquela situação.

Joca Tavares, exigiu como condições à rendição ao Coronel Arthur Oscar, garantias de “que fosse respeitada a vida e propriedade dos federalistas na cidade” (CHASTEEN, 2003, p. 33).

Aceitas as garantias por Arthur Oscar, os federalistas terminam por se retirar com algumas tropas para o Uruguai, principalmente devido às perseguições, atos de vandalismo, saques e degolas empreendidas contra os federalistas por ordem de Júlio de Castilhos, ocorre um êxodo não apenas dos líderes federalistas e suas famílias para o Uruguai, mas também de cidadãos que estavam impotentes diante da violência promovida pelos Castilhistas. Segundo Moacyr Flores e Hilda Flores (1999, p. 37), o número de emigrados chegou a dez mil rio-grandenses. Seria, inicialmente, do Uruguai que seriam realizados os preparativos da invasão do Rio Grande do Sul, principalmente devido às afinidades das lideranças federalistas com lideranças uruguaias do Partido Blanco e Colorado, e assim como também por possuírem

estâncias na república vizinha, o que facilitaria o apoio que receberiam dos chefes políticos de Rivera e Cerro Largo (RECKZIEGEL, 1999, p. 145-147).

Dessa forma, além da atuação militar destaca-se também o aspecto político do General Joca Tavares no contexto que antecedeu a Guerra Civil, permitindo que Joca Tavares pudesse ser entendido enquanto um caudilho, evidenciado pelas articulações políticas e pelas redes de relações estabelecidas, a capacidade de mobilizá-las para a realização não só de seus objetivos, mas também dos objetivos do Partido Federalista, principalmente durante a Revolução Federalista de 1893-1895. Esta Revolução deixou profundas marcas na sociedade e perpassou as brumas do tempo, guardada nos escaninhos das memórias familiares, as narrativas e contos transmitidos pela história oral contam parte desta história e da atuação do General Joca Tavares neste conflito:

[...] uma pessoa de caráter, que sabia reconhecer seus limites. Quando ele estava lutando com 79 anos e alguns meses, do alto de uma coxilha, de madrugada, duas horas da manhã, ele encarangou (sic) de frio, encarangou (sic) uma palavra bem aqui do Rio Grande do Sul. Eu sou carioca mas eu falo como gaúcha. Ele encarangou (sic) e os soldados tiveram que retirar ele do lombo do cavalo, deitaram ele no chão, fizeram um fogo, um soldado se deitou por cima dele, assaram carne e deram carne para ele se alimentar. E duas horas depois, o velho estava montado a cavalo de novo, comandando seus soldados, com quase oitenta anos. (BOTELHO, 2013)⁴.

A permanência destas memórias como a que expusemos acima, podem ser entendidas como construções que dão sentido e coesão a um grupo, através da reprodução de sua visão de mundo na qual “a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade” (ANSART, 2001, p. 19), segundo Joel Candau (2012, p. 44), ela “é organizadora no sentido de que é uma dimensão importante da estruturação de um grupo” rememoram o período de uma das guerras civis mais violentas ocorridas no sul do Brasil e que teve na família Silva Tavares importantes representantes da contenda.

Neste sentido, estas memórias marcam um período em que o Rio Grande do Sul convulsionou-se em uma sangrenta guerra civil que deixou profundas marcas políticas, econômicas e culturais. Demonstrem a atuação de um indivíduo em meio a um período de agitada transição da Monarquia para a República, no qual um modo de vida, de fazer política

⁴ Longe de ser uma exaltação de heroicidade ou simples citação desconexa, o trecho que apresentamos diz respeito a uma entrevista que se utiliza da metodologia da História Oral realizada com a bisneta do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares, 1818 - 1906), Comandante em Chefe do Exército Libertador durante a Revolução Federalista de 1893-1895, a Senhora Yara Maria Botelho Vieira. Realizada ainda durante a graduação, parte de um projeto do qual integrei como bolsista do Projeto *Rememorando combates: a Revolução Federalista de 1893 através de fontes textuais, visuais e orais no sul do Rio Grande do Sul*, durante os anos de 2012 a 2014, sob orientação do Professor Dr. Aristeu Lopes, o qual visava salvaguardar as memórias familiares guardadas ao longo do tempo e que ainda permaneciam sobre a Revolução e a participação de Joca Tavares durante este conflito.

que havia perpassado o século XIX estava sendo substituído por outro modelo ditado na capital do Estado. A modernização e consolidação do Estado Nacional no Rio Grande do Sul trouxe a necessidade de afirmar-se indenitária e culturalmente com o restante do Brasil.

Os anseios por modernização e industrialização defendidos pelo Partido Republicano Riograndense de Júlio de Castilhos denunciava como bárbaro o estilo de vida agropastoril e os modos de luta representados pelos federalistas. Não raro diante de acusações de estes serem antipatriotas, secessionistas, bando de traidores que contavam com estrangeiros em suas fileiras, como a própria alcunha de maragatos evidenciava, que invadiam o Estado trazendo em suas hordas a violência e a barbáries do campo para derrubar um governo que se pretendia ser o único moralmente capaz de governar o Rio Grande do Sul e fomentar o desenvolvimento.

Este contexto de transição que se iniciara na última década do século XIX, ficava evidenciado também na obra *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto (2008), na qual apresentou em 1912 por meio do folclore regional a história daquele que teria sido “Blau Nunes, o primeiro de todos os gaúchos” (LOPES NETO, 2008, p. 9).

Nesta obra, Blau Nunes narra em seus contos o modo de vida campeiro, a violência e as transformações pelas quais passava o Rio Grande do Sul. Transformações estas que assolaram o norte do Uruguai e atingiam o Estado, faziam parte da modernização das relações de trabalho, das técnicas produtivas, entre as quais estavam o cercamento dos campos, a diminuição do número de empregados para realizar as lides campeiras, somaram-se ao combate ao modo de vida vago dos peões que outrora changueavam livremente. O desemprego e a fome passaram a emoldurar um quadro de dificuldades nessas últimas décadas do XIX e início do XX.

Estas transformações ficavam evidentes através da narrativa de saudosismo deste personagem fictício de Simões Lopes Neto, Blau Nunes, um gaúcho que conhecia bem o Rio Grande do Sul, veterano de campanhas militares, honrado, contrabandista e de vida des preocupada, ressentia-se de um tempo que não existia mais:

[...] tudo era aberto; as estâncias pegavam umas nas outras sem cercas nem tapumes; as divisas de cada uma estavam escritas nas sesmarias [...]. Hoje... onde é que se faz disso? É verdade que há muita coisa boa, isso é verdade... mas ainda não há nada, como antigamente, tomar mate e correr eguada... Xô-mico! vancê veja... eu até choro! Ah tempo!... (LOPES NETO, 2008, p. 71-77).

Após a Revolução Federalista de 1893-1895 as substituições das antigas forças políticas e militares da Campanha Sul-rio-grandense contrárias a Júlio de Castilhos estavam

diante da consolidação do organizado PRR e seu projeto de poder irradiado a partir da capital do Estado com o apoio de lideranças locais fiéis ao novo governo. Sob a tutela das forças armadas e da poderosa Brigada Militar, este partido contrapôs os projetos liberais e deu vitória ao castilhistas/positivistas.

A historiografia que tematiza a Revolução Federalista (1893-1895), especialmente a partir dos anos 90 do século XX, como marco dos cem anos do início da Revolução, produziu importantes estudos para reflexão e compreensão dos diversos aspectos que assumiu o conflito.

A complexidade do contexto que envolveu a eclosão do conflito lembra-nos àquilo que Walter Benjamin (2006) e Reinhart Koselleck (2014) se referem como sendo o “espírito de uma época”, levando o historiador Éric Hobsbawm (2002) a se referir ao século XIX como “a era das Revoluções”, asseverando “que as guerras e revoluções que ocorreram durante o século XIX parecem ter sido uma atitude recorrente no mundo inteiro, tornando-se um século de muitas transformações” (HOBSEBWM, 2002, p. 159-187).

Esse “espírito do século XIX”, foi grandemente influenciado por correntes de pensamentos, como a do Romantismo, que segundo Hobsbawm (2002), “embora não seja absolutamente claro quais eram os propósitos do romantismo, é bastante evidente o que o romantismo combatia: o termo médio. Qualquer que seja o seu conteúdo, era um credo extremista” (HOBSEBWM, 2002, p. 185) que fazia com que homens recorressem às revoltas e revoluções para lutar por seus ideais, contra tiranias e pela liberdade. Outra influência foram as correntes de pensamento liberais e positivistas, principalmente quando pensamos o conturbado contexto que fez parte da consolidação da República no Brasil (PINTO, 1993, p. 59), de transformações sociais e políticas, de rearranjos do poder.

Dentre os diversos fatores designados à Revolução expostos pela historiografia principalmente no Rio Grande do Sul, elencaremos alguns autores e temáticas presentes nestas análises. Entre os autores revisados, destacam-se os estudos sobre o aspecto político, apresentando questões referentes às facções em conflito, possibilidades de separatismo, influência e articulação com partidos políticos uruguaiois, intervenções do governo federal, os partidos em contenda e suas formações ao longo do tempo. A questão ideológica, influenciando desde a construção de discursos, apropriações dos discursos dos liberais e positivistas no Rio Grande do Sul. Os aspectos sociais, desde a questão da violência que assolou o Estado e afetou grande parte da população sul-rio-grandense, os aspectos econômicos onde são mostradas as transformações no campo, as influências das modernizações e a fronteira neste contexto, e por fim as questões culturais onde são

analisadas as influências platinas, o homem e os espaços fronteiriços, o pensamento e as práticas do homem Sul-rio-grandense no final do séc. XIX.

A partir deste contexto de guerra civil é que nos propomos trabalhar as cartas do General João Nunes da Silva Tavares., no sentido de pensar a atuação do indivíduo, na qual “convergem fatos e forças sociais, assim como o indivíduo, suas ideias, representações e imaginário convergem para o contexto social ao qual pertence” (PRIORE, 2009, p. 10), baseando-nos no pensamento de Benito Schmidt, de “fugir do viés apologético, encarando seus personagens como vias para a compreensão de questões e/ou contextos mais amplos” (SCHMIDT, 1998, p. 6).

Partindo da compreensão do que se entende por político, e das renovações trazidas pela História Política, o político estaria presente em todos os aspectos que caracterizaram a Revolução Federalista de 1893.

Um dos autores que escreve sobre o tema é Moacyr Flores. Na obra sob sua organização: *1893-95: a Revolução dos Maragatos* (1993), que faz parte das edições que priorizam uma reflexão em torno das disputas entre Maragatos e Pica-Paus, ou seja, Federalistas e Legalistas, reunindo trabalhos apresentados por professores e pesquisadores sobre esta guerra civil no ano em que completara 100 anos de seu começo.

Para Moacyr Flores, a Revolução ocorreu principalmente devido a uma questão política, manifestada pela “hegemonia do poder executivo expressa pela ditadura positivista” (FLORES, 1993a, p. 17). Este autor, ao abordar os aspectos políticos inevitavelmente também abarca os sociais, estabelecendo inicialmente uma evolução dos eventos políticos que retardaram o surgimento do Partido Republicano, passando pelos eventos que marcaram sua organização nos últimos anos que antecederam a crise da Monarquia, apresentando ainda as disputas políticas em torno dos projetos Liberal e Conservador frente às transformações por que passavam o mundo.

Aborda a organização e ascensão do Partido Republicano Riograndense no ano de 1882 pautado nos princípios do Positivismo de Auguste Comte, o qual previa chegar gerar o desenvolvimento do Estado por meio de das indústrias conduzida por um governo autoritário onde “toda questão social se transformou em caso de polícia” (FLORES, 1993a, p. 14). O Partido Republicano Riograndense (PRR) sob direção de Júlio de Castilhos, defendia um poder executivo forte em detrimento do Poder Legislativo enfraquecido, excluindo a oposição do processo decisório, e muito embora defendessem o progresso, segundo Flores, eram grandes conservadores pois teriam adotado “os preceitos de Jean Jacques Rousseau” da época posterior à Revolução Francesa sobre a educação da mulher” (FLORES, 1993a, p. 14).

Ao tratar dos liberais, assevera que defendiam um Legislativo forte e do Parlamentarismo como forma ideal de governo, um governo federal, no entanto, centralizador, ou seja, se posicionavam contra a autonomia dos estados (FLORES, 1993a, p. 15), ao passo que o PRR, defendia um federalismo mais radical, onde os estados gozariam de grande autonomia para tomar decisões frente o governo federal.

O autor apresenta ainda os planos castilhistas como pautados pelas ideias racistas do século XIX e do Positivismo, que defendiam a superioridade da raça branca, e que o Rio Grande do Sul seria um lugar promissor por não existir o elemento negro. A essas ideias somou-se a articulação de um “mito da raça gaúcha” que buscava na história sua legitimação (FLORES, 1993a, p. 15).

Sobre a Proclamação da República (1889) o autor destacou a exclusão do povo do processo político assim como do PRR do golpe que depôs a monarquia. Aborda por outro lado, a consciência que tinha Castilhos da necessidade do PRR em se aliar ao Exército para suprir sua fraqueza numérica no estado e suprimir desejos sebastianistas. Outro relevante elemento político apontado por Flores (1993), diz respeito a exoneração promovida por Castilhos de todos os funcionários que fossem republicanos adesistas, adotando uma postura sectária que evoluiu para o radicalismo que envolveu o estado durante a transição e consolidação do regime republicano no Rio Grande do Sul. Este autoritarismo de Castilhos, que articulou constitucionalmente a exclusão da oposição, mas também por larga utilização de fraude eleitoral, culminava com a nomeação de intendentes provisórios para os municípios até que se realizassem eleições (FLORES, 1993a, p. 16).

Assevera Flores, ainda, que os liberais, representados em grande parte por setores economicamente privilegiados, antigos aristocratas do Império, muitos militares e comerciantes recusavam perder seu espaço nas estruturas do poder no Rio Grande do Sul, das quais haviam sendo alijados por Castilhos, muito menos serem governados por elementos vindos da classe média (FLORES, 1993a, p. 17). Aborda a existência de maniqueísmos que fizeram parte da política no estado, através dos quais existiriam virtuosos e imaculáveis pertencentes a um partido, enquanto os adversários da oposição seriam degenerados e perversos (FLORES, 1993a, p. 17).

O autor aponta para as interpretações da qual os partidos Republicano Rio-Grandense e os Liberais faziam da forma como governar o Rio Grande do Sul. Os Castilhistas defendiam um governo autoritário onde o chefe do Executivo ser um ditador carismático, tendo por forma de governo uma República Presidencialista e federativa com estados fortes (FLORES, 1993). Por outro lado, os liberais representados por Gaspar Silveira Martins pregavam a

“liberdade e respeito à propriedade” (FLORES, 1993a, p. 17), assim como a defesa de uma República Parlamentarista com um poder federal centralizador e forte.

Cláudia Musa Fay, no capítulo *O Legado da Revolução de 1893* (1993), apresenta a existência de uma divisão política que perdurou até a Revolução de 1923 frente a um governo que se perpetuou neste período. A autora apresenta o caráter sectário do governo de Júlio de Castilhos, por meio do qual promoveu um expurgo dos liberais dos cargos ligados ao governo, especialmente “delegados e comandantes da Guarda Nacional, principalmente por sua importância estratégica para a consolidação do poder” (FAY, 1993, p. 35). Apresenta a questão do combate ao contrabando na fronteira que veio a contrariar os interesses dos chefes locais, que somados às demissões anteriormente citadas, rompeu com a cadeia de privilégios a qual era dominada por esses chefes locais, o que teria prejudicado, portanto, os interesses políticos e econômicos destas lideranças, restando-lhes a reação ao governo Castilhista (FAY, 1993, p. 36). Outro aspecto apresentado pela autora é o das fraudes eleitorais, as quais envolviam “registro ilegal de estrangeiros, pessoas residentes em outros municípios e aumento ou diminuição na contagem das listas eleitorais” (FAY, 1993, p. 38).

Para Helga Piccolo (1983, p. 40), “a Revolução Federalista foi uma Guerra Civil e não uma Revolução em que se colocasse como objetivo a subversão da ordem social vigente”, fazendo parte de um processo de transformações sociais ocorridas com a transição para a República, onde as partes envolvidas lutavam intransigentemente pela hegemonia do poder no Rio Grande do Sul. A autora apresenta o autoritarismo de Castilhos e seu conservadorismo político, mantendo seu verdadeiro intento escondido por um falso discurso liberal, que na prática acabou por excluir a possibilidade de entendimento e por vias democráticas determinando a exclusão da oposição da máquina do poder (PICCOLO, 1993, p. 74-76).

Já para Céli R. Pinto (1986) na obra *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*, o conflito teria ocorrido entre elementos de diferentes segmentos sociais e culminado com a consolidação do Partido Republicano Riograndense (PRR) opondo dois modelos de políticos para o Rio Grande do Sul, de um lado as antigas estruturas oligárquicas coronelistas e liberais da Monarquia no Brasil, de outro lado o projeto de um governo autoritário de Júlio de Castilhos inspirado pelo Positivismo e apoiado em segmentos sociais não oligárquicos.

Ainda segundo a autora, ao aliar-se a setores sociais não oligárquicos para enfrentar as antigas oligarquias monárquicas, até então forças políticas dominantes no aparato estatal do Rio Grande do Sul, alijadas do poder por Júlio de Castilhos, este propunha um governo autoritário, claramente antidemocrático, antiliberal e com forte disciplina ideológica, que se

colocaria como “avalista das garantias necessárias para o desenvolvimento das classes sociais no Estado” (p.26) e defensor de um modelo alternativo ao das antigas oligarquias. Os federalistas, em sua maioria defensores do modelo Liberal, colocavam-se contra o PRR e a Constituição de 1891 promulgada por Castilhos, reunindo em suas fileiras grande parte das oligarquias pecuaristas coronelistas, aos quais foram atribuídos pejorativamente a pecha de defender interesses estrangeiros, de serem antirrepublicanos e restauradores da Monarquia. Embora tenham aliados do poder, continuaram desempenhando forte oposição ao governo do PRR.

Na obra *Degola e Degoladores no Rio Grande do Sul: 1889-1930* de Ney Ávila publicada no ano de 2012, a Federalista de 1893 também não foi exatamente uma revolução, diante da etimologia dessa palavra, e principalmente por entender que “a mudança é a alteração da estrutura socioeconômica é o que caracteriza uma Revolução” (ÁVILA, 2012, p. 25) e isso parece não ter estado nas pretensões das partes em contenda. Os eventos que se seguiram em 1893 caracterizam-se como uma guerra-civil, portanto, durante a federalista de 1893, o termo *revolucionário* fazia referência aos que lutavam contra o governo.

Já Sérgio da Costa Franco, em *A Guerra Civil de 1893* (2012, p. 21-22), afirma que o grupo representado por Silveira Martins, que havia sido removido do poder em 1889, não conseguiu estabelecer um entendimento com Castilhos, o qual refutou qualquer possibilidade de conciliação com a dissidência para que existissem possibilidades de composição ou transição política, composta por nomes como Silva Tavares, Barros Cassal e Demétrio Ribeiro.

Dando sequência à questão do ressentimento, o autor também destaca que a proporção que tomou a guerra civil também se deve ao contexto de crise econômica que acirrou esse ressentimento (FRANCO, 1996, p. 68). O autor aponta também as modificações no sistema eleitoral que inseria a classe média no processo político, a naturalização dos imigrantes concedendo-lhes poder de voto, desta forma invertendo o poder decisório que os votos das cidades da Metade Sul, mais ligadas aos Liberais teriam de eleger seus candidatos. Dessa forma, seriam limitadas pelas urnas suas esperanças de conseguir vencer o PRR, principalmente devido ao Regimento Alvim que excluía o princípio de representação das minorias (FRANCO, 2012, p. 16-18), acabando por dar o golpe de misericórdia com a promulgação da Constituição Estadual sob orientação Positivista de 1891, que possibilitava Castilhos se reelegesse indefinidamente. No que se refere ao aspecto econômico do conflito, o autora assevera que o ressentimento da elite tradicional não teria causado consequências tão graves caso a conjuntura econômica estivesse favorável à este segmento.

Joseph Love, autor de *O sistema de Castilhos 100 anos depois: a perspectiva de uma análise comparativa* (2005), observa que a Revolução Federalista de 1893 teve diversos fatores que não apenas devido às ideologias, e que suas causas podiam estar ligadas ao papel que representou Júlio de Castilhos no processo histórico que antecedeu a Revolução, e na maneira com que conduziu os negócios do Estado, caracterizada por seu autoritarismo e inflexibilidade (LOVE, 2005, p. 75). O conflito teria ocorrido também devido à alteração da composição da liderança política que passava o governo das mãos “da elite dos estancieiros para uma ‘quase elite’, ou ‘contra-elite’” (LOVE, 2005, p. 76), seria, portanto, uma luta intraoligárquica entre duas mesorregiões que se caracterizariam econômica e socialmente de forma diferente uma da outra.

Segundo o autor, o grupo ligado à Gaspar Silveira Martins pertencia aos quadros políticos e aristocráticos do Império e eram os maiores e mais antigos proprietários rurais da Província, diferentemente do grupo liderado por Castilhos, que embora foses estancieiros, estes eram “menos ricos e mais tenuamente ligados à nobreza da Província” (LOVE, 2005, p. 76). Essa mudança teria sido acompanhada pela utilização da fraude eleitoral, da coerção e força militar representada pela Brigada Militar e pela forte aliança com o Exército (LOVE, 2005, p. 77-78) para remover os obstáculos que interpusessem seu caminho.

Ana Luiza Reckziegel em *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904)* (1999) e *1893: a Revolução além da fronteira* (2007), além de destacar a importância do aspecto político da revolução, ressalta a relevância da crise econômica e social que envolvia a Província do Rio Grande do Sul desde o final do Império, principalmente na Campanha, região esta que acaba perdendo parte de sua importância “para outras áreas que então se desenvolviam, notadamente a Serra e o Litoral” (RECKZIEGEL, 2007, p. 32), ressalta também a questão diplomática.

Além disso, a autora analisa as transformações no campo causadas pela modernização da atividade agropastoril, que já vinha ocorrendo nas últimas décadas do século XIX no norte do Uruguai, o que ocasionou grande desemprego tanto lá quanto no Rio Grande do Sul, elemento que viria a fornecer grande número de contingente às hostes federalistas (RECKZIEGEL, 2007, p. 32). A autora aborda a importância da proximidade da fronteira com o Uruguai e Argentina para a organização da Revolução, asseverando que “a fronteira rio-grandense-uruguaia não era percebida enquanto divisão de modos e costume de vida” (RECKZIEGEL, 2007, p. 28). Neste sentido, observa a utilização deste elemento fronteiriço pelas lideranças federalistas e castilhistas como parte de estratégias que influíram diretamente no curso da guerra, favorecendo para que o conflito assumisse proporções internacionais. Em

relação à internacionalização do conflito, esclarece que se dava devido a basicamente duas acusações do governo Castilhistas que envolviam o governo uruguaio de colaboração velada para com as lideranças federalistas, exigindo neutralidade no que dizia respeito aos conflitos internos do Rio Grande do Sul (RECKZIEGEL, 2007, p. 34). Outro aspecto desta internacionalidade do conflito dizia respeito à denúncia realizada pelo representante castilhista em Montevideu, Victorino Monteiro, de que o representante da legação brasileira naquela capital sob ordens do Marechal Floriano Peixoto, estava também colaborando com os federalistas (RECKZIEGEL, 1999, p. 150-151).

A questão da violência que assolou o Rio Grande do Sul durante todo o século XIX, pode ser entendida como parte de um contexto mais amplo, principalmente cultural. Nesse aspecto, para Élio Chaves Flores (1993) a revolução destacou-se pela violência empregada pelos dois lados em contenda. Caracterizada por ser uma luta intra-oligárquica, motivada primordialmente pela exclusão de os antigos liberais de participarem do poder, grande parte dos quais passou a reunir-se em torno do grupo liderado por Gaspar Silveira Martins ante a impossibilidade de entendimento com Júlio de Castilhos. Somados às perseguições políticas efetuadas pelo Partido Republicano Riograndense (PRR), a luta armada passou a ser a única opção (FLORES, 1993, p. 45-46). Segundo este autor, durante muito tempo tentou-se dissociar a figura do gaúcho das influências platinas em sua formação social e diferenciá-lo do resto do Brasil. Para isso algumas razões foram utilizadas para explicar a questão da violência na sociedade rio-grandense e por vezes tentavam eximir da sociedade rio-grandense o caráter violento atribuindo a culpa à proximidade com o Prata (FLORES, 1996). Chasteen (2003) consegue expressar muito bem as origens dessa violência:

a violência era endêmica na vida rural da fronteira do século XIX, sempre foi uma terra disputada, uma zona onde várias forças competiam por meio da violência física. De fato, por causa de sua destreza no manejo de todo tipo de lâminas, os homens da fronteira tornaram-se especialistas no uso da força (CHASTEEN, 2003, p. 117).

Como podemos notar a violência era comum na vida pastoril, estava presente na sociedade rio-grandense há muito tempo, estava materializada na prática da degola. Embora negada por alguns autores mais ufanistas como Vellinho (1962 apud FLORES, 1996) que chega a negar a existência de homens violentos no sul do Rio Grande do Sul, ou mesmo os que reputam as práticas violentas à presença de Uruguaios, pois seria característica de seu temperamento. Independente dessas divergências essa prática sempre foi largamente utilizada,

mas segundo Ávila (2012, p. 27), “não em tamanha quantidade e em tão pouco espaço de tempo como na federalista de 1893”.

De acordo com Guazzelli (2004, p. 1), a “prática da degola era justificada pela falta de armas de fogo, pela perícia que o homem do campo tinha em manejar as lâminas”, no entanto não podemos concordar que fosse uma prática apenas executada por peões, por federalistas, mas também pelos castilhistas, nem que a opção pela degola de indivíduos se dava apenas pela escassez de armas de fogo ou munição. Pelo contrário, a degola era utilizada como “forma de vingança e humilhação do adversário” (ÁVILA, 2012, p. 23) e por fazer parte de um contexto de violência maior.

Desejava-se com a degola intimidar o inimigo e mesmo a população civil, no entanto “poderia instigar o espírito de vingança pela desdita e aumentava o espírito de resistência na luta” (FREITAS, 1993, p. 23), pois era preferível morrer lutando a entregar-se a sanha do inimigo e sujeitar-se a uma morte desonrosa como era a degola. Não raro existem relatos de deserções devido ao medo dessa prática, “a ponto de os oficiais legalistas sonegarem informações de degolas a seus soldados, por temerem suas reações” (FLORES, 1996, p. 125). No entanto sabemos, conforme Franco (2012, p. 67), que as deserções existiam dos dois lados, e quando era possível, muitos soldados fugiam para o Uruguai.

Sandra Pesavento em *A Revolução Federalista*, publicada em 1983, o conflito estava inserido dentro de um contexto de transformações de ordens políticas, econômicas e sociais que aconteciam em nível nacional e estadual no final do século XIX. Teria sido caracterizado pela radicalização política e exclusão dos federalistas do processo político, opostos por propostas liberais de um lado e autoritárias de outro.

Na Revolução Federalista de 1893, conforme destaca Pesavento (1983, p. 9), a guerra foi “caracterizada por atos de violência e barbárie de ambas as facções, a chamada “Revolução da Degola”. Diante do ódio partidário e da impossibilidade de acordos, de uma elite rural apeada do poder, houve uma evolução da violência para a vida social, também com um viés ideológico, quando nos referimos ao PRR, pois visavam extirpar os federalistas do processo político (FLORES, 1993) utilizando a máquina estatal para isso. Segundo Freitas (1993, p. 23), “embora a degola não fosse incentivada pelos líderes federalistas e castilhistas explicitamente, também não foram feitas referências a sua proibição”, considerando que os programas políticos dos dois lados da contenda eram, segundo Pinto (1993, p. 60), “programas de sobrevivência política, e a sobrevivência de um significava o extermínio do outro”. Portanto, seria impossível dissociarmos o homem contemporâneo aos eventos de 1893 dessas características, inserido numa sociedade com traços violentos, em plena transformação

econômica gerando conflito entre os interesses urbanos e os rurais, num espaço geográfico peculiar marcado por guerras.

Outro autor que apresenta relevantes análises dos diversos aspectos da Revolução Federalista de 1893, foi o brasilianista John Chasteen. *Em sua obra Fronteira Rebelde: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos* (2003), publicado inicialmente em inglês, apresenta importante estudo sobre o caudilhismo, principalmente Gumerindo e Aparício Saraiva, mas também sobre o contexto em que atuaram durante a Revolução Federalista de 1893 e sobre a região do Prata.

Segundo John Chasteen (2003), é a partir dos anos 1870 a situação do Rio Grande do Sul começava a sofrer modificações, principalmente na fronteira sob os aspectos econômicos e sociais, agravada pela crise que também assolou o norte uruguaio nos anos 1890. Acrescido das ações dos governos brasileiro e uruguaio de combater o contrabando, aumentar impostos e fortalecer seu poder na região de fronteira (CHASTEEN, 2003, p. 88). A modernização da produção pecuária e a “imposição da lei e da ordem no interior e norte do Uruguai” (CHASTEEN, 2003, p. 90) levaram a economia rural a tempos difíceis e atingiram a Campanha rio-grandense.

De acordo com Chasteen (2003), estas transformações ocorreram numa época onde havia acontecido um aumento populacional, os cercamentos das propriedades e a introdução de raças europeias de gado, diminuindo a oferta de empregos, desenhando uma situação de penúria e até mesmo de fome para a população rural pobre não só do Uruguai como do lado brasileiro, assim como os problemas em torno da inflação no Brasil na década de 1890 (CHASTEEN, 2003, p. 89-105). Por outro lado, segundo Pesavento (1983) enquanto a pecuária da Metade Sul apresentava os sinais de crise que descrevemos acima, essa crise não se estendia à todo o Rio Grande do Sul. Na Metade Norte do estado, principalmente nas zonas coloniais, onde a agricultura praticada pelos imigrantes, caracterizada pela pequena propriedade, passou a ocupar destaque no cenário das exportações para o restante do Brasil (PESAVENTO, 1983, p. 41).

A Região da Campanha que outrora no período Imperial recebera os benefícios devido à grande influência que seus representantes exerciam, inclusive com a construção de uma estrada de ferro ligando suas principais cidades ao porto de Rio Grande, passava a sofrer as consequências da Proclamação da República. Com a República, essa condição se modifica, passa a ocorrer um empobrecimento desta região, situação que também fazia parte do interesse político do PRR. A Campanha é economicamente superada por outras regiões da metade norte do Estado, sofrendo duro golpe com a repressão ao contrabando na fronteira

empreendida por Júlio de Castilhos (FLORES, 1993), que “além de visar industrializar o estado, sofria pressões de comerciantes para proteger o comércio rio-grandense da concorrência desigual com o Prata” (SOUZA, 1993, p. 32).

Loiva Otero Félix na obra *Coronelismo, borgismo e cooptação política*, publicada em 1996, ao analisar o norte do Rio Grande do Sul, propõe que a Revolução Federalista de (1893-1895) teria sido um conflito intraoligárquico, uma reação dos coronéis, onde os federalistas teriam representado a parte afastada do poder.

Este afastamento do poder teria prejudicado diretamente os interesses do grupo social representado pelos Federalistas, ressentidos por perder seus privilégios tanto econômicos quanto políticos, terminou por afetar seu poder no âmbito local, sendo, portanto, um marco divisor para essa estrutura coronelista (FÉLIX, 1996, p. 57-69) posicionando-se contra o autoritarismo de Castilhos, o qual rompeu a existência do que seria o Pacto Imperial (FÉLIX, 1996, p. 65).

Entende a autora, que esse pacto existente no período monárquico concedia diversos benefícios aos estancieiros da fronteira, em forma de títulos nobiliárquicos, cargos ligados à administração política, patentes militares representando a burocracia do Estado em suas localidades, assim como extinguiram as tarifas alfandegárias privilegiadas, faziam também vistas grossas aos negócios particulares dessas lideranças locais que muitas vezes envolviam a prática do contrabando. Em troca, exigiam destas lideranças locais, lealdade e respeito ao Estado Imperial, tendo a obrigação de defender as fronteiras e a ordem nas áreas sob sua influência (FÉLIX, 1996, p. 45, 67-68). Por outro lado, Loiva Otero Félix também destaca que o aspecto ideológico não foi tão relevante em comparação aos “ressentimentos da elite tradicional, ‘afrontada’ pelos novos quadros e ferida nos seus interesses” (FÉLIX, 1996, p. 45, 67-68).

Nas obras de Susana Bleil de Souza, *História e Literatura: a Guerra na Construção do Estado Republicano no Brasil Meridional* (2012), e em *A fronteira na Revolução de 1893* (1993) destacamos dois aspectos. O primeiro diz respeito ao aspecto político, através do qual a autora defende que o conflito ocorreu principalmente devido aos projetos de Júlio de Castilhos e do PRR de monopolizar o poder, o que “levou as duas facções a um confronto pela posse do aparelho estatal e pela colocação em prática de distintos projetos econômicos e políticos” (SOUZA, 2012, p. 97), fazendo parte dos movimentos ocorridos em contestação da maneira de governo republicano proposto por Júlio de Castilhos, o que terminou por consolidar a liderança do partido no Rio Grande do Sul. A autora cita Paulo Roberto Targa (1998), o qual segundo ela, teria realizado a melhor interpretação da Revolução Federalista de

1893, o qual teria afirmado que a Revolução pode ser entendido como “o conflito entre dois projetos para o futuro da sociedade gaúcha: um de permanência no mundo como estava e, um outro de transformação social” (TARGA, 1998 apud SOUZA, 2012, p. 98) podendo também ser entendida como um momento de “passagem da sociedade tradicional para a moderna” (TARGA, 1998 apud SOUZA, 2012, p. 98).

Um segundo aspecto refere-se à questão econômica, na qual a autora apresenta a fronteira como elemento fulcral para compreender os interesses federalistas em contenda com o PRR. A importância do Comércio por meio do Porto de Montevideu, o contrabando, a grande quantidade de propriedades rurais federalistas ao norte do Uruguai ligadas à prática da pecuária e o contrabando comumente praticado, vai sofrer alterações com a Proclamação da República (SOUZA, 1993, p. 21-28). A autora destaca os privilégios recebidos pelos estancieiros da fronteira durante o Império vão ser tolhidos com a República, principalmente frente as ações do governo central e de Castilhos ao estabelecer maior controle sobre a fronteira e as atividades comerciais criando impostos e combatendo o contrabando (SOUZA, 2012, p. 94-95). Nesse sentido, ao mesmo tempo em que Castilhos conseguia com essas medidas o apoio dos comerciantes do Litoral e da Serra ao tentar proteger e desenvolver indústrias no Rio Grande do Sul, comprava a inimizade dos estancieiros e comerciantes fronteiriços que dependiam economicamente deste espaço, favorecendo o aumento da oposição e das hostilidades contra o PRR (SOUZA, 1993, p. 32).

Após havermos abordado alguns autores que tratam dos aspectos sociais, político, econômicos e culturais, no que se refere ao aspecto ideológico que assumiu a Revolução Federalista de 1893, Luciano de Abreu em *A Revolução Federalista: a versão republicana* (1993) trabalha com essa temática, apontando para a relevância ideológica que o Positivismo de Auguste Comte (1798-1857) sob a interpretação de Júlio de Castilhos exerceu para a organização do governo republicano e para a maneira autoritária com que lidava com a oposição, pois segundo essa doutrina “seria inadmissível a existência de uma oposição ao governo” (ABREU, 1993, p. 27). Segundo este autor, o positivismo castilhista ficou expresso na Constituição Rio-Grandense de 14 de julho de 1891, a qual atraiu forte oposição federalista. A Constituição proposta por Castilhos era caracterizada pelo autoritarismo, pela concessão de poderes ditatoriais ao governador, e a capacidade de se perpetuar no poder.

Dente os amplos poderes que a Constituição concedia à Castilhos, possibilitou-lhe reorganizar a máquina pública sob os preceitos positivistas que previam um Poder Executivo forte em detrimento do Legislativo, elemento que era caro aos federalistas. Permitia também nomear os cargos públicos, organizar uma força pública para manter a ordem,

instrumentalizar o Poder Judiciário submetendo-o ao seu arbítrio. (ABREU, 1993, p. 28-29). Abreu vai ressaltar que Castilhos não tinha o intento de dialogar ou realizar a paz com os Federalistas (ABREU, 1993, p. 30), pois enquanto seguidor de Comte, acreditava na necessidade de uma ditadura científica governada por um “grupo seletivo de intelectuais capazes de manter a ordem social e propiciar o progresso” (ABREU, 1993, p. 30), obviamente esta tarefa Castilhos reservara para si e seu séquito do PRR. Um segundo aspecto apresentado por Abreu (1993, p. 31) diz respeito à utilização de um discurso ideológico como fator para conseguir a legitimação tanto de um governo Federalista mais Liberal, quanto Castilhista sob inspiração Positivista. Neste contexto era comum a utilização da imprensa⁵ por meio dos jornais para propagar suas ideias como também agredir e denegrir a imagem dos opositores.

Mozart Linhares da Silva em *Violência e ideologia na Revolução Federalista* (1993) expõe a importância da ideologia que aparecia sob a forma de discursos de exclusão da oposição, criando estigmas tanto para um lado como para outro dos partidos em contenda, atribuindo numa clara atitude maniqueísta a uns a pecha de bandidos e pérfidos, e a outros de salvadores e heróis. A ideologia serviu, também como elemento estimulador dos ódio partidários que não raro pode ser presenciado em diversos momentos da Revolução, como as degolas do Rio Negro e de Boi Preto (SILVA, 1993, p. 55).

Neste sentido como foi possível expor acima, por meio da apresentação e análise de autores e obras, os diversos aspectos da Revolução estão interligados, sendo impossível atribuir a apenas um aspecto o elemento desencadeador do conflito. A Revolução pode ser entendida, portanto, como sendo um conflito intraoligárquico, ou seja, entre um antigo segmento que governara durante o período imperial e outro grupo menor que surgira mais recentemente, no entanto ambos detinham poder econômico e prestígio social. Diante da recusa de um entendimento político e da impossibilidade da oposição participar do governo ou mesmo de uma perspectiva de mudança, impulsionado pelo sectarismo e radicalismo do Partido Republicano Riograndense, que feria diretamente os interesses econômicos dos Federalistas e as estruturas de poder que os conferia privilégios, a saída pelas armas seria a única solução que restaria além de ser mais condizente com os princípios Liberais, os quais previam o direito de resistir à tirania defendido por John Locke, e segundo Norberto Bobbio (1984) ao resumir o pensamento do filósofo assevera que:

⁵ No contexto da Revolução Federalista de 1893, os dois principais jornais em circulação no Rio Grande do Sul eram vinculados aos partidos políticos e não raro tinham os chefes políticos dos partidos como seus redatores. No caso de *A Federação*, ligado ao Partido Republicano Riograndense, tinha Júlio de Castilhos como principal redator, ao passo que o jornal *A Reforma*, tinha Gaspar Silveira Martins como um de seus principais expoentes.

Através dos princípios de um direito natural preexistente ao Estado, de um Estado baseado no consenso, de subordinação do poder executivo ao poder legislativo, de um poder limitado, de direito de resistência, Locke expôs as diretrizes fundamentais do Estado liberal (BOBBIO, 1984, p. 41).

Como podemos analisar, este princípio vai de encontro ao defendido pelas ações praticadas por Castilhos e possibilita compreender as ações de resistência defendidas pelos Federalistas, que diante da perseguição política e dos saques e assassinatos, serviram como estopim iniciarem os radicalismos em ambos os lados da contenda na tentativa de depor o governador e seu partido do cenário político. É este o ambiente de crises e radicalismos o contexto no qual está inserido o General Joca Tavares. É a partir dele que concordamos com Paul Veyne (1983, p. 27), o qual afirma que “os agentes históricos sofrem limitações e nesse sentido, é a sua época que se exprime através deles”.

Assim, procuraremos no desenvolvimento dos capítulos a serem apresentados, compreender e analisar a trajetória política deste sujeito e da formação deste espaço de experiência que veio a ser utilizado durante a Revolução Federalista de 1893.

Neste sentido, no primeiro capítulo dessa dissertação, iremos trabalhar com as Cartas e Telégrafos do General Joca Tavares. Para tanto, será aplicada uma abordagem metodológica inspirada em autores como Angela de Castro Gomes (2004), Walnice Nogueira Galvão (2000), Teresa Malatian (2013), Renato Lemos (2004) no sentido de pensar a análise das correspondências, seja ativa, seja passiva do General Joca Tavares para com outras lideranças políticas e militares tanto federalistas quanto legalistas entre 1892 a 1895.

A partir de tal fundamentação, será apresentada uma descrição do suporte e o tratamento das fontes, logo, passando a ser dividida para uma análise Quantitativa e Qualitativa.

Através da análise quantitativa, procuraremos identificar a relação de cartas e telégrafos enviados e recebidos pelo General Tavares, a frequência com que eram escritas, a quem eram destinadas durante os anos de 1892 a 1895. A análise qualitativa buscará identificar qual o conteúdo das cartas, a que assuntos dizem respeito, mapeando as temáticas gerais em que foram classificadas de acordo com sua finalidade. Assim, por meio destas análises das correspondências enviadas e recebidas por Joca, é que se tornará possível perceber como eram construídas e pensadas suas relações, não apenas durante a Revolução Federalista de 1893, mas no longo processo de construção desse espaço de poder do indivíduo que o projetou para uma posição de relevância, principalmente no período entre os anos de 1890 a 1895.

O segundo capítulo será apresentado com base nas renovações historiográficas dos anos 1980 que ampliaram o conceito de fontes históricas e do próprio entendimento de biografia enquanto metodologia para a pesquisa histórica, permitindo uma amplitude de abordagens. Neste sentido, realizaremos uma revisão dos trabalhos realizados por pesquisadores e historiadores que abordam a vida e atuação de Joca Tavares, e ao longo do século XX, ainda que sem uma problematização dos dados, para então realizar uma análise que busque problematizar sua atuação militar, com o objetivo de compreender a trajetória política que permeia todos os aspectos de sua vida, para assim, construir uma trajetória de vida do General Joca Tavares a partir de dados biográficos. Dessa forma, buscaremos compreender sua atuação enquanto mediador e caudilho, as relações clientelísticas e a influência de sua família na construção do sujeito além do militar. Para tal iremos nos utilizar de autores como Phillippe Levillain (2003), Carl Landé (1977), Sydel Silverman (1977), Lawrence Stone (2011), Jonas Vargas (2007, 2013), Luis Augusto Farinatti (2010), Weber (1997), Bourdieu (1998), Susana Bleil de Souza (1993; 2012).

Por fim, no terceiro capítulo estudaremos a atuação do General João Nunes da Silva Tavares enquanto um Caudilho e a maneira como ele atua e maneja o espaço fronteiriço para comandar o Exército Libertador (Federalista) e a organização logística do Exército Libertador durante a Revolução Federalista de 1893-1895. A partir das Cartas e Telégrafos enviadas e recebidas entre o General João Nunes da Silva Tavares e lideranças federalistas durante os anos de 1892 a 1895, partiremos do entendimento de que o General Tavares foi, segundo a definição de Loiva Otero Félix (1996), um Coronel do Império, para então procurar compreender sua atuação enquanto caudilho no território que atua e principalmente durante a Revolução Federalista de 1893-1895. Dessa forma, buscando na sua trajetória durante o século XIX os elementos que evidenciem sua atuação enquanto um fronteiriço, e como esses elementos podem ter influenciado não só na construção de seu prestígio pessoal, como também nas relações sociais de poder suficientes para o habilitar a ser durante a Revolução, Comandante em Chefe do Exército Libertador, quando já contava com setenta e cinco anos de idade.

Entrementes, buscaremos também compreender, como a formação de um espaço de experiência construído anteriormente veio a ser utilizado para organizar e comandar a logística que supriu o Exército Libertador, assim como também analisar qual o grau de envolvimento pessoal e familiar que o General Tavares teve com a causa federalista. Para tal, além das correspondências do General Joca Tavares, iremos nos utilizar de autores que pensam a questão da Fronteira como Susana Bleil de Souza (1993), Ana Luiza Reckziegel

(1999), Maria Medianeira Padoin (1999), Arturo Taracena Arriola (2008), Mariana Thompson Flores (2012) e Pablo Dobke (2015). Já o Clientelismo e a Guarda Nacional serão abordados na visão de José Iran Ribeiro (2005) e André Fértig (2009). Para trabalhar com a concepção de um Coronel do Império iremos nos utilizar dos conceitos apresentados por Loiva Otero Félix (2006). Em relação a questão do Caudilhismo iremos utilizar autores como Carlos Real de Azúa (1969), Frank Safford (1991), José Carlos Chiaramonte (1991), Nicolas Shumway (1993), Pablo Buchbinder (1998), Noemi Goldman (1998), Ana Frega (2002), John Chasteen (2003), José Pedro Barrán (2012) e Valentina Ayrolo (2012). Para pensar a relação entre o espaço, o sujeito e o espaço de experiência e horizonte de expectativa utilizaremos Reinhart Koselleck (2006, 2014). Por fim, para estudar sua atuação enquanto estancieiro num espaço fronteiriço e as estratégias sociais pensadas nesse espaço, serão utilizados Jonas Vargas (2007, 2013) e Luis Augusto Farinatti (2009, 2010).

Dessa forma, estes três capítulos propõe, por meio da análise das correspondências do General Joca Tavares, um novo olhar sobre sua trajetória buscando compreender o personagem a partir de suas correspondências, analisando qualitativa e quantitativamente, cruzando as informações apresentadas nas fontes bibliográficas, como se deu a construção de sua trajetória política e suas redes de relações pessoais e como sua atuação militar pode ser pensada a partir destes elementos.

Assim, ao enfocar a atuação do indivíduo no processo histórico e na conformação de suas redes de relações, procuraremos evidenciar a complexidade do processo das decisões, das estratégias pessoais e da imbricação dos interesses familiares e pessoais dos chefes políticos e militares.

Esta complexidade decorre, principalmente, por estar o indivíduo sujeito também a cometer contradições ou possíveis “incoerências” em suas ações e escolhas. Tal observação requer o cuidado no sentido de não atribuir uma ordem teleológica à vida e ações dos personagens, como se estas possuíssem um sentido pré-estabelecido por estes, ou seja, o sentido dos eventos para um sujeito, muitas vezes só é conferido posteriormente a ocorrências dos fatos. Da mesma forma o historiador, frente a impossibilidade de remontar aos eventos passados, na busca por entendê-los, a partir de vestígios e indícios, em meio a complexidade e diversidade de aspectos que um personagem pode assumir em sua existência, também lhes confere sentido posterior. Esse processo envolve a diacronia existente entre o passado e o presente, as diferenças entre a sociedade atual e a de outrora, possibilitando demonstrar o “espírito de uma época”, com a existência de ações de indivíduos por meio de redes familiares e políticas-sociais que foram possíveis identificar nas diversas correspondências que

estudamos, propiciando assim, um novo olhar sobre a própria Revolução Federalista de 1893-1895.

2 AS CORRESPONDÊNCIAS COMO FONTES HISTÓRICAS

O entendimento sobre fontes históricas nem sempre foi o mesmo, de maneira que trabalhar as cartas como fonte no trabalho de historiador é um desafio. Segundo Ângela de Castro Gomes (2004, p. 3), “é cada vez maior o interesse dos leitores por um certo gênero de escritos – uma escrita de si -, que abarca diários, correspondências, bibliografias, autobiografias, independentemente de serem memórias, entrevistas de história de vida por exemplo”.

Uma das dificuldades de se trabalhar com cartas, enquanto fonte histórica, deve-se ao fato de sua disponibilidade ter permanecido por muito tempo restrita a arquivos privados, entendidos, segundo Heloísa Bellotto (2004, p. 256) como “papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e a produção política” estão submetidos à seletividade do que deve ser preservado. No caso de homens públicos, as correspondências geralmente são guardadas por envolverem não só uma relação com as atividades políticas, como também pelo seu valor probatório.

A utilização de cartas como fonte para a escrita da história ganhou força principalmente após as diversas discussões historiográficas que desde o século XIX procuravam realizar uma ampliação do conceito de fontes para a produção do conhecimento histórico. Estas renovações nos paradigmas historiográficos ganharam força com a Escola dos Annales e suas diversas gerações.

Entre essas teremos as renovações trazidas pela Nova História Cultural e pela Nova História Política que trouxeram uma amplitude de abordagens principalmente no estudo das cartas enquanto narrativas de si, onde o simbólico, a subjetividade estão muito presentes; as relações de poder e a questão política pensada pelos agentes históricos enquanto representações do social e de sua sociedade, possibilita estabelecer novos problemas sobre a questão teórica que envolve a epistolografia.

Nesse sentido, o estudo de cartas ganha relevância enquanto fonte para pesquisa e para a produção do conhecimento histórico principalmente devido à essa mudança de entendimento sobre elas. Em outras palavras, passaram a ser valorizadas como sendo narrativas portadoras de práticas e representações, capazes de expressar relações simbólicas de poder e, os agentes históricos, como portadores de experiências vividas, por meio da memória, capazes de construir narrativas e atribuir sentidos formulando sua identidade e do seu grupo social.

O estudo das cartas enquanto narrativas de si, em que o simbólico, as subjetividades estão muito presentes, as relações de poder e a questão política pensada pelos agentes históricos enquanto representações do social e de sua sociedade, possibilita estabelecer novos problemas sobre a questão teórica que envolve a epistolografia, ou o chamado pacto epistolar: “receber, ler, responder e guardar cartas” (GOMES, 2004, p. 19).

Para Walnice Nogueira Galvão e Gotlib (2000), dentro deste pacto epistolar, o tempo da escrita e da leitura não é o mesmo, pois “o hoje da recepção e da leitura vem sempre depois do hoje da escrita e do envio, que agora já é um ontem, e esses dois ‘hojes’, sendo defasados no tempo” (GALVÃO; GOTLIB, 2000, p. 15) de tal maneira que aquilo que se lê, pode na maioria das vezes, não refletir ser o que está acontecendo na realidade, de quando a carta foi escrita. Este processo para Teresa Malatian (2013) envolve no que diz respeito à seu aspecto relacional, processos que vão além “das trocas dinâmicas com o outro, o interlocutor a quem elas se destinam”, envolvendo diretamente a “credibilidade daquele que recebe a correspondência” (MALATIAN, 2013, p. 201).

Para Ângela de Castro Gomes, a partir da narrativa da “escrita de si” o que passa a importar são as visões adotadas pelo autor, e como ele as expressa. O interesse está em compreender o documento não como algo de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. (GOMES, 2004, p. 15).

Entendidas como narrativas de um sujeito, as cartas podem ser compreendidas como “marcas do passado” (RICOEUR, 2012, p. 334), podendo também ser entendidas, segundo Teresa Malatian (2013, p. 200), como capazes de “expressar as dimensões culturais do sujeito”.

Elas não são ficção, mas nos proporcionam uma perspectiva ficcionada do que intentam transmitir ao destinatário, o que elas comunicam é uma “‘metarrealidade’, tanto o que se escreve como o que se lê, fazem parte de um jogo de estados textuais que inevitavelmente obrigam a leituras outras do próprio presente” (GALVÃO; GOTLIB, 2000, p. 15).

Os estudos sobre cartas vêm aumentando, “desde a última década e meia, assiste-se ao crescimento do interesse e da bibliografia historiográfica, dedicada ao estudo das cartas e correspondências” (SALOMON, 2010, p. 1-2). Para o autor Roger Chartier, ao falar sobre cartas enquanto práticas e representações assevera que:

Numa História Cultural redefinida como o lugar no qual se articulam práticas e representações, o gesto epistolar é um gesto privilegiado. Livre e codificada, íntima e pública, mantendo a tensão entre o segredo e a sociabilidade, a carta, melhor do que qualquer outra expressão associa o lugar social e a subjetividade (CHARTIER, 1991, p. 9).

O gesto epistolar enquanto práticas e representações, ainda que sejam segundo Le Goff “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 2013, p. 495), são determinadas pela ação do indivíduo, o qual ocupa processo central no processo histórico. Entendido como agente histórico, o indivíduo é o “resultado de uma ampla e diversa rede fatorial de circunstâncias históricas prévias, em cujo contexto emerge a forma de se relacionar consigo [...] como produto de suas ações acumuladas no tempo e no espaço” (MARTINS, 2002, p. 2).

As ações produzidas pelo indivíduo no tempo e espaço constituem experiências vividas, que são inseridas no âmbito da história, a partir do qual o legado se transforma em tradição, memória e narrativa.

A narrativa, diferente da proposta por Hyden White (1994 apud RÜSEN, 2010, p. 98), em que a historiografia vista como literatura, é constituída por consciência histórica e ligada à memória, é portadora do elemento persuasivo (MARTINS, 2002, p. 17). É através da narrativa que o agente histórico se vale das lembranças e da memória para significar e orientar as experiências no tempo, ainda que influenciado pelo tempo presente, constitui-se como elo que une o presente ao passado e ao futuro, portanto formulador de uma identidade do sujeito (RÜSEN, 2010, p. 63-67).

Neste sentido, as cartas enquanto fonte para história, constituídas por meio de narrativas de si, estabelecem ligação com a memória, atribuição de temporalidade e a presença de elementos argumentativos que a tornam acreditável (MARTINS, 2010, p. 94-107), podendo ser entendidas como processo de criação da identidade do sujeito e do grupo ao qual pertence. Por meio de uma “confidência” notada nas correspondências pessoais, Bourdieu (1996) assevera que elas são “utilizados em espaços íntimos, familiares e protegidos, possibilitando a existência de uma troca de experiências fragmentadas e despreocupadas com qualquer encadeamento histórico” (BOURDIEU, 1996, p. 82).

Podendo ter diversas finalidades e características, segundo Renato Lemos (2004), as cartas se tornam importantes fontes históricas principalmente devido ao que “contêm sobre a pessoa, na posição de remetente ou destinatário, e suas circunstâncias” (LE MOS, 2004, p. 18). Elas podem ser tanto cartas de conversas ou pessoais, no entanto, quanto à sua finalidade torna-se importante asseverar que por elas “comenta-se, informa-se, explica-se interpreta-se,

elogia-se, ofende-se, apresenta-se, cobra-se, enfim, conjuga a infinidade de verbos que exprimem a riqueza contida no amplo arco que vai da trivialidade à nobreza da vida” (LEMOS, 2004, p. 7). Essas conversas que têm o papel por suporte, acabam por registrar uma “autobiografia fragmentada” do autor, ainda que para ele isso seja imperceptível (MONTELLO, 1978 apud LEMOS, 2004, p. 15).

As cartas envolvem representação das relações simbólicas de poder entre emissor e receptor, possibilitam “compreender as condições socioeconômicas e a cultura de uma época” (LOPES, 2012, p. 320) principalmente se pensadas através da redução da escala de análise proposta pela abordagem micro-histórica. Passaram, portanto, a constituir um importante elemento para compreensão de análise das relações sociais de poder e cultura do indivíduo enquanto itens presentes na construção das narrativas.

Enquanto escritas de si, as cartas podem também ser compreendidas a partir de suas ligações com a memória, de sua construção assim como também da própria identidade do autor. Através de Candau (2012), pode-se compreender que memória e identidade estão interligadas, quando explica que a própria “memória é a identidade em ação” (CANDAU, 2012, p. 18), e que se constitui tanto de lembranças quanto esquecimentos, levando muitas vezes os indivíduos, “a incorporar certos aspectos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais que dependem da representação que ele faz do próprio passado” (CANDAU, 2012, p. 8-19).

Outro importante aspecto é a questão da seletividade da memória que, para Pollak (1992), a compreensão de que esta é construída de acordo com “sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento, mostra que a memória é um fenômeno construído [...] a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização” (POLLAK, 1992, p. 4-5). Portanto, mesmo com uma ordem estabelecida aos eventos, existem em suas memórias elementos de interesses políticos que influem na construção das memórias, de forma que existiram momentos esquecidos ou que não foram do seu interesse recordar no momento em que suas memórias foram escritas. Já para Candau, torna-se possível perceber que personagem “cria-se a si próprio ao mesmo tempo em que cria seus adversários” (CANDAU, 2012, p. 166).

Ainda no que diz respeito à escrita de biografias e escritas de si, é preciso atentar ao que Pierre Bourdieu (1996), chama de “Ilusão Biográfica”, pois ao tratarmos do passado de uma pessoa, torna-se impossível não considerar a questão da subjetividade dos indivíduos, ou seja, a elaboração de significados. O historiador não deve olhar uma trajetória de vida e tratá-la enquanto algo coeso, uma vez que se sabe que ao longo da vida de uma pessoa, existem

diversas casualidades nem sempre boas e nem sempre ruins. Neste sentido, no que diz respeito a estas singularidades da escrita de si e da singularidade que envolve seu autor, destacamos dois autores. O primeiro, Roger Chartier (2004, p. 3), recomenda que se deve “evitar cair nessa dupla ilusão: ou a ilusão da singularidade das pessoas frente às experiências ou a ilusão da coerência perfeita numa trajetória de vida”. A segunda autora, Teresa Malatian (2013) refere-se à singularidade do indivíduo expressa pelas cartas frente a uma aspecto coletivo o qual envolve o processo identitário do sujeito, de modo que, suas identidades se “definem e redefinem constantemente e elimina qualquer suposição de coerência e continuidade de atitudes, sentimentos ou opiniões” (MALATIAN, 2013, p. 200).

Neste sentido, o estudo e análise das correspondências devem ser pensadas enquanto elementos capazes de expressar a realidade social, compreendendo como são construídas as possíveis relações sociais de poder estabelecidas nelas (GOMES, 2004, p. 53), apresentando os interesses políticos por trás das representações expressas. As fontes podem apresentar importantes indícios ao historiador muitas vezes expressos pela construção destas narrativas, de maneira que se deve ter atenção diante do enfeitiçamento que a fonte pode exercer sobre o historiador. Segundo Le Goff (2013), deve-se ter claro que o documento não é uma produção casual e inocente, ele faz parte de um procedimento de manipulação que se manifesta em todos os níveis da constituição do saber histórico, logo “o documento é um monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (p. 496-497).

Assim, compreender os cuidados que devem ser tomados nos diversos níveis de análise que envolvem a correspondência e que “consideram desde sua materialidade [...] os códigos que definem o gênero epistolar [...] até observações sobre suas formas de circulação e guarda, podem ser reveladoras da identidade de seu destinatário” (GOMES, 2004, p. 53) mas também do grupo social ao qual pertence.

Dessa forma, a abordagem sobre as correspondências, suas características e os cuidados que se deve ter diante da análise destas fontes, serão tratadas após a abordagem metodológica, procurando compreender quais as metodologias e de que maneira podem ser trabalhadas as fontes para assegurar o melhor aproveitamento das informações apresentadas por elas.

2.1 AS CORRESPONDÊNCIAS DO GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Procurando compreender as correspondências enquanto escritas de si, um processo de representação simbólica do sujeito, e como importantes elementos pra compreender o indivíduo por meio de suas redes de relações de poder e suas experiências vividas, é que iremos utilizar as cartas do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares) neste trabalho. Nascido em 1816 na vila de São João Batista do Herval, filho de João da Silva Tavares (Visconde do Serro Alegre) e de Umbelina Nunes, era antigo chefe político do Partido Conservador na cidade de Bagé durante o Império.

Sua família possuía diversas propriedades rurais, inclusive na República Oriental e, como militar, havia participado da Revolução Farroupilha, em 1835, ao lado das forças imperiais, da campanha contra Oribe e Rosas em 1851, e posteriormente da Guerra do Paraguai em 1865 (BISCHOF, 2004). Com a Proclamação da República, havia abdicado o título de Barão do Itaqui, logo vindo a se manifestar em favor do novo regime que se instaurara em 1889, declarando-se republicano.

O século XIX, período que iremos nos deter, a conexão entre pessoas era realizada numa escala muito mais vagarosa; as cartas, por exemplo, poderiam levar dias ou meses dependendo da localidade a que se destinaria, e mais alguns para que fosse reenviada a resposta. Outro importante meio de comunicação deste período, o telégrafo, um precursor dos meios modernos de que dispomos atualmente, era o meio mais rápido e sucinto de comunicação, no qual “pouco há de ficcional, mas sim, há muito da função poética, na ênfase que recai sobre o próprio código, na convenção vocabular, na forte substantivação” (GALVÃO; GOTLIB, 2000, p. 16).

O interesse por cartas, na sociedade atual, faz parte de um contexto mais complexo das crescentes preocupações com a memória (WINTER, 2006, p.69), com o sentimento de uma aceleração e esvaecimento do tempo, causando o que Jeanne Marie Gagnebin chama de um “dever de memória” (2006, p.98). Neste setido, podemos destacar dois âmbitos aonde vem sendo recuperado o interesse por cartas na sociedade atual: o âmbito pessoal e familiar e o âmbito acadêmico.

No âmbito pessoal e familiar, essas preocupações têm feito com que entre outros objetos de memória, em especial as correspondências ganhem especial atenção na memória destas famílias, muitas vezes constituindo acervos particulares onde cartas e fotografias, muitas vezes, transformam-se numa espécie de culto ao passado, tentativas de recuperar uma

identidade que a vida contemporânea tenta subtrair do indivíduo, transformando-se em lugar de memória (NORA, 1993, p. 21). Por outro lado, no âmbito acadêmico tem se tornado relevante elemento para os pesquisadores, capaz de proporcionar ao historiador uma amplitude de abordagens para analisar e compreender o agente histórico enquanto indivíduo e suas relações sociais, a sociedade e os costumes de uma época, suas redes de poder e interesses que o moveram.

A utilização de correspondências não consiste numa tarefa fácil, principalmente para o período que escolhemos para este trabalho, qual seja, da Revolução Federalista de 1893-1895 no sul do Brasil. Este fato se deve, principalmente, por muitas destas cartas ou se encontram em arquivos privados de famílias, ou estão sob guarda de museus e arquivos públicos esperando a devida atenção por parte dos pesquisadores.

Dessa forma, trabalhar com as cartas do General João Nunes da Silva Tavares foi um desafio novo, principalmente por não existir muitos trabalhos escritos sobre o tema. No entanto, alguns desses trabalhos, que serão elencados a seguir, foram utilizados para pensarmos uma abordagem metodológica.

Ângela de Castro Gomes, na obra *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre* (2005) aborda a correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre, durante mais de dez anos a partir de 1917. A autora procura realizar através das cartas uma compreensão das redes de relações entre os sujeitos, os círculos de sociabilidade, as fronteiras culturais e a relação com os espaços, visando compreender como era pensado o nacional por esses personagens; Um outra obra de Angela de Castro Gomes (2000), *Capanema: o ministro e seu ministério*, escreve a partir do arquivo de Gustavo Capanema, Ministro da Educação de Getúlio Vargas entre 1934 e 1945, contando um vasto acervo, de 200 mil documentos do seu arquivo pessoal, procura compreender o agente histórico que se evidencia nas linhas das cartas, procurando entender o político, o privado, as redes de relações e o pensamento de Capanema.

Outro pesquisador que merece ser referenciado é Renato Lemos, autor de *Bem traçadas linhas* (2004), obra na qual reúne grande quantidade de cartas de políticos, artistas e intelectuais do séc. XIX e XX, procura compreender a subjetividade dos autores expressa na escrita das cartas, a sociedade que faziam parte, a questão cultural e as práticas sociais num de um modo mais amplo, realizando uma análise sobre cada carta.

Importante citar, também, Walnice Nogueira Galvão, também autora de duas obras nas quais se dedica ao estudo desse tipo de correspondência. Na primeira, *Prezado senhor, Prezada senhora* (GALVÃO; GOTLIB, 2000), reúne grande quantidade de cartas como: de

amor, de trabalho, algumas trocadas entre amigos, dentre outras. Por meio da análise da escrita, procura compreender as experiências partilhadas pelos autores, as subjetividades, a mentalidade, o contexto do qual faziam parte, os mundos privados e público a partir do qual escreviam. A segunda obra, *Correspondências de Euclides da Cunha* (GALVÃO; GALOTTI, 1997), com base no arquivo privado de Euclides da Cunha, a autora procura compreender a vida privada e pública do escritor. Para a análise das cartas, adota, principalmente, uma abordagem literária, trazendo na íntegra as correspondências. Importante observar que mesmo não sendo intencional, o estudo carece de uma maior teorização.

Por sua vez, Marlon Salomon, autor de *As correspondências: uma história das cartas e das práticas de escrita do Vale do Itajaí* (2010), procura compreender através da correspondência produzida, o modo de vida dos imigrantes, em suas colônias por meio da análise da escrita, da expressão de suas subjetividades, da descrição dos cotidianos.

Também merece ser elencado Sérgio da Costa Franco, autor de *Júlio de Castilhos e sua época* (1996), na qual o autor trabalha também com cartas de Júlio de Castilhos, enfocando desde a vida política até a personalidade do líder republicano. Apresenta uma perspectiva do contexto histórico, um olhar sobre a sua época.

Por último, vale mencionar as *Cartas de Júlio de Castilhos* (2003) organizadas pelo Instituto Estadual do Livro e por Carlos Reverbel, em edição comemorativa dos 90 anos de criação do Museu Júlio de Castilhos, obra que traz relevantes cartas enviadas por Júlio de Castilhos a sua esposa Honorina no ano de 1883.

Assim, partindo dessas obras que trabalham com correspondências é que pensamos e propomos para este trabalho uma descrição e análise metodológica que melhor aproveite as informações contidas nas cartas e telégrafos do General Joca Tavares, no sentido de uma melhor compreensão dos diversos aspectos de sua vida.

Chegar até essas fontes foi uma tarefa que demandou tempo. Guardada por muito tempo como arquivo pessoal da família Tavares, esta documentação continha cartas e telegramas enviados e recebidos pelo General Joca Tavares durante a Revolução Federalista de 1893, só foi possível por meio da generosidade da senhora Yara Maria Botelho Vieira, bisneta do General Tavares, possibilitou o acesso aos documentos originais e muitas cópias destes.

Durante muito tempo era de costume dos homens públicos guardar correspondências pessoais e documentos sobre sua família, fotografias, objetos de uso pessoal, entre outros elementos carregados de valor simbólico e de memória, durante muito tempo, organizando para tal, ricos acervos pessoais como forma de preservar sua memória, assim como também se

constitui maneira de reservar sua perspectiva dos eventos do qual teve participação, como provas materiais de um passado que legitime ou justifique suas ações.

Muitos destes arquivos familiares ao serem organizados, passam por um processo de seleção dos documentos, do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido, procurando “atribuir certo sentido à trajetória de vida do agente histórico” (CANDAU, 2012, p. 76-77), podendo variar de acordo com os interesses e a finalidade para o qual foram organizados. Esse esquecimento provocado do passado pode, segundo Pierre Nora (1993, p. 8-12), muitas vezes se dar pela busca de legitimar ou conferir sentido a um grupo ou sociedade por meio da organização de lugares de memória. No entanto, importante asseverar que o descarte de muitos documentos é comum, principalmente diante da impossibilidade de se preservar tudo, e por muito dos documentos não serem na perspectiva de quem o organiza e preserva, relevância para o processo histórico.

A organização da memória e dos sentidos conferidos por um grupo está geralmente associado à questão da identidade familiar ou do grupo político ou segmento social ao qual determinado sujeito pertenceu. Pensar na interligação entre a memória e identidade para um determinado grupo é algo primordial segundo Candau (2012, p. 18), pois a “memória é a identidade em ação”, constituindo-se tanto de lembranças quanto esquecimentos, levando muitas vezes os indivíduos, “a incorporar certos aspectos particulares do passado, a fazer escolhas memoriais que dependem da representação que ele faz do próprio passado” (CANDAU, 2012, p. 18-19). Segundo Ângela de Castro Gomes (2000) é comum a preocupação dos historiadores com os documentos históricos, frente a importância de sua conservação para “fins de prova, essencial à garantia da cidadania, quer para fins históricos, ou seja, instrumentalizando o processo de construção da memória coletiva de grupos sociais” (GOMES, 2000, p. 18).

A análise metodológica das correspondências do General João Nunes da Silva Tavares, remete a alguns elementos que a tornam complexa, pois, além de ser uma fonte que, segundo Ângela de Castro Gomes (2000, p. 20) precisa de maior atenção devido à dispersão em que se encontram os documentos, estes podem ser de origem diversa e de grande quantidade. Geralmente dispersos, constituem-se verdadeiros quebra-cabeças fragmentos por meio do qual o historiador olha o passado. Escritas numa linguagem que se modificou com o tempo, ou mesmo caindo em desuso, os documentos reafirmam a diacronia do tempo em que o investigador se encontra para com o tempo do evento ocorrido. Dessa forma, as cartas constituem-se códigos carregados de sentidos para uma época e um contexto, o que redobra a necessidade de precaução diante da fonte, principalmente no momento de serem analisadas e

“decodificadas em sua dimensão histórica, nas condições socioeconômicas e na cultura de uma época, na qual o público e o privado se entrelaçam, constituindo a singularidade do indivíduo numa dimensão coletiva” (MALATIAN, 2013, p. 200).

No que diz respeito ao suporte, em sua maioria eram escrita em papéis específicos para correspondências, outras em pequenos pedaços de papel ou em folhas de cadernos. As marcas presentes nos papéis, algumas devido o de seu envelhecimento, em geral estavam em ótimo estado de conservação, muitas apresentavam o logotipo da empresa que as fabricava, outras apresentam pequenos furos, apresentando certa sequencia ao longo do texto, o que pode evidenciar a utilização de cifras ou códigos secretos em clara preocupação de protegê-las caso caísse nas mãos do inimigo.

Havia alguns rascunhos com a preocupação de como o sujeito poderia abordar assuntos muitas vezes delicados. Escritas à lápis ou tinta preta, azul ou vermelha, apresentam variações na caligrafia, evidenciando as condições em que foram escritas, redigidas de próprio punho ou por intermédio de um ajudante de ordens, um secretário encarregado de redigi-las.

Os telégrafos em grande parte escritos a lápis, em formulário especial dos postos de telégrafo onde eram enviados e recebidos, apresentavam a data, emissor e receptor, a cidade de onde era enviado e a sua classificação como urgente, urgentíssimo, reservado, entre outras formas utilizadas, diferem das correspondências quanto à forma como são escritas, sem a utilização de preposições ligando as palavras.

Nesse sentido algumas tarefas foram imprescindíveis para que fosse possível abordar a fonte e compreender seu potencial, o que ela permitiria problematizar. A leitura do material para identificar os assuntos tratados e os personagens envolvidos precedeu a um fichamento de todos os assuntos.

Procurando separar por anos os assuntos, logo passamos a identificar a correspondência ativa e passiva, estabelecendo para tal uma análise quantitativa e qualitativa de maneira que fosse possível compreender as possíveis ligações entre os envolvidos no pacto epistolar.

Quanto ao conteúdo, a forma com que a narrativa é construída, a crítica do documento em si, buscamos analisar a estrutura das cartas, como eram organizados os textos, os assuntos, a maneira como foi construído o vocabulário de tratamento pessoal ou profissional, a proximidade entre emissor e receptor, a própria recorrência de assuntos, o volume de correspondências e os assuntos tratados com pessoas específicas permitem um entendimento do papel social de Joca Tavares nesse contexto.

Para que possamos exemplificar melhor a materialidade das cartas e diários, a maneira como eram escritas, conforme expusemos acima, apresentaremos abaixo alguns exemplos destas fontes:

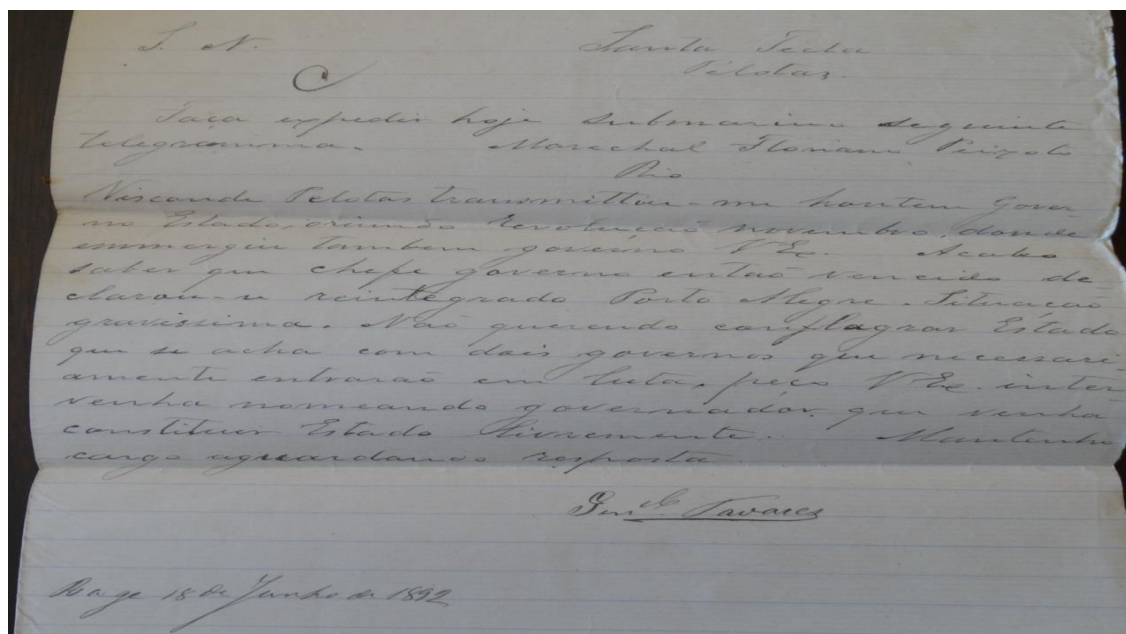


Figura 1 – Carta do General Joca Tavares a seu irmão Joaquim da Silva Tavares (Barão de Santa Tecla) em 15 de junho de 1892

Fonte: Acervo Particular da Senhora Yara Maria Botelho Vieira, bisneta do General João Nunes da Silva Tavares, Cidade de Bagé, RS. Obtida em 2014.

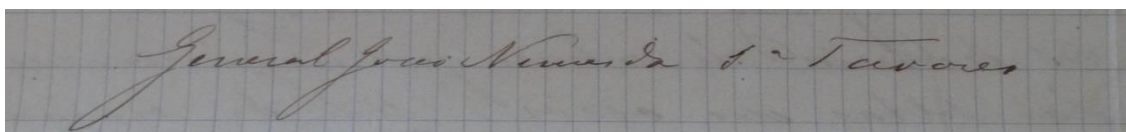


Figura 2 – Assinatura do General João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares)

Fonte: Acervo Particular da Senhora Yara Maria Botelho Vieira, bisneta do General João Nunes da Silva Tavares, Cidade de Bagé, RS. Obtida em 2014.

REPARTIÇÃO GERAL
DOS
TELEGRAPHOS

Estação *Bagé* *21* de *Março* de 1892

Telegramma N. <i>3583</i>	Numero de ordem <i>233</i>
Hora de apresentação <i>15h</i>	Remetido a
Numero de palavras <i>55</i> pagas	Hora da expedição
Recebido de <i>12</i> h. <i>48</i> m. <i>pm</i>	

Assinatura do Telegraphista *[assinatura]* Assinatura do Telegraphista expedidor *[assinatura]*

Procedente de *Pelotas* Data *21* Hora *15* m.

Endereço *General Joca Tavares*

<i>Cidade</i>	<i>minha</i>	<i>saída</i>	<i>abrange</i>
<i>me</i>	<i>relatar</i>	<i>me</i>	<i>política,</i>
<i>fazenda</i>	<i>relat</i>	<i>triumpho</i>	<i>do</i>
<i>legabilidade</i>	<i>e</i>	<i>do</i>	<i>ordem</i>
<i>que</i>	<i>seu</i>	<i>para</i>	<i>o</i>
<i>chefe</i>	<i>protegição</i>	<i>sempre</i>	<i>reconstrução</i>
<i>estado</i>	<i>Carla</i>		<i>minha</i>
<i>primeira</i>	<i>amizade</i>		

Nome e morada do remetente *Vicente da Silva*

Figura 3 – Telégrafo enviado pelo Visconde Pelotas ao General Joca Tavares em 21 de março de 1892

Fonte: Acervo Particular da Senhora Yara Maria Botelho Vieira, bisneta do General João Nunes da Silva Tavares, Cidade de Bagé. Obtida em 2014.

Muitas destas cartas de seu arquivo foram transcritas e estão presentes do diário⁶ do General Joca Tavares que foi relançado em obra organizada pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, reproduzido na íntegra, essencialmente as cartas militares, escritas durante o período da Revolução Federalista de 1893. Este diário foi organizado logo após o término da Revolução por seu filho Pedro Nunes da Silva Tavares, que durante a Revolução exerceu a função de ajudante de ordens e secretário de Joca. Os telégrafos e as cartas que envolvem alguns assuntos mais pessoal não chegaram a ser transcritas nessa obra, inclusive as do período de organização federalista que antecede a Revolução.

Confrontando a documentação com a historiografia procuramos compreender o contexto histórico onde está inserido e como as correspondências vêm a esclarecer, complementar, contradizer, ou mesmo trazer luz sobre os processos decisórios, as tramas entre as lideranças, suas preocupações e seus projetos que fizeram parte de suas deliberações que muitas vezes passam despercebidas. Muitas dessas decisões passaram para os livros de história como algo naturalizado, sem que fossem consideradas as influências que o levaram a

⁶ TAVARES, J. N. da S. **Diário da Revolução Federalista de 1893**. CABEDA, C. B. P.; AXT, G.; SEELING, R. V. (Org). Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo II. (Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3).

adotar esta ou aquela decisão, apresentando o indivíduo como importante agente histórico capaz de influenciar no contexto no qual se insere.

É neste sentido que iremos apresentar a seguir as análises quantitativas e qualitativas dos documentos, após termos realizado uma descrição quanto materialidade e as características destas correspondências, tanto cartas quanto telégrafos de autoria de Joca Tavares. Dessa forma é que procuraremos apresentar um pouco mais a respeito do conteúdo que as confere tanta importância, para estudar o personagem além do militar, buscando entender a construção do político e de sua ação como chefe de família, estancieiro, fronteiriço, através da análise das relações estabelecidas com outros chefes militares e políticos. Procuraremos também apresentar o mediador que está por detrás destes aspectos que estabelece trocas clientelísticas com outros agentes históricos, em que se torna perceptível a construção de redes e dessa maneira seja possível pensar sua trajetória de vida.

2.1.1 Análise quantitativa

Mesmo tendo em vista a grande quantidade de correspondências enviadas e recebidas guardadas no arquivo pessoal da família, na Estância do Limoeiro em Bagé, Rio Grande do Sul, o qual conta com acervo de mais de 1000 documentos referentes ao período da Revolução, a ausência ainda de um arranjo do material que facilite uma investigação mais sistematizada do acervo, descortinou importante oportunidade de compreender melhor a perspectiva política da Revolução Federalista de 1893 através do General Joca Tavares por meio das relações de poder expressas pelas cartas, pela frequência com que eram enviadas, do local que estas eram enviadas, quem as escrevia, a quantidade que cada agente histórico remetia de correspondências, o segmento social a que pertencia e as relações sociais que estes agentes mantinham com Joca.

Dentre as 900 cartas consultadas, foram selecionadas 369 cartas, entre elas partes de combates e ordens do dia, tendo como critério as que possibilitaram uma melhor análise do sujeito, nosso objeto de pesquisa, com elementos que identificam os diversos aspectos de sua atuação política, pessoal, militar, bem como suas relações sociais.

Dos 135 telégrafos entre os anos de 1892 a 1895, podemos identificar os nomes de quem as escrevia e o segmento social a que pertenciam, referente a comunicações trocadas entre o General João Nunes da Silva Tavares. Estabelecemos uma divisão para quantificá-las, identificando como lideranças civis, políticas e militares, tanto legalistas quanto federalistas,

colaboradores/simpatizantes com a causa federalista tanto no Brasil como no Uruguai, além de autoridades uruguaiaias.

Entre estes estão nomes que puderam ser identificados tais como os dos generais legalistas Inocêncio Galvão de Queiróz⁷, João da Silva Telles⁸, Coronel Carlos Telles⁹, os chefes militares e civis federalistas Marcelino Pinna¹⁰, Aparício Saraiva¹¹, Gumerindo Saraiva¹², José Serafim de Castilhos (Juca Tigre)¹³, Luís de Oliveira Salgado, Gaspar Silveira Martins¹⁴, Luís Saldanha da Gama¹⁵, Adão Latorre¹⁶, Rafael Cabeda¹⁷, Guerreiro Victória¹⁸, entre outros. Existem, também, correspondências trocadas com seus irmãos consanguíneos, Coronel José Bonifácio da Silva Tavares (Zeca Tavares)¹⁹, Dr. Francisco da Silva Tavares

⁷ General que assumiu em 1895 o Comando em Chefe das Forças do Exército Brasileiro em operação no Rio Grande do Sul, o qual por ordem do Presidente Prudente de Moraes, propôs e passou a tratar diretamente com o General Joca Tavares da pacificação da Revolução Federalista de 1893 (MEDEIROS, 2005).

⁸ General que tentou por ordem do Marechal Floriano Peixoto tratar de um entendimento com o General Tavares que evitasse a eclosão da Revolução, no entanto não surtiu efeito. Chegou a comandar divisões militares do Exército no sul do Rio Grande do Sul (TAVARES, J. N. da S., 2004).

⁹ Irmão do General João Telles, comandou o 31º Batalhão de Infantaria, foi Comandante da Fronteira e Guarnição de Bagé durante o cerco da cidade que durou de novembro de 1893 a janeiro de 1894, resistindo às investidas federalistas (PORTO ALEGRE, 1917).

¹⁰ Antigo chefe político na cidade de São Gabriel, comandou uma divisão do Exército Libertador durante a Revolução Federalista de 1893 (DUARTE, 1993).

¹¹ Importante caudilho e liderança política do Partido Blanco na República Oriental do Uruguai, comandou assim como seu irmão de Gumerindo Saraiva, uma divisão do Exército Libertador durante a Revolução Federalista de 1893 (DOBKE, 2015).

¹² Importante caudilho e antigo chefe político Liberal na cidade de Santa Vitória do Palmar ainda no Império. Na República sofreu perseguições e veio a comandar uma divisão do Exército Libertador, a qual chegou até o Paraná (LOPEZ, 2005).

¹³ Chegou a ser uma importante liderança política na cidade de São Gabriel, estancieiro, ainda no Império e início da República, ocupando o cargo de Chefe de Polícia. Durante a Revolução Federalista de 1893, lutou junto a outros chefes militares federalistas (FLORES, 1995).

¹⁴ Membro do Conselho de Estado ainda no Império, foi Conselheiro do Imperador, chegando a ser Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Com a República sofreu exílio, retornando em 1892, quando fez parte da fundação ainda no mesmo ano, do Partido Federalista em Bagé. Foi importante caudilho e chefe político da Revolução (ROSSATO, 2014).

¹⁵ Almirante que se juntou aos federalistas após a dissidência com Floriano Peixoto, veio a ser Comandante em Chefe do Exército Libertador em 1894 até ser morto batalha no ano de 1895 (AXT; COSTA, 2009).

¹⁶ Foi peão na estância de José B. da Silva Tavares. Sua família possuía uma pequena propriedade no município de Bagé, a qual foi assassinada por membros do Partido Republicano Riograndense no período que antecedeu à Revolução Federalista de 1893. Juntou-se aos federalistas e participou de diversos combates, entre eles o do Rio Negro, no qual foi acusado de degolar de mais de 100 legalistas. Chegou a ocupar postos de oficial superior no Exército Libertador (SILVEIRA, 1993).

¹⁷ Importante caudilho e chefe político da cidade de Santana do Livramento no estado do Rio Grande do Sul, foi comerciante e estancieiro, lutou juntamente com seu irmão Francisco Cabeda ao lado dos federalistas durante a guerra civil de 1893 a 1895 (CAGGIANI, 1996).

¹⁸ Chefe político Liberal durante o Império na cidade de Herval, lutou na Guerra do Paraguai, era parente do General Joca Tavares. Durante a Revolução Federalista de 1893, foi comandante de uma divisão do Exército Libertador (SILVA, 2006).

¹⁹ Irmão do General Joca Tavares, foi um importante caudilho na cidade de Bagé, RS. Era estancieiro e, ainda no Império ocupou posto de Coronel da Guarda Nacional. Ocupou também cargos no legislativo municipal, e durante a Revolução Federalista de 1893, lutou ao lado do Exército Libertador (OLIVEIRA, 2016).

(Chico Tavares)²⁰, Joaquim da Silva Tavares (Barão de Santa Tecla)²¹ e também com seu filho, Pedro Nunes da Silva Tavares. Dentre as autoridades uruguaias estão chefes de polícia da fronteira tanto do Departamento de Cerro Largo quanto de Rivera, além de colaboradores de Rivera, Taquarembó, Salto, Cerro Largo e Paysandú, Montevideu e Buenos Aires.

Quanto à frequência com que eram enviadas ou recebidas as correspondências, estabelecemos a seguinte: eventuais, regulares e assíduos, dividas entre os anos de 1892, 1893, 1894 e 1895. Nesse sentido é possível observar que a quantidade de correspondências enviadas e a frequência era maior e mais assídua por parte de lideranças militares da rede de Joca Tavares, assim como as informações vindas do Uruguai, principalmente nos anos de 1894 e 1895.

O tempo que cada carta demorava para chegar do remetente ao destinatário poderia variar conforme a distância existente entre estes, muitas poderiam ser enviadas e recebidas no mesmo dia, outras, no entanto, poderiam demorar mais tempo para chegar a seu destino, devido à diversas variáveis tais como o tempo, o espaço geográfico e o posicionamento do inimigo.

Quanto aos telégrafos, por se tratarem de comunicações de maior celeridade, os telégrafos eram geralmente enviados e recebidos no mesmo dia, ou, ainda, quando recebidos em determinados pontos que existiam estações telegráficas, eram enviados ao destinatário por mensageiros a cavalo para outras localidades onde não existiam estas estações, no caso até o General Tavares e outros líderes federalistas que se encontravam em plena campanha militar.

O tempo que demandava uma carta para chegar ao destinatário é possível de ser analisado a partir das correspondências, conforme apresentam algumas delas. Em carta do dia 30 de setembro de 1894, o General Tavares escreveu de uma localidade próxima da cidade de Dom Pedrito a Silveira Martins, que estava em Buenos Aires, na qual afirma: “Exmo. Sr. Conselheiro Silveira Martins. “Saudo-vos afetuosamente. Estou de posse de vossa carta de 14 do mês findo [...]” (TAVARES, 2004, p. 103). Em outra correspondência, enviada também do município de Dom Pedrito, este tempo pode ser analisado da mesma forma quando fala que “Ilmo. Sr. Coronel Zeca Tavares, 1º de outubro de 1894. Hoje a tarde recebi vosso ofício de que foi portador o Major Olvídio Batista, datada de 30 do que findou [...]” (TAVARES, 2004,

²⁰ Irmão do General Joca Tavares, Bacharel em Direito, importante liderança do Partido Conservador, ocupou cargos políticos como o de Deputado durante o Império em nível provincial. Durante a República, chegou a ser governador do Rio Grande do Sul por poucos dias (TAVARES, F. da S., 2004).

²¹ Irmão do General Joca Tavares, importante estancieiro e charqueador na cidade de Pelotas, ainda no Império recebeu o título de Barão de Santa Tecla. Na República, participou da Revolução Federalista de 1893 como um articulador político, não chegando a pegar em armas (TAVARES, J. N. da S., 2004).

p. 105). Uma terceira carta enviada por Joca Tavares no dia 18 de outubro de 1894, o qual estava próximo a Dom Pedrito, ao Almirante Saldanha da Gama que se encontrava em Montevideu, diz: “Exmo. Sr. Almirante Saldanha da Gama. Estou de posse da carta de Vossa Excelência, datada de 9 do corrente, da qual foi portador o Sr. Guarda-Marinha Agérico de Souza [...]” (TAVARES, 2004, p. 115).

Nessas correspondências, embora não seja possível identificar com precisão as localizações dos destinatários, principalmente por ser uma guerra caracterizada pelo movimento, dificilmente os comandantes militares permaneciam muito tempo em determinada localidade. Dentre as que apresentamos, algumas permitem estabelecer que entre Buenos Aires e a fronteira próxima a Bagé e Dom Pedrito, uma carta poderia demorar cerca de 16 dias. Na carta que apresentamos acima, entre o General Tavares que estava próximo a Dom Pedrito e seu irmão Zeca Tavares, que estava próximo a Bagé, o tempo foi aproximadamente de um dia para chegar ao destino. Por último, em carta trocada entre Joca Tavares que se encontrava no município de Dom Pedrito, e o Almirante Saldanha da Gama que estava em Montevideu, o tempo foi de 9 dias.

No que diz respeito ao modo como eram transportadas estas cartas, conforme pudemos analisar nas informações presentes nas cartas do General Tavares, estas eram confiadas a soldados ou oficiais de estrita confiança para tal tarefa que as levavam a cavalo.

Tais mensageiros, além de serem de confiança, eram próximos aos oficiais que as enviavam e deveriam conhecer o terreno, conforme pode ser analisado em duas cartas. A primeira, enviada por Marcelino Pina e recebida por Joca Tavares em 2 de outubro de 1894, na qual assevera “[...] **o portador, que é meu filho, vos informará de tudo e explicará as circunstâncias**” (TAVARES, 2004, p. 106). Numa segunda carta, enviada pelo Almirante Saldanha da Gama em 9 de outubro de 1894 ao General Tavares, afirma: “[...] tomo a liberdade de apresentar-lhe o portador, Guarda-Marinha, Agérico de Souza, um dos meus rapazes mais sacudidos e **dignos de confiança**” (TAVARES, 2004, p. 113).

Muitas das cartas eram cifradas para dificultar que o inimigo as decifrassem caso capturadas, outras como pudemos observar, continham informações que deveriam ser complementadas ou explicadas oralmente pelos mensageiros que as transportariam, pois conforme Joca Tavares afirma em carta do dia 15 de setembro de 1894, a partir da carta enviada pelo o Almirante Saldanha da Gama a este, na qual afirma que “[...] O General Piragibe **completará o escrito e sentido desta carta, dizendo-vos de viva-voz a Vossa Excelência o que não convém, neste momento, confiar no papel**” (TAVARES, 2004, p. 102).

Tabela 1 – Relação de cartas enviadas e recebidas pelo General João Nunes da Silva Tavares entre os anos de 1892 a 1895

CARTAS	
1892	
Enviadas	14
Recebidas	15
1893	
Enviadas	16
Recebidas	39
1894	
Enviadas	30
Recebidas	75
1895	
Enviadas	71
Recebidas	109
Total de enviadas	131
Total de recebidas	238
Total de cartas	369

Fonte: Acervo Particular da Senhora Yara Maria Botelho Vieira, bisneta do General João Nunes da Silva Tavares, Cidade de Bagé, RS. Obtida em 2014. (TAVARES, 2004).

Tabela 2 – Relação de Telégrafos enviados e recebidos pelo General Joca Tavares entre os anos de 1892 a 1895

TELÉGRAFOS	
1892	
Enviados	4
Recebidos	91
1893	
Enviados	-
Recebidos	6
1894	
Enviados	-
Recebidos	16
1895	
Enviados	2
Recebidos	16
Total	135

Fonte: Acervo Particular da Senhora Yara Maria Botelho Vieira, bisneta do General João Nunes da Silva Tavares, Cidade de Bagé, RS. Obtida em 2014. (TAVARES, J. N. da S., 2004).

É a partir destas correspondências enviadas e recebidas por Joca que se torna possível perceber como eram construídas e pensadas suas relações, não apenas durante a Revolução Federalista de 1893, mas com um longo processo de construção desse espaço de poder do indivíduo que o projetou para uma posição de relevância, e que vai lhe permitir assumir a

proeminência das ações militares durante os anos da Revolução, no qual exerce o posto de General em Chefe do Exército Libertador/Federalista. Também foi possível o entendimento das relações de poder pensadas pelo indivíduo, o lugar social de quem escreve, seu papel de caudilho e mediador, as relações clientelísticas que se estabelecem, a construção de sua imagem como político e militar, e a relação entre o privado e o público.

Essas cartas e telégrafos do General João Nunes da Silva Tavares enquanto fontes, tanto enviadas quanto recebidas, trocadas com chefes federalistas políticos e militares, que permite pensarmos numa série de possibilidades metodológicas para sua utilização para compreensão da construção das relações de poder do indivíduo por meio das redes de relações sociais por ele estabelecidas através das correspondências.

Com o retorno do indivíduo à história, favorecido pelas renovações propostas pelos Annales, tem-se, a partir da década de 1980, a volta do interesse para o indivíduo e o “comportamento social dos membros de determinado segmento social, no caso as elites, as estratégias pessoais, seu contexto sócio-relacional e familiar” (BERTRAND, 1999, p. 112). Neste sentido, essas renovações passam a propor um abandono das explicações de um grupo social exclusivamente através das estruturas, ao mesmo tempo não negando sua influência, a partir de então, compreender os indivíduos como membros de grupos sociais capazes de atuar sem que o indivíduo necessite submeter-se às estruturas (BERTRAND, 1999, p. 110).

O estudo de cartas segundo Gomes (2000) possibilita uma aproximação do pesquisador com as redes de subjetividade do autor, o que não é tão viável quando se utiliza outros tipos de fontes para que possamos compreender como se constrói a imagem de Joca Tavares enquanto um político e militar. Estes elementos possibilitam também uma melhor compreensão do pesquisador ao classificar estas fontes, o quanto o público se mescla com o privado. Nesse sentido, está a compreensão das possibilidades que o estudo das correspondências de Joca Tavares proporciona.

Conforme Teresa Malatian (2013) a análise das correspondências trocadas permite compreender “as redes de sociabilidade nas quais os indivíduos se inserem e os vínculos existentes entre os correspondentes [...] para a compreensão da inserção social do remetente em posições familiares, profissionais, de amizade, etc” (MALATIAN, 2013, p. 203). Existem alguns elementos presentes nas cartas do General Tavares que possibilitam compreender como era construída a imagem de Joca, os vínculos existentes e a natureza destes correspondências. Para tal análise, observamos o que Ângela de Castro Gomes (2000, p. 41) destaca que “as formas de tratamento a ele conferidas, os termos com que os missivistas se despedem do destinatário e todas as menções realizadas às suas características de

personalidade”. Esse tratamento ainda segundo a autora, diz respeito a maneira como a ele se referem, podendo ser de dois tipos: o tratamento pessoal e o tratamento formal (GOMES, 2000, p. 41).

O tratamento pessoal envolve manifestações de apreço, saudações, uso de expressões de cunho mais íntimo, como “amigo”, “compadre” por exemplo. O tratamento formal se dá pela utilização do missivista de pronomes de tratamento como, por exemplo, “Excelentíssimo Senhor General Comandante em Chefe do Exército Libertador” ou “Ilustríssimo Senhor General João Nunes da Silva Tavares” entre outras formas de manifestar formalidade. Essa pessoalidade ou a formalidade pode também dizer respeito à maneira como o público e privado eram tratados, o quanto os interesses da Revolução diziam respeito aos seus interesses pessoais.

O termo rede²², dentre as diversas acepções que o termo pode assumir, segundo José María Imízcoz (2011, p. 100) pode ser entendido como “um conjunto de conexões entre atores relacionados de um ou outro através de interações entre indivíduos para detectar as formas de articulação que estas revelam, desde grupos ou ‘cliques’ de pessoas mais vinculadas entre si até relações mais ocasionais ou distantes destes entornos densos”, podendo também ser “um complexo sistema de vínculos que permitem a circulação de bens e serviços, materiais e imateriais, no âmbito das relações estabelecidas entre seus membros” (BERTRAND, 1999, p. 120).

Além de constituírem importante fontes, as correspondências constituem um elemento que, no contexto que estamos estudando do final do século XIX em que parte da população era iletrada, cartas vêm a ser um meio de estudo das elites, principalmente por ser um meio de comunicação muito utilizado por estas, assim como instrumento da burocracia estatal.

Dentre os elementos que possibilitam um melhor estudo das redes estão os casamentos, as relações familiares e de parentesco. Para Imízcoz (2011, p. 101), “a correspondência epistolar privada, como meio de comunicação entre pessoas, é a única fonte documental que revela interações diretas – não mediadas institucionalmente entre atores sociais”.

A análise que procuramos dar as cartas, consiste numa abordagem que compreenda a construção das relações de poder por meio das redes tanto egocêntricas quanto redes coletivas (BERTRAND, 1999, p. 119) construídas por Joca Tavares. Neste sentido, Michel Bertrand

²² Ao trabalhar com a perspectiva de diversos autores que se utilizam da metodologia da análise de redes de relações, procuramos expor as diversas possibilidades de abordagem a partir dessa metodologia, no entanto sem procurar esgotar o assunto, pois pretendemos dar sequência a essa análise em trabalhos futuros.

(1999) defende que as redes egocêntricas podem ser entendidas como sendo construídas por apenas um indivíduo. Já as redes coletivas, são aquelas que estão ligadas a diversos centros e não apenas um.

Uma segunda abordagem consiste no aspecto quantitativo e qualitativo destas cartas como importante meio de compreender “relações que articulam as redes além do local” (IMÍZCOZ, 2011, p. 104). Por outro lado, as redes coletivas seriam aquelas estruturadas não em torno de um núcleo central, mas em torno de vários centros. Segundo Michel Bertrand, elas são “frequentemente construídas no interior de um grupo que tem uma existência anterior a da rede e que serve de apoio para as relações entre os membros da rede” (BERTRAND, 1999, p. 119).

A grande quantidade de cartas a que tivemos acesso no arquivo privado da família Tavares, em Bagé, Rio Grande do Sul, requereu de nossa parte estabelecer a necessidade de pensar um método que pudéssemos utilizar para organizar e trabalhar com o estudo das correspondências. A partir do fichamento dos textos, procuramos identificar os temas presentes, a quantidade e frequência das trocas de correspondências, que assuntos eram tratados e com que indivíduos envolvidos, a proximidade ou familiaridade entre emitente e remetente, procurando identificar a existência de redes fortes ou fracas.

Durante a análise qualitativa das fontes, houve a necessidade de compreender a origem do grupo social envolvido, tanto de quem emite como quem recebe a correspondência, as localidades das quais escreviam, as ações destes indivíduos a partir das cartas. Ainda no que se refere à análise qualitativa das redes, segundo Imízcoz (2011), podemos destacar a existência de alguns conceitos que auxiliam no entendimento destas.

O conceito de densidade, ou de um “núcleo duro da rede”, parte da premissa que dentro das redes “alguns indivíduos se destacam especialmente como ‘conectores’” (IMÍZCOZ, 2011, p. 114). Ainda segundo este autor, estes indivíduos, ao enviar e receber cartas para diversos sujeitos, acabam lhes conectando entre si, envolvendo-se as suas necessidades, “mobilizando parentes e amigos, promovendo a cooperação e a concentração” (IMÍZCOZ, 2011, p. 114).

Dentro da rede social, para a construção das relações entre os indivíduos, para alguns autores como Imízcoz (2011), existiriam os laços fortes, que seriam as relações mais próximas, “que conecta parentes próximos e amigos íntimos que são amigos entre si” e os laços fracos, seriam aqueles estabelecidos fora deste entorno denso (IMÍZCOZ, 2011, p. 114).

As cartas permitem, a partir da análise de José Maria Imízcoz (2011, p. 107), observar “o capital relacional e seu uso, as funções de mediação, o desenvolvimento da ação, a

mobilização dos atores implicados nela, a transmissão da informação, os intercâmbios de bens e serviços, a circulação de favores, o poder de influência efetivo, as conexões com as instituições”. A solicitação de favores aos mediadores, criam, segundo Angela de Castro Gomes (2000), “uma confiança depositada em seu destinatário [...] transformando-o em seu protetor”, conformando o que a autora definiu como sendo uma retribuição clientelística podendo ser na esfera pessoal quanto na impessoal (GOMES, 2000, p. 32-33).

Para Arnold Leonard Epstein, “toda a relação social envolve a ideia de troca” (EPSTEIN, 1969 apud ENNE, 2004, p. 267), afirmando que através das ligações entre os indivíduos de uma rede, da interação entre eles, sejam trocados bens tanto materiais quanto simbólicos, na forma de serviços e informações. A partir dessa interação e troca entre os envolvidos, Epstein defende como sendo elementos fundamentais para a gerar “status e prestígio para os membros da rede” (EPSTEIN, 1969 apud ENNE, 2004, p. 268).

No que diz respeito a existência de um mediador nas redes, seria aquele indivíduo que constrói pontes entre relações de vínculo fraco e o forte, ocupando posição de centralidade intermediária, que sem ele, grupos subalternos não poderiam entrar em contato, ligando elementos que sem eles não agiriam com autonomia (BERTRAND, 1999, p. 123). Para Imízcoz (2011, p. 123), a mediação é responsável por ligar grupos e subgrupos, por onde os mediadores atuariam como pontes que teriam o controle da comunicação. Essa situação é evidenciada a partir das tabelas que apresentamos acima, as quais demonstram a superioridade do número de cartas e telégrafos recebidas pelo General Joca Tavares entre 1892 a 1895 sobre as enviadas, destacando a sua atuação enquanto mediador dentro do grupo social no qual estabeleceu suas redes, realizando a ligação entre grupos distintos.

Para Bertrand (1999), cada indivíduo a partir da família, estabelece vínculos de identidade e de afinidade, a qual estaria ligada por vínculos fortes, por um forte sentimento de pertencimento a um grupo, servindo-lhe como base de apoio e de solidariedades, um espaço de ação. A base familiar lhe serve como base de experiência de como construir redes de sociabilidades enquanto indivíduo, o qual utilizará das relações já construídas no âmbito dos interesses familiares, partindo de uma estrutura de relações que já existentes, construirá sua rede de sociabilidade seus círculos sociais, que podem segundo o autor, vir a influenciar nas ações e no comportamento do indivíduo. Estas duas estruturas, a familiar e a rede de sociabilidade, poderiam ser conectadas a partir da presença de mediadores (BERTRAND, 1999, p. 124-126).

No âmbito familiar podemos encontrar algumas relações sociais mais habituais, em que podemos destacar a pratica da endogamia e de relações profissionais, como elementos

capazes de estabelecer alianças, criar homogeneidade e criar coerência ao grupo (IMÍZCOZ, 2011, p. 132).

Os vínculos e relações entre os indivíduos, segundo Bertrand (1999), poderiam ser de três tipos. O primeiro pode ser de amigo, ou amigo íntimo, podendo ser um parente, inclui a possibilidade de relação de compadrio entre os sujeitos, criando uma relação de forte fidelidade, podem também tornar-se alianças parentais. Outro vínculo seria o de sócios, o qual envolveria relações sem que seja necessária a existência de vínculos afetivos entre os envolvidos. O terceiro e último, seriam as relações de tipo clientelistas, uma relação que pressupõe assimetria entre os envolvidos, existiria uma relação de dependência que pode ser tanto vertical quanto horizontal.

Este aspecto pode remeter à questão do capital imaterial de um indivíduo, ou seja, composto pelo domínio de informações, conhecimento, serviços prestados que lhe permitem administrar da melhor maneira os interesses de sua comunidade (LEVI apud REVEL, 1998, p. 31).

Outro elemento diz respeito ao fato de que as correspondências permitem uma noção mais ampla dos assuntos tratados, dos grupos, das dinâmicas individuais, permite também analisar a “pluralidade das dimensões nas quais os indivíduos se movem e com os processos históricos dos quais participam: sentimentos, ideias, economias, circulação, relações de poder, conflitos e solidariedades, universos culturais e ideológicos, construções sócio-políticas, etc” (IMÍZCOZ, 2011, p. 107). As redes permitem uma visão mais ampla das múltiplas possibilidades de ação do sujeito, dos diversos meios onde ele atua, o que antes era visto de forma mais fracionada, agora pode ser apreendido de uma maneira mais ampla para compreender o indivíduo.

Tabela 3 – Relação dos principais nomes com os quais o General Joca Tavares trocou correspondências entre os anos de 1892 a 1895

(continua)

PRINCIPAIS NOMES			
1892	Federalistas	Legalistas	Quantidade
Domingos Alves Barreto Leite		X	2
João Telles		X	4
Antônio	X		2
Domingos Ferreira	X		2
Adriano	X		1
Florianio Peixoto		X	7
Leopoldo Antunes Maciel (Barão de São Luís)	X		1
Bernardino Azambuja	X		2

Tabela 3 – Relação dos principais nomes com os quais o General Joca Tavares trocou correspondências entre os anos de 1892 a 1895

(continuação)

José Antônio Correa da Câmara (Visconde de Pelotas)	X		3
Hipólito Cabeda	X		1
Domingos Barbosa	X		1
Laurentino Filho	X		3
Ribas	X		1
Antônio	X		1
Ávila	X		1
Feliciano Teixeira	X		1
Boaventura Soares	X		1
1893	Federalistas	Legalistas	Quantidade
Gumercindo Saraiva	X		6
Dinarte Dornelles	X		2
Marcelino Pina de Albuquerque	X		10
Gaspar Silveira Martins	X		11
Luis Alves de Oliveira Salgado	X		3
David Martins	X		2
Antônio Prestes Guimarães	X		2
José Bonifácio da Silva Tavares	X		2
Ministro da Guerra		X	1
Carlos Telles		X	8
Raul Maurell		X	2
José Maria Guerreiro Victória	X		1
Joaquim da Silva Tavares	X		2
Gumercindo Collazo (chefe político de Cerro Largo)			1
Manoel Correia de Aguiar	X		1
João Inácio Bittencourt	X		1
Joaquim da Silva Tavares	X		2
1894	Federalistas	Legalistas	Quantidade
Gaspar Silveira Martins	X		3
Marcelino Pina de Albuquerque	X		20
José Bonifácio da Silva Tavares	X		14
Estácio Azambuja	X		6
Adão Latorre	X		2
Rafael Cabeda	X		2
Antonio Carlos da Silva <i>Piragibe</i>	X		8
Luís Felipe Saldanha da Gama	X		19
Boaventura Pereira Leite	X		6
José Maria Guerreiro Victória	X		7
Candido Tavares Bastos	X		6
Francisco Cabeda	X		3
Carlos Laudares	X		2
Mateus Colares	X		2
Aparício Saraiva	X		2
Antero Cunha	X		1
Gumercindo Saraiva	X		1

Tabela 3 – Relação dos principais nomes com os quais o General Joca Tavares trocou correspondências entre os anos de 1892 a 1895

(continuação)

Silvério da Silveira	X		1
Gaspar Barreto	X		3
Armando Burlamarque	X		2
1895	Federalistas	Legalistas	Quantidade
Gaspar Silveira Martins	X		3
Marcelino Pina de Albuquerque	X		14
José Bonifácio da Silva Tavares	X		1
Estácio Azambuja	X		7
Adão Latorre	X		1
Rafael Cabeda	X		2
Luis Felipe Saldanha da Gama	X		21
Boaventura Pereira Leite	X		1
José Maria Guerreiro Victória	X		7
Francisco Cabeda	X		5
Mateus Collares	X		2
Alexandre Collares	X		1
Aparício Saraiva	X		18
Gordiano Varres	X		1
Armando Burlamarque	X		1
José Manuel Firpo	X		1
David dos Santos Bueno	X		1
Galvão Machado	X		4
Gabriel Correa Pimentel	X		1
João Dornelles	X		3
João Preto	X		1
Gaspar Barreto	X		1
Pedro Nabuco de Araújo	X		2
Antero Cunha	X		1
Pedro Fontoura de Almeida	X		1
Hipólito Ribeiro		X	1
Francisco da Silva Tavares	X		1
Joaquim da Silva Tavares	X		1
Eleutério Gonçalves de Melo	X		1
Prudente José de Moraes e Barros		X	2
Inocêncio Galvão de Queiróz		X	2

Fonte: Acervo Particular da Senhora Yara Maria Botelho Vieira, bisneta do General João Nunes da Silva Tavares, Cidade de Bagé, RS. Obtida em 2014. (TAVARES, J. N. da S., 2004).

Como pudemos observar acima, nos anos de 1892 os principais nomes foram o Presidente da República, Marechal Floriano Peixoto e do General João Telles, no entanto o Visconde de Pelotas também ocupou importante papel nesse contexto que antecedeu à Revolução Federalista de 1893 e as tentativas de Joca Tavares de evitar o confronto armado.

Importante destacar que nesse contexto as correspondências com Gaspar Silveira Martins não chegamos a ter acesso. Esse motivo talvez possa se dar devido ao fato de que era o período que antecedeu a Convenção de Bagé em 1892 que marcaram o entendimento entre ex-Liberais representados por Silveira Martins e entre os ex-Conservadores representados por Joca Tavares, grande parte deles já pertencentes ao Partido Republicano.

Em 1893, entre os nomes com que Joca Tavares troca correspondências estão nomes como Silveira Martins, o General Marcelino Pina, Gumercindo Saraiva, e o coronel legalista Carlos Maria da Silva Telles.

No ano de 1894 destacam-se pela quantidade de cartas o General Pina, seu irmão José Bonifácio da Silva Tavares (Zeca Tavares), o General Antonio Piragibe, o Almirante Luis Felipe Saldanha da Gama, o General José Maria Guerreiro Victória, Candido Tavares Bastos e o Coronel Estácio Azambuja.

Em 1895 o núcleo mais próximo da rede de Joca continua envolvendo as principais lideranças federalistas, como o Almirante Saldanha da Gama, o General Marcelino Pina e o General Aparício Saraiva e Guerreiro Victoria, e num segundo plano nesta rede, estão outros chefes militares e políticos federalistas.

A análise da correspondência de Joca Tavares permite a compreensão da amplitude da influência e do prestígio que o General Tavares exerce, assim como seu papel de mediador no grupo federalista. Essa rede de relações de Joca Tavares, ultrapassa os limites do âmbito local e de seu segmento social. Diversos telégrafos recebidos por Joca no período anterior à 1893 demonstram essa abrangência de seu poder e influência além da localidade, alcançando todo o Estado do Rio Grande do Sul, o Uruguai e diversas partes do Brasil. Seu território de atuação abrange uma região que ultrapassa os limites políticos.

A abrangência de suas redes de relações podem ser analisadas através de muitos dos telégrafos, os quais possibilitam compreender esta amplitude a qual envolve também a construção de seu poder simbólico²³ enquanto chefe político e militar federalista. Num total de 135 telégrafos, muitos deles enviados de diversas localidades como Rio de Janeiro, Uruguaiana, São Borja, Porto Alegre, Canguçu, Piratini, Herval, Pelotas, Jaguarão, Dom Pedrito, Santana do Livramento, São Gabriel no Brasil e Montevideú, Minas de Corrales, Melo, Rivera, dentre outras cidades na República Oriental do Uruguai. Um destes telégrafos, datado de 13 de dezembro de 1891, enviado da cidade de Rosário pelo Major Alencastro, diz: “Pronto manter ordem e consolidação República Federal. Não Podendo continuar anarquia

²³ BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

atual intervenha com vosso prestígio reestabelecimento paz Estado” (Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016). O poder que Joca exercia, e a capacidade de negociação que dispunha, uma ampla rede de relações que lhe permitia conciliar e articular com diversos agentes históricos.

A questão da desavença entre os chefes militares era comum, e geralmente era expressa em cartas que incluímos na temática *reclamações*. Essa dificuldade antes sentida por Joca, quando no comando em chefe, passou a ser um desafio para o Almirante Saldanha da Gama com relação aos demais chefes federalistas. Ao assumir o comando federalista, Saldanha da Gama enviava e recebia constantemente cartas do General Tavares, sendo o que mais se comunicou enviando cartas a este. Tal liderança parece ter sido negociada, demonstrando que mesmo que não estivesse mais no comando em chefe, nesse período, sua liderança ocorria num segundo plano, principalmente com a necessidade de constante intermediação de Joca para que se tornasse possível um ex-marinheiro comandar uma força de cavalaria acostumada com a guerra à gaúcha²⁴, mas também por estes chefes federalistas fazerem parte de suas redes de relações e, portanto, sabia como agir com eles.

Diante dessas possibilidades que as cartas oferecem, a análise quantitativa permite-nos demonstrar constatando as afirmações realizadas e assim atingir um dos principais objetivos dos dados quantitativos que é auxiliar a realização de uma análise qualitativa, de modo que uma complemente a compreensão da outra.

2.1.2 Análise qualitativa

No que diz respeito aos assuntos que pudemos identificar para realizar a análise qualitativa, por meio dos quais pudemos identificar onze temas diferentes, diversos destes assuntos geralmente não aparecem isolados nas cartas, costumando estarem reunidos por afinidade. Muitos são assuntos que se interligam, como por exemplo, assuntos políticos virem acompanhados de assuntos que envolvem “inteligência” ou estratégia.

Neste sentido, importante considerar a natureza militar de suas correspondências, fazendo parte de um conturbado contexto de guerra civil, e a graduação militar de General que João Nunes da Silva Tavares possuía. Dessa forma, concentra em si além de preocupações castrenses, atribuições de uma atuação política, principalmente por comandar

²⁴ Conhecida como um modo de luta que se assemelha à guerrilha, com movimentos rápidos, geralmente a cavalo, onde forças em menor número enfrentam forças mais numerosas e melhor organizadas, no entanto evitando oferecer combate direto, procurando extenuar os recursos do inimigo.

grandes efetivos de um determinado espaço geográfico, estabelecendo contato direto com outros chefes militares e autoridades políticas a quem esta subordinado ou que estão subordinadas a sua pessoa. Assim, observamos que além dos assuntos abordados apresentarem uma variação de acordo com quem Joca Tavares estava se comunicando por carta ou telégrafo, grande parte destas correspondências reuniam em si não apenas um assunto delimitado, mas na mesma correspondência eram tratadas diversas questões que adotamos para separar as temáticas presentes.

Dessa forma, iremos expor, a seguir a quais assuntos as cartas dizem respeito, mapeando as temáticas gerais em que foram classificadas de acordo com sua finalidade.

Quadro 1 – Relação de assuntos tratados nas correspondências

ASSUNTOS TRATADOS	1892	1893	1894	1895
Questões militares/ movimentações militares / ordens*	3	29	60	118
Reclamações	-	1	1	14
Questões militares/ estratégia	1	3	20	5
Questões militares/ inteligência**	-	1	8	8
Vandalismo	-	-	1	2
Assuntos políticos	20	9	6	24
Assuntos financeiros	-	-	1	5
Assuntos internacionais	-	-	3	7
Assuntos pessoais	4	2	5	8
Outros	-	5	-	-

Fonte: Acervo Particular da Senhora Yara Maria Botelho Vieira, bisneta do General João Nunes da Silva Tavares, Cidade de Bagé, RS. Obtido em 2014. (TAVARES, J. N. da S., 2004).

* Embora na contagem dos números tenhamos chegado ao número de 36 cartas para o ano de 1893, na análise qualitativa chegamos a uma contagem diferente exatamente por em algumas cartas existiram diversos assuntos que nos utilizamos para separar as temáticas em uma mesma missiva.

** Quando utilizamos o termo inteligência, nos referimos às atividades que envolvem o conhecimento de informações vitais, obtidas sem o conhecimento do inimigo, abrangem assuntos estratégicos, táticos ou de operações desenvolvidas no âmbito político/militar/civil federalista ou legalista que possam ajudar as lideranças na tomada de ações e coordenar as movimentações militares procurando obter vantagem sobre o inimigo.

Dentre às **questões militares** estão correspondências que envolvem desde ordens emanadas pelo General Tavares, mas também a pedidos tanto de suprimentos, como armamento, munições, roupas e indumentárias para equipar as forças federalistas em operação, quanto de informações sobre o posicionamento do inimigo ou das forças federalistas, sobre a situação climática para operar, conselhos, e pedidos de mediação com as lideranças políticas. Como exemplo deste assunto, iremos apresentar uma carta enviada por Joca Tavares ao General David Martins:

Quartel General do Comando em Chefe etc. Acampamento do Piraí, 5 de novembro de 1893. Exmo. Sr. General David Martins. Junto vos remeto por cópia o telegrama que acabo de receber, em virtude ter eu mandado pedir munições que muito necessitava. Em vista de haver recursos, sirva-se mandar-me com urgência, pelo portador, dois mil tiros, sendo Remington e mil Comblain, pois estou desprovido deste recurso. Saúdo etc. General Tavares (TAVARES, 2004, p. 66).

Esses pedidos eram geralmente trocados entre as lideranças militares e o General Tavares e os chefes políticos. Estas questões militares podiam dizer respeito também a reclamações feitas por Joca Tavares à seus subordinados, como o inverso também. Essas reclamações diziam respeito ao comportamento das lideranças por insubordinação ou por vandalismos que cometiam bem como as desavenças entre os chefes militares. Outro elemento diz respeito à estratégias de ação, as quais envolviam inicialmente tomar cidades, pontos de reunião, táticas de fuga, como operar as divisões em combate.

Dentre as **reclamações**, estão presentes diversos assuntos tratados, entre eles, queixas ao General Joca Tavares sobre as condições precárias que às vezes atuava devido à falta de suprimentos, mas principalmente desavenças entre os chefes, o que os levava ao não cumprimento das ordens, dificultando as ações do Exército Libertador. Como exemplo citaremos uma carta enviada pelo General Aparício Saraiva ao General Tavares, na qual afirma:

Acampamento em marcha na costa do Santa Maria, 3 de abril de 1895. Exmo. Sr. General Silva Tavares [...] A falta de cumprimento de ordens por parte dos Coronéis Estácio Azambuja e Carlos Chagas, obriga-me a não poder dar o golpe que eu tanto desejava, pois desde o dia 26 do p. passado que estou ordenando incorporação, sem que eles no entanto, venham incorporar-se [...] (TAVARES, 2004, p. 250).

Essas reclamações realizadas a Joca relatando a insubordinação dos chefes, onde alguns agiam por conta própria à revelia das ordens do seu chefe, em busca de seus próprios interesses, como expresso em carta enviada pelo General Tavares ao Coronel José Serafim de Castilhos (Juca Tigre), em 24 de maio de 1895. Após este não obedecer uma ordem sua, o general o repreende, afirmando que possuía consigo poucos recursos para manter o Exército Libertador funcionando, mas que estes recursos somente seriam destinados “para a força que opera contra o inimigo, e não posso dá-las a quem opera de conta própria, sem prestar obediência a quem dirige as operações. Esses que assim querem proceder, devem ter recursos próprios” (TAVARES, 2004, p. 294). Estas situações também demonstram a dificuldade de liderar e coordenar os interesses em prol da Revolução, mas também evidenciam a maneira como negociava com as lideranças federalistas.

Além das desavenças e do não cumprimento das ordens pelos comandantes/chefes federalistas, havia outro tipo de reclamações, que eram as realizadas por civis sobre as arbitrariedades ou mesmo vandalismo que algum chefe federalista agindo por conta própria, viesse a cometer contra si ou sua propriedade e família. Abaixo iremos apresentar uma correspondência do General Marcelino Pina, enviada de Lavras do Sul ao General Tavares no dia 1 de janeiro de 1895, reclamando da ação de um indivíduo que vinha manchando o nome da Revolução, pedindo intervenção de Joca, ao tecer a acusação afirma:

Exmo. Sr. General João Nunes da Silva Tavares. D. Comandante em Chefe do Exército Libertador. [...] o procedimento vandálico de Luís Barcellos e sua gente com algumas exceções, é uma triste nota pra a revolução, pois é em nome dela que ele manda cobrar pelas casas de negócios das estradas onerosas contribuições; é em nome dela que, a altas horas da noite, ele obriga aso proprietários a abrirem suas portas e as famílias deixarem seus leitos, para atenderem suas exigências, que são logo atendidas pelo temor de maiores violências; é também em nome dela que ele devasta estâncias, tirando animais de estimação, os únicos cavalos das montarias dos vizinhos e éguas com crias magras, inservíveis para a guerra [...] resolvi pedir a Vossa Excelência que providencia energicamente para afastar da revolução elemento tão pernicioso [...] São verdades estas que infelizmente, tem de escrever-se a bem da nossa santa causa. Saúda-vos etc., etc. Marcelino Pina (TAVARES, 2004, p. 170-171).

Esse tipo de atitude era veementemente combatida por Joca, inclusive com ameaças de punições ou sob pena de perderem o direito a comandar e receber suprimentos militares enviados por Joca Tavares como ficou evidente na correspondência a Juca Tigre que expusemos anteriormente. Estas dissensões entre as lideranças do Exército Libertador vem a corroborar a visão de que os federalistas não podiam ser entendidos enquanto um grupo homogêneo, com objetivos bem definidos. As reivindicações expressas por manifestos não podiam ser generalizadas a todo grupo federalista, o qual, embora com suas ambições pessoais, se associaram enquanto um grupo social ligado por alguns pontos que convergiam, principalmente a queda do Castilhismo e a recuperação de seu poder, prestígio e acesso à máquina pública.

Os assuntos que envolvem o **vandalismo** se referem às ações como saques, depredações, degolas, enfim, violências cometidas pelos legalistas que são reportadas, geralmente também como reclamações ao General Joca Tavares. Em carta enviada pelo Coronel José Bonifácio da Silva Tavares (Zeca Tavares) a seu irmão, Joca Tavares, relata em 6 de novembro de 1894, o encontro que teve com forças do 2º Batalhão da Brigada Militar, o qual se dirigia à fazenda do Limoeiro, propriedade de sua família na região das Palmas, e ponto de reunião federalista, próxima de onde veio a ocorrer a Batalha das Traíras no mesmo

dia, tendo sido dispersadas as forças legalistas. Posteriormente como represália, com a vinda de reforços aquartelados em Bagé, sua fazenda (Limoeiro) foi incendiada por forças governistas, declarava que: “Ao retirar-me, vi fumegar, ao longe, a casa de minha propriedade, sabendo, depois, que igual sorte teve a do Barão de Santa Tecla [Joaquim da Silva Tavares]” (TAVARES, 2004, p. 126). Neste sentido é preciso destacar que segundo entrevista realizada com a Sra. Yara Maria Botelho Vieira, bisneta do General Joca Tavares, afirmava ao se referir a este episódio que,

[...] ele teve parte da sede incendiada pelas tropas do Coronel Pedroso. Coronel Pedroso pegou um porco, decepou a cabeça, decapitou, deixou o porco assim, encostado nessa cadeira que era do vovô Zeca Tavares e um quepe, de militar e escreveu algumas palavras com sangue assim na parede [...]. Não fez atrocidades com pessoas que estavam na casa, mas fez essa, essa afronta, essa provocação [...] o Zeca Tavares sabia que a mulher dele, Umbelina Tavares da Silva Tavares, estava aqui, com filhos, sobrinhos, agregados, e empregados, funcionários [...] (BOTELHO, 2013).

Os **assuntos políticos** dizem respeito também às preocupações com os destinos políticos da Revolução, com a situação em que se encontra a política brasileira no âmbito nacional e estadual, bem como sobre o apoio dos países vizinhos à causa. Nesse sentido, a carta enviada por Gaspar Silveira Martins em 14 de novembro de 1893 ao General Tavares, afirmando que:

[...] O Cassal, como sempre, fez mais uma asneira, organizando em Santa Catarina, com o Lorena, representante da esquadra, um governo ridículo. Mandeí um enviado ao Almirante Mello declarando-lhe que não podíamos reconhecer um governo em que a revolução Rio-Grandense não fosse representada, e mostrei-lhe o que deveria fazer-se. Ele esteve por tudo, mostrou-se conciliador, e combinamos num governo de três membros: Lorena para a Armada, Chico Maciel; sendo Ministro da uma pasta Dr. Tavares. Assim, podemos impedir os enormes disparates que o tal governo já tinha começado a praticar, tratando o pobre Estado de Santa Catarina, que tão irmão do nosso sempre se mostrou, como terra conquistada. São Borja e Itaqui já devem estar em nosso poder. Eu sigo hoje para Buenos Aires, ver armas e tratar do empréstimo que quer fazer o governo provisório. Maciel e Tavares seguem nestes dias para Desterro. Dê Vossa Excelência as suas ordens. Etc., etc. Gaspar Silveira Martins (TAVARES, 2004, p. 69).

Esta carta apresenta alguns elementos importantes para compreender a atuação política de Joca Tavares e suas redes de relações de poder. A correspondência enviada pelo chefe político da Revolução à Joca, tratando de assuntos que dizem respeito às articulações e bastidores do jogo político e as relações mantidas com Buenos Aires, também evidencia a pertença do General Tavares a um restrito círculo onde os destinos políticos eram pensados,

assim como demonstra que ele, mesmo estando no comando militar do Exército Libertador, estava articulado e inteirado de tudo que se passavam também no cenário político. Por outro lado, destaca a relevância das articulações fora do país para a manutenção da Revolução no Rio Grande do Sul, além da preocupação com a conquista de cidades da fronteira oeste sul rio-grandense. A importância destas se dava principalmente por serem rota de contrabando de armamentos vindos da Argentina, utilizadas para suprir o Exército Libertador após as dificuldades de agir pelo porto de Montevideu devido às pressões do governo brasileiro.

Estes assuntos políticos poderiam também dizer respeito à obtenção do apoio financeiro para a Revolução, uma vez que para tal, era preciso que o General Tavares mobilizasse uma articulação de apoio entre os simpatizantes federalistas, e por tanto, entendemos que esta questão econômica está imbricada a política, como será possível identificar na seguinte carta:

Ilmo. Sr. Afonso Jacinto Pereira, 18 de março de 1895. Tendo de passar para o E. Oriental os feridos das forças dos Generais Guerreiro e Aparício para serem tratados e precisando para isso de fazer-se despesas para o tratamento e dieta dos mesmo feridos, resolvi criar uma comissão para angariar dos nossos amigos e vizinhos quantitativos para despesas, cuja comissão é composto dos Srs. Pedro F. de Almeida, presidente e caixa, a quem devem ser remetidas todas as quantias arrecadadas; Policarpo Arostegui; Pedro Cândido de Borba e Vossa Senhoria. Espero que aceiteis o lugar empregando todos os vossos esforços para um fim tão humanitário. (Assinado) General Silva Tavares – Nota: foram expedidos ofícios idênticos a estes aos membros da comissão e a brasileiros residentes na fronteira (TAVARES, 2004, p. 220).

Observamos, através das cartas analisadas, que assuntos como esses não eram abordados com todos os chefes, ao longo dos anos de 1892 a 189, mas eram geralmente tratados com Gaspar Silveira Martins, com o Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama e com alguns dos principais líderes do Exército Libertador, como Marcelino Pina, Aparício Saraiva, Estácio Azambuja, Joaquim da Silva Tavares e Francisco da Silva Tavares. Importante ressaltar que, das 369 cartas, e levando em consideração que o volume das cartas trocadas por esses indivíduos varia ao longo dos três anos, ao todo somando 59 tratam sobre esse tema, aparecendo em meio a assuntos militares diversos e, esporadicamente, com um ou outro chefe.

Neste sentido, iremos apresentar um quadro abaixo, por meio do qual será possível compreender o teor dos assuntos políticos presente em grande parte das 59 cartas enviadas e recebidas pelo General Tavares entre os anos de 1892 a 1895, permitindo ter uma visão das propostas e das reivindicações pensadas pelos Federalistas durante a guerra civil.

Quadro 2 – Relação de temas presentes nas correspondências sobre política

CORRESPONDÊNCIAS DE 1892 A 1895	
Liberdade	12
Tiranía	8
Propriedade	2
Pátria	6
Deus	1
Família	1
Direitos individuais	2
Justiça	1
Direito à vida	2
República	5
Democracia	2
Humanidade	1
Federal	2
Progresso	1
Liberal	1

Fontes: Acervo Particular da Senhora Yara Maria Botelho Vieira, bisneta do General João Nunes da Silva Tavares, Cidade de Bagé. Obtido em 2014. (TAVARES, J. N. da S., 2004).

A partir das informações apresentadas neste quadro sobre os temas presentes nas correspondências sobre política, a frequência com que as palavras *Pátria*, *República*, *Liberdade* e *Tiranía* se repetem, merecendo portanto destaque. Ainda que houvesse aderindo publicamente ao novo regime republicano que se instaurara no Brasil em 1889, abrindo mão de seu título nobiliárquico de Barão de Itaqui, durante a Revolução Federalista de 1893, as lideranças federalistas, dentre elas Joca Tavares, foram acusados pela oposição do PRR de serem monarquistas e restauradores. Dessa forma, explicaria a necessidade de reafirmar a cada oportunidade, o caráter republicano de sua causa e das reivindicações da Revolução.

Assim, juntamente com as acusações de serem os federalistas restauradores, existiam acusações de serem eles também separatistas. Embora não tenhamos evidências presentes nas correspondências de que no início da Revolução o General Tavares, ou qualquer outra liderança, visasse esse fim separatista, é possível asseverar que existia desde o primeiro momento a necessidade de um discurso patriótico. Talvez por fazer parte das atribuições da vida militar da qual fazia parte, mas também para que fosse afastada a ideia de que seu objetivo seria secessionista e obter maior apoio a causa da Revolução, assim como para conferir-lhe maior legitimidade na luta contra Julio de Castilhos, pois agindo em nome da Pátria, demonstrariam que não estariam agindo motivados por interesses pessoais apenas, mas também por uma causa maior.

Por outro lado, o próprio discurso patriótico fez parte do contexto de consolidação dos estados nacionais no final do século XIX, inclusive podendo ser compreendido como parte do período em que o próprio Estado estava se consolidando no Brasil, e a Revolução Federalista de 1893 vem a ser parte desse processo.

No entanto, é possível afirmar que Joca Tavares e outras lideranças federalistas como Rafael Cabeda, Aparício Saraiva e Gaspar Silveira Martins, o que podemos considerar como alta cúpula dentro de Exército Libertador, na última parte da Revolução passaram a defender uma saída separatista como solução para o conflito. Essa questão pode ser evidenciada a partir de um telegrama enviado pelo General Tavares ao Almirante Saldanha da Gama em 26 de maio de 1895, no qual afirma estas lideranças que citadas anteriormente, apresentaram uma queixa sobre a maneira como o Presidente da República, Prudente José de Moraes Barros, que por sentirem-se ofendidos por acusações que este teria desferidas aos federalistas de restauradores, acreditavam ser o momento propício para que escrevesse um manifesto de teor separatista, e pediam que Joca Tavares o fizesse (TAVARES, 2004, p. 294).

Após receber a carta, Joca Tavares sabendo da gravidade do assunto, mesmo não estando mais no Comando em Chefe do Exército Libertador, o qual estava sob as ordens do Almirante Saldanha da Gama, reconhecendo não ter poder para tal decisão sozinho e das sérias consequências que isso traria, resolve enviar à Saldanha uma carta comunicando o ocorrido ao mesmo tempo em que pede sua opinião pessoal sobre a atitude que deveria tomar frente à reivindicação.

Ainda que Gaspar Silveira Martins tivesse afirmado em setembro de 1893 que solicitaria apoio aos governos do Prata para o governo beligerante que seria instalado na ilha do Desterro em Santa Catarina (TAVARES, 2004, p. 57), o General Tavares afirmou, também, em 1895, que os federalistas obteriam “amplo e franco apoio” dos governos do Prata para uma possível separação (TAVARES, 2004, p. 306), Saldanha da Gama se recusou participar de tal movimento, afirmando ser monarquista, e que, na Revolução, haviam recebido muita ajuda dos monarquistas, em seu início e em 1894, mas não desejava restauração alguma. Afirmava que continuaria lutando pela causa federalista enquanto esta expressasse as questões rio-grandenses e brasileiras ameaçando inclusive se retirar do comando em chefe, caso isso venha a acontecer (TAVARES, 2004, p. 301-303).

Diante desses elementos, o General Tavares decide, por bem, não atender as solicitações demandadas, talvez reticente em tomar tal atitude, pois em certo ponto não aparecem mais cartas sobre este assunto. Acreditamos que esse assunto foi deixado de lado principalmente devido a batalha que derrotou a Divisão de Exército comandada pelo

Almirante Saldanha da Gama em 1895 e pela atitude de Joca Tavares de contrariar os interesses de Silveira Martins (TAVARES, 2004, p. 324), ao resolver começar tratativas de paz, logo ordenando que cessassem as hostilidades ao mesmo tempo em que as cartas referindo-se ao separatismo também cessaram.

No que tange à liberdade e à tirania, acreditamos estarem vinculadas estas ideias não apenas ao Liberalismo²⁵, mas também aos ideais maçônicos nos quais Joca Tavares havia sido iniciado, elemento que poderemos compreender a partir da análise qualitativa.

Conforme havíamos destacado na introdução deste trabalho, o sectarismo e radicalismo do PRR de Júlio de Castilhos, o qual adaptou as ideias de Auguste Comte criando uma doutrina a parte, o Castilhismo, vindo a colidir com as ideias Liberais que vigoravam no século XIX e pelo qual os Partidos Liberal e Conservador haviam se pautado politicamente.

Ricardo Vélez Rodríguez (1980) ao analisar a filosofia Liberal segundo John Locke, afirma que seria um regime onde os homens viviam em sociedade em busca de preservar seus interesses, entre eles a vida e as propriedades. Esta sociedade, buscaria uma conciliação dos interesses das maiorias, buscando dessa forma uma conciliação que evitaria a guerra civil. Estes interesses estariam representados através de uma democracia representativa, onde um parlamento, além de ocupar posição de destaque, seria neste que através da alternância no poder entre os representantes políticos, enquanto representantes dos interesses da sociedade, se alcançaria o equilíbrio destes interesses.

Ainda de acordo com Rodríguez (1980) para Auguste Comte, o que condenaria o liberalismo seria esse jogo de interesses apenas materiais, logo, ignoraria as necessidades metafísicas, devendo ser substituída, de forma pacífica, por uma forma de organização que contemplasse uma organização moral.

No Rio Grande do Sul, as reivindicações dos federalistas enquanto liberais, estavam na oposição ao regime proposto por de Júlio de Castilhos. De inspiração autoritária e sectária, após tentativas mal sucedidas de promulgar uma Constituição ao Estado que propusesse essa reforma moral, segundo Vélez Rodríguez (1980), Castilhos acreditava que não conseguia por outros meios seu intento, de forma que para estes “as ideias achavam-se encarnadas nas pessoas e, por esta razão, combatiam as pessoas dos seus adversários com o mesmo rigor com que se opunham às suas ideias” (RODRÍGUES, 1980, p. 70-71).

²⁵ Sobre Liberalismo ver: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tradução Carmem C. Varriale et al. 12. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999. v. 2. Segundo o autor, a concepção de Liberalismo clássico de John Locke, onde a Liberdade é entendida como proteção dos direitos fundamentais, o estado só pode cercar a Liberdade de um indivíduo quando houver necessidade de salvaguardar direitos fundamentais de outro. Dessa forma, uma sociedade onde não exista respeito a estes princípios, não pode ser considerada livre.

A violência que caracterizou a Revolução Federalista de 1893, mas principalmente o contexto que a antecede, tem impulso quando Júlio de Castilhos, após conseguir impor a Constituição de 14 de Julho de 1891, a qual confrontou diretamente os princípios liberais, especialmente por conceder poderes ditatoriais ao Poder Executivo, relegando a um segundo plano o Judiciário e Legislativo. Assim registra Vélez Rodríguez (1980, p. 145), que para Assis Brasil²⁶, Julio de Castilhos foi “despótico por concentrar em si todos os poderes e tirânico se este mesmo déspota ‘exercer com a crueldade de que é tão suscetível o poder omnímodo’”.

A atitude despótica de Castilhos pode ser evidenciada, também, por meio da frase que teria escrito em correspondência à uma liderança do PRR, afirmando que “não poupe adversários: castigue nas pessoas e bens, respeitando a família” (ESCOBAR, 1983, p. 174), afrontando diretamente os direitos à vida, a propriedade e a própria liberdade, pedras angulares defendidas pelos Liberais. Justificativa usada para “abrir a caixa de pandora do fratricídio que acometeu o Rio Grande do Sul”.

Dessa forma, as reivindicações presentes nas correspondências de Joca Tavares aos chefes políticos e militares federalistas, expressada a todo momento quando trata de questões políticas, que essa escolha pela Revolução embora não afirmada explicitamente, estaria tacitamente inspirada no direito de resisitir defendido por John Locke, o qual afirma segundo Vélez Rodríguez (1980, p. 148) que “quando um poder legítimo dos povos é usurpado por um tirano que pretende tirar-lhes a liberdade, cessam todos os vínculos de obediência e é legítima a rebeldia, pois desapareceu a razão de ser do governo”.

Nesse sentido, para os federalistas, mas principalmente pra Joca Tavares, seus irmãos e sua família, que haviam sido vítimas diretamente da perseguição de Castilhos, o qual, além de chegar ao poder por meio de um golpe, rompeu com as ideias liberais, quebrara um pacto de defender a vida, a liberdade, a propriedade, os interesses do grupo solcia representado pelos federalistas, assim, afastou qualquer possibilidade de entendimento que pudessem intentar.

Para compreender as definições de liberdade e tirania presentes em suas correspondências, nos utilizaremos de conceitos políticos trazidos por Bobbio, Matteucci e

²⁶ Joaquim Francisco de Assis Brasil, formado em Direito na Faculdade de São Paulo, Republicano histórico, chegou a ser deputado eleito pelo PRR na Assembléia Provincial. Com a Proclamação da República em 1889, passou a exercer oposição a Gaspar Silveira Martins. Devido sua posição Liberal, acabou divergindo das ideias Positivistas de Júlio de Castilhos e passou a fazer parte da oposição ao PRR. Ocupou diversos cargos diplomáticos no exterior, exerceu atividades jornalísticas e seguiu atuando na política, chegando a ser Ministro da Agricultura em 1930, escreveu também diversas obras. Pode ser entendido como um dos principais nomes da política Sul-Riograndense no final do século XIX e primeira metade do século XX (RODRÍGUEZ, 1980).

Pasquino, no livro *Dicionário de Política* (1997, 1999), que permite, através da compreensão de seus sentidos, relacionar a presença destas palavras com tal frequência nas cartas e telégrafos referentes à questão da ditadura imposta por Júlio de Castilhos.

A ditadura castilhista, diferente da Ditadura romana, a qual consistia-se enquanto um instrumento utilizado apenas em situações excepcionais e de emergência com duração limitada, mas numa acepção moderna do conceito. Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1997, p. 368) uma Ditadura, na acepção moderna tem por característica a “concentração acentuada de poder e pela transmissão da autoridade política de cima para baixo” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1997, p. 370), consistindo num governo que possui uma legitimidade precária, utilizando-se do apoio de uma parcela da população para conseguir chegar ao poder e obter tal legitimidade, e a partir disso, passa a reprimir violentamente a outra parcela contrária (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1997, p. 370-371).

Embora o conceito de Liberdade possa ter várias acepções, os autores definem ser este o princípio da Democracia (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1999, p. 710), acreditamos que as correspondências do General Tavares se referem à liberdade em três sentidos. O primeiro seria o sentido político, o qual pode ser entendido como o direito de participar do processo político até os anelos por liberdade econômica. O segundo, seria o social, no qual os direitos dos cidadãos estivessem tutelados por direitos definidos em lei (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1999, p. 709-710) e, portanto, também entendido como sendo uma proteção dos direitos fundamentais dos indivíduos no entendimento Liberal que apresentamos anteriormente. Por último, o entendimento de que a Liberdade enquanto um Governo alicerçado no consenso, ou seja, representativo da maioria (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1999, p. 709-710). Nesse sentido, empregado em oposição ao que seria uma ditadura de Júlio de Castilhos ao promulgar uma Constituição de cunho autoritário e sectário que excluía a grande maioria de inspiração Liberal contrária ao seu projeto de poder, como próprio Joca Tavares, dissidentes ou na oposição do Partido Federalista, viam-se impedidos da possibilidade de chegar ao poder.

No que se refere a questão do pertencimento de João Nunes da Silva Tavares à Maçonaria e a possível relação com um discurso Liberal, nos despertou interesse, principalmente devido ao fato de as biografias anteriormente escritas a seu respeito não citavam esse elemento. Nesse sentido, nossa análise sobre a atuação maçônica do General Tavares ocorre a partir de Eliane Colussi, autora de *A Maçonaria gaúcha no século XIX* (2003) e em Carlos Dienstbach, autor de *A Maçonaria Gaúcha: história da Maçonaria e das Lojas do Rio Grande do Sul* (1993). Neste sentido, acreditamos ser impossível dissociar esse

tema da atuação política do indivíduo, oferecendo grande relevância no entendimento de sua atuação política assim como de seu posicionamento na defesa de um discurso Liberal, muito provável que tenha ocorrido em algum grau a influência dos ensinamentos desta em sua vida.

A descoberta ocorreu durante a consulta aos arquivos privados de sua família, no qual tivemos acesso a um diploma que se refere à sua passagem para um determinado grau dentro da Instituição. Apresentaremos a seguir o Diploma recebido por Joca Tavares, o qual apresenta também a profissão que este exercia.

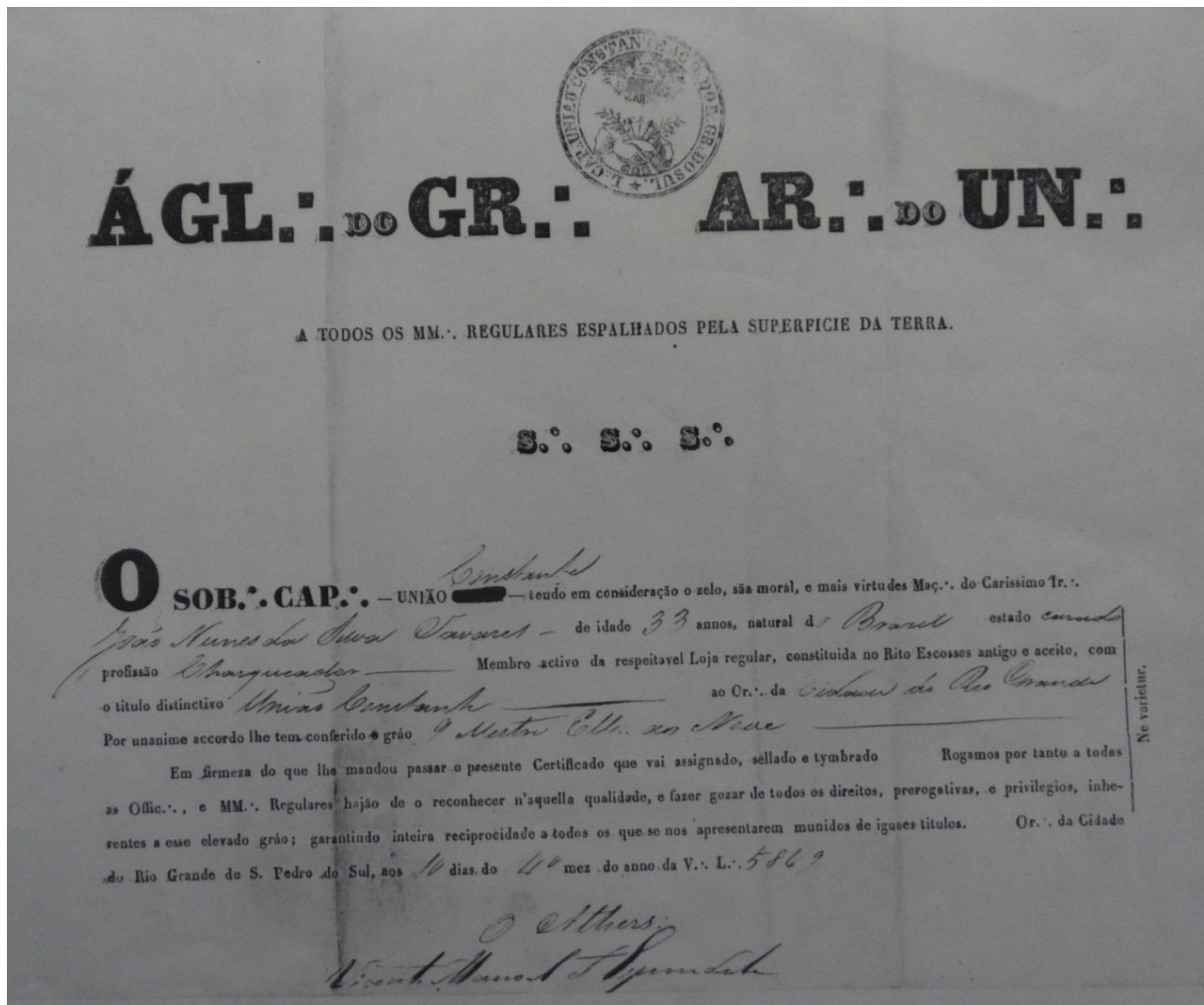


Figura 4 – Diploma de Elevação de Grau de João Nunes da Silva Tavares

Fonte: Acervo Particular da Senhora Yara Maria Botelho Vieira, bisneta do General João Nunes da Silva Tavares, Cidade de Bagé. Obtida em 2014.

Diante deste indício, embora não possuíssemos um diploma que atestasse sua iniciação na Maçonaria, o fato de ele galgar o grau 9 permite asseverar que ele havia passado pelos 3 primeiro graus da Instituição ainda nos anos que antecedem 1851, segundo Carlos Dienstbach

(1993), possivelmente na Loja²⁷ Maçônica União Geral, filiada ao Grande Oriente do Brasil, posteriormente, essa Loja mudou de nome, tornando-se a Loja União Constante em 1848, sediada na cidade de Rio Grande no estado do Rio Grande do Sul.

O recebimento do grau de acordo com o diploma, teria sido no ano de 1851 na Loja Maçônica União Constante, a qual passou em 1863 a fazer parte do Grande Oriente Beneditino (DIENSTBACH, 1993, p. 519). O fato de sua iniciação ter ocorrido nesta cidade e não em Bagé nos possibilita asseverar que tenha ocorrido durante a década de 1840 ou mesmo no início da década de 1850, principalmente devido ao fato de que neste período ele residia com sua esposa naquela cidade, antes de aceder ao convite de seu pai para migrar para a cidade de Bagé ainda na mesma década, como posteriormente teremos oportunidade de discorrer a respeito.

Por outro lado, o fato de Joca Tavares ter recebido esse grau, ainda que inicial, demandaria certo tempo, assim como evidencia que existiu um comprometimento e uma participação deste junto à instituição. No entanto, não nos é possível afirmar que o General Tavares tenha recebido o grau 33 – o maior dentro da instituição – nos anos que se seguiram, principalmente entre 1892 a 1895, delimitação temporal em que detivemos nossa análise.

A importância desse pertencimento de Joca Tavares à Maçonaria pode auxiliar na compreensão da formação e amplitude de suas redes de relações de poder, principalmente por ter sido Gaspar Silveira Martins, chefe político da Revolução e também um maçom, Grão Mestre do Grande Oriente do Passeio²⁸ (COLUSSI, 2003, p. 210), propiciando uma maior intimidade entre este e o General Tavares. Este elemento poderia influenciar na capacidade de articulação política do indivíduo além das estruturas tradicionais, utilizando-se inclusive no exterior essa identidade maçônica para auxiliar a execução de seus projetos políticos e militares, além de também poder ter influenciado diretamente no prestígio que Joca possuía, assim como característica para a escolha de seus comandantes ou homens de confiança.

Segundo Eliane Colussi, os maçons eram recrutados geralmente nos segmentos sociais mais abastados e cultos da sociedade, favorecendo sua inserção no “mundo da política e da cultura sob forte influência do pensamento liberal” (COLUSSI, 2003, p. 265). Era a partir das Lojas Maçônicas que esses membros se articulavam e projetavam os destinos políticos muitas

²⁷ Local onde se reúnem os Maçons.

²⁸ Segundo Eliane Colussi (2003), existia até 1857 divisões dentro da instituição maçônica no Brasil, conhecidas como Potências Maçônicas, eram rivais entre si o Grande Oriente do Brasil (GOB) ou Grande Oriente do Lavradio e o Grande Oriente do Passeio, às quais as Lojas Maçônicas, deveriam obediência. Ainda segundo a autora, em 1863, O Grande Oriente do Lavradio dividiu-se dando origem ao Grande Oriente Beneditino. Em 1883, teria predominado no Rio Grande do Sul, o Grande Oriente Unido, o qual reunia os antigos Grande Oriente do Passeio e Beneditinos. A fundação do Grande Oriente do Rio Grande do Sul em 1893, em oposição do GOB por divergências políticas.

vezes, reunindo adeptos de diversas cidades em torno desses objetivos. Muitas das lojas de cidades fronteiriças com o Uruguai possuíam forte ligação com a Maçonaria Uruguiaia, o que ampliaria seu campo de influência e atuação (PADOIN, 1999; COLUSSI, 2003, p. 248).

Participar da Maçonaria constituía segundo esta autora, um importante espaço de sociabilidade, concedendo aos membros diversos benefícios e facilidades em diversos âmbitos que não seriam alcançáveis a qualquer cidadão estranho à instituição, a começar nos municípios, mas podendo se estender a um espaço geográfico maior. A maçonaria “além de difundir ideias políticas, ideologias, conferia ‘status’ e prestígio à seus membros entre outras estratégias da proximidade com o poder” (COLUSSI, 2003, p. 273), colocava o indivíduo em contato com redes de relações, que segundo Colussi (2003), capazes de lhe oferecer auxílio mútuo em caso de necessidade mas também de lhe indicar para ocupar cargos ou postos em diversos setores.

Durante a Revolução Federalista de 1893, as disputas em torno dos projetos de poder Castilhistas/Positivistas e Liberal/Federalista também estiveram presentes dentro da Ordem Maçônica, causando dissensões políticas que a dividiram no Rio Grande do Sul em lojas maçônicas que ou obedeciam ao Grande Oriente do Brasil, ou ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul, criado em 1893, em período de efervescência política no estado e no país. A primeira potência maçônica manifestava clara oposição à Castilhos, a segunda, sofria forte influência do líder do PRR, inclusive contava em seus quadros com diversos membros filiados a este partido.

As questões que envolvem **estratégias** assim como os assuntos políticos, não eram abordados com todos os chefes federalistas. Apenas um seleto grupo de oficiais Gerais que comandavam divisões tratavam desse assunto com o General Tavares, entre eles Aparício Saraiva e o Almirante Saldanha da Gama. Alguns desses assuntos eram tratados com seus irmãos como o Coronel José Bonifácio da Silva Tavares (Zeca Tavares) e também com o chefe político dos federalistas, Gaspar Silveira Martins. As cartas que tratam das estratégias contem desde assuntos sobre como deve ser a movimentação e organização das forças federalistas, sobre as localidades melhores para atuar, os apoios políticos dos governos dos países vizinhos e a forma como conduzir a Revolução. Dentre as correspondências que tratam de assuntos estratégicos do Exército Libertador, podem ser evidenciadas algumas das localizações onde as forças federalistas faziam junção, próximas à fronteira. Enviadas pelo Almirante Saldanha da Gama ao General Tavares da localidade de Ventura Rosa, Sepulturas, República do Uruguai, em 10 de março de 1895, onde declara que “nem Menna Barreto, nem Telles, poderão mais impedir a prometida junção de nossas forças em qualquer ponto desse

triângulo formado por Lavras, Bagé e Dom Pedrito” (TAVARES, 2004, p. 206-207). Dentre as cartas que podem ser analisadas enquanto questões que envolviam estratégias, iremos expor abaixo uma comunicação entre o General Tavares e o General Aparício Saraiva por meio da qual é possível compreender de que maneira eram pensadas as ações do Exército Libertador durante a Revolução Federalista de 1893:

Exmo. Sr. General Aparício Saraiva, 4 de abril de 1895. O Sr. Coronel Mateus Collares disse-me que Vossa Excelência pretende dar combate as forças de Menna Barreto e Portugal. Vou expender minha opinião, que não deverá alterar em nada vossa resolução, a qual é a seguinte: se tiver de atacar o inimigo dentro da cidade, deverá deixar um costado livre para saída do mesmo inimigo, tendo nesse caso força preparada para a perseguição, porque se for cercado por todos os lados, terá forçosamente de resistir, entrincheirando-se nas casas, muros, etc., etc., causando assim maior prejuízo às nossas forças. Esta minha opinião está de acordo com o que diz o Almirante Saldanha: “bater as colunas inimigas que andarem em campo e sem se preocuparem em tomar cidades bem entrincheiradas etc., etc.” No entanto Vossa Excelência e vossos dignos companheiros resolverão, a vista das vantagens que possam advir desse ataque, pois já vos disse que o inimigo seria vosso guia nas operações a seguir-se. General Silva Tavares (TAVARES, 2004, p. 250).

Nesta correspondência é possível observar a influência de Joca nas decisões, o líder que aconselha e não impõe ferindo as suscetibilidades dos comandantes, e como ele pensava em estratégias de ação em articulação com o Almirante Saldanha da Gama. A experiência de Joca Tavares em sitiarem cidades durante a Revolução Federalista de 1893, após diversos insucessos ocorridos na primeira fase da Revolução, ainda no ano de 1893, como os casos do Cerco a Bagé, o qual durou 46 dias e trouxe pesadas baixas para ambos os lados em contenda sem que a cidade fosse capturada (ANDRADE, 2014), ou como o cerco de Santana do Livramento. A partir de ambas as experiências, a tática exposta pelo General Tavares parece fortemente influenciada pelos acontecimentos anteriores, os propiciaram uma mudança de estratégia, como evidencia a carta acima.

As **questões financeiras** apresentadas nas correspondências tratam de assuntos como a captação de recursos para os federalistas, o que envolvia uma rede de relações no Brasil mas também no Uruguai e Argentina. Essa captação de recursos vinha geralmente de estancieiros ou amigos pessoais dos federalistas que enviavam quantias para que pudessem ser compradas armas e suprimentos para prover o Exército Federalista. Muitos desses recursos foram obtidos também por cobrança das chamadas “contribuições de guerra” cobrada de cidades e localidades onde os federalistas tinham domínio. Em carta enviada pelo General Tavares ao Capitão Luís Firpo, essa relação fronteiriça fica evidenciada na seguinte carta:

Ilmo. Sr. Capitão Luís Firpo, 9 de fevereiro de 1895. Tendo o comitê revolucionário resolvido estabelecer na fronteira do Rio Grande do Sul com a República Oriental a cobrança de impostos de exportação, importações, estaduais e municipais, comunico-vos que fostes nesta data nomeado encarregado dessa arrecadação, desde o Marco do Guabiju até a barra do São Luiz, no Piraí, devendo entrar logo no exercício do referido cargo. As autoridades civis e militares instituídas pelas revolução vos prestarão todo o auxílio e coadjuvação que necessitardes. Imposto de 15% sobre o valor da mercadoria exportada do Rio Grande. Idem do estrangeiro. Imposto sobre animais vacuns: gado de corte 2\$ por cabeça; idem de cria 1\$²⁹. As tropas que se destinaram às charqueadas do Rio Grande pagarão 200 reis por cabeça. Quando apreendidas por contrabando, as mercadorias pagarão o dobro, digo, os condutores ou donos pagarão o dobro. O gado de corte pagará 5\$ e o de cria 3\$ por cada rês. General Silva Tavares (TAVARES, 2004, p. 189-190).

Dentre essas áreas de domínio dos federalistas estava principalmente a fronteira, a qual era fundamental para as estratégias e para o futuro da Revolução, através da qual, eram cobrados impostos sobre animais e produtos que transitavam de um lado a outro da fronteira, estabelecendo também uma comissão para tal, com postos nos principais pontos da fronteira. Esta correspondência apresentada acima demonstra como essa apropriação era feita pelos federalistas deste espaço fronteiro, principalmente por serem estancieiros em sua maioria, os líderes federalistas sabiam os caminhos, onde cobrar e a rentabilidade que poderia se extrair desses impostos, capital para suprir o Exército Libertador e os custos da Revolução.

Os **assuntos internacionais** se referem à relação de Joca Tavares com lideranças políticas e militares uruguaias, geralmente de Cerro Largo e Rivera, por meio das quais sua liderança muitas vezes é reafirmada por essas autoridades, pois diversas comunicações que envolviam geralmente reclamações dos chefes de forças policiais da fronteira ou políticas eram enviadas ao General Tavares, pedindo providências para que a linha divisória fosse respeitada pelos chefes que imigrassem na República Oriental. Entre os dias 26 e 30 de maio de 1893, as informações trazidas pelo diário do General Tavares apresentam um indicio desta colaboração com as autoridades uruguaias responsáveis pela proteção da fronteira. Após dar ordem para que dispensasse o Coronel Santos Filho, mandando-o ultrapassar a linha (divisória) para o Uruguai. No dia 30 de maio,

[...] o Coronel Aguiar (Oriental) inspetor da fronteira, mostrou na Receptoría (repartição Oriental) a um dos ajudantes do General Tavares um cartão de Santos Filho pedindo proteção desse Coronel para “fugar” pelo Estado Oriental, ao que o ajudante respondeu: “que Santos Filho não ia, de fato, fugido, que já o general havia ordenado a sua liberdade. O Coronel Aguiar respondeu: Vá ou não fugido o meu dever é dar-lhe proteção, e vou indicar o ponto onde vou mandar recebê-lo” (TAVARES, 2004, p. 39).

²⁹ Réis.

Muitas das reclamações informavam desacatos realizados por lideranças federalistas que se recusavam a entregar armamento ao passara para o outro lado da fronteira, assim como também entravam em seu território fugindo das perseguições das forças legalistas, chegando a combater com estas mesmo estando em território estrangeiro. Em carta enviada em 12 de janeiro de 1895 por Gordiano Vares, um federalista que possuía terras no Departamento de Rivera, no Uruguai, ao General Tavares, repassando a este uma carta trocada entre o General Piragibe e o Almirante Saldanha da Gama, na qual descreve um combate em que precisou se retirar para o território uruguaio, e de um combate que ocorre entre legalistas que o perseguiam e a força policial uruguaia que guarnecia a fronteira, conforme apresentaremos abaixo:

Rivera 12 de janeiro de 1895. Exmo Sr. General João Nunes da Silva Tavares. Julgo do meu dever comunicar a Vossa Excelência o recado telegráfico que ontem recebi do General Piragibe para o Almirante Saldanha da Gama: “Hoje pela manhã fomos atacados força superior 1000 homens, depois da primeira resistência, reconhecida sua ineficácia, diante da superioridade do inimigo, fiz minha força retirar Estado Oriental. Compareceu Comissário Polícia para desarmar-me e fazer respeitar território. O inimigo desprezou as intimações feitas pelo Comissário Domingues e atacou-o em pleno território Oriental, ferindo-o gravemente e matando um soldado de polícia, em seguida retirou-se novamente para o Brasil, diante da resistência que lhe ofereceu a mesma polícia [...]” (TAVARES, 2004, p. 177).

Esta carta que noticia o enfrentamento entre as forças legalistas com autoridades fronteiriças uruguias vem a demonstrar que assim como afirma Ana Luiza Reckziegel (1999), também pode ser encarada como um conflito com proporções internacionais, pois essas pequenas escaramuças geravam problemas diplomáticos para o governo brasileiro. No entanto, como essa relação com as autoridades e o espaço fronteiriço não era apenas de conflito, em outras cartas podem ser vistos indícios da colaboração, de acertos entre os legalistas e as referidas autoridades. Nesse sentido o diário do General Tavares apresenta um informação sobre um ofício dirigido pelo General João Telles, legalista, ao Chefe Político de Cerro Largo, Gumercindo Collazo, o qual lhe avisava que duas lideranças da Revolução (Joca Tavares e Joaquim Salgado) haviam cruzado a fronteira com suas forças militares, dirigindo-se para a estância do Sr. José Francisco de Freitas, na Serra do Aceguá, enfatizando que,

[...] se por acaso esses chefes repassarem com as suas forças a linha divisória, deixava a responsabilidade às autoridades Orientais na fronteira desse Departamento, por não terem cumprido princípios estabelecidos pelo direito internacional que deviam ser observados entre as duas nações amigas e civilizadas” (TAVARES, 2004, p. 40).

Em outra carta enviada pelo General Tavares ao Coronel Mateus Collares, em 11 de novembro de 1894, recomenda a pedido do Almirante Saldanha da Gama que os chefes federalistas respeitem a vida daqueles adversários que caírem prisioneiros, pois segundo Joca, isso está relacionado ao apoio externo que a Revolução precisa fortalecer, afirmando que:

[...] e eu acho bastante justo e já tenho recomendado, por mais de uma vez, esse pedido que faz a abolição de bárbara prática de degolação, mormente quando são soldados, que Vossa Senhoria bem compreende, não são mais do que um simples instrumento, na maioria das vezes inconscientes e contrariados [...] fico certo de que não faço [este pedido] em vão, principalmente quando a nossa causa necessita de robustecimento no exterior que, agora mais do que nunca, nos tem fornecido meios precisos para darmos uma investida forte, geral e segura. Breve enviarei uma nova divisa que o diretório central resolveu usar, ela é verde e amarela, cores de nosso pendão. Representa a harmonia geral e acaba com a má prática dos distintivos branco e vermelho que nada exprimem. Saúdo-vos etc. João N. da Silva Tavares (TAVARES, 2004, p. 165).

Nesta carta o General Tavares além de demonstrar sua preocupação com o destino da revolução, deixa evidenciar seu pensamento político, as articulações que prol da Revolução, da necessidade de se diferenciar dos *blancos* e *colorados*, partidos políticos da República Oriental do Uruguai que utilizavam como elemento de distinção os lenços branco e vermelho. Era premente identificar as forças federalistas como sendo brasileiras, uma vez que muitas das acusações castilhistas eram as de que estes representariam estrangeiros invadindo o território brasileiro, tentando deslegitimar as reivindicações federalistas. Iremos apresentar abaixo fotografias das divisas a que nos referimos na correspondência acima:



Figura 5 – Divisa Federalista contra a tirania utilizada durante a Revolução Federalista de 1893

Fonte: Fotografia realizada por Gustavo Figueira Andrade. Fototeca e Acervo do Museu Dom Diogo de Souza, Bagé, Rio Grande do Sul.



Figura 6 – Divisa Federalista utilizada durante a Revolução Federalista de 1893

Fonte: Fotografia realizada por Gustavo Figueira Andrade. Fototeca e Acervo do Museu Dom Diogo de Souza, Bagé, Rio Grande do Sul.



Figura 7 – Divisa Federalista auriverde, utilizada na última fase da Revolução Federalista de 1893

Fonte: Fotografia realizada por Gustavo Figueira Andrade. Fototeca e Acervo do Museu Dom Diogo de Souza, Bagé, Rio Grande do Sul.

Entre as cartas de **assuntos pessoais**, elencar as que tratassem deste aspecto de Joca, não apenas durante a Revolução foi uma tarefa difícil, pois também envolvem muitas vezes assuntos políticos. Algumas tratam diretamente, outras indiretamente, no entanto podemos compreender o grau de proximidade entre o emissor e o receptor principalmente pela própria escrita das cartas, na maneira de se referir, formal ou mais informal, na recorrência de assuntos familiares, envolvendo problemas de saúde dos envolvidos, parabenizando por vitórias pessoais ou mesmo manda recomendações à família. Dentre as cartas que apresentam esse aspecto pessoal das correspondências, nas quais as formas de tratamento expressam a proximidade entre o remetente e o receptor, para exemplificar o que expomos acima, escolhemos uma carta do dia 17 de janeiro de 1895, entre o hervalense General José Maria Guerreiro Victória e o General Tavares:

Passo dos Carros, arroio Candiota, 17 de janeiro de 1895. Amigo General Tavares. Terei particular satisfação se o meu velho amigo gozar saúde. Eu continuo sofrendo

a minha paralisia, mas disposto a continuar nossa nobre missão. O Zeca [Tavares] seguiu para lá doente, cuja ausência me tem originado sérias dificuldades. Nunca vi tanta ambição de comando e postos e tantos pretensiosos. [...] Na divisão do Coronel Azambuja também há muita divergência entre os chefes, mas ele tem se esforçado muito para fazer desaparecer esse mal [...] O amigo mande-me as suas ordens que as cumprirei logo. Ao empreender marcha, comunicarei a operação que pretendo fazer, se antes o amigo não ordenar ao contrário. General Guerreiro Victória (TAVARES, 2004, p. 184-185).

Estas cartas possibilitam ter acesso a esse aspecto de sua vida pessoal, poderiam ser de familiares, amigos, políticos em geral, ou mesmo de “protegidos” políticos deste chefe. Em carta do dia 1 de novembro de 1893, o Cônego João Inácio de Bittencourt e Pedro Rodrigues de Borba, escrevem ao General Tavares, além de passar informações, colocando-se sob sua proteção:

Exmo. Sr. General Tavares. Há pouco chegamos de Bagé e podemos saber que Raul Maurell, de Pelotas, está detido por envenenador. Garantimos que tendo pleno conhecimento desse moço que veio somente ajudar a defender a nossa causa. Saudamos a Vossa Excelência e sentimos grande prazer em estarmos debaixo da vossa proteção. De Vossa Excelência etc, etc. João Inácio de Bittencourt e Pedro R. de Borba (TAVARES, 2004, p. 65).

Esta correspondência evidencia a existência de redes de relações clientelísticas do General Tavares. Na guerra, esse clientelismo enquanto um política de trocas de favores, para com seus subordinados, seus amigos, podem ser entendidos enquanto parte de sua atuação política no conflito. Principalmente se considerarmos sua experiência militar, Ana Frega, em *Los Orientales em armas: estúdios sobre la experiencia militar em la revolución artiguista* (2015), ao falar sobre as experiências militares e as identidades sociais e políticas, permite compreender que, por não ser uma relação que envolve o Estado, o próprio desafio de manter seus soldados engajados e a adesão dos colaboradores da Revolução, envolvia uma relação contratual (FREGA, 2015, p. 26), necessitando, portanto, atender aos interesses dos diversos envolvidos no conflito como parte da liderança que fosse efetiva.

Neste sentido, atender a estes diversos interesses seria uma forma de relação clientelística com os soldados, pois, segundo Richard Graham (1997, p. 16), o clientelismo significaria “tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes”. Ainda segundo este autor, por meio destas relações, a própria busca ou concessão de favores significaria uma legitimação da estrutura social vigente (GRAHAM, 1997, p. 22) obviamente que os privilegiasse e os mantivesse em posição de mando.

Além das cartas trocadas com seus irmãos, considerando o grande envolvimento da família Tavares na Revolução, alguns chefes federalistas tinham maior proximidade com o

General Silva Tavares. Aproximadamente 19 cartas ao entre os anos de 1892 a 1895 abordam esse tema, do total das 369 cartas, alguns telégrafos e cartões postais que estavam no seu arquivo, algumas aparecem também em meio a assuntos militares e políticos. Em carta enviada por sua sobrinha em Cecília Facundo, filha de seu irmão José Facundo da Silva Tavares, o qual havia sido perseguido por membros do Partido Republicano Riograndense em 1892, na companhia de sua família em Porto Alegre, por ordem de Júlio de Castilhos, expressa o seguinte:

Porto Alegre, 5 de novembro de 1892. Tio Joca – Escrevo-lhe para participar o que se deu em nossa casa, e a desgraça horrível que nos feriu. No dia 1º deste, ainda não eram 5 horas da madrugada, acordamos, sobressaltados, com baques horríveis na porta. Papai saltou da cama e levantou a janela do quarto dele, que abria para a rua, para ver o que era e foi agarrado pelos braços aos gritos de “Agarra! Agarra!” e viu que a casa estava cercada por uma escolta numerosa. Eles responderam: “Agora vem o Chefe da Polícia”. Nós julgávamos que, de fato, fossem chama-lo, mas aquilo era apenas uma ameaça, porque tocavam a corneta dando sinal de “avançar e fogo”! e imediatamente começaram a arrombar a porta e as janelas a machado [...] Num momento em que cessou, o Facundinho chegou à janela para dizer que papai se entregaria e eles deram-lhe um tiro no peito; ele correu direto a mim que estava na porta do meu quarto, que é junto da sala em que se deram essas cenas dizendo: “– Estou morto, salve o papai!” [...] Ah meu tio, eu fiquei como louca, corri para a janela, gritando, que não atirassem amis, que o papai se entregaria, e eles ainda iam fazer fogo quando começaram a gritar: “não atirem, não matem a moça”. Então, papai chegou a janela e entregou o revolver ainda carregado e eles gritaram: “Saia, saia para a rua!” [...] Fizeram isso, porque agarraram quatro cartas do papai que nada absolutamente o comprometem, e porque apareceu uma notícia de que o senhor tinha invadido a fronteira. A nossa casa está em lastimável estado: portas, janelas, paredes, quadros, espelhos, piano, tudo furado à bala – Saudades nossas. Sua sobrinha Cecília Facundo (MORITZ, 2005, p. 354-355).

Como se pode observar, a carta apresenta o terror que tomou conta do Rio Grande do Sul e que levou ao êxodo federalista para o Uruguai e Argentina em 1892, após o recrudescimento das perseguições realizadas aos federalistas e opositoristas à Castilhos. O General Joca Tavares tentou, ao longo da Revolução, fazer com que seu irmão fosse solto por meio de diversas negociações, todas sem sucesso, somente no final desta é que isso ocorre. Esta carta evidencia toda a carga emocional que pode ter feito parte das decisões de Joca Tavares, toda uma subjetividade que misturava os interesses privados aos da Revolução Federalista de 1893-1895.

Quanto aos assuntos que envolvem **questões de inteligência**³⁰, estes eram tratados por alguns federalistas que do território uruguaio informavam Joca Tavares das notícias que

³⁰ Quando nos referimos à questões que envolvem ações de inteligência, nos referimos a atividades que envolvem o conhecimento de informações vitais, obtidas sem o conhecimento do inimigo, abrangem assuntos estratégicos, táticos ou de operações desenvolvidas no âmbito político/militar/civil federalista ou legalista que

recebiam de Montevidéu, das rotas de suprimento federalistas ou das utilizadas pelos legalistas, assim como das movimentações militares dos dois exércitos. Os principais nomes que se comunicavam com o General Tavares, geralmente por telégrafo, eram Boaventura Pereira, Galvão Machado e um parente de Joca, Cândido Tavares Bastos, o qual estava em Minas de Corrales no Departamento uruguaio de Rivera. A partir da carta enviada por Boaventura Pereira Leite é possível compreender o teor das informações que buscavam deixar o General Tavares inteirado de todos os assuntos e movimentações do inimigo para que pudesse transmitir suas ordens e planejar as ações do Exército Libertador.

Exmo. Sr. General Tavares, 25 de março de 1894. Anteontem mandei o Irineu descobrir a força inimiga, conforme lhe mandei dizer. Ontem, voltou ele e disse-me que a força, anteontem, estava acampada junto à casa dos Brums. Eu, não satisfeito com isso, por não saber o rumo que tomaram dali, mandei o Silvério observar que direção levava a força, para lhe comunicar, espero ele amanhã cedo. Boaventura Pereira Leite (TAVARES, 2004, p. 137).

Ainda no mesmo dia, Boaventura responde ao General Tavares passando o resultado da investigação eu mandara fazer sobre o inimigo:

[...] hoje voltou o Silvério da descoberta. Disse-me que, hoje cedo, tinha um piquete do inimigo na Serrilhada e que ali soube que o inimigo estava acampado no campo do finado Ramão Fernandes e que constava ser de 500 homens a 600 e que não havia força nenhuma em São Luiz [...] (TAVARES, 2004, p. 137).

A precisão destas informações era fundamental e poderia, caso engano, por em risco a vida de muitos homens. O General Tavares ao receber as informações, repassava aos comandantes militares federalistas para que estes atuassem sabendo das movimentações do inimigo e planejassem seus ataques, de modo que não se movimentavam sem informações da posição deste, evitando assim, que fossem surpreendidos e emboscados. Como exemplo desse sistema de informações, a carta respondida pelo General Marcelino Pina ao General Tavares evidencia bem como essas informações eram repassadas e as preocupações dos chefes nesse sentido,

Acampamento no Ibicuí (campo do Máximo), 26 de novembro de 1894. Exmo. Sr. General João Nunes da Silva Tavares. Acabo de receber as comunicações de Vossa Excelência, nas quais orienta-me da posição do inimigo. Não tem havido novidade alguma, a não ser as que comuniquei por próprio, que devia já ter se apresentado a Vossa Excelência anteontem ou ontem. Mandeí descobertas para todos os pontos, bem como próprios para o Maneco Machado e Ismael, os quais até agora não

possam ajudar as lideranças na tomada de ações e coordenar as movimentações militares procurando obter vantagem sobre o inimigo.

regressaram, não podendo, por isso, marchar daqui. Saúdo-vos etc. General Pina (TAVARES, 2004, p. 137).

Por outro lado, no que diz respeito aos pedidos, estes poderiam ser por parte de familiares ou de amizades, solicitando a influência de Joca para resolver problemas políticos, favores pessoais, transferências militares, dispensas entre outros elementos. Estas correspondências juntamente com as de assuntos pessoais, as quais pedem informações sobre a família, enviam recomendações de apreço, estima, felicitações, estimas de melhoras por problemas de saúde ou mesmo um tratamento menos formal, podem evidenciar a existência de relações de proximidade que certas lideranças tinham com o General Tavares. Neste sentido, os pedidos demonstram a existência de uma “relação assimétrica de poder, na qual um dos termos – o demandante – dirige-se a um interlocutor por definição ‘poderoso’, que por isso tem a capacidade e muitas vezes o dever de atendê-lo” (GOMES, 2000, p. 32).

Algumas cartas apresentam além dos pedidos, enviados a Joca Tavares por civis principalmente, colocando-se a disposição do chefe militar, pedindo a este para que seus pedidos sejam atendidos, e colocando-se sob sua proteção, o que pode evidenciar a centralidade ocupada dentro da rede do Exército Federalista, mas principalmente o papel social de mediador ocupado pelo General Tavares na complexa rede de relações sociais federalista.

Segundo Sydel Silverman (1977), o mediador era o sujeito que além transitar e exercer influências em diversos setores, era alguém de confiança do poder central. Estes mediadores ao mesmo tempo em que recebiam os privilégios de um Estado ainda em construção, o qual dependia destes como representantes dos seus interesses, zelavam também pelos de seus compadres-clientes, portanto disfrutava de prestígio em sua sociedade.

Essa mediação desempenhada por Joca Tavares, seja entre as lideranças políticas/militares ou mesmo entre civis, fazia parte de uma rede de relações da qual este ocupava local de destaque, principalmente contar com a amizade pessoal do conterrâneo e líder político dos federalistas, Gaspar Silveira Martins, assim como entre outros militares tanto legalistas quanto federalistas, de chefes políticos de diversas localidades, e em nível nacional com políticos como o Marechal Deodoro ou mesmo Floriano Peixoto, antigos companheiros de armas durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), o que lhe conferia poder simbólico e efetivo, respaldando sua liderança no território em que atuava. Neste sentido, seguindo esta linha do raciocínio, os pedidos também podem ser entendidos segundo Gomes (2000), como formas de retribuição clientelísticas, onde um pedido denota uma expectativa de ser atendido pelo seu protetor, assim como o poder político, econômico ou simbólico do

mediador por meio de seu prestígio podem ser utilizados para resolver a demanda. Muitas das correspondências apresentam solicitações dos chefes militares federalistas para que Joca se utilize de sua influência, de seu prestígio para resolver determinada questão, ou mesmo apenas sua presença entre os soldados para aumentar a moral da tropa.

Quanto à forma que o conteúdo das cartas são apresentados, geralmente começam com uma introdução, na qual é colocado o nome da autoridade à quem se destina a missiva, à localidade e data na qual foi escrita. Geralmente nas cartas do General Tavares, o título de Excelentíssimo Senhor Comandante em Chefe do Exército Federalista/Libertador largamente utilizado nas correspondências mais formais ou de seus subordinados. Nas correspondências mais pessoais, era comum a utilização do termo “meu caro general”, “meu caro amigo”, “estimado general”, geralmente com pessoas da família ou políticos, e chefes militares ou civis mais próximos ao general.

Dando sequência, após a introdução, no desenvolvimento do assunto a que se destina a missiva, pode variar de acordo com sua finalidade. As cartas militares geralmente iniciam contando sobre as movimentações militares das forças a qual comanda ou da movimentação das forças do inimigo, seus feitos diante deste, os combates e as necessidades do exército. Num segundo aspecto, são apresentados diversos assuntos, desde queixas, pedidos de suprimentos, providências do General, mediação quanto à algum assunto, estratégias, ordens, pedidos de informação, assuntos financeiros, familiares, dependendo da pessoa com que está estabelecendo a conversa. Como terceiro aspecto, as narrativas nas cartas são encerradas de maneiras distintas. Nas militares, por serem normalmente chefes militares que enviam ou recebem correspondências de Joca Tavares, dependendo da proximidade que estes têm e do prestígio que desfrutam, algumas demonstrações de afeto e proximidade são possíveis de serem percebidas, diferentemente de outros chefes militares um pouco mais resistentes às suas ordens, o tratamento parece ser mais formal. Quanto as lideranças políticas e civis, além de alguns colaboradores com quem troca cartas, se despede geralmente de forma mais amigável, procurando demonstrar apreço ou estendendo saudações à seus familiares.

É importante destacar que quanto ao assunto, assim como expomos acima que as cartas e telégrafos geralmente eram trocadas entre lideranças de um círculo mais alto de poder e comando, certos assuntos como política e estratégia, se limita à alguns poucos nomes, mesmo entre os de patente mais alta.

A importância da análise qualitativa das cartas como procuramos apresentar aqui, torna possível compreender como a imagem de chefe político de Joca Tavares perpassava o militar, ao mesmo tempo em que torna possível compreender a mistura constante entre os

interesses pessoais e os da própria Revolução, evidenciadas na maneira como era tratado pelos seus iguais e mais próximos, ou por seus adversários e como se reportava a eles, na maneira como expunha suas ideias.

Dessa forma, após realizarmos uma análise das correspondências, assim como procuramos identificar as temáticas gerais e o conteúdo presente nestas, os diversos assuntos a que dizem respeito, buscaremos no capítulo a seguir, dar sequência dessa análise qualitativa ao pensar na construção da trajetória política do General Tavares a partir de dados biográficos, procurando compreender os diversos aspectos desta, suas redes de relações, seu papel de mediador, as relações clientelísticas e a influência de sua família na construção do sujeito para além do militar.

3 AS CARTAS DO GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES: ALGUNS APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS

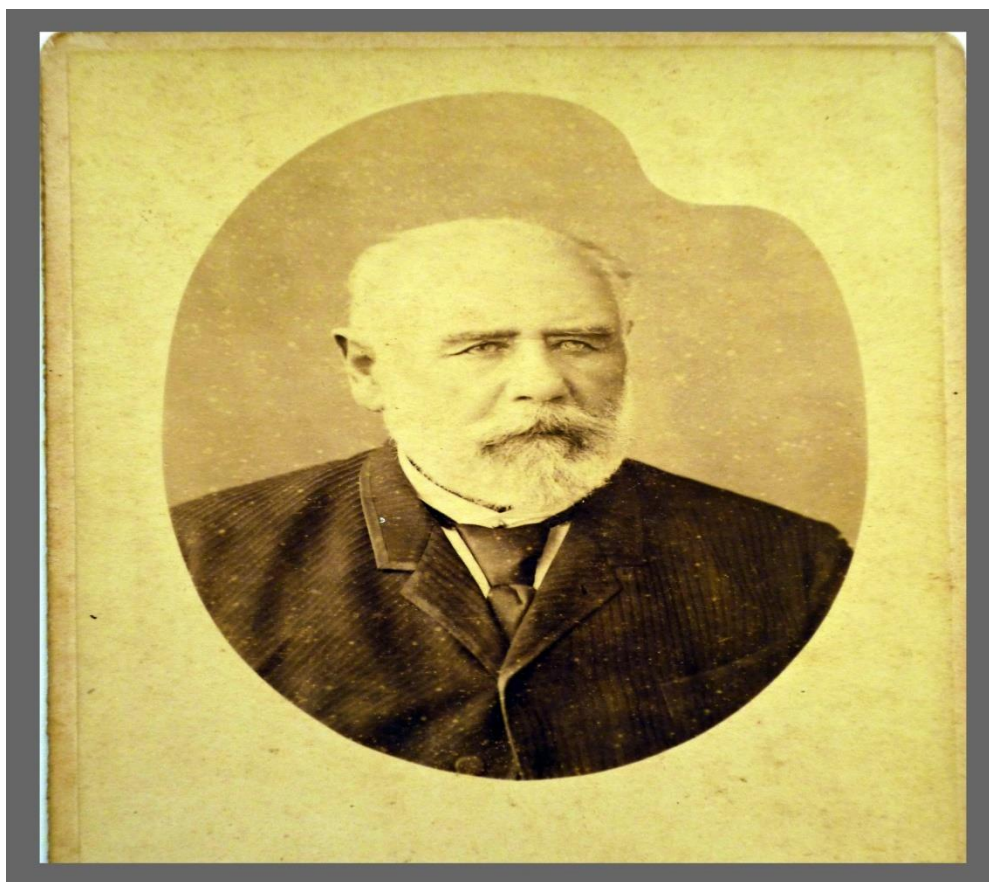


Figura 8 – Fotografia do General João Nunes da Silva Tavares, realizada pelo fotógrafo José Grecco no final do século XIX

Fonte: Fototeca e Acervo do Museu Dom Diogo de Souza, Bagé, Rio Grande do Sul.

A utilização de correspondências como fonte para a escrita da história tem ganhado destaque nos últimos anos, assim como tem despertado a atenção dos historiadores para necessidade de preservação destas como importantes fontes de pesquisa. Este interesse por correspondências foi impulsionado a partir das renovações nas abordagens teóricas e metodológicas que desde a década de 1980 vem sendo propostas pela Nova História Cultural e pela História Política, voltando os enfoques para os indivíduos no processo histórico.

Neste sentido, a partir das correspondências é possível ter um acesso privilegiado a elementos que possibilitam compreender os indivíduos e suas relações com a sociedade do qual fazem parte, as relações de poder construídas por estes, os interesses, as estratégias sociais, a intimidade, as subjetividades, os aspectos culturais e identitários de um indivíduo.

Diante da relevância destes aspectos que iremos analisar as correspondências do General João Nunes da Silva Tavares neste capítulo, assim como outros documentos do acervo particular da Senhora Yara Maria Botelho Vieira, bisneta de Joca, tais como, certificados pessoais do general, genealogia da família, relatórios, Inventário “Post Mortem” e biografias produzidas até então sobre o general. Estas correspondências e documentos nos auxiliarão na busca por compreender os diversos aspectos que assumiu sua vida política e pessoal, ao mesmo tempo sem desconsiderar que “cada homem é um locus no qual uma incoerente e frequentemente contraditória pluralidade de determinações relacionais interagem” (CERTEAU, 1984, p. 11).

Pensando na construção de sua trajetória, torna-se preciso lembrar de alguns pesquisadores que debateram o tema da vida de Joca Tavares, como Achylles Porto Alegre (1917), Carlos Rheingantz (1993), Alvaro Bischoff (2004), Tarcísio Taborda (1993), Mário Teixeira de Carvalho (2011) os quais ressaltam principalmente os aspectos de sua vida militar e política, com tom ufanista. Por outro lado, estas obras têm muito a contribuir para o conhecimento histórico, principalmente por reunir considerável levantamento de fontes.

Essa historiografia geralmente o apresenta como um importante e hábil militar que após a Guerra do Paraguai alcança o posto de Brigadeiro Honorário do Exército Brasileiro, ocupando diversos cargos políticos, no entanto sem problematizar como essa trajetória que antecede a Revolução influenciou em suas ações, sua atuação política e em sua própria escolha para comandar as forças federalistas. Neste sentido, iremos a seguir, procurar compreender como era pensada essa história ao longo do século XIX e revisitar com um novo olhar sobre as biografias, para que dessa forma venhamos a nos deter na problematização da temática que se centra no General Tavares, principalmente a partir da análise qualitativa desenvolvida anteriormente, para pensar os diversos aspectos de sua trajetória.

3.1 A “BIOGRAFIA” E A TRAJETÓRIA DO GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES

Ao longo dos tempos, o medo do esquecimento sempre fez parte do homem. No século XIX, a biografia assume a qualidade de gênero, recebendo influências do romantismo e do positivismo. O centro de sua abordagem passa a ser os grandes homens, entendidos como “aquele indivíduo capaz de ‘representar’ uma coletividade. Desse modo, o ‘espírito geral de um povo’, manifestar-se-ia nos indivíduos notáveis” (OLIVEIRA, 2011, p. 54). Em geral eram indivíduos cuja história de vida era ligada a história da “Nação”. O fato histórico

continuava a guiar as narrativas, encarado como realidade e influenciando na história utilizada pelo Estado na transmissão de valores, exemplos de normas de conduta e moralidades político-sociais que deviam inspirar o cidadão (OLIVEIRA, 2011, p. 151) ligando a escrita das biografias a uma história política tradicional.

No Brasil a escrita das biografias durante o século XIX teve no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil a frente das iniciativas, evidentemente assumindo um viés político, tendo as biografias dos grandes homens, intelectuais, políticos e militares, “função de servir como modelos de conduta e estímulo à imitação” (GUIMARÃES, 2007, p. 109), uma *historia magistral vitae*³¹. Segundo Januário Barbosa em discurso na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, “caberia ao historiador nomeá-lo, julgá-los, emitindo seu juízo como um ‘austero sacerdote da verdade’” (BARBOSA, 1839, p. 9-17). A busca da verdade, o estabelecimento de um rigoroso método que exigia a imparcialidade do historiador para poder narrar a história destes agentes, pois “o julgamento dos homens seria delegado ao ‘tribunal da posteridade’” (OLIVEIRA, 2011, p. 143).

Embora as biografias tenham sido relegadas a um segundo plano nos trabalhos acadêmicos, em grande parte devido a estas abordagens que vinham sendo utilizado, o que ficou evidente em 1974, quando Jacques Le Goff e Pierre Nora defenderam que “a biografia, por estar nos limites entre Literatura e História, estaria fora do campo histórico” (LEVILLAIN, 2003, p. 142), o que é claro, não impediu que seguissem sendo escritas.

As renovações na historiografia a partir dos anos 1980, também causaram mudanças na escrita das biografias assim como as trouxe de volta ao cenário das discussões. Segundo Levillain, essas modificações foram influenciadas pela crise do marxismo, o desprendimento de uma história quantitativa e serial, e as discussões envolvendo a narrativa (LEVILLAIN, 2003, p. 164), assim como pode-se acrescentar a estes fatores, a interdisciplinaridade. A proposição para a utilização de novas metodologias, de novos enfoques e o estabelecimento de outras problemáticas para a História Política trouxe efeitos diretos para se pensar as biografias, tornando-se valioso meio de compreensão de uma época e de uma sociedade na qual o indivíduo está inserido, tanto como fontes como objeto a ser produzido. Ela pode adotar diversas características para ser construída sem esgotar a diversidade humana (FRIEDLÄNER, 1975 apud LEVILLAIN, 2003, p. 169). No entanto, atualmente não se pensa mais biografia como capaz de:

³¹ Tradução livre: História mestra da vida.

esgotar absoluto do “eu” de um personagem, como já pretendeu e ainda hoje pretende mais do que devia [...] a simbologia de seus fatos e gestos pode servir de representação da história coletiva de um homem [...] Ela é o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova da vida. (LEVILLAIN, 2003, p. 176).

É a partir destas considerações e problematizações que nos motivam a construção da trajetória do General Joca Tavares a partir de dados biográficos, procurando estender esta análise para sua vida política, a influência de sua família na construção do agente histórico.

Assim, vamos procurar a seguir, localizar e referenciar quem é nosso biografado. João Nunes da Silva Tavares, nasceu na vila de São João Batista do Herval³² em maio de 1818, filho mais velho dos 19 a que deram a luz João da Silva Tavares³³ e Umbelina Nunes, participou desde cedo das campanhas militares, inicialmente ao lado de seu pai, na Revolução Farroupilha (1835-1845), tomando parte em várias batalhas, no entanto foi a partir da Guerra do Paraguai que ele recebe os louros por suas ações inclusive recebendo o título de Barão do Itaqui pelas serviços prestados, o que pode ser entendido além de um elemento de cooptação, uma forma não apenas de retribuição pelos empenhos muitas vezes de bens pessoais para a defesa do Império (CARVALHO, 2003, p. 258), mas também enquanto elemento capaz de “unir o centro com a periferia num jogo de negociações intensas, cheias de conflitos e cooperação, onde os mediadores exerciam um papel fundamental” (VARGAS, 2007, p. 205).

O prestígio e reconhecimento de Joca Tavares deve-se em parte por ter sido o comandante do piquete que capturou e matou Francisco Solano López em Aquidabã na fase final da Guerra do Paraguai, conhecida como Campanha das Cordilheiras (PORTO ALEGRE, 1917, p. 82), vindo a receber em outubro de 1870 do Imperador Dom Pedro II diversas honrarias, dentre elas o título de Barão do Itaqui, a honraria de Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, além de ser nomeado Brigadeiro Honorário do Exército Brasileiro. Estes documentos podem ser analisados a partir das cópias em posse da família Tavares na cidade de Bagé e os quais apresentaremos abaixo.

³² Na época desta denominação da cidade, o Rio Grande do Sul era uma Província do Império e este município fazia parte do município de Jaguarão. Hoje, é um município localizado na região meridional do Estado do Rio Grande do Sul, fronteira com a República Oriental do Uruguai. Atualmente cidade sob a denominação de Herval. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/herval.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2015.

³³ Sobre João da Silva Tavares (Barão do Serro Alegre) ver: Oliveira, 2016.

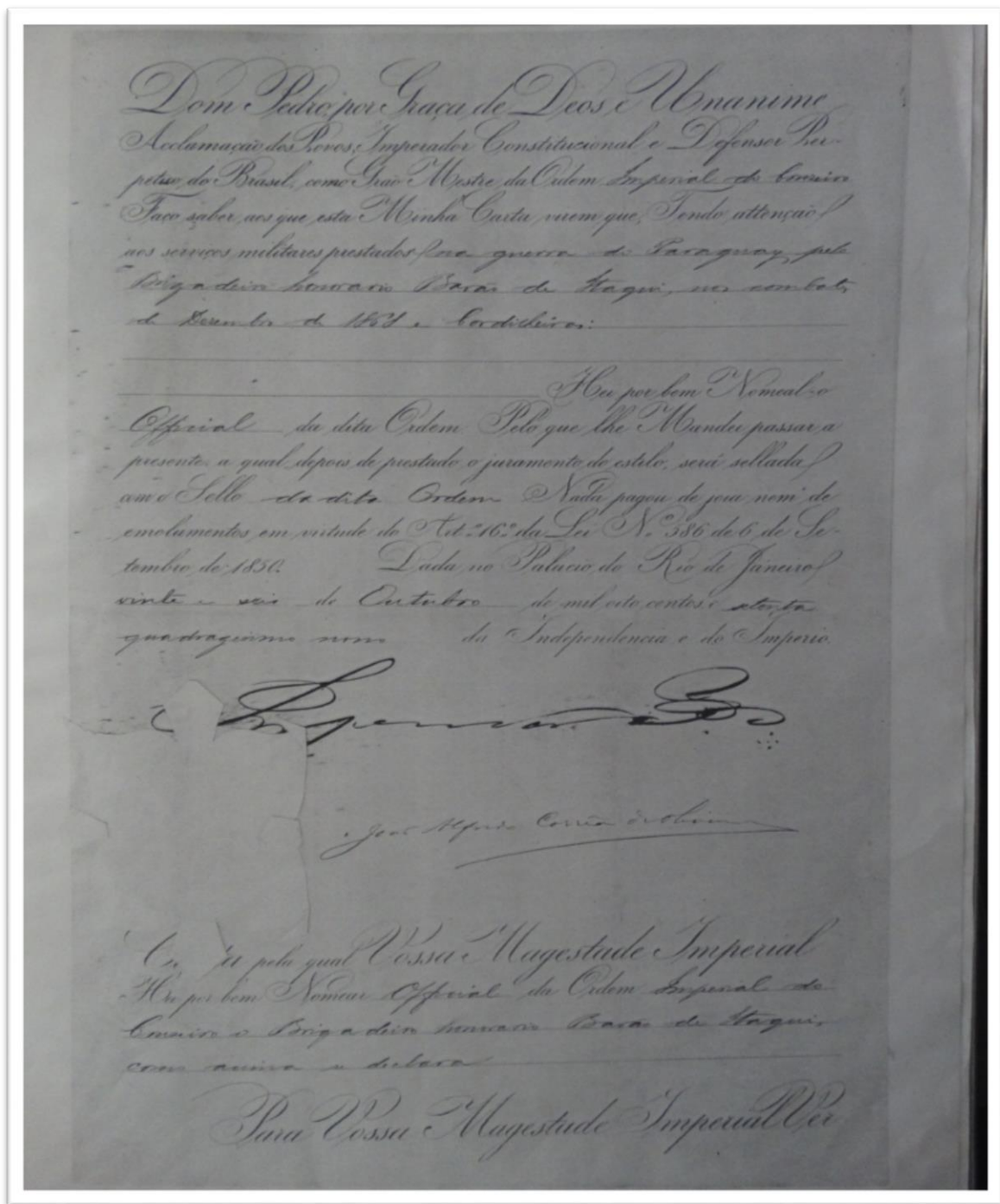


Figura 9 – Diploma de Barão de Itaqui assinado por Dom Pedro II em 1870

Fonte: Acervo Particular da Senhora Yara Maria Botelho Vieira, bisneta do General João Nunes da Silva Tavares, Cidade de Bagé. Obtida em 2014.

Ao retornar para cidade de Bagé, reassume a liderança na comunidade e na vida política, onde exerce por diversos anos o cargo de Comandante Superior da Guarda Nacional

em Bagé³⁴. Ele vai assumindo o papel de mediador e importante figura política e militar, principalmente após a morte de seu pai em 1872.

Neste sentido, por mediador, segundo Sydel Silverman (1977) é alguém que realiza uma intermediação entre os interesses locais e o nacional. O mediador era o sujeito que além transitar em diversos setores e exercer influências, era de confiança do poder central e ao mesmo tempo recebe os privilégios de um Estado ainda em construção, que depende desses mediadores como representantes dos seus interesses, e que ainda zelava pelos seus interesses e de seus compadres-clientes, portanto disfrutava de prestígio em sua sociedade.

De todos seus irmãos, Joca é o único que se tornou general, e ao mesmo tempo em que se tornou chefe militar prestigiado no Rio Grande do Sul. No sentido de compreender melhor sua origem familiar, iremos expor abaixo uma árvore genealógica da família Silva Tavares.

³⁴Arquivo Histórico Do Rio Grande Do Sul, Fundo da Guarda Nacional, Lata 428, maço 3.

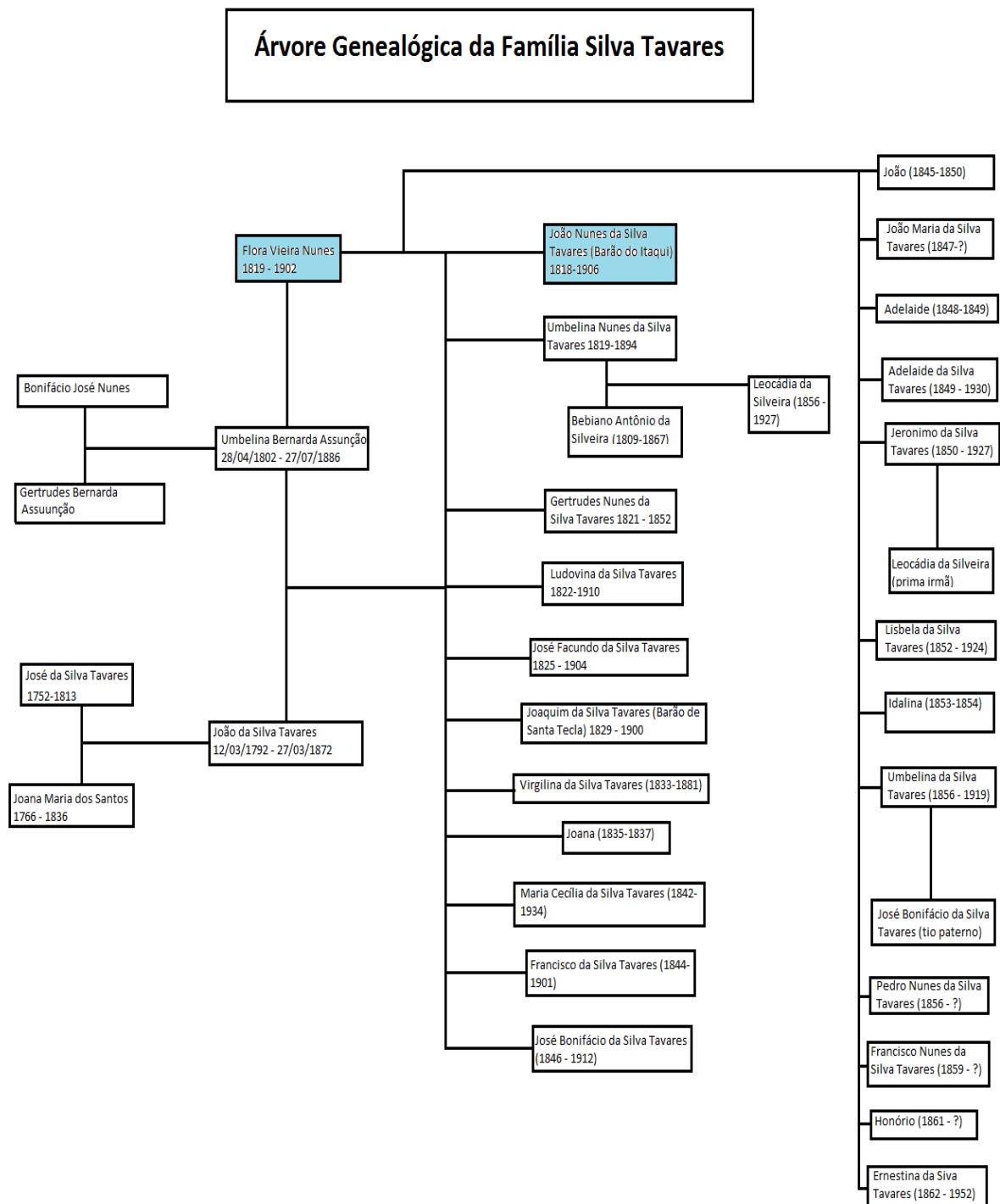


Figura 10 – Árvore genealógica da família Silva Tavares

Fonte: Rheingantz, 1993.

*Nota: Neste esquema de árvore genealógica³⁵, desconsideramos os filhos falecidos ainda criança de João da Silva Tavares e Umbelina Bernarda Assunção.

³⁵ Sobre árvore genealógica da Família Silva Tavares, ver: Rheingantz (1993). Disponível em: <<https://familysearch.org/ark:/61903/2:2:34XL-KR5>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

A partir do que apresentamos no quadro acima, entendendo a família enquanto importante representante do capital político (GRAHAM, 1997, p. 35-37) é possível compreender parte das estratégias matrimoniais pensadas pelos sujeitos.

Neste sentido, é preciso compreender a família do século XIX diferente das noções que presentemente conhecidas. Segundo Richard Graham (1997, p. 37), existiria um entendimento de que “os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos [...] ser padrinho, afilhado, compadre ou comadre no Brasil [...] implicavam obrigações mútuas de ajuda nas eleições ou na garantia de cargos no governo [...]”, sendo portanto, uma família extensa que ia além dos laços consanguíneos.

Em 1844, com 26 anos casou na cidade de Rio Grande com sua tia materna, Flora Nunes Vieira, com a qual teve 12 filhos, onde dois dos quais realizaram casamento endogâmico³⁶. Outros casamentos no âmbito familiar se deram como o casamento da filha de Joca Tavares com seu tio, José Bonifácio da Silva Tavares (Zeca Tavares) e de seu filho, Jerônimo com sua prima irmã Leocádia Tavares da Silveira. Por outro lado, quanto às práticas de compadrio, Joca Tavares era compadre de seu irmão Dr. Francisco Tavares.

Ao analisar as elites políticas por meio de suas redes de relações sociais e como se interligavam no âmbito da política local e nacional, Jonas Vargas (2007, p. 204) afirma que o “forte grau de parentesco endógeno entre nobres e elite política, favorecia melhor distribuição dos recursos políticos, como favores e informações”. Como o discutido anteriormente, essa modalidade de casamento intrafamiliar, segundo os conceitos de Falletti (1996) e Landé (1977), além de ser um costume do período histórico do qual fazia parte, manifestava os interesses e estratégias familiares, de modo que constituía uma das principais formas de se estabelecer redes, formando uma série de alianças diádicas³⁷, modelando sociedades com base nos seus interesses principalmente devido a fraqueza ou muitas vezes inexistência de estruturas sociais e políticas, colocando estas famílias em condição privilegiada na sociedade onde atuam, funcionando como “mecanismos de reprodução e controle social” (FALLETI, 1996, p. 141).

³⁶ Segundo Rheingantz (1993), os filhos de Joca Tavares, Jerônimo da Silva Tavares casou com sua prima-irmã, Leocádia da Silveira em 1874; e sua filha Umbelina da Silva Tavares casou com seu tio paterno, Bonifácio da Silva Tavares.

³⁷ De acordo com Landé (1977), uma relação diádica diz respeito a uma relação direta estabelecida entre duas pessoas, entre duas pessoas de condições financeiras iguais ou diferentes, ter uma duração curta ou de uma vida inteira, podendo envolver relações de ajuda mútua em caso de necessidade, assim como também troca de favores entre os indivíduos envolvidos, os quais podem ser de status social igual (horizontais) ou diferentes (verticais), envolvendo relações de confiabilidade e lealdade pessoal. Destacamos que costuma-se recorrer a este tipo de relação, principalmente, quando inexistem instituições formais capazes de manter em andamento contratos formais.

Por outro lado, esta modalidade de casamento endogâmico ocorria em diversos segmentos sociais no século XIX, mas especificamente no que se refere às classes superiores da sociedade, segundo Lawrence Stone (2011, p. 124) o casamento entre estes tinha o intuito de aumentar seu patrimônio, formando grandes extensões de terra pela incorporação de outras propriedades. Para Giovani Levi (2000 apud PEDROZA, 2008) o estabelecimento de relações de compadrio servia para que essa elite mantivesse o poder, eram relações capazes de ser:

indicadores de complexas redes de aliança, desejadas tanto por selecionar e favorecer os laços já existentes como para criar novos. Esses vínculos podiam ser horizontais entre amigos e parentes do mesmo status, ou verticais, assentados no relacionamento patrão-cliente (LEVI, 2000 apud PEDROZA, 2008, p. 70).

Após o término da Revolução Farroupilha em 1845, João da Silva Tavares, já sem os campos do Herval e do Taquari no Uruguai (VIEIRA, 2010, p. 81), compra da estância do Serro Alegre [sic] em 1847. Sua família, que havia fixado residência em Rio Grande, cidade na qual Joca Tavares veio a casar com Flora em 1844, e de onde partiu a convite de seu pai aproximadamente na primeira metade da década de 1850 para fixar residência no município de Bagé e ajudar na administração da estância, pois de acordo com o diploma maçônico que apresentamos anteriormente, já exercia a profissão de charqueador antes de imigrar para Bagé.

Leandro Oliveira (2016) em sua dissertação de Mestrado ao trabalhar com a trajetória de João da Silva Tavares, Visconde do Serro Alegre, afirma, com base no Livro de Registro de Marcas de Gado da cidade de Bagé, que este já possuía campos e gado com marcação sua no ano de 1855, assim como também seus filhos, no que se inclui Joca Tavares (OLIVEIRA, 2016, p. 88). No entanto, segundo José Cypriano Nunes Vieira (2010), ao chegar na Estância do Serro Alegre, Joca Tavares ainda que tivesse auxiliado seu pai, não a teria administrado, não por incompetência, mas porque seus interesses ao que tudo indica, estariam voltados para atividades políticas, pois segundo este autor “como este revelasse mais propensão para a política, do que para as lides campeiras, convidou então para dirigir a sua exploração pecuária o sétimo filho, Joaquim da Silva Tavares” (VIEIRA, 2010, p. 81).

Para Luís Augusto Farinatti (2010, p. 230)³⁸, “os filhos não apenas negociavam com os objetivos dos pais, como também ajudavam a conduzir, com sua própria atuação os rumos

³⁸ Embora Luís Augusto Farinatti em sua Tese de Doutorado, “Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil” (2010) tenha estabelecido sua análise sobre famílias pertencentes à elite e a uma sociedade agrária, delimitada temporalmente entre 1825 e 1865 na Microrregião da Campanha Oeste, constatamos na análise da atuação política do General Joca Tavares na Microrregião da Campanha Meridional, ainda que a delimitação temporal que estabelecemos, a segunda metade do século XIX,

das estratégias familiares”, dessa maneira, mesmo os objetivos políticos dos filhos faziam parte de uma estratégia familiar maior. Além da estância em Bagé, localizada na Região da Campanha, Joca também possuía estâncias no Uruguai. De acordo com o que é publicado pelo Relatório de Repartições dos Negócios Estrangeiros³⁹, apresentado à Assembleia Geral Legislativa do Império, pelo ministro Paulino José Soares de Souza, em 1851, na qual são apresentadas listas com nomes de brasileiros com propriedades no Uruguai, dentre os quais estava Joca Tavares e seu pai, João da Silva Tavares (1792-1872), Barão do Serro Alegre, além de seu tio, de nome Serafim Tavares, ao todo constando serem 8 léguas de campo ou 34.848 hectares como pertencentes à família no departamento de Cerro Largo, situado no norte uruguaio, o qual faz fronteira com o Brasil.

A cidade de Bagé constituía um ponto estratégico e comercial da campanha Rio-Grandense, teve sua origem de um acampamento militar, próxima a estrada que ligava o Brasil ao Uruguai (CHASTEEN, 2003, p. 55). Esta cidade está localizada na metade sul do Rio Grande do Sul, na região da Campanha que era caracterizada economicamente por possuir, em sua origem, um grande número estancieiros dedicados à pecuária, mas também ao contrabando (SOUZA, 1993, p. 25-31). No aspecto político-social era uma região que mantinha profundas ligações com o Uruguai, principalmente a região norte e cidades como Cerro Largo, Rivera, Rio Branco, Tacuarembó (BARRÁN; NAHUM, 1971, p. 125). Essa ligação ocorria principalmente devido ao grande número de propriedades de brasileiros na região acima do Rio Negro, no Norte uruguaio e também devido a semelhança de práticas econômicas e culturais (BARRÁN, 2012, p. 83).

Importante destacar que conforme Jonas Vargas (2013) “em 1860 os brasileiros representavam 11% da população total do Uruguai e ocupavam cerca de 30% do território deste país. Neste sentido, pode-se dizer que, em meados do século, aquela região era praticamente um apêndice econômico dos estancieiros rio-grandenses” (VARGAS, 2013, p. 290).

Dessa forma, compreender Joca Tavares como estancieiro, político e militar remete a necessidade de entender por que o fato de ser um estancieiro deve ser considerado. Para Jonas Vargas, possuir estâncias “fornecia um grande poder e prestígio social às famílias latifundiárias” (VARGAS, 2013, p. 304). Para o autor, o fato de se conseguir tornar elite e manter-se enquanto tal, estava essencialmente ligado a sua “capacidade de mobilizar homens,

principalmente em seu último decênio, no contexto da transição da Monarquia para a República, enquanto parte uma elite agrária, social, economia e militar, no que diz respeito aos aspectos, as práticas e estratégias sociais desenvolvidas pelas família Silva Tavares se assemelham aos casos apresentados por este autor.

³⁹ (SOUZA, 1851).

impor seus projetos aos demais e ter a sua importância enquanto elite regional reconhecida pelo governo central” (VARGAS, 2013, p. 304).

A influência política e militar de Joca Tavares não se restringia apenas ao nível local. Ele deve ser entendido como um fronteiriço que atuava numa determinada região, a partir da qual construiu sua fortuna e suas redes de relações, ao mesmo tempo em que sofria influências desse meio.

No âmbito político local, Joca Tavares foi um político muito bem sucedido e articulado, pois, a partir de Farinatti (2007 apud VARGAS, 2007, p. 209), “tanto no caso da pecuária, quanto no que tange à ocupação de cargos militares, o fato dos filhos homens seguirem os passos do pai era, francamente, facilitado pela existência de um patrimônio previamente construído pela atuação paterna”. Neste sentido, o General Tavares se adequa, pois não precisou começar do princípio para estabelecer suas redes de relações sociais de poder na cidade de Bagé, principalmente com famílias de estancieiros lindeiros à propriedade de seu pai e à sua. Essa rede era composta por alianças diádicas horizontais e até mesmo verticais, por meio da qual se pressupunha uma certeza de ajuda mútua quando necessário (LANDÉ, 1977, p. 4-5). Importante ressaltar que evidências dessas relações aparecem em dois momentos de sua trajetória.

Num primeiro momento, quando da fundação da Santa Casa de Caridade de Bagé em 1883, entre as homenagens aos fundadores e colaboradores, estão Joca Tavares e quase todos os membros da família Silva Tavares, assim como também consta o nome de famílias lindeiras aos campos pertencentes à antiga fazenda do Serro Alegre (REIS, 1911, p. 56), principalmente pelo fato de que o terreno para sua construção foi doado por José Facundo da Silva Tavares (VIEIRA, 2010, p. 83), irmão de Joca Tavares.

Num segundo momento, ao analisar a localização desta estância e comparar com a lista de estancieiros da região das Palmas⁴⁰, permite asseverar a existência de complexas redes nessa localidade entre as principais famílias que através de matrimônios, heranças e compra de terras foram expandindo suas propriedades e influências. A estância do Serro Alegre fazia limites com membros da família Teixeira, Brasil e Azambuja (BRASIL, 2009b, p. 243, 245, 247). Conforme Cypriano Nunes Vieira (2010) o falecimento do Visconde, a propriedade foi dividida como herança entre os dez filhos de João da Silva Tavares, entre eles Joca Tavares seus irmãos e irmãs (VIEIRA, 2010, p. 84). No entanto, parte da estância foi vendida para

⁴⁰ Carlos Roberto Brasil apresenta em seu livro, *Sesmarias em São Sebastião de Bagé: primórdios do povoamento* (2009) listas de estâncias e as principais famílias que habitaram a região das Palmas, distrito do município de Bagé, desde sesmarias até as famílias que compraram essas sesmarias.

terceiros, dentre eles, membros das famílias Simões Pires, Collares, Silva, Figueira, Garcia e Vieira (VIEIRA, 2010, p. 85).

Essa complexa estrutura de redes familiares se mostra eficaz quando eclode a Revolução Federalista de 1893, devido a muitos dos estancieiros que passaram a aderir à causa federalista, como os Coronéis Tomáz Mércio Pereira, Mateus e Alexandre Collares, Estácio Azambuja, Simões Pires (TAVARES, 2004). Estes possuem sobrenomes destas famílias⁴¹ lindeiras aos Silva Tavares, ou simpatizavam ou efetivamente pegaram em armas ao lado da família Silva Tavares, configurando de certa forma uma troca de reciprocidade prevista nas alianças diádicas anteriormente citada. No entanto torna-se prudente aventar que uma possível adesão à causa federalista não tenha ocorrido apenas pelas estruturas de alianças familiares mas também pautadas por interesses próprios e devido aos problemas econômicos e sociais que vinha enfrentando o Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 1993, p. 72), principalmente a partir da Proclamação da República e ascensão do Partido Republicano Riograndense (PRR), onde a maior parte da Campanha sul-rio-grandense colocou-se na oposição à Júlio de Castilhos (SOUZA, 1993, p. 32).

No âmbito político estadual, seguindo os passos políticos de seu pai, Joca foi membro do partido conservador por longo tempo, veio a ser nomeado por D. Pedro II terceiro Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul em agosto de 1885⁴². Ainda no Império, o Partido Conservador era também formado por uma elite econômica e de pecuaristas e tinha importantes representantes na região da Campanha como, por exemplo, a grei dos Tavares em Bagé (PESAVENTO, 1983). Neste sentido, a composição dos partidos durante o período Imperial no Brasil, pode ser entendida segundo Jonas Vargas (2007) enquanto um “negócio entre famílias”, de tal forma que:

os partido reuniam em si diversas redes de relações sociais [...] a cúpula dos partidos eram redes sociais densas sedimentadas por relações de parentesco, pelo convívio nas academias militares e nos campos de batalha [...] serviam como redistribuidores de cargos, mantenedores de alianças entre membros da mesma classe (VARGAS, 2007, p. 106-207).

⁴¹ De acordo com os levantamentos feitos pelas listas de proprietários lindeiros (vizinhos) aos campos da antiga estância do Cerro Alegre, e conseqüentemente da estância de Joca Tavares além dos nomes que constam nas cartas trocadas por ele com diversos chefes federalistas durante a Revolução em 1893, permite estabelecer a existência de um vínculo em algum grau com famílias que possuíam propriedades na região das Palmas, distrito de Bagé.

⁴² Data é veiculada a nomeação de João Nunes da Silva Tavares, então Barão do Itaqui, ao cargo de Vice-Presidente da Província do Rio Grande do Sul (*Jornal A Federação*. Porto Alegre, 31 ago. 1885, p. 2).

Os conservadores defendiam a “centralização da monarquia na figura do Imperador, do estado unitário e da abolição gradual da escravidão através de leis” (FLORES; FLORES, 1999, p. 25). No entanto Joca, seguindo a iniciativa de seu irmão Francisco da Silva Tavares⁴³, renuncia seu título nobiliárquico e cargos, declarando-se republicano em julho de 1889 (TABORDA, 1993, p. 68).

Com o golpe militar em que se proclamou a República em novembro de 1889, e a consequente queda da Monarquia, há uma situação política de instabilidade. Neste contexto, a relevância da experiência política e militar de Joca Tavares adquirida durante o período imperial é destacada, principalmente por haver sido nomeado Comandante Superior da Guarda Nacional em 1871 em Bagé (CARVALHO, 2011, p. 123), assim como também foi por diversas vezes Comandante Militar da Fronteira que abrangia o espaço entre as cidades de Bagé a Santana do Livramento em 1885 e 1886 ainda durante o Império⁴⁴. Logo após a Proclamação da República em 1889, por determinação do próprio presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca é nomeado novamente⁴⁵ Comandante Militar da Fronteira, de 1890 e 1891 (REIS, 1911, p. 99-103).

O papel de mediador, além da experiência militar e prestígio do qual ele era portador, pode ter sido determinante para sua escolha por Deodoro, vendo-o como elemento capaz de manter a ordem na cidade, como de fato ocorreu. Em 15 de novembro de 1889, com a mudança de regime, Joca fez um apelo na imprensa onde se manifestou estar em defesa da ordem e da autoridade⁴⁶.

No entanto, não é apenas devido à herança material e imaterial de seu pai a causa do prestígio e o poder de Joca, o que seria reduzir a ação do indivíduo, assim como acreditamos não ser possível dissociar-lo dos interesses que se articulavam enquanto família. Exemplo disso, é o fato de terem seus irmãos, Francisco Tavares e o Joaquim Tavares, participado da política provincial ocupando altos cargos, assim como também ligados a Guarda Nacional, como o caso de José Facundo da Silva Tavares, o qual veio a ocupar cargos políticos no município de Bagé e, José Bonifácio da Silva Tavares, que havia recebido a patente de Coronel (OLIVEIRA, 2016).

⁴³ Nessa data, Francisco da Silva Tavares escreve um artigo declarando-se publicamente republicano (Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 8 jul. 1889, p. 1).

⁴⁴ Nessas datas, o Barão do Itaqui, General João Nunes da Silva Tavares é nomeado Comandante da Fronteira e Guarnição de Bagé (Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 7 out. 1885, p. 2; Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 20 mar. 1886, p. 2).

⁴⁵ É veiculada nessa data a nomeação de todos os chefes de fronteiras no Rio Grande do Sul (Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 16 nov. 1889, p. 1).

⁴⁶ (Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 16 nov. 1889, p. 1).

Nesse sentido, destacamos que tanto sua atuação na Guarda Nacional como na Guerra do Paraguai (1865-1870), foram elementos primordiais para pensar a construção de importantes redes de relações políticas, que passaram a fazer parte de sua vida e principalmente estavam presentes antes e durante a Revolução Federalista de 1893-1895. Dentre estas, podemos citar como exemplo, José Antônio Correa da Câmara (Visconde de Pelotas), Marechal Deodoro da Fonseca e o próprio Floriano Peixoto⁴⁷, assim como outros militares e políticos. Para compreender a extensão da sua riqueza construída por Joca Tavares, durante sua vida, foi feita pesquisa no inventário “Post Mortem”, no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, datado 22 de setembro de 1902, e também nas Medições de Campo⁴⁸. Foi possível ter uma ideia dessa riqueza, através da leitura do inventário de sua esposa Flora Nunes da Silva Tavares, que descreve a partilha e distribuição das heranças. Por outro lado, na medição dos campos de propriedade de João Nunes da Silva Tavares aparecem as descrições e localizações das terras herdadas. Entre os bens apresentados nestes documentos, estão diversas propriedades em zona rural e na cidade de Bagé.

Quadro 3 – Propriedades rurais do General Joca Tavares

EM ZONA RURAL		
Localidade	Extensão da propriedade	Limites
Camaquãzinho	22.373.142 m ² ou 2.237.142 hectares	Ao norte: com os campos da Baronesa de Santa Tecla; Oeste: José Hypólito Martins e o rio Camaquãzinho; ao Sul: Arroio do Tigre, campos de Coronel Tomás Mércio Pereira; ao Leste: Coronel José Bonifácio da Silva Tavares.
Quebracho	1.619.657 m ² ou 1.612.657 hectares	Ao Norte e Oeste: Arroio Quebracho, divisa com os campos de João Baptista da Rosa, campos da viúva Juliana Machado; Nordeste e Leste: Pedro Vidal da Silveira; ao Sul: Estrada Geral que divide os campos de Pedro de Silveira Vidal; Oeste e Sudoeste: viúva de Justino Lucas Machado.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Poder Judiciário. Cível e Crime. Inventário *Post Mortem*, maço 8, n. 314, ano 1902.

⁴⁷ Floriano Peixoto se refere ao General Tavares nos telégrafos como “meu velho camarada”.

⁴⁸ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Poder Judiciário. Cível e Crime. Medições de Campo, maço 22, nº. 778, ano 1902.

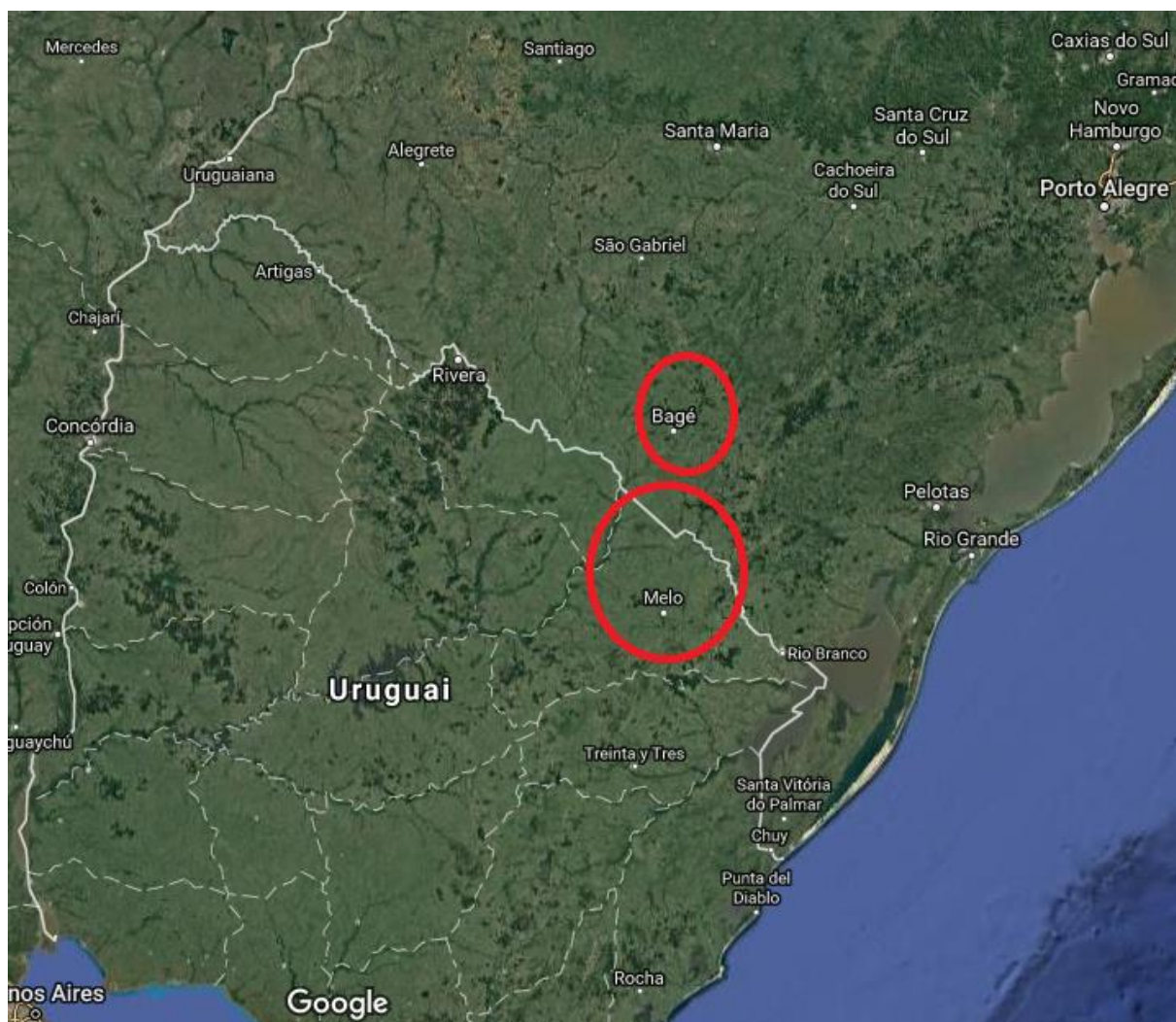


Figura 11 – Vista aérea atual do sul do Brasil e do Uruguai, com a localização das cidades onde se encontravam estas propriedades

Fonte: Vista aérea do Rio Grande do Sul e Uruguai. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-31.4023275,-53.8726721,332619m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

Quadro 4 – Propriedades urbanas do General Joca Tavares

NA CIDADE DE BAGÉ		
Descrição	Localização	Quantidade
Casas	Bagé	2
Terrenos	Bagé	1
Ações e títulos	Bagé	5
Móveis/ outros	Bagé	10

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Poder Judiciário. Cível e Crime. Inventário *Post Mortem*, maço 8, n. 314, ano 1902.

Conforme os registros, no Brasil, a somatória de todos os bens apresentados no inventário⁴⁹ chegam a quantia de 106.702:015 (106 contos, 702 mil e 15 réis) herdada pelos seus sete filhos e filhas. Como podemos analisar anteriormente, além destas propriedades elencadas no inventário, Joca possuía uma estância também no Departamento de Cerro Largo, no Uruguai, entretanto esta não aparece neste documento.

Assim, compreender a extensão de sua riqueza por meio de suas estâncias e propriedades permitem entender o quanto de prestígio e capacidade de reunir recursos possuía Joca Tavares. Segundo Luís Augusto Farinatti (2010), o fato de possuir estâncias, além de proporcionar ganhos econômicos, também “ajudavam a sustentar uma política de alianças sociais e a construção de um cabedal militar que, por sua vez, também aportavam recursos à família” (FARINATTI, 2010, p. 32).

A partir destas possibilidades estratégicas, pode-se também pensar a construção pelo indivíduo de um amplo espaço e relações de poder, partindo de uma articulação entre os capitais simbólico, cultural, social e econômico (BOURDIEU, 2014) e sua base de legitimidade de dominação, embora articulada por interesses, pode ser pensada enquanto tradicional e carismática (WEBER, 1997) que lhe garantiu gozar de prestígio e grande influência.

Devido a este prestígio, grande influência, capacidade de negociação e de reunir homens sob seu comando, experiência que a Guarda Nacional o havia proporcionado, conhecedor do espaço fronteiriço e suas peculiaridades, ocupando o Comando da Fronteira e Guarnição de Bagé esteve também atento aos acontecimentos políticos, os quais estavam imbricados aos interesses pessoais e de sua família, principalmente por haver sido seu irmão, Dr. Francisco Tavares, nomeado por Deodoro da Fonseca, governador do Rio Grande do Sul em 1890.

Com a instabilidade causada pelos conturbados acontecimentos políticos no Rio Grande do Sul, o governo do Dr. Francisco Tavares durou poucos dias e, logo após deposto, sofrendo perseguições políticas.

No entanto a “ruptura” de Joca Tavares com o Governo Federal ocorre em 1891 quando resiste ao golpe de novembro de 1891 realizado pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Este fato leva a General Tavares enquanto Comandante Militar da Fronteira e Guarnição a levantar armas e organizar a resistência formando uma “Junta Revolucionária” (MORITZ, 2005, p. 220), juntamente com diversas lideranças e guarnições militares do interior do Rio

⁴⁹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Poder Judiciário. Cível e Crime. Inventário *Post Mortem*, maço 8, n. 314, ano 1902.

Grande do Sul decidem resistir. Dessa forma, ainda que Deodoro fosse deposto do governo ainda em 1891, substituído pelo vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto, o General Tavares perdeu os postos de comando com o novo governo, o que não o impediu de seguir atuando enquanto político opositor, evidenciado principalmente a partir de 1892, com a organização da Convenção de Bagé dando origem ao Partido Federalista.

Assim, as cartas do General Tavares são fontes fundamentais para identificarmos sua vida política e de relações pessoais, mostrando a intimidade do chefe através das amizades construídas e as relações familiares, do chefe militar, do estancieiro e de mediador que está por detrás destes aspectos que estabelece trocas clientelísticas com outros agentes históricos a partir da qual torna-se perceptível a construção de redes. Em todas as cartas, essas características se misturam e variam de acordo com o emissor e receptor em questão.

Geralmente as cartas adotavam uma estrutura que iniciava pela localização, data e o destinatário. Logo, no corpo do texto poderia iniciar com informações militares, ou questões logísticas, e em sequência passando à assuntos políticos, pessoais, estratégias, entre outros assuntos já citados anteriormente.

Os assuntos políticos não eram tratados com todos os líderes federalistas, ao longo dos anos de 1892 a 1895 como pudemos observar nas correspondências analisadas⁵⁰, e como iremos demonstrar, a partir de agora, o âmbito de suas relações e de seu prestígio. Esses assuntos eram, tratados com Gaspar Silveira Martins⁵¹, com o almirante Luis Felipe Saldanha da Gama e com alguns dos principais líderes do Exército Libertador, como Marcelino Pina, Aparício Saraiva⁵², Estácio Azambuja, Joaquim da Silva Tavares e Francisco da Silva Tavares. Importante ressaltar que das 369 cartas, e levando consideração que o volume das cartas trocadas por estes indivíduos varia ao longo dos três anos, ao todo somando 116, apenas 59 delas tratam sobre este tema. Em muitas, este assunto aparece sendo tratado em meio a assuntos militares diversos, assuntos financeiros e esporadicamente com algum outro chefe⁵³. Algumas das cartas com assuntos políticos serão expostos através de alguns exemplos que citaremos abaixo, começando com a carta enviada por Joca ao General Domingo Alves Barreto Leite:

Bagé, 15 de Abril de 1892
Excelentíssimo Senhor General Domingo Alves Barreto Leite

⁵⁰ Foram analisadas 369 cartas e 135 telégrafos do General Joca Tavares entre os anos de 1892 a 1895.

⁵¹ Sobre Gaspar Silveira Martins, ver: Rossato (2014).

⁵² Sobre Aparício Saraiva, ver: Dobke (2015).

⁵³ Quando cito a palavra *chefe*, faço referência às lideranças federalistas de suas localidades e que ocupavam posição de comando/destaque no Partido ou no Exército Federalista.

Muito estimo que Vossa Excelência esteja reestabelecido de seus incômodos de saúde, podendo tomar conta do governo do Estado que vos foi confiado pelos revolucionários. Para sairmos da situação desesperadora em que nos achamos, o partido federal que incontestavelmente representa a grande maioria do Estado, muito confia no patriotismo de Vossa Excelência para não adiar mais as eleições, donde sairá a convenção que virá consolidar a república federativa brasileira, dotando nosso Estado, com uma constituição longamente liberal e um governo democrático realmente firmado na vontade popular. A solução parece simples e se impõe naturalmente: demais é o dever a que Vossa Excelência está obrigado pelos compromissos solenes que tomou perante o Estado, prometendo uma eleição livre. Ela que se faça, cumpra cada um o seu dever, aconteça o que acontecer, isso é o que manda o patriotismo. Na verdade, qual a medida que mais depressa trata tranquilidade para nosso querido torrão natal, senão uma eleição livre. É claro que o governo que sair forte e triunfante das urnas, expressada a vontade do povo, é o único capaz de dar-nos tranquilidade de que tanto necessita o nosso querido Rio Grande, para envidar seguro pelo caminho do progresso. Não consinta meu General que Demétrio, aza negra do partido federal, o Doutor Demétrio é comtista, que segue fanaticamente uma seita, repelida pela imensa maioria dos Rio-Grandenses, esteja nos ludibriando e não poucas vezes nos caluniando (Acervo Particular da Família Tavares, Cidade de Bagé, RS. Transcrição realizada por Gustavo Figueira Andrade).

Em outra carta trocada com autoridades de nível estadual, como a enviada em 1892 pelo Visconde de Pelotas a Joca:

Palácio do Governo em Porto Alegre, 14 de junho de 1892.

Excelentíssimo Amigo Senhor General Silva Tavares. Já sabe o meu ilustre amigo que a 8 do corrente assumi a administração deste Estado, na qualidade de 1º Vice Governador, por nomeação do General Barreto leite, que naquela data resignou o cargo Provisório. Adoentado como ainda me acho, retirado completamente da política, bem deve compreender como tem sido penoso o sacrifício que estou fazendo à frente dos negócios públicos de nossa cara terra [...] O Coronel Facundo, portador desta, está habilitado a esclarecer o meu ilustra amigo sobre os sucessos ocorridos e a situação em que nos achamos, a qual, a que parece, vai gradativamente melhorando. Junto encontrarão decreto se sua nomeação para o cargo de 2º Vice Governador e assim também o ofício em que, para prevenir qualquer eventualidade futura, vos passar a administração do Estado. O ofício leva a data em branco, afim de que em ocasião dada seja preenchida e assumo aí mesmo o meu amigo o governo, o que sucederá logo que tiver conhecimento da conflagração nesta capital, promovida pelo Chefe de Governo do caído em novembro último, que tudo confia nos batalhões que devem provisoriamente regressar do campo de manobras. [...] é inevitável a guerra civil, como já declarei ao governo central, daí a necessidade de colocar o meu amigo à testa da administração que aqui forçosamente tentarão tirar-me, em má hora para os insensatos adversários, por isso que ela estará então confiada à sua pessoa, sem contudo deixar essa fronteira [...] Sou com o maior apreço, de Vossa Excelência velho camarada e amigo obrigadíssimo. Visconde de Pelotas (Acervo Particular da Família Tavares, Cidade de Bagé, RS. Transcrição realizada por Gustavo Figueira Andrade).

As ligações do General Joca Tavares com políticos no âmbito nacional, na capital da República, ficam evidentes a partir do telégrafo trocado com o Marechal Floriano Peixoto em 4 de abril 1892. Após a nomeação do General Tavares durante a Convenção de Bagé em 1892, no qual se deu a fundação do Partido Federalista, aonde veio a ser aclamado como

candidato ao governo do estado do Rio Grande do Sul, ele tomou conhecimento dos planos de membros do Partido Republicano Riograndense e de outros comandantes militares que veladamente tramavam a o retorno de Júlio de Castilhos ao poder. Teriam sido convocados para uma reunião com Floriano no Rio de Janeiro, e ao que tudo parecia indicar, contavam com seu apoio para o que intentavam. Diante desta situação, Joca Tavares reclama, neste telégrafo, a Floriano Peixoto, pedindo para que este não sacrificasse o Rio Grande do Sul, enquanto vanguarda da República (MORITZ, 2005, p. 343). O Marechal, em sua resposta, deixa transparecer, nos termos utilizados, a existência de uma proximidade entre eles, senão amizade com o Joca Tavares, muito provável que dos tempos da Guerra do Paraguai. O telégrafo transcrito abaixo expressa a seguinte resposta:

[...] Não mandei emissário algum, menos ordem instituir governo contrário patrióticos princípios revolução triunfante. Fiz regressar oficiais, chamados aqui, por considera-los republicanos sinceros e ainda porque esforço-me retirar política das fileiras do Exército. Esta explicação é dada a **meu velho camarada, que muito me merece e a quem saúdo afetuosamente**. Floriano Peixoto (Acervo Particular da Família Tavares, Cidade de Bagé, RS. Transcrição realizada por Gustavo Figueira Andrade, grifo nosso).

Em outra Carta de Joca à seu irmão Joaquim da Silva Tavares de 1895, um outro exemplo da política tratada no âmbito familiar:

Pontas do Ponche Verde, 28 de abril de 1895. Ilmo Sr. Dr. Joaquim da Silva Tavares.

Em meu poder as tuas estimadas cartas de 15 e 18 do corrente e cópia da carta do Chico de 30 do passado. Por esta última vejo que as coisas no Rio encaminham-se para uma solução pacífica com respeito à Revolução. Outra coisa não espero porque o governo não pode mais vencer a revolução; esta tem de se impor, ou triunfar, pois as suas colunas dia a dia, avolumam-se, e o ardor pela luta cresce na conquista da liberdade de nossa terra subjugada ao furor tirânico de Castilhos [...]. General Silva Tavares (TAVARES, 2004, p. 275-277).

Por fim, uma carta enviada por Joca ao almirante Saldanha da Gama, é possível notar a profundidade e amplitude do tema debatido em algumas das cartas entre os dois:

Exmo. Sr Almirante Luís Felipe de Saldanha da Gama. Quartel General na Cruz de São Pedro 7 de junho de 1895. [...] A pedido do General Aparício e Coronel Cabeda e em nome de todos os chefes militares, vos dirigi a 28 de maio último um telegrama dizendo que tendo causado má impressão no exército a mensagem do Dr. Prudente de Moraes, queriam lançar um manifesto separatista para mostrar ao governo que não são restauradores, para o que desejavam ouvir a autorizada opinião de Vossa Excelência. Lançado o manifesto separatista, ambos os governos do Prata nos darão amplo e franco apoio. Sobre este ponto queremos também a sábia e autorizada opinião de Vossa Excelência [...] Os nossos amigos retribuem as vossas saudações et., etc., João N. da Silva Tavares (TAVARES, 2004, p. 305-306).

Elencar cartas que tratassem do caráter pessoal de Joca, não apenas durante a Revolução, foi uma tarefa difícil. Algumas tratam esse aspecto diretamente, outras, indiretamente, mas podemos compreender o grau de proximidade entre o emissor e o receptor, principalmente pela própria escrita das cartas, na maneira de se referir, formal ou mais informal, na recorrência de assuntos familiares, envolvendo problemas de saúde dos envolvidos, parabenizando por vitórias pessoais, ou mesmo mandando recomendações à família. Tais cartas possibilitam ter acesso a esse aspecto de sua vida pessoal e poderiam ser de familiares, de amigos, de políticos, em geral, ou até mesmo de “protegidos” políticos desses chefes.

Além das cartas trocadas com seus irmãos, considerando o grande envolvimento da família Tavares na Revolução, alguns chefes federalistas tinham maior proximidade com o General Silva Tavares. Aproximadamente 25 cartas entre os anos de 1892 a 1895 abordam esse tema, do total das 369 cartas, alguns telégrafos e cartões postais que estavam no seu arquivo, algumas aparecem também em meio a assuntos militares e políticos.

Através da carta enviada por Silveira Martins ao General Tavares, em 1893, onde as relações pessoais entre os dois chefes, a ponto de envolver suas famílias, fica evidente:

Meu caro general,
 Recebi sua carta; agradeço-lhe o acolhimento que fez a meu filho J. Julio; ele é um tanto indócil, mas é um bravo soldado como terá ocasião de certificar-se caso o inimigo ainda atrever-se a sair a campo depois das derrotas sofridas. As notícias do Rio são as melhores, a esquadra toda revoltada, cidade bombardeada, as fortalezas todas, exceto a de Santa Cruz, dominadas; os dias do tirano estão contados. A esquadra em todo Brasil que abertamente a declara, deve essa liberdade ao civismo e bravura do povo Rio-Grandense. A Vossa Excelência cujo patriotismo refinou com os anos e que comanda em chefe o exército libertador deve a maior glória da digna empresa, por isso o felicito e como sempre, ponho-me as suas ordens. Amigo Muitíssimo Obrigado Gaspar Silveira Martins. Montevidéu, 16 de setembro de 1893 (Acervo Particular da Família Tavares, Cidade de Bagé, RS. Transcrição realizada por Gustavo Figueira Andrade).

A proximidade entre os dois chefes pode ser entendida pela maneira como o assunto é introduzido, mas também pelo envolvimento de assuntos familiares nas questões políticas e militares. Essa relação de amizade que acaba dotando essa carta de um caráter mais pessoal, pode ser evidenciada a partir da carta enviada de Joca a Gaspar Silveira Martins, na qual expressa: “Ponche Verde, 30 de setembro de 1894. Exmo. Sr. Conselheiro Silveira Martins, saúdo-vos afetuosamente [...]” (TAVARES, 2004, p.103).

Contando com 75 anos, quando inicia a Revolução, idade avançada para época, Joca liderou pessoalmente o Exército Libertador, enfrentou diversas marchas forçadas, realizadas

nos campos, na madrugada, para não ser identificado, cruzando rio em pleno inverno, o que causou problemas de saúde que, por diversas vezes, forçaram-no a afastar-se da liderança, federalista para tratar-se no Uruguai, tendo que passar o comando a outros chefes, entre eles Aparício Saraiva. Em 30 de setembro de 1894, Joca escreve à Silveira Martins relatando suas dificuldades de saúde:

[...] Como sabe Vossa Excelência, já completei 78 anos, além desta avançada idade, estou muito doente e de dia a dia sinto-me pior [sic]; e para salvar responsabilidades futuras declaro a Vossa Excelência que a tarefa é demasiadamente pesada para mim, só poderei ajudar, mas comandar é impossível. De Vossa Excelência. etc., etc., João N. da Silva Tavares (TAVARES, 2004, p. 104).

As dificuldades não eram poucas. Além dessas questões, as inúmeras divergências entre os chefes federalistas levou Joca a queixar-se por diversas vezes, dos riscos que isso poderia ocasionar a causa da Revolução⁵⁴. Dentre estas dissensões, poderiam estar em jogo a própria visão que se tinha da Revolução, principalmente no que diz respeito às diferenças entre a maneira com que o General Joca Tavares entendia o conflito. Como exemplo, diferentemente de Gaspar Silveira Martins, o qual se refere ao Exército Federalista enquanto Revolucionário, conforme iremos apresentar em carta do dia 15 de março de 1893 mais a diante, o General Tavares se refere a este como sendo Libertador. Neste sentido iremos apresentar, abaixo, os motivos que podem ter influenciado seu posicionamento, ao citar as perseguições, saques e violências desferidas contra os federalistas. Em dois manifestos, iremos transcrever abaixo algumas partes que evidenciam esses elementos. O primeiro *Cidadãos, às armas!*, realizado em fevereiro 1893, declara:

[...] A nossa causa é justa porque **queremos reconstruir a nossa Pátria sobre lares de liberdade**; é nobre porque é a causa da humanidade; é grande porque é a causa de um povo inteiro que tem sede de justiça e que clama pelo império da lei, hoje calcada aos pés pelos agentes do poder público.
 Às armas Compatriotas!!
 Lutemos pela Liberdade da Pátria e Deus será conosco!
 Viva o Rio Grande do Sul!
 Viva o **Exército Libertador!**

⁵⁴ (MORITZ, 2005). Nesta obra, o autor também apresenta algumas das pautas que haviam sido estabelecidas ainda na Convenção de Bagé em 1892, e que fizeram parte das reivindicações durante a Revolução de 1893-1895. Estas principalmente se posicionavam contrários à Constituição de 1891, de cunho Positivista, autoritário e que excluía a oposição do jogo político. Entre outras reivindicações estavam: Eleição do Presidente por quatro anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte; Eleição na Câmara por período de quatro anos por distritos eleitorais; voto incompleto e renovação do mandato bianualmente pela metade; Iniciativa do governo e da Câmara na apresentação das leis, com exceção das que competirem a esta; Autonomia municipal; Poder Judiciário do Estado, juízes municipais; juízes de Direito nomeados pelo Governo do Estado, conforme as determinações da lei; Liberdade de imprensa, sujeito o julgamento das publicações criminais aos tribunais ordinários.

Viva Partido Federalista!

O General em Chefe João N. da Silva Tavares – Acampamento na Carpintaria, 5 de Fevereiro de 1893 (TAVARES, 2004, p. 16-17, grifo nosso).

O segundo manifesto, *À Nação Brasileira*, realizado em março do mesmo ano, no qual assevera:

[...] Não! O objetivo dos revolucionários rio-grandenses, não é a restauração da Monarquia, é **libertar o Rio Grande da tirania** que há oito meses a oprime, restabelecendo a garantia de todos os **direitos individuais**, é acabar com o regime das **perseguições**, das **violências** inauditas, do **latrocínio**, do **saque** e do **assassinato** oficial, que desgraçadamente tem sido apoiado pelo governo do Marechal Floriano Peixoto [...] (TAVARES, 2004, p. 22-24, grifo nosso).

Outro fator que o desgastou e que pode ser também atribuído às divergências citadas, anteriormente, foi o não cumprimento de ordens de alguns chefes que agiam por conta, aproveitando para se beneficiar da guerra civil, também economicamente, como expressou em carta de 17 de janeiro de 1895 ao Coronel Mateus Collares, evidenciando essas dificuldades:

[...] tem havido divergências entre chefes pelo comando da Brigada. Lamentei e lamento essa falta de união que sempre reverte em prejuízo de uma causa tão justa que estamos defendendo [...] Precisamos união e por termo a essas intermináveis divergências entre chefes tão bravos e tão dignos como sois. Depois da causa defendida, liquidar-se-ão as contas, eu passarei tudo a limpo e cada macaco ficará em seu galhinho (TAVARES, 2004, p. 180).

A carta apresenta, além da necessidade de superar as dissensões entre os chefes, e de fazer falar mais alto os objetivos da Revolução, diante das ambições pessoais que moviam os indivíduos, as relações entre o público e o privado, evidencia a atuação política e a liderança do General Tavares enquanto um negociador que sabia como manejar os interesses destes líderes militares, principalmente quando afirma que, após o término do conflito, cada chefe receberia sua parcela dos benefícios trazidos com a vitória, ao mesmo tempo em que serve como condição/motivação para que este o obedeça e siga suas ordens.

Neste sentido, essas atitudes fizeram com que Joca viesse a repreender e, inclusive, mandar prender alguns federalistas na busca por manter a ordem e a disciplina nas forças em operação, conforme carta do dia 7 de fevereiro de 1895, enviada pelo General Tavares ao Capitão João Preto, o qual ocupava o cargo de chefe de polícia do Exército Federalista, passando a seguinte ordem:

Ilmo. Sr. Capitão João Preto, 7 de fevereiro de 1895.

Chegando ao meu conhecimento que diversos grupos percorrem o município (de Dom Pedrito), vos ordeno que verifique se andam em diligência, para o que vos devem apresentar ordens por escrito de seus respectivos chefes, não consentindo que se demorem mais tempo do que o necessário para o cumprimento dessas ordens. E não consentindo que pratiquem atos reprováveis. Os grupos que não vos apresentarem as ordens por escrito, deveis desarmar e prender, conduzindo-os ao acampamento [...] deve perseguir, prender e desarmar a um Fuão Braga, que se intitula cobrador de direitos, o que já tem feito cobrando direitos de tropas [...] não consintais que percorram o município grupos, senão aqueles que tiverem portarias passadas por chefes que estejam em armas e no Brasil. General Silva Tavares (TAVARES, 1895, p. 189).

Sua intransigência com saques e atos criminosos, dentro do Exército Federalista, chegou a merecer intervenção de Gaspar Silveira Martins, que lhe enviou uma carta, no dia 15 de março de 1893, pedindo para que fosse mais paciente com essas questões: “General Silva Tavares, consta-me que aparecem descontentamento no **Exército Revolucionário**: tenha Vossa Excelência paciência que em todos os tempos homens foram assim mesmo, e as coisas assim se passavam [...]” (TAVARES, 2004, p. 21).

As questões citadas acima levaram Joca, por várias vezes, a pedir para ser substituído no comando em chefe do Exército Libertador, o que só veio a ocorrer em 1894, quando o almirante Saldanha da Gama viesse a assumir este posto (FLORES; FLORES, 1999, p. 109).

No entanto, Joca estava por dentro de todas as situações e continuava comandando. Ele era diariamente avisado por informantes que realizavam o reconhecimento das forças legalistas e das federalistas, ao mesmo tempo em que cuidava de toda questão logística e militar, articulando e mediando os interesses dos chefes federalistas sob seu comando e as lideranças políticas. Embora o General Tavares não exercesse mais, de direito, o comando em chefe, o que se verificava pelas correspondências, é que isso seria apenas em teoria, pois de fato, a liderança exercida por ele torna-se evidente na carta enviada pelo General legalista Inocência Galvão de Queiróz em 28 de maio de 1895, o qual não trata com outro líder federalista senão com Joca Tavares uma proposta de paz, afirmando que “[...] para os rebeldes de que sois o verdadeiro chefe” (TAVARES, 2004, p. 298).

Outro relevante caso que conta a trajetória de Joca, diz respeito a perseguição que veio a sofrer pelo chefe político de Cerro Largo, e pelas tentativas de assassinato perpetradas pelos legalistas, como o caso de Raul Maurell. Já havia sido avisado, anteriormente, pelo Coronel Marcelino Pina, em carta enviada a 15 de setembro de 1893, de que sofreria tentativa de envenenamento por ordem dos legalistas (TAVARES, 2004, p. 55-56). No dia 1º de novembro apresentou-se um jovem de nome Raul Maurel, que afirmava estar do lado federalista, e que acabou sendo desmascarado, vindo a confessar que havia sido enviado pelo Marechal Isidoro de Oliveira para envenená-lo, com estricnina. Foi preso e “submetido Raul a

conselho, foi por este condenado à morte [...] foi perdoado pelo General Tavares [...] que o conservou em seu piquete sempre debaixo de sua vigilância por muitos meses” (TAVARES, 2004, p. 66).

Esse fato evidencia o constante clima de incerteza e de redobrada atenção para manter sua integridade e de seus familiares, constituindo um fator desgastante para o velho general. De acordo com as correspondências e com o diário de Joca Tavares, os constantes problemas de saúde e a idade avançada, como pudemos notar acima, levaram Joca a se retirar para o Uruguai, para tratar-se e encontrar sua família, a qual estava exilada no Departamento de Cerro Largo. Procurando fugir das perseguições realizadas pelos castilhistas, sua família havia sido hospedada na casa de João Francisco da Silva até que, por problemas com o chefe político deste departamento, Gumercindo Collazo, havia expedido ordem de prisão para o general.

Diante desta situação, Joca, percebendo o risco que corria sua família, decide deslocá-la para o Departamento de Rivera, na estância do Jaguary, situada “a 6 léguas⁵⁵ da linha divisória, estância do Dr. Tertuliano, onde se achava o General Tavares” (TAVARES, 1893, p. 95). Na madrugada do dia 19 para 20 [de maio de 1894], o general dirigiu-se para essa localidade com sua família as escondidas, cuidando sempre para não ser percebido, até que se recuperasse. Em carta enviada ao seu irmão Joaquim da Silva Tavares, descreve essa situação:

Rio Negro, Passo do Espantoso, 10 de agosto de 1893. Irmão e Amigo Quincas. Em carta que lhe dirigi da Estação do Rio Negro, dizia que naquela data tinha ido conferenciar com o General Gumercindo Saraiva e que devido ao meu estado de saúde, não tomaria a direção das forças. Pela mesma circunstância, do Passo do Centurião, fiz dar volta meu filho Pedro Tavares para o Estado Oriental, onde mandei arrendar (uma pequena fração de campo) com estabelecimento para moradia da família, pois que continuam a se agravar meus incômodos de saúde [...] deixava o exército à direção de Gumercindo e vinha tratar-me na República vizinha [Uruguai] [...] (TAVARES, 2004, p. 46).

É nesta estância de Jaguary que manda também organizar um hospital para receber e tratar os federalistas, o qual descreve em pleno funcionamento, em carta enviada ao Coronel Estácio Azambuja, em 26 de abril de 1895, dizendo que “nosso hospital conta com trinta e tantos feridos e outros doentes em tratamento”. Os prejuízos a sua família e seus irmãos, os saques e incêndios às suas propriedades e a própria prisão de seu irmão Facundo da Silva Tavares, em Porto Alegre, ainda em 1892, levou-o a negociar constantemente com o governo pela vida de seu irmão, como conta o diário de Joca Tavares (2004). Após a batalha do Rio

⁵⁵ Cerca de 29 Quilômetros.

Negro em 26 de novembro de 1893, com a rendição do General Isidoro, o General Tavares, “mandou por um próprio⁵⁶ a Cerro Largo, um telegrama para ser passado ao Ministro da Guerra, propondo troca do comandante do 28º e os oficiais que se achavam prisioneiros, pelo seu irmão Coronel Jose Facundo da Silva Tavares que se achava preso em Porto Alegre” (TAVARES, 1893, p. 72).

Embora a resposta do Ministro tenha sido negativa, a questão relevante é a tentativa de Joca de reaver seu irmão, logo após a euforia da batalha, depois de uma importante vitória militar. O interesse pessoal e o de sua família parece ter preponderado consideravelmente acima dos interesses da Revolução, ou seja, evidenciando que o público e o privado estavam interligados, inclusive influenciando na sua visão de um Exército Libertador. Essa constante confusão entre o interesse privado e o interesse público era bem recorrente em suas cartas, mostrando os limites entre o chefe militar e o indivíduo.

Outro elemento que pode evidenciar o pai de família que estava por trás do líder militar e político está na composição de seu Estado Maior⁵⁷, do qual faziam parte seus filhos Pedro, Francisco e Jerônimo Nunes da Silva Tavares, além de Augusto Tavares, Zeferino Augusto da Costa Filho e Antônio Andrade Silveira⁵⁸. O Estado Maior estava sempre acompanhando o general em todas as funções, desde administrativas a combates, geralmente posicionado em local desconhecido do inimigo, em que pudesses atuar em segurança. Dessa forma, conservá-los próximos a si, os afastaria dos perigos da linha de frente, estando sob sua proteção direta. É possível aventar a possibilidade de que esta proteção dispensada por Joca, deve-se ao fato de que já havia perdido um filho em combate sob suas ordens, durante a Guerra do Paraguai⁵⁹, assim como um sobrinho seu, Bebiano Tavares da Silveira⁶⁰.

Nessa constante dicotomia entre os interesses pessoais e os da Revolução, o militar Joca Tavares, muitas vezes teve inclusive que arcar com as despesas da guerra com recursos próprios, comprando cavalos, armas e munições que eram transportadas pela fronteira com o Uruguai, constantemente, o que vem a afirmar em carta enviada ao General Aparício Saraiva em 18 de março de 1895, o General Tavares afirma que: “Os recursos de que aqui disponho são diminutos, estou sob minha responsabilidade, mandando fazer essas compras. Até as munições que vêm de Montevideú, vêm com frete por pagar” (TAVARES, 2004, p. 222). E prossegue, em outra carta enviada a Saldanha da Gama, em 7 de maio de 1895: “comprei

⁵⁶ Alguém de sua confiança.

⁵⁷ Grupo formado por oficiais que auxiliam um oficial-general no comando de uma força militar.

⁵⁸ Franco, 2007.

⁵⁹ Rheingantz, 1993.

⁶⁰ Ibidem.

cavalos com alguns poucos recursos que dispunha, e tirei dinheiros a crédito e fiz compras a prazo, para tudo isso conseguir, tenho lutado com enorme dificuldade [...]” (TAVARES, 2004, p. 285).

Os bens da família eram, até certo ponto, colocados a disposição do Exército Libertador. Era uma aposta e alto risco, o que justificava que muitas as propriedades e bens pessoais fossem empenhados, e até mesmo vindo a ser utilizadas como acampamento, principalmente no Uruguai. A renda proveniente da pecuária e de suas propriedades, provavelmente, era o lastro que Joca utilizava para manter as forças federalistas em curso e para conseguir empréstimos estrangeiros. Estava em questão todo um jogo de interesses políticos, econômicos e sociais de uma elite que havia liderado durante o Império, ocupando a máquina do poder do Estado e seus privilégios, dos quais se viu abruptamente apartada.

Um outro relevante aspecto que a análise das cartas permite que compreender, diz respeito ao papel de mediador do General Tavares, ultrapassando os limites do âmbito local e de seu segmento social. Diversos telégrafos recebidos por Joca no período anterior à 1893 demonstram essa abrangência de seu poder e influência, além da localidade, alcançando todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Dentre os casos de mediação exercida por Joca Tavares no âmbito de suas redes de relações de poder, evidenciadas em algumas correspondências, estavam presentes tanto relações clientelísticas como de compadrio, como por exemplo, o caso de Bernardino de Azambuja que pede a Joca que intervenha para proteger um prisioneiro:

Segundo Distrito da Vila de Cacimbinhas, 9 de março de 1895
Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o Coronel Francisco Vaz, prendeu o major Alfredo, dizendo-me que por ordem do General Guerreiro, marchando daqui atado; ignorando eu a causa daquela prisão, pois aquele major desde que principiou a servir comigo, julgo que até esta data não tem dado motivo algum para ser preso, entendendo eu que ocasionou este fato alguma acusação injusta, venho por isso empenhar-me com Vossa Excelência para fazer com que aquele nosso bom companheiro não sofra, contando certo com a valiosa proteção de Vossa Excelência sobre o presente fato [...] (Acervo Particular da Família Tavares, Cidade de Bagé, RS. Transcrição realizada por Gustavo Figueira Andrade).

Muitos dos telégrafos possibilitam compreender a amplitude das redes de relações que Joca havia construído, o poder e o prestígio que desfrutava no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. A situação na qual seu prestígio se evidencia, pode ser analisada a partir de uma carta enviada de Montevidéu pelo Almirante Saldanha da Gama, na qual afirma:

[...] Desde muito moço, na Campanha do Paraguai, aprendi acatar o nome respeitável de Vossa Excelência e esse acatamento não tem feito senão aumentar, desde então, sobretudo diante dos nobres exemplos de bravura, de abnegação e de patriotismo, que nestes últimos tempos e em tão avançada idade, Vossa Excelência há sabido dar às gerações novas de nossos compatriotas (TAVARES, 2004, p. 102).

Em outra correspondência, novamente seu prestígio e habilidade militar são evidenciadas pelo experiente General Aparício Saraiva, quando em carta enviada em 7 de março de 1895, ao General Tavares, tece elogios e destaca a importância de sua liderança no Exército Libertador, ao asseverar que:

[...] Imenso prazer nos daria Vossa Excelência se o tivéssemos junto a nós, dirigindo-nos nas operações com os seus conhecimentos militares e prática de guerra. Seria até um estímulo para muita gente, como o que lucraríamos muito. Estes são os sinceros votos meus e de todos os companheiros desta coluna. De Vossa Excelência etc., etc. Aparício Saraiva (TAVARES, 2004, p. 201).

No âmbito da amplitude das redes de relações e do prestígio de Joca Tavares, é possível, a partir do estudo de total de 135 telégrafos, observar que muitos deles eram enviados de diversas localidades, tais como: Uruguaiana, São Borja, Porto Alegre, Canguçu, Piratini, Herval, Pelotas, Jaguarão, Dom Pedrito, Santana do Livramento, São Gabriel, dentre outras cidades. Um destes telégrafos, datado de 13 de dezembro de 1891, enviado da cidade de Rosário pelo Major Alencastro, “Pronto manter ordem e consolidação República Federal. Não Podendo continuar anarquia atual intervenha com vosso prestígio reestabelecimento paz Estado” (Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016). O poder que Joca exercia, e a capacidade de negociação que dispunha, uma ampla rede de relações que lhe permitia conciliar e articular com diversos agentes históricos. No caso de sua atuação na Revolução federalista de 1893-1895, Joca pode ser entendido dentro do Exército Libertador como um mediador entre as lideranças políticas, colaboradores civis e os chefes militares federalistas e subordinados a sua autoridade.

Outra carta que esse tema pode ser evidenciado é a carta enviada pelo almirante Saldanha da Gama:

Sepulturas, 1º Março de 1895.

Excelentíssimo e Prezado Sr. General João Nunes da Silva Tavares, [...] Ao General Aparício, dei cartas para os Generais Pina e Guerreiro, assim como para o Coronel Gaspar Barreto, explicando o sentido das operações e concitando-os a todos porem de parte as divergências pessoais em bem da causa comum. Pode Vossa Excelência do seu lado muito fazer igualmente pela harmonia geral, com seu influxo e seu conselho e sua intervenção a propósito [...] (TAVARES, 2004, p. 194-195).

Nesas redes de relações de poder também evidenciam a presença de relações de compadrio conforme é possível verificar nas cartas recebidas pelo General Tavares, através dos constantes pedidos que lhe eram realizados por diversos indivíduos.

Cerro da Carpintaria, 24 de maio de 1894

Amigo, chefe e **padrinho** General Tavares. Saúdo a Vossa Excelência desejando-lhe ao inteiro reestabelecimento. É portador desta o nosso bom amigo Major Alfredo Cattalundo, que tem-nos prestado, na fronteira, bons serviços de policiamento [ilegível] desde nossa estância na Carpintaria até o Aceguá. Rogo-lhe de atitude com seu prestígio de nosso chefe, ordenando a continuação dos serviços de Cattalundo, junto a nós, e favorecendo-o com algum pessoal, pois ele por sua sorte [...] Aqui estou como sempre às suas ordens; e enquanto permanecer sua Carpintaria perto de si, dispondo como sempre, das [ilegível] serviços de seu afilhado. Amigo e Obrigadíssimo, Plínio de Amaral (Acervo Particular da Família Tavares, Cidade de Bagé, RS. Transcrição realizada por Gustavo Figueira Andrade, grifo nosso).

Muitos desses pedidos, conforme é possível identificar na correspondência supra citada, demonstram a existência de “relações assimétricas de poder, comuns no campo da política, a partir do qual um dos termos - o demandante - dirige-se a um interlocutor, por definição ‘poderoso’, que por isso mesmo tem a capacidade e muitas vezes o dever de atendê-lo” (GOMES, 2000, p. 32). Essa demanda pode vir a auxiliar na construção da imagem do indivíduo a que ela se destina, geralmente requerendo a existência de uma relação de confiança entre os envolvidos. Os pedidos evidenciam a atuação do mediador e a existência de uma relação de trocas, a partir da atuação dentro de determinado âmbito de suas relações.

As renovações historiográficas ocorridas a partir da década de 1980 proporcionaram uma ampliação fundamental nas perspectivas históricas, principalmente pela ampliação do conceito de fontes e pelas renovações na História Política, que proporcionaram que as cartas recebessem maior atenção e novas possibilidades de abordagem metodológica.

As biografias também ganharam uma nova abordagem a partir destas renovações, ressignificando a compreensão da atuação dos indivíduos e suas narrativas dentro do processo histórico.

Neste sentido, trabalhar com as cartas do General João Nunes da Silva Tavares constituiu um desafio de pensar esse personagem e a construção de suas relações de poder, de sua trajetórias além do militar. Procuramos, ainda, compreender a atuação política desse agente histórico, por uma abordagem que as cartas nos permitia: as redes, o olhar privilegiado sobre as características de uma determinada época expressas pelo lugar social do narrador. Nesse sentido, a construção do militar, de seu prestígio era, de acordo com o que viemos a mostrar, apenas uma das diversas identidades que o sujeito pode assumir ao longo de sua vida, em que o político está presente em todos os momentos: nas negociações, nas mediações,

nas estratégias engendradas pelos sujeitos, dentro do ambiente familiar, em diversos outros aspectos que vinham sendo de certa forma desconsiderado nessas biografias sobre sua vida, e de certa forma é uma outro olhar sobre a Revolução Federalista de 1893-1895.

4 O CORONEL DO IMPÉRIO, O CAUDILHO E A FRONTEIRA: A ATUAÇÃO DO GENERAL JOÃO NUNES DA SILVA TAVARES NA ORGANIZAÇÃO LOGÍSTICA DO EXÉRCITO LIBERTADOR DURANTE A REVOLUÇÃO FEDERALISTA DE 1893-1895

Iremos partir do entendimento de que o General Tavares foi, segundo a definição de Loiva Otero Félix (1996), um Coronel do Império, para então procurar compreender sua atuação enquanto caudilho, no território que atua e, principalmente, durante a Revolução Federalista de 1893-1895. Dessa forma, buscando, na sua trajetória entre os anos de 1892 a 1895, os elementos que evidenciem sua atuação enquanto um fronteiriço, e como esses elementos podem ter influído na construção de seu prestígio pessoal e relações sociais de poder suficientes para o habilitar a ser durante a Revolução, Comandante em Chefe do Exército Libertador, quando já contava com setenta e cinco anos de idade. Por fim, buscaremos compreender, com base nesses elementos, como a construção de um espaço de experiência construído anteriormente, veio a ser utilizado para organizar e comandar a logística que supriu o Exército Libertador, a partir do espaço fronteiriço, assim como também analisar qual o grau de envolvimento pessoal e familiar que o General Tavares teve com a causa federalista.

A experiência adquirida pelo General João Nunes da Silva Tavares, nesse espaço fronteiriço, construído ao longo do século XIX, como foi possível analisar no capítulo anterior, era derivada do fato de ter sido estancieiro com propriedades tanto no Uruguai quanto no Brasil, assim como da experiência política e militar enquanto caudilho, veterano de diversas campanhas militares que lhe propiciaram chegar à patente de general. Ocupou cargos de comando, tanto no Império quanto na República, o que lhe favorecia a construção de amplas redes de relações de poder nesse território sob sua influência na zona de fronteira que envolvia o Uruguai e a Argentina, importante naquele contexto para pensar qualquer ação militar caso fosse necessário

O prestígio e a influência, nesse espaço, foram reconhecidos durante a Convenção de Bagé, em 1892, que lhe nomeou para concorrer ao cargo de governador do Rio Grande do Sul. E, com a eclosão da Revolução Federalista de 1893, seu nome ganha destaque no cenário político, juntamente com outras lideranças caudilhescas, como Gaspar Silveira Martins e Visconde de Pelotas, na oposição e resistência a Júlio de Castilhos. Nesse sentido, acreditamos ter sido nomeado Comandante em Chefe do Exército Libertador federalista, devido a sua capacidade de articulação, de negociação, e pelo conhecimento do terreno e das táticas militares, de guerra assimétrica ou “guerra à gaúcha”.

A “guerra à gaúcha” era uma modalidade de combate comum entre os caudilhos do Prata, utilizando-se largamente do cavalo como principal meio de locomoção pelas extensas pradarias do pampa. O fato de estar o Rio Grande do Sul inserido numa região platina envolve também influências culturais, sociais, políticas e econômicas que se evidenciaram ao longo do conflito. Destacamos, dessa forma, a compreensão de que Joca Tavares pode ser entendido enquanto um caudilho político e militar, ao longo de sua trajetória, durante a segunda metade do século XIX, mas principalmente no período em que nos detivemos para nosso estudo, entre os anos de 1892 a 1895.

Nesse sentido, pretendemos compreender os elementos que permitem defini-lo enquanto Caudilho, procurando identificar por meio de suas ações no âmbito político e militar de que maneira ocorreu a sua atuação como Mediador no espaço político e social, tanto local quanto regional. Para tal, se faz necessário entendermos o fenômeno social do caudilhismo e a trajetória do General Tavares.

4.1 O CAUDILHO

Ao analisarmos a trajetória de João Nunes da Silva Tavares, entre os anos de 1892 a 1895, foi possível identificar, em sua atuação política e militar, diversas práticas que permitem entendê-lo enquanto um caudilho. Essa atuação assume algumas peculiaridades. Uma delas, diz respeito a sua atuação enquanto liderança do Partido Conservador, em sua cidade, mas também como líder militar fiel ao Império, desde a Revolução Farroupilha de 1835-1845. Chegou, ainda, a ocupar por diversas vezes cargos de comando na fronteira e na guarnição de Bagé, além de possuir entre seus irmãos, políticos tanto em nível local como até nacional, conforme tratamos anteriormente. O papel de mediador e o poder de recrutar homens, além de lhe conceder prestígio, favorecia a existência de relações de clientelismo com seus subordinados, em troca de favores. Ao lhes solicitar favores, reconheciam sua mediação e poder de negociação com outras lideranças.

Durante muito tempo, a visão pejorativa que se tinha dos caudilhos era utilizada para remeter a alguém que praticava a desordem por meio da violência. Essa visão foi difundida principalmente no século XIX e em parte do XX, influenciada pelo ponto de vista desenvolvido por um grupo de literatos e políticos opositores à ditadura do portenho Juan Manuel de Rosas (SHUMWAY, 1993, p.131).

Esse grupo, composto por Juan Bautista Alberdi, Estaban Echevarría e Domingos Faustino Sarmiento, dentre outros intelectuais, ficou conhecido, na Argentina, como “Geração

de 1837”. A partir daí se estabeleceu uma visão dos caudilhos como representantes de grupos sociais ligados ao campo e favoráveis às autonomias provinciais (*federales*), entendida pelos grupos urbanos de Buenos Aires, dos quais os caudilhos também faziam parte (AYROLO, 2012, p.1), enquanto um fator desagregador a seus pretendidos projetos unitaristas (SAFFORD, 1991). Dessa forma, a partir de uma perspectiva pejorativa, os caudilhos eram vistos como sendo sinônimo da barbárie ligada ao passado colonial que se contrapôs a uma ideia de civilização modernizadora que passaria a ser representada pelos grupos unitários, após as Províncias Unidas do Rio da Prata conquistarem sua independência da Espanha (SHUMWAY, 1993, p.156).

No entanto, essa visão foi modificada por uma geração de revisionistas e que repensaram o fenômeno do caudilhismo⁶¹, que ao longo do século XX, na historiografia argentina, desde Davi Peña (1904), passando por Tulio Halperin Donghi (1965), José Carlos Chiaramonte (1986), Pablo Buchbinder (1998), Ayrolo (2012), assim como também na produção uruguaia, como Carlos Real de Azúa (1969), Ana Frega (1998, 2002, 2015), José Pedro Barrán (2012). A partir da perspectiva de que a organização do poder político pode ser exercida não apenas pelo Estado, principalmente pelo indivíduo, vindo, desse modo, assumir diversas formas, a própria atuação dos caudilhos foi repensada. Para Noemi Goldman e Ricardo Salvatore (1998), o poder dos caudilhos deixou de ser visto como uma “aberração histórica produto de um povo imaturo e de líderes violentos e sedentos de sangue, e passa a considerar-se como um processo de construção do poder social e político, em conjunturas históricas particulares” (GOLDMAN; SALVATORE, 1998, p. 20).

Com as lutas que levaram a independência do Vice-Reino do Rio da Prata ao processo de formação do Estado Nacional das Províncias Unidas do Rio da Prata, futuramente Argentina (OZLAK, 1982), marcando um processo de transição para a o Estado Moderno, o surgimento dos caudilhos e seu poder nos países do Prata ligavam-se, desde a concepção espanhola, de este ser “guia e condutor de homens em tempos de guerra” (FREGA, 1998, p.105) até a busca pela ordem nas províncias e reivindicações por autonomias locais (CHIARAMONTE, 1991).

A atuação dos caudilhos destacou-se também durante as pugnas entre projetos centralistas e federalistas, a partir das quais não são mais vistos como contrários à formação de uma nação, mas, sim, enquanto elementos que continuavam defensores das autonomias

⁶¹ Ver: Buchbinder (1998), Chiaramonte (1986), Peña (1904), Shumway (1993), Barrán (2012), Ayrolo (2012) e.

provinciais, até terem seu poder diminuído ou cooptado com a consolidação do Estado Nacional, na década de 1880.

Neste sentido os caudilhos, especialistas em redes, chefes militares de grande carisma com apoio popular e ligados por fortes laços de lealdade com seus subordinados (AYROLO, 2012), agindo como mediadores entre os interesses locais e os nacionais/regionais conciliando com os seus e de seu segmento social, exerciam poder em sua localidade, ditando as regras do jogo (GONZALBO, 1993).

Os caudilhos não desejavam anarquia, pelo contrário, desejavam manter a ordem social (AYROLO, 2012, p. 3). Portanto, muitas vezes se colocavam contrários aos elementos que pudessem causar mudanças nas estruturas tradicionais, encarando-as como hostis (AZÚA, 1969, p. 116).

Eram pessoas influentes em suas localidades e, “utilizando suas redes de relações pessoais, trataram de erguer um sistema de alianças como base de uma ordem política estável” (DONGHI, 1965 apud GOLDMAN, 1993, p. 33). Sua atuação envolvia um sistema baseado na lealdade pessoal, além de diversas formas de dependência entre patrão e clientes, numa troca mútua, tanto com setores subalternos quanto com indivíduos economicamente superiores a ele, transformando-o em cliente e direcionando-o em prol de seus objetivos (SAFFORD, 1991, p. 63), de modo que, segundo Azúa, sem o exercício distributivo, “o prestígio dos caudilhos não alcançaria grandes proporções” (AZÚA, 1969, p. 124).

Neste sentido, quando um caudilho tinha pouco para dar a seus seguidores ou protegidos, ainda que possuísse considerável fortuna para atender as reivindicações de seus protegidos, seu poder diminuía consideravelmente (AZÚA, 1969, p. 119). Esta constante mediação e negociação envolvia inclusive pagamentos pecuniários ou roupas e comida como bem destaca Ariel de la Fuente (1998, p. 288).

Dentre outros elementos que legitimavam sua autoridade, estavam os atributos pessoais de cada caudilho, os quais, segundo Carlos Real de Azua (1969), seriam o da coragem, o carisma, capacidade de recrutar homens, a liderança política, o poder de tomar decisões e a fortuna pessoal desses chefes políticos e militares. John Chasteen (2003) vai apresentar a questão do carisma como importante elemento da legitimação da autoridade dos caudilhos e para cooptar seguidores. O autor os apresenta como “heróis culturais e símbolos da identidade coletiva”. Por personificarem em si valores admirados pelo seu grupo, estariam sujeitos também a passar pela avaliação coletiva, ganhando a lealdade pessoal de seus seguidores (CHASTEEN, 2003, p.18).

Já Ana Frega (2002), ao se referir ao carisma como característica dos caudilhos, assevera que estes combinavam “as características da sua liderança ‘carismática’ (adesões pessoais baseado na troca desigual de bens e serviços) com objetivos ideológicos e programa (a construção de um novo Estado, uma república apoiada pela princípio da soberania popular)” (p. 2).

Muitos dos caudilhos, inclusive os que possuíam estâncias, reuniam grupos formados por seus peões, agregados, protegidos, correligionários políticos, amigos e familiares em bandos armados quando necessário defender seus interesses pessoais ou quando chamados pelo Estado. Este grupo reunia também outros caudilhos menores, os quais possuíam lideranças locais que “tinham um rede de subalternos, líderes locais, reproduziam em pequena escala de seu território a liderança do caudilho principal [...] sua intervenção foi fundamental para mobilizar homens de seu territórios [...]” (AYROLO, 2012, p. 8).

Os grupos reunidos pelos caudilhos eram conhecidos por *Monteneras*, termo que pode ser entendido a partir de Valentina Ayrolo como “diversas formas de ação militar, também de base popular, desde tumultos armados, a exércitos não profissionalizados e mal organizados, cuja ação poderia prolongar-se por alguns meses” (AYROLO, 2012, p. 1). Neste sentido, segundo Germán Vázquez e Nelson Díaz, os diversos conflitos ocorridos na América Latina, ainda nos séculos XIX e XX, envolvendo caudilhos, ocorreram devido às disputas por visões de organização do Estado, confrontando projetos federalistas ou centralistas (VÁZQUEZ; DÍAZ, 2009, p. 152).

O Rio Grande do Sul, por sua vez, faz parte de uma região que ultrapassa os limites políticos nacionais (ARRIOLA, 2008), vindo compartilhar diversos elementos sociais, políticos e culturais com os países do Prata. Portanto, o caudilhismo enquanto uma prática social também esteve presente no Brasil.

O conceito de caudilho, segundo Élio Chaves Flores (1997) entendido como uma relação de poder entre indivíduos, o define como sendo um “conjunto de atividades, ações, ideias e projetos de chefes políticos denominados caudilhos” (p. 8). Destarte, ainda segundo este autor, o caudilho pode ser tanto um estancieiro ou militar experienciado em guerras, e que localmente atua enquanto liderança política, como o caso do General João Nunes da Silva Tavares.

De acordo com Fernando Uricochea (1978 apud FÉLIX, 1996), o surgimento do caudilho no Rio Grande do Sul é associado ao processo que envolveu a formação e ocupação do que veio a ser este território, ainda durante o período Colonial. Este foi o período em que, segundo Uricochea (1978), ocorreu a ampliação das fronteiras portuguesas, e favoreceu o

surgimento de sujeitos que deveriam estar prontos, a todo momento, para defender e manter essas conquistas, ocupando em seus territórios de atuação, o hiato deixado pelo poder central.

Este período entendido por Loiva Otero Félix (1996) como pastoril-militar, teria sido a origem do caudilhismo no Rio Grande do Sul, o qual veio a sofrer algumas modificações durante o Império. Para esta autora, os caudilhos teriam adquirido propriedades rurais e cooptados pelo poder central, tornando-se Coronéis do Império,

a estruturação dos grupos de parentela, onde em geral, o chefe do mesmo era o chefe do bando de guerrilheiros que se afazendou. Este chefe, caudilho ou caudilheite tão logo acabara o feito no qual se envolvia, dissolva o bando, mas mantinha a liderança, na qualidade de estancieiro prestigiado, cercado por seus dependentes: peões, agregados, protegidos e escravos (FÉLIX, 1996, p. 38).

A cooptação dos caudilhos pelo poder central se dava numa relação de trocas e lealdades, onde o governo imperial, enfraquecido, necessitando negociar com as lideranças locais (FÉLIX, 1996), onde existiria um Pacto Imperial que só viria a ser rompido com a Proclamação da República e a atuação do Partido Republicano Riograndense (PRR), do qual fez parte Júlio de Castilhos. Este pacto envolvia uma série de privilégios concedidos pelo governo central, desde tarifas alfandegárias que os favorecessem, vistas grossas ao contrabando e com suas práticas locais de poder. Em troca, recebiam a incumbência de representar o poder central, ser leais ao Imperador, garantindo a ordem social e política e as fronteiras do Império (FÉLIX, 1996, p. 67-68).

Suas redes de relações eram fator fundamental que estes mobilizavam para reunir colaboradores entorno de seus planos. Em carta enviada de Arroio Malo, Uruguai, por Antero Cunha ao General Tavares, em 18 de março de 1895, a utilização das redes de relações para conseguir contribuições fica evidente quando este narra a Joca que:

[...] Pelo amigo Reco Caldeira recebi a carta de Vossa Excelência do dia 12 do corrente, e como a maior satisfação ia dar cumprimento a vossa ordem, porém havendo neste momento grandes crescentes julguei mais acertado, e de acordo com o amigo Coronel Reco, remeter a Vossa Excelência, para o mesmo fim, a quantia de 500 pesos ouro [...] fico auxiliando aos companheiros que diariamente saem daqui prontos de tudo para a luta. Agradecendo-lhe as considerações que me dispensa, pode Vossa Excelência ficar certo que, ao patriota de mais sacrifícios e o sustentáculo da nossa Revolução como o é Vossa Excelência, estarei sempre pronto a ajudar a cumprir ordens de Vossa Excelência etc., etc. (Assinado) Antero Cunha (TAVARES, 2004, p. 222-223).

No caso de Joca Tavares, este prestígio se devia ao fato de ter sido importante liderança do Partido Conservador, na cidade de Bagé, nomeado Comandante Superior da

Guarda Nacional, por diversas vezes, nesta mesma cidade (CARVALHO, 2011, p. 123), assim como foi, por diversas vezes, Comandante Militar da Fronteira que abrangia as cidades de Bagé a Santana do Livramento em 1885 e 1886 ainda durante o Império⁶², e também no período pós Proclamação da República, até 1891.

Neste sentido, é possível entender que tanto a Guarda Nacional quanto o da Guarnição e Fronteira representavam, além dos aspectos militares, elementos de atuação política, importante elemento de cooptação das elites caudilhescas locais, as quais passavam a se transformar em Coronéis do Império (FÉLIX, 1996, p. 55) representando o Estado em suas localidades e mediando favores com o governo central. Para André Fértig (2010), a Guarda Nacional além de permitir que recrutassem homens sob seu comando, era um dos principais meios utilizados para finalidades clientelistas, pois estes coronéis tinham, sob sua jurisdição de comando, as tropas da Guarda Nacional de outras cidades, que lhes possibilitavam realizar a “cooptação de homens que poderiam ser seus clientes” (FÉRTIG, 2010, p. 106) e caso necessário, mobilizá-la em prol de seus interesses políticos ou militares.

Os caudilhos se utilizavam, muitas vezes, das incipientes estruturas do Estado em suas localidades, de modo que, investidos de algum cargo legal que permitisse distribuir favores, legitimavam seu poder dentro de um determinada sociedade da qual faziam parte. A ausência de um Estado forte e capaz de atender, localmente, as demandas da população, aliadas à própria noção de cidadania ainda restrita, na prática, gerava as condições para que essas lideranças caudilhescas atuassem estabelecendo relações de mediação e clientelismo. A necessidade do Estado de se consolidar em todas as partes do seu território, estendendo seu aparato burocrático, somava-se aos anelos das elites locais por poder e prestígio, criando, dessa forma, um elo entre as partes. Estes, ao receberem, muitas vezes, títulos nobiliárquicos, cargos burocráticos e postos militares distribuídos pelo governo central, oportunizavam uma distribuição de favores, através da qual, lealdades eram negociadas nas esferas econômicas, políticas ou sociais, tanto horizontal quanto verticalmente.

Após a Proclamação da República, no período que antecede a Revolução Federalista, a partir dos telégrafos estudados, é possível compreender essa atuação caudilhesca e a relação do General Tavares com lideranças caudilhescas de suas localidades, dentre elas São Gabriel, Sant’Ana do Livramento, Rosário do Sul, Pedras Altas, Cacimbinhas⁶³, Canguçu, Piratini, Jaguarão, Pelotas, Arroio Grande, Dom Pedrito, São Borja, Uruguaiana, Caçapava do Sul e

⁶² Nessas datas, o Barão do Itaqui, General João Nunes da Silva Tavares é nomeado Comandante da Fronteira e Guarnição de Bagé (Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 7 out. 1885, p. 2 ; Jornal *A Federação*, Porto Alegre, 20 mar. 1886, p. 2).

⁶³ Atual Município de Pinheiro Machado – RS.

Porto Alegre. Muitos dos chefes locais, entre eles militares e chefes políticos, se reportavam a Joca ainda quando este era Comandante Militar da Fronteira. No entanto, existem outros telégrafos que lhe foram enviados no período em que este já não ocupava mais cargos militares, apenas a liderança política do Partido Federalista, juntamente com Gaspar Silveira Martins.

Os assuntos tratados nestes telégrafos que evidenciam os diversos aspectos de sua atuação enquanto caudilho serão apresentados a seguir. Em telégrafo enviado da cidade de Santa do Livramento, por um correligionário político, de nome Hipólito Cabeda, em janeiro de 1892, solicita a mediação de Joca Tavares, dizendo: “Peço-vos minha nomeação Juiz Municipal ai” (Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016).

A correspondência em questão permite compreender, a extensão das relações entre Joca a família Cabeda, no período anterior a Revolução, principalmente por diversos membros desta terem participado, como Rafael Cabeda e Francisco Cabeda como importantes lideranças federalistas.

Em outro telégrafo enviado em 3 de fevereiro de 1892, a mediação de Joca Tavares é solicitada por lideranças locais. Em meio ao conturbado contexto político e social no Rio Grande do Sul, conhecido por “Governicho”, o Chefe de Polícia de São Gabriel, José Serafim Castilhos (Juca Tigre), importante liderança política e caudilhesca daquela cidade, pede que este telegrafe ao Visconde de Pelotas solicitando que “[...] mande destacar 50 praças um oficial confiança quinto Regimento, força aqui reduzida” (Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016).

Muitos dos caudilhos das diversas localidades locais enviavam cerca de 57 telégrafos falando dos aprestamentos militares e colocando suas forças a disposição do General Tavares, ou organizando-as segundo suas ordens.

Da cidade de Caçapava, Laurentino Filho, chefe das forças nomeadas “populares”, naquela localidade, envia diversos telégrafos ao General Tavares. Em telégrafo enviado em 11 de fevereiro de 1892, assevera a Joca, a partir deste, que “aqui estamos agindo, reuniões revolucionárias, pouca força temos aqui onde oposição é forte, pedimos urgência força aqui, que venha armada, já dei todo andamento tendo mandar forças diversos pontos mande urgência” (Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira – Bagé. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016).

De Pedras Altas, um senhor de nome Ávila envia ao General Tavares um telégrafo datado de 13 de fevereiro de 1892, dizendo estar “com 600 homens reunidos, espero ordens,

hoje em Cacimbinhas para onde sigo” (Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016).

Da cidade de Canguçu, o Delegado de Polícia da cidade, Domingos Barbosa, solicita, em 09 de fevereiro de 1892, ao General Tavares, que “autorize delegado Encruzilhada efetuar prisão malta Pedroso onde estão refugiados” (Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira – Bagé. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016). Tal telégrafo evidencia que mesmo a atuação dos chefes locais demandava a autorização de Joca Tavares, principalmente devido ao pedido do delegado para que ele autorizasse a perseguição ao chefe político castilhistas, Coronel Manoel Pedroso, inimigo fidalgo dos federalistas, naquela localidade, o qual veio a ser degolado com seus oficiais, após a Batalha do Rio Negro em novembro de 1893.

De Rosário do Sul, um telégrafo datado de 8 de fevereiro de 1892, enviado por “Ribas”, que o assina como membro do Diretório Federal daquela cidade, evidencia a articulação militar com outras lideranças da campanha sul-rio-grandense, e o quanto dependiam desta mediação e liderança de Joca Tavares, ao descrever: “Corpo Martins 600 homens reunidos. Organizado batalhão de infantaria vila. Pedimos remessa pronta dois caixões lanças que vem remetidos de Pelotas para Ribas. Daqui mandaremos buscar” (Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira – Bagé. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016).

Tais pedidos ao General Tavares poderiam ser no âmbito político também, conforme o telégrafo enviado de Arroio Grande, por Feliciano Teixeira e Boaventura Soares, em março de 1892, no qual afirmam que “povo aqui recusa anexação Piratini por muita inconveniência, Arroio Grande, Herval, Santa Isabel podem formar comarca, pedimos-lhe auxílio e providências” (Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira – Bagé. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016).

A busca desses caudilhos por cargos políticos e burocráticos, por meio de uma estratégia “familiar”, pode ser evidenciada em um telégrafo enviado por um senhor de nome Antônio, delegado fiscal, na cidade de Porto Alegre, a Joca Tavares, em 1892, explicando que a nomeação que ele (Joca) havia feito de seu filho para a chefia de seção da polícia fiscal, em Sant’Ana do Livramento, não havia sido aprovada pelas lideranças oposicionistas naquela cidade, afirmando que “As influências situacionistas de Livramento não querem aceitar a nomeação de vosso filho para chefe de seção da polícia fiscal ali estacionada. Declaro-vos porém, que mandarei a nomeação custe o que custar” (Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira – Bagé. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016).

Esse telégrafo, claramente expressa as transformações trazidas com o governo do PRR, as quais haviam modificado o cenário político em que as lideranças conservadoras e liberais, acostumadas a dominar os cargos e postos da administração pública e militar, excluindo-os da máquina pública do Estado. A própria legitimação de seu poder e prestígio era colocada em cheque. Sua capacidade de distribuir benefícios e mediação acabava limitada, cargos de Juizes, chefes de polícia e comandos militares passaram às mãos de lideranças simpáticas ou mesmo correligionárias de Júlio de Castilhos. Dessa forma, a própria Revolução Federalista de 1893 se investia de uma reação dos caudilhos locais às mudanças, de uma ordem social que lhes garantia o domínio para outra em que perderiam muitos de seus privilégios.

Ainda no ano de 1892, a atuação caudilhesca do General Tavares também pode ser evidenciada a partir da convocação pessoal de diversas lideranças contrárias a Júlio de Castilhos, para participar da Convenção de Bagé, dando origem ao Partido Federalista, para o qual acorreram, segundo Sérgio da Costa Franco (2007, p.134), cerca de oitenta chefes políticos do Rio Grande do Sul. Além dessa evidente capacidade de cooptar lideranças militares e políticas, caudilhos em suas localidades, levou a sua nomeação para concorrer ao cargo de governador do Rio Grande do Sul.

No entanto, já prevendo a possibilidade de embate com as forças do PRR, sua experiência enquanto caudilho torna-se clara quando este resolveu estabelecer como condição para que aceitasse disputar as eleições, o apoio incondicional de todas as lideranças presentes, naquela reunião, em qualquer terreno, o que também incluía, é claro, uma Revolução.

As lideranças políticas presentes podem também ser entendidas como caudilhos não apenas militares, mas também como caudilhos doutores, ou seja, sujeitos que além de possuir grande riqueza pessoal, somada ao grau de instrução, forte poder de oratória e de persuadir, acabam tornando-se líderes políticos em nível regional ou mesmo nacional. A relação entre os caudilhos militares e os caudilhos doutores era de constantes trocas, principalmente devido ao papel de mediador exercido por ambos, para que mantivesse seu prestígio e poder, era uma “dependência mútua” (SAFFORD, 1991, p. 66). Destacamos, também, o fato de que, ao reunir outros líderes sob seu comando, Joca Tavares evidencia a extensão de sua influência dentro de uma região, e seu papel de caudilho.

Durante a Revolução Federalista de 1893, Joca Tavares articulou todo seu espaço de experiência, poder e prestígio construído militar e politicamente na mobilização de recursos e

soldados para organizar e comandar o Exército Libertador⁶⁴, a partir do espaço fronteiriço. Esse elemento é evidenciado a partir da correspondência que envia ao Almirante Saldanha da Gama em 18 de outubro de 1894, através da qual declara que:

As informações ministradas a Vossa Excelência a meu respeito, que dizem “a despeito dos meus patrióticos e generosos esforços, não têm podido reunir senão pouca força”, em parte é verdade, **não porque falte-me pessoal e sim pela carência absoluta de recursos para mobilizar um grande número de companheiros** que ainda estão emigrados no Estado Oriental. Não obstante, com o pouco recurso de que disponho, ainda que agora comprei algumas armas e munições que distribui pelas forças (TAVARES, 2004, p. 116, grifo nosso).

Com base nessa correspondência, é possível analisar a importância da utilização do espaço fronteiriço, a liderança caudilhesca e o poder de cooptação e mobilização de Joca Tavares, entre aqueles que haviam emigrado para o Uruguai, fugidos das perseguições castilhistas, ao afirmar que homens não lhe faltam, mas sim recursos suficientes para armar esse pessoal. O empenho de bens pessoais, na luta, também ganha destaque no trecho apresentado, na tentativa de garantir que as forças federalistas que já estavam em luta no Rio Grande do Sul continuassem ativas.

Em outra correspondência enviada pelo Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama em 1895 ao General Tavares, é possível demonstrar a extensão das redes de relações federalistas que se estendiam pelo interior do Uruguai, e como Joca Tavares enquanto um caudilho que articulava o apoio político e financeiro para suprir o Exército Libertador:

Costa do Quaraí 28 de março de 1895. Exmo. e Prezadíssimo Sr. General João Nunes da Silva Tavares. [...] Já está faltando, porém, o cavalo, esse primordial elemento de guerra nas coxilhas do sul. Remeter cavalos daqui seria correr o risco de uma dupla perda; chegarem lá estropiados e inservíveis, privando-nos aqui esse elemento, a nós que estamos quase prontos para invadir também. Já apelei para os amigos de Montevideú. Queira Vossa Excelência fazer o mesmo para os de Cerro Largo e Taquembó. Com o prestimoso auxílio de amigos como Galvão Machado, Baltazar Dias, Cândido Bastos, José Francisco de Freitas, Barbosa Netto e muitos outros se poderá conseguir [...] (Assinado) Luís Felipe de Saldanha da Gama. (TAVARES, 2004, p. 224-227).

A influência, prestígio e o poder dos caudilhos segundo Valentina Ayrolo (2012) era exercido de diversas formas, seja negociando favores, seja como exímios mediadores. No entanto exigiam lealdade em troca desses favores (p.9). Dentro da estrutura de comando do Exército Libertador, o General Tavares desempenhava a função de mediador entre caudilhos menores, chefes de suas localidades com quem negociava constantemente conforme foi

⁶⁴ Nome pela qual era conhecida a força militar federalista.

possível analisar no capítulo anterior, a partir da citação de que: “Depois da causa defendida, liquidar-se-ão as contas, eu passarei tudo a limpo e cada macaco ficará em seu galhinho” (TAVARES, 2004, p. 180).

Diante do que procuramos expor, apresentar o General Joca Tavares como um caudilho que devido o contexto de insipiência dos aparatos do Estado para chegar nas distantes fronteiras, estes líderes locais representavam muitas vezes o Estado ao mesmo tempo que negociavam a manutenção de seus interesses. Estes caudilhos eram, segundo César Guazzelli (2013), os senhores da fronteira e da guerra, portanto tinham seus próprios projetos e estratégias pessoais ou familiares de poder em seus territórios de atuação e negociavam constantemente a partir destes interesses pessoais.

A dificuldade do nascente Império, de prescindir destas lideranças locais ou submetê-las, foi contornada através da cooptação destes através do Pacto Imperial, transformando, dessa forma, o caudilho Joca Tavares em Coronel do Império. O entendimento de que sua atuação política e militar foi a de um caudilho, deve-se, principalmente, a sua capacidade de mobilização de homens para os fins políticos e militares que objetivava; pelo seu prestígio, influência e carisma, tanto entre seus subordinados quanto entre as lideranças políticas e militares federalistas, além do papel de mediador e as possíveis capacidades retributivas com as quais liderava a partir de suas redes de relações que envolviam uma região platina. Este prestígio fica evidenciado a partir de uma carta enviada pelo General Antônio Carlos Piragibe, em 9 de outubro de 1894, a Joca Tavares, na qual afirma que: “Desejaria que estivésseis ao meu lado para com vossas forças, com vossos sábios conselhos me auxiliardes nas operações [...]” (TAVARES, 2004, p. 112).

Importante acrescentar que, tanto no Uruguai como na Argentina, a segunda metade do século XIX marcou o fortalecimento do Estado Nacional, principalmente a partir de 1880, onde o caudilhismo se enfraqueceu. No Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista de 1893 foi uma guerra civil que rompeu com o Pacto Imperial (FÉLIX, 1996, p. 67-68), contrapondo caudilhos dos dois lados do conflito⁶⁵, inseridos no conturbado contexto de transição da Monarquia para a República, marcado por transformações sociais e políticas, no qual o poder dos caudilhos foi sendo controlado e cooptado por meio de negociações pelas

⁶⁵ Embora a Revolução possa ser caracterizada também como uma luta entre as elites políticas, e que mesmo entre as facções envolvidas, não podem ser entendidos como um bloco ideologicamente homogêneo. No entanto pode-se estabelecer que do lado Federalista estavam os seguidores de Gaspar Silveira Martins, em sua maioria adeptos de ideias Liberais. Ao lado dos legalistas de Júlio de Castilhos, estavam os adeptos do Positivismo Comtista.

estruturas republicanas, fortalecidas burocrática e militarmente, a partir das quais tornou-se possível a imposição de sua autoridade e projetos políticos frente às lideranças locais.

4.2 A FRONTEIRA

A relação do indivíduo com o espaço fronteiriço platino e a importância de suas redes de relações de poder, nesse espaço, a maneira como se apropriam dela, têm obtido destaque, nos últimos anos, principalmente com os trabalhos realizados por Maria Medianeira Padoin (1999), Arturo Taracena Arriola (2008), Mariana Thompson Flores (2012), Reinhart Koselleck (2006; 2014) e Pablo R. Dobke (2015). Assim, tomando por base esses relevantes trabalhos, pensaremos a questão que envolve o General João Nunes da Silva Tavares, bem como a relevância da espacialidade durante a sua trajetória, para compreender a importância que ela exerceu na Revolução Federalista de 1893-1895.

Neste sentido, é possível que realizemos a seguinte pergunta: Seria esse espaço capaz de influenciar suas ações e as decisões do sujeito? Acreditamos que sim, principalmente devido àquilo que Koselleck (2014) defende como elementos meta-históricos, os quais seriam capazes de influenciar a ação dos homens. Seria aquilo que Fernand Braudel definiu como longa duração, a qual perpassa o tempo dos indivíduos, “não podemos controlar inteiramente as condições geográficas e biológicas das histórias humanas” (KOSELLECK, 2014, p.13).

Ainda conforme Koselleck (2014, p. 78-79), o espaço pode ser considerado tanto o natural quanto aquele construído pelo homem. O primeiro pode ser chamado de condições meta-históricas, que independem da ação humana, já o segundo, diz respeito à ação do homem na criação de espaços que ele territorializa, se apropria e confere sentido a um determinado espaço geográfico, podendo ser o caso, por exemplo, fronteiriço ao se apropriar do espaço de fronteira ou mesmo de uma região, vindo a lhe atribuir sentido de acordo com seus interesses, como no caso de João Nunes da Silva Tavares como será possível analisar ao longo deste trabalho.

Se considerarmos a fronteira enquanto socialmente construída, compreendida a partir da ação do indivíduo, é nesse sentido que utilizaremos dois conceitos de fronteira para pensar a atuação política e militar de Joca Tavares, no espaço fronteiriço, em dois momentos distintos de sua trajetória, procurando evidenciar a complexidade que envolve o agente histórico e suas ações na territorialização deste espaço.

A partir do conceito de “fronteira manejada” desenvolvido por Mariana Thompson Flores (2012), a fronteira passa a ser pensada a partir das experiências pessoais e grupais dos

habitantes deste espaço, constituindo-se enquanto espaço dinâmico, podendo ter diversos significados para diferentes agentes, que a partir de suas condições sociais, construíam estratégias para manejar com ela no seu cotidiano (THOMPSON FLORES, 2012, p. 68). A autora também defende, ainda, que a fronteira é construída por meio das ações e decisões dos indivíduos no dia a dia, nem sempre pautadas por uma racionalidade (THOMPSON FLORES, 2012, p. 68). Neste sentido, a fronteira manejada também seria um espaço que possibilitava aos indivíduos a utilização de recursos identitários, dependendo do lado da fronteira em que estivessem, para que dessa forma se beneficiassem das distintas soberanias para seu benefício (THOMPSON FLORES, 2012, p. 117).

Outros elementos apresentados por Thompson Flores (2012) dizem respeito à questão da fronteira ao fazer referência ao conceito de fronteirização trabalhado por Alejandro Grimson (2003 apud THOMPSON, 2012, p. 65), o qual permite entender a fronteira como não sendo um dado fixo, “mas algo instável, dinâmico e sempre disputado, podendo ser constantemente resignificado, assumindo diferentes sentidos para os diversos atores sociais em diversos contextos” (GRIMSON, 2003 apud THOMPSON, 2012, p. 65).

Assim, a fronteirização seria a apropriação que os indivíduos fazem do território que ocupam, das atribuições de sentido que lhe conferem. Dessa forma, para Grimson (2003 apud THOMPSON, 2012) entende que não existiam limites nacionais consolidados até o final do séc. XIX, portanto, o estabelecimento de relações nestes instáveis limites nacionais poderiam ser chamadas “transfronteiriças” (GRIMSON, 2003 apud THOMPSON, 2012, p. 26). Nas redes de relações transfronteiriças, segundo a concepção de Joseph Younger (2008), o indivíduo não recusa o Estado, ele necessita dele, das justaposições legais e de soberanias dele, para assim se beneficiar delas de um lado ou outro da fronteira.

Entendendo a experiência do General Tavares enquanto um transfronteiriço, considerando as diferentes maneiras como ele poderia se apropriar do espaço fronteiriço, utilizamos o conceito de fronteira manejada para pensarmos dois momentos de sua trajetória. O primeiro se refere ao período de sua vida em que ocupou cargos oficiais, a partir de sua atuação como político e militar ligado ao governo central, em que ele teria de respeitar os limites políticos com o Uruguai, principalmente por ser o responsável pela proteção, enquanto Comandante Militar da Fronteira e da Guarnição de Bagé, por diversas vezes, na segunda metade do século XIX, especificamente no período compreendido entre pós-Proclamação da República até a Revolução Federalista de 1893.

Num segundo momento, durante a Revolução Federalista de 1893 até seu término, em 1895, quando não ocupava mais cargos oficiais ligados ao governo central, essa experiência

de Joca Tavares com relação ao espaço fronteiriço fica evidenciada por suas redes de relações de poder e pela utilização de toda essa experiência anterior à Guerra Civil, para organização do Exército Libertador, como iremos analisar no decorrer deste capítulo, por meio das evidências.

Neste sentido, para pensarmos tal divisão fundamentados nas reflexões propostas na Dissertação de Mestrado de Pablo R. Dobke (2015), partimos do entendimento de que o indivíduo que é parte desse espaço fronteiriço, ainda que desconsidere a existência de limites em suas relações pessoais e a territorialização que realiza desse espaço, para realizar negócios oficialmente, por exemplo, ou transportar gado de maneira lícita, necessitaria observar as regras aduaneiras e os impostos desse espaço.

Por outro lado, um comandante militar, tanto uruguaio como brasileiro, não poderia atuar oficialmente investido de seu cargo e autoridade conferida pelo Estado, ostentando a bandeira de seu país de um lado ou outro da fronteira, sem que pudesse causar incidentes diplomáticos ou retaliações. Durante a Revolução, não haveria necessidade de que esses limites fossem respeitados, pois seu território de atuação e sua influência ultrapassavam tais limites, de modo que a fronteira passou a ser manejada de uma forma diferente, de modo a burlar a perseguição legalista e organizar estratégias de combate que deram fôlego aos federalistas. Devido a este entendimento, a necessidade de manejo do espaço fronteiriço ocorreu de acordo com a situação e o interesse do sujeito nos parece ser uma variável pertinente para o caso no qual nos detivemos para o nosso estudo.

A partir da análise das cartas e telégrafos é possível asseverar que durante a Revolução, Joca Tavares sabia como manejar a fronteira, ou seja, como se utilizar dessa fronteira para escapar do inimigo, organizar e comandar as invasões, pois as forças legalistas teoricamente não poderiam cruzar a linha divisória oficialmente com armas para capturá-lo, sem causar incidentes diplomáticos.

Essa relação, entendida a partir do espaço de experiência que o General Tavares construiu no espaço fronteiriço, torna-se clara na carta trocada com Gaspar Silveira Martins, em 1893, na qual Joca Tavares alerta-o sobre a importância de se conservar próximo da fronteira, evidenciando, principalmente, seu papel estratégico fundamental: “Há perto de um mês me acho acampado por aqui por dois motivos: 1º, por estar mais perto da fronteira para o recebimento de armas e munições; 2º, para evitar que o inimigo, que está em Bagé, se junte ao de Livramento, Cacequi e São Gabriel” (TAVARES, 2004, p.31). Essa experiência política e militar adquirida por Joca Tavares, ao longo de sua vida, não só lhe conferira prestígio, como

também as condições de organizar e comandar operações militares, a partir do espaço fronteiriço.

Por outro lado, ainda no que tange ao período da Revolução, o conceito de fronteira manejada também pode ser pensado com base na experiência construída por Tavares, no âmbito familiar, e na sua atuação enquanto estancieiro e charqueador, já que possuía estâncias tanto no Brasil quanto no Uruguai, o que teria lhe proporcionado, além de um conhecimento maior do espaço fronteiriço, uma amplitude de redes de relações de poder.

Neste sentido, durante a Revolução, a família de Joca Tavares, que estava exilada no Uruguai, abrigada em estâncias de amigos próximas à fronteira, como abordamos no capítulo anterior, claramente utilizava a linha divisória como uma proteção à sanha do inimigo.

Quanto a sua trajetória enquanto estancieiro fronteiriço, para Joca Tavares talvez esse limite político não existisse de maneira como seria visto por alguém de outra parte do Brasil. Mariana Flores da Cunha Thompson Flores e Augusto Farinatti (2009) se referem à organização de uma elite na região fronteiriça, ao logo do século XIX, onde muitos brasileiros possuíam propriedades rurais, “sobretudo nos territórios localizados ao norte do Rio Negro. Isso acabaria por colocar aquelas áreas em relação direta com a região da Campanha Rio-grandense [...]” (FARINATTI; THOMPSON FLORES, 2009, p. 148). E vai mais além, falando que existiam diferentes maneiras de como as famílias abastadas percebiam e lidavam com essa fronteira (FARINATTI; THOMPSON FLORES, 2009, p. 158).

Tal elite vivia em grande parte no que pode ser definido, conforme Arriola (2008), como uma como uma macrorregião da região da Campanha Sul-Riograndense ou metade sul do Rio Grande do Sul, inclusive por esta ser considerada, assim como o litoral, as zonas mais habitadas no Rio Grande do Sul, até a imigração europeia (LOVE, 2006). Economicamente, essa região, caracterizada por amplos campos com vegetação peculiar, favoreceu a pecuária. Segundo Joseph Love,

a Campanha, a segunda região de criação de gado, que empresta ao Estado a imagem que dele se faz no resto do Brasil. As atividades pastoris dominam em toda a parte, exceto nas orlas setentrional e oriental da Campanha. No século XVIII os primeiros habitantes da região concentraram-se em imensas propriedades pecuárias – estâncias – que ainda preponderam (LOVE, 2006, p. 100).

A Campanha “constituía-se também como uma região de grandes criadores ligados por complexas imbricações familiares e de propriedade” (SOUZA, 1993, p. 25). Segundo Susana Bleil de Souza, era uma região fronteiriça onde as cidades dos dois lados da fronteira eram interligadas por meio de uma fronteira penetrável, pela da qual o contrabando era

comum. Desenvolveu-se juntamente com o comércio legal, ambos favorecidos pelo fato de que muitos dos estancieiros dessa região possuíam propriedades dos dois lados da fronteira e, portanto, transitavam livremente por esse espaço, assim como facilitava o ingresso de mercadorias que chegavam pelo porto de Montevideu para abastecer as cidades fronteiriças (SOUZA, 1993, p. 25-26).

Em relação a esse espaço, considerando que as fronteiras políticas ainda não estavam bem consolidadas até final do século XIX, início do XX, conforme o que é colocado por Chesneaux (1980 apud GUTFREIND, 1998), é possível entende-la a partir do conceito de *fronteira zona*, que surge muito mais como espaço de trocas, com forte interação cultural entre as cidades dos lados da fronteira, a ponto de exercer influências sobre o aspecto social, passando uma ideia de um espaço de interações culturais do que como linha de separação e não como uma linha onde tentava se dissociar o rio-grandense do platino.

Enquanto um espaço de trocas e de interação cultural, a Campanha sul rio-grandense também passou por diversas transformações sob os aspectos econômicos e sociais que também afetaram o Rio Grande do Sul, e que podem ser entendidas como um dos elementos que também levaram à Revolução Federalista de 1893.

Ditas transformações foram agravadas pela crise que também assolou o norte uruguaio, nos anos 1890, e pelas ações dos governos brasileiro e uruguaio, no sentido de combater o contrabando, aumentar impostos e fortalecer seu poder na região de fronteira (CHASTEEN, 2003, p. 88). Segundo Chasteen, a modernização da produção pecuária e a “imposição da lei e da ordem no interior e norte do Uruguai” (2003, p.90) levaram a economia rural a tempos difíceis que atingiram a Campanha rio-grandense. Para o autor, essas transformações fizeram parte do processo de modernização das relações de trabalho e de produção, ocorrido a partir da década de 1890 (CHASTEEN, 2003, p.88-115).

Numa época em que havia ocorrido um aumento populacional, os cercamentos das propriedades e a introdução de raças de gado europeias diminuíram a oferta de empregos, desenhando uma situação de penúria e até mesmo de fome para a população rural pobre, não só do Uruguai como do lado brasileiro (CHASTEEN, 2003, p.89-105), criando um “excedente de desemprego, principalmente entre a população masculina, que na Revolução Federalista de 1893 se alistou em busca de oportunidades, até mesmo de sobrevivência” (RECKZIEGEL, 2003, p. 32).

Dessa forma, o manejo da fronteira por Joca Tavares torna-se evidente a partir das correspondências e diário, ficando demonstrado possuir conhecimento das leis tanto do Brasil quanto do Uruguai, e que se utilizou desse elemento para comandar as ações do Exército

Libertador Federalista. Essa evidência pode ser analisada especialmente em seu diário, no dia 3 de agosto de 1893, ao narrar uma tentativa de prisão arbitrária pelas autoridades orientais, quando um suposto agente de polícia do Departamento de Cerro Largo chegou pela noite, a mando de seu chefe político Gomercindo Collazo, o qual havia descoberto onde Joca estava de repouso, devido à doença causada por uma bronquite. O suposto agente deu-lhe voz de prisão, dizendo que ele deveria segui-lo a qualquer custo. Diante dessa situação, o General Tavares, ao realizar algumas considerações ao policial, “chegou a dizer que não conhecia na Constituição daquela República artigo que autorizasse tamanha arbitrariedade, que o mais que podiam fazer era intimá-lo e não prender, que não era nenhum criminoso” (TAVARES, 2003, p.46). O diário prossegue narrando que o General Tavares e o anfitrião da casa onde estava, conseguiram enganar o dito policial para que Joca escapasse às escondidas.

Outro conceito de que nos utilizamos é o da “fronteira indivíduo”, desenvolvido por Pablo Dobke (2015), para pensar as relações sociais de poder no espaço fronteiriço do Brasil com o Uruguai, mas que também pode ser utilizado para pensar as possíveis relações de Tavares com a Argentina, no período da Guerra Civil. Neste contexto, Joca Tavares valeu-se de sua influência para cooptar adeptos à Revolução e conseguir apoio financeiro para suprir e comandar o Exército Libertador. Por outro lado, a definição de “fronteira indivíduo” torna possível pensar a relação com o espaço fronteiriço de Joca Tavares também no âmbito familiar, principalmente no que diz respeito às redes de relações e de prestígio, herdados de seu pai, que, neste espaço fronteiriço, poderiam lhe oferecer vantagens. Segundo este conceito,

a “fronteira”, se encontra no próprio sujeito, isto é, o ator, através de suas relações tem a capacidade de ampliar sua malha territorial, mesmo que não esteja pessoalmente em referido território, fazendo de suas relações sociais de poder o principal subsidio na conformação desta (DOBKE, 2015, p. 97).

Essa territorialização do espaço realizada pelo indivíduo, no qual procuramos destacar a capacidade que tinha o General Tavares enquanto um chefe político e militar federalista, conforme havíamos apresentado conjuntamente no artigo com Pablo Dobke sob o título *Nós federalistas somos os senhores da fronteira: relações sociais de poder e territorialização durante a Revolução Federalista (1893-95) no Rio Grande do Sul* (ANDRADE; DOBKE, 2015), onde procuramos abordar sua capacidade de manipular este espaço fronteiriço a partir de suas redes de relações de poder além da fronteira política, inserindo o indivíduo em uma ampla mobilidade de jogos de influência em que ocupava posição de destaque, possibilitando

que se utilizasse deste espaço e destas redes de poder que partiam de cidades do norte Uruguio até mesmo Montevideu, para atender suas necessidades ao longo da Revolução.

Tanto Joca Tavares quanto a Revolução Federalista de 1893 possuem, em comum, não só a ligação com o espaço fronteiriço como também o pertencimento a uma região platina, conforme Ana Luiza Reckziegel (1999), ao trabalhar a respeito das relações entre o Estado brasileiro do Rio Grande do Sul e o Uruguai, principalmente abordando a segunda metade do século XIX, envolvendo o período da Revolução Federalista de 1893-1895, destacou a internacionalidade que esta assumiu, afirmando que “o relacionamento entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai foi estruturado em uma região na qual se reconhece uma identidade comum, se bem que subordinada a Estados distintos” (RECKZIEGEL, 1999, p. 1).

A região segundo Arturo Taracena Arriola, pode ser compreendida como “um espaço e território com características próprias” que preexiste à organização do Estado Nacional e que pode ser desorganizada por este (ARRIOLA, 2008, p. 188). Pode, também, ser entendida como um espaço que geograficamente se estende além das fronteiras políticas, abrangendo um espaço regional do pampa Platino pertencentes ao Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, formando, portanto, ela mesma uma zona de fronteira (ARRIOLA, 2008, p. 193).

O autor esclarece, ainda, que a região, constituída enquanto espaço, não está isolada por limites artificiais; ao contrário, está em contato por meio de diversos elementos, desde comerciais, políticos econômicos, sociais ou mesmo culturais (ARRIOLA, 2008, p. 197). Estaria, portanto, constantemente “sujeita ao tempo e à capacidade de territorialização das elites regionais e dos grupos sociais dominantes, assim como aos efeitos provocados pelos movimentos de população e por lógicas particulares nascidas de processos econômicos internos” (ARRIOLA, 2008, p. 193).

No que diz respeito ao território que compõe uma região, Arriola (2008) defende que este não precisa ser homogêneo, pois sua formação depende muito mais do que ele define a “territorialidade” como elemento fundamental para sua demarcação, ou seja, seria a “forma de se apropriar dele – como operaram e operam sobre ele seus habitantes e os atores sociais coletivos internos e externos” (ARRIOLA, 2008, p. 189).

Durante a Revolução Federalista de 1893, a experiência do indivíduo no espaço fronteiriço também pode ser evidenciada com base nas correspondências de Joca Tavares, tanto recebidas quanto enviadas por estancieiros brasileiros residentes nos Departamentos de Montevideu, Cerro Largo, Taquarembó, Rivera, Paysandú e Salto, como abordaremos no próximo subitem. Algumas falam em colaboração do governo local; outras das dificuldades enfrentadas para enviar auxílio para o Exército Libertador, localizado no lado brasileiro,

evidenciando sua imbricada relação com uma região maior, ultrapassando limites dos Estados Nacionais, criando sua própria influência sob a qual atua territorializando uma região.

O espaço de influência de Joca Tavares se estendia por grande parte da República Oriental do Uruguai, sobre o estado do Rio Grande do Sul e algumas partes do Brasil, além de partes de províncias do litoral argentino, o que, ao longo da revolução, foi fator fundamental para articulação de alianças e organização de estratégias, sempre muito vinculadas à fronteira.

Além do que já havia asseverado Maria Medianeira Padoin (1999), ao destacar a relevância estratégica deste espaço que já havia se evidenciado durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), possuir estâncias no outro lado da fronteira proporcionava aos estancieiros da fronteira, segundo Mariana Thompson Flores (2012), possibilidade de realizar duas estratégias: “salvaguardar gado na estância de um dos lados enquanto no outro lado aconteciam distúrbios [...] e movimentar esse gado de acordo com a situação econômica mais favorável de um lado ou outro para seu negócio” (THOMPSON FLORES, 2012, p. 75).

Durante a Revolução Federalista de 1893, a relevância estratégica desse espaço tornou-se mais uma vez fundamental, principalmente no que tange à questão logística de suprimento do Exército Libertador, especialmente por estar a Campanha Rio-Grandense inserida no contexto fronteiriço, um espaço que deixa de ser concebido “como uma linha que separa duas regiões, para ser entendido num espaço socialmente construído, de integração e circulação de pessoas, de ideias, de mercadorias” (PADOIN, 1999, p.258).

Essa capacidade da fronteira de proporcionar diferentes estratégias, de acordo com Thompson Flores (2012), ocorreria devido à noção de que “do outro lado [...] a fronteira poderia servir como fuga e esconderijo sempre foi sabido pelos fronteiriços e um recurso recorrentemente utilizado” (THOMPSON FLORES, 2012, p. 89), principalmente no caso em que nos detemos, enquanto uma estratégia utilizada pelas lideranças federalistas Revolução Federalista de 1893-1895 e como elemento de atuação política e militar.

Nesse sentido, o entendimento de que o Estado do Rio Grande do Sul está inserido num espaço que transcende os limites políticos, em região que envolve os países platinos, que fizeram parte das transformações políticas e sociais ocorridas na segunda metade do século XIX e começo do XX, permite compreender a importância das fronteiras como elementos que influenciaram e deram sentido às ações dos sujeitos, neste espaço, pois sempre existiu, segundo Koselleck (2014), um determinado grau de influências meta-históricas sobre os indivíduos, sobre os pensamentos, portanto sobre a história (p. 73-93), portanto, no nosso entendimento, a fronteira torna-se tão complexa quanto os indivíduos e define uma região territorializada pela atuação de Joca Tavares e sua ou suas redes.

4.3 A ORGANIZAÇÃO LOGÍSTICA DO EXÉRCITO LIBERTADOR 1893-1895

O fato de Joca Tavares e sua família possuírem estância no Uruguai, conforme apresentamos no capítulo anterior, precisamente no Departamento de Cerro Largo, fronteiro com o Brasil, proporcionava-lhe um conhecimento desse espaço, além de favorecer a construção de redes de relações sociais. Ser estancieiro, além do capital econômico que proporcionava, era sinônimo de poder e prestígio social. E o mais importante, o fato de ser um militar e político, favorecia-lhe cooptar homens, quando necessário, e realizar suas estratégias pessoais e familiares num determinado território em que atuava.

A utilização estratégica da fronteira, manejando-a para organizar a logística federalista, partindo de diversas localidades do Uruguai e da Argentina, durante a Revolução, permite compreender a própria localização das forças do Exército Libertador em atuação na Campanha sul-rio-grandense, que ora estavam em solo brasileiro, ora em solo uruguaio ou argentino, mas nunca longe da linha divisória, principalmente por sua relevância para realizar incursões, receber suprimentos e reorganizar-se, caso fosse necessária a fuga.

No que diz respeito ao Exército Libertador em operação, durante a Revolução Federalista de 1893, este teve, no decorrer da guerra civil, lideranças de diversos caudilhos que se articularam entre si, mobilizando suas redes de relações e espaço de experiência para fazer frente a um inimigo mais poderoso e bem armado. Entre eles estavam generais como José Maria Guerreiro Victória, Aparício Saraiva, Marcelino Pina, Gumercindo Saraiva, Luís Alves de Oliveira Salgado e José Prestes Guimarães, que comandaram divisões, brigadas e piquetes em diversas regiões do Rio Grande do Sul, porém, todas respondendo ao comandante em chefe, General Joca Tavares e, posteriormente, ao Almirante Saldanha da Gama, em 1894.

O Exército Libertador, a partir do que pudemos analisar nas correspondências do General Tavares, era uma força composta por praças e oficiais que geralmente eram divididos em grupos conhecidos como Piquetes, Brigadas ou Divisões, sob ordens do comandante A, ou gente do general B, e em alguns casos, até se recusavam a obedecer outros comandantes federalistas. Os soldados eram recrutados ou juntavam-se de livre vontade para combater Júlio de Castilhos e suas forças. Muitos desses soldados eram recrutados dentro das zonas de influência dos chefes federalistas, mas também por serem seus correligionários políticos, caso que também ocorria nas forças legalistas (SAMPAIO, 1920).

Os comandantes federalistas eram antigos líderes políticos, durante o período Imperial no Brasil, pertencentes tanto aos Partidos Conservador quanto ao Liberal, mas também se incluíam entre eles, dissidentes do PRR, em sua maioria estancieiros da região da Campanha

sul-rio-grandense. Alguns deles haviam sido chefes de polícia em suas localidades, como Juca Tigre; outros, como o General Marcelino Pina, eram lideranças políticas locais e estancieiros; muitos eram lideranças políticas que haviam lutado na Guerra do Paraguai como, por exemplo, o General Guerreiro Victória. Alguns desses chefes eram altas lideranças políticas no Rio Grande do Sul, como José Prestes Guimarães, liderança do Partido Liberal, que chegou a pertencer à Guarda Nacional, foi magistrado e, posteriormente, chegou a ser Governador da Província do Rio Grande do Sul, ainda durante o Império.

Havia, também, entre as lideranças, estancieiros e chefes políticos de suas localidades que exerciam influência também no Uruguai, como os generais e irmãos Aparício e Gumercindo Saraiva; existiam, ainda, grandes comerciantes, como o caso dos irmãos Rafael e Francisco Cabeda, que igualmente tinham influência no Uruguai e na Argentina, ao lado de outros que eram militares do Exército Brasileiro e que resolveram aderir à causa federalista, como o General Salgado e, por fim, Joca Tavares, que havia comandado a Guarda Nacional, em Bagé, e ainda lutado na Guerra do Paraguai.

Ao longo da Revolução, a estratégia inicial de conquistar cidades, evidenciava a escolha por uma guerra de ocupação. No entanto, as poucas e insuficientes armas de fogo e munições, além da inexistência de artilharia, ao menos nas operações na Campanha, impediram a concretização desse objetivo, uma vez que os legalistas fortificavam-se nas cidades, como Santana do Livramento e Bagé, colocando os federalistas em desvantagem. Logo, esta estratégia foi sendo parcialmente substituída por uma guerra de movimento. Era uma força mal armada, se comparada às forças legalistas e, embora possuísse diminuta força de infantaria, dependia principalmente do cavalo para realizar suas manobras e estratégias de guerra de guerrilha, utilizando-se geralmente da fronteira.

Conforme pudemos observar no diário e nas correspondências do General Tavares, os federalistas dependiam do espaço fronteiro para reorganizar suas forças e conseguir e receber suprimentos vindos tanto do Uruguai quanto da Argentina, comprados por lideranças como Gaspar Silveira Martins, que enviavam armas e munições por meio de rotas pela Campanha para o comando em chefe de Joca Tavares e, posteriormente, para Saldanha da Gama, a fim de distribuí-los entre os demais comandantes federalistas.

Nesse sentido, iremos abordar, a seguir, a importância do empenho pessoal de Joca Tavares para manter em funcionamento o sistema logístico, assim como analisar as evidências de que as lideranças federalistas se utilizaram de antigas rotas de contrabando para burlar a vigilância dos legalistas e organizar esse sistema e suprir o Exército Libertador.

Pensar a prática do contrabando como uma prática comum, no espaço fronteiriço, tanto com o Uruguai quanto com a Argentina, principalmente a partir do estabelecimento de rotas de contrabando pela fronteira Oeste, fica claro ao longo da tese de Mariana Thompson Flores (2012). A autora inclusive destaca as ligações entre Uruguaiana e Bagé, na segunda metade do século XIX, nos permitindo asseverar que as antigas rotas utilizadas pelos contrabandistas também foram importantes durante a Revolução Federalista de 1893, como maneira de receber armamento vindo tanto de Montevideu quanto de Buenos Aires, e neste caso, até mesmo com o apoio de autoridades correntinas, como será visto a seguir.

Esses indícios aparecem não só nas correspondências trocadas entre Joca Tavares e o Almirante Saldanha da Gama, mas também com seu filho Pedro Tavares. A importância da província argentina de Corrientes, para a Revolução, é destacada em carta enviada por Saldanha da Gama, em 20 de junho de 1895, ao General Tavares afirmando:

Conforme comuniquei a Vossa Excelência, mandei descer de Corrientes o Coronel Felipe Portinho com o pessoal compatível com os nossos recursos, a fim de constituir o núcleo do novo exército. Com a recente renúncia do atual chefe político, o distinto cavalheiro Dom Carlos Lecueder, talvez venhamos a ter dificuldades nesta fronteira. Contudo, não podemos deixar em abandono, porque a presença de uma força aqui é, e há de ser sempre um contrapeso das operações a leste e a Centro. Felizmente os últimos recursos de Corrientes vieram a mudar muito favoravelmente a situação de nossos companheiros ali. Não sei se Vossa Excelência já está informado da recentíssima invasão a aquele Estado, favorecido abertamente pelas autoridades brasileiras. Os invasores chegaram a ocupar Libres, porém Angel Blanco reagiu, e, graças ao poderoso concurso de nossos companheiros, retomou-se as duas cidades, aprisionando um bom número de oficiais Castilhistas e até tomando um canhão de tiro rápido. **O nosso armamento que estava retido em Alvear, foi restituído ao General Prestes Guimarães** (TAVARES, 2004, p. 317, grifo nosso).

Com base na carta, é possível perceber diversos fatores para a compreensão da estratégia federalista de se utilizar do território correntino para suprir o Exército Libertador e, também, para atacar as forças legalistas, naquela fronteira com a Argentina, a conhecida Divisão do Norte⁶⁶, comandada pelo General Francisco Rodrigues Lima, mantendo o inimigo sob constante iminência de ser atacado pela retaguarda, caso partisse para combater em outras localidades do Rio Grande do Sul, em auxílio às outras divisões legalistas, dessa forma, dividindo-as. No entanto, essa estratégia efetivamente não resultou como o esperado.

Por outro lado, a carta em análise também permite compreender a ligação que os federalistas contavam com os líderes políticos correntinos, assim como contavam com o apoio

⁶⁶ Sobre a Divisão do Norte ver: COUTINHO, Albino José Ferreira. **A marcha da Divisão do Norte**. 2ª Ed. Porto Alegre: Edigal, 2011. Esta divisão foi organizada principalmente pela influência do Senador José Gomes Pinheiro Machado, dividindo-se em duas Brigadas, composta pelas 3 armas (infantaria, cavalaria e artilharia), ainda durante o ano de 1893, reunindo homens das localidades de São Borja e Uruguaiana.

das autoridades uruguaias, demonstrando a ajuda por eles dispensada ao Exército Libertador. Essa relação, possivelmente, tenha sido uma relação de reciprocidade, a partir do que ficou evidente na referida ajuda federalista a Angel Blanco, no intuito de expulsar as forças invasoras que haviam sitiado o palácio do governo correntino, do qual Angel conseguiu escapar em direção ao acampamento do General Prestes Guimarães, para pedir-lhe proteção (TAVARES, 2004, p.322).

As forças legalistas, as quais contavam inclusive com apoio de oficiais castilhistas, entre eles forças de Pinheiro Machado e Rodrigues Lima, como pudemos perceber, estavam em apoio a outro chefe correntino de nome Molina, muito provavelmente em troca de apoio à Castilhos assim como para que fosse negado aos federalistas a utilização daquele território para organizar ações militares prover suas forças a partir daquela fronteira. Dessa forma, a importância deste território para a organização logística fica evidente a partir do trecho que destacamos da carta enviada por Saldanha da Gama em 20 de junho de 1895 ao General Tavares, anteriormente citada, de que “O nosso armamento que estava retido em Alvear, foi restituído ao General Prestes Guimarães” (TAVARES, 2004, p. 317).

Neste sentido, se torna evidente que o General Tavares por mais que pessoalmente não estivesse em contato com as lideranças correntinas, tinha conhecimento de todas as ações e articulações militares ou políticas realizadas por chefes militares e políticos federalistas que envolvesse também o território Argentino, principalmente por ter sido Comandante em Chefe e posteriormente feito que compreendemos ter sido, um Estado Maior⁶⁷ federalista. Este era colocado a par das ações por meio das correspondências trocadas com outros caudilhos menores ou caudilhetes e contava com este espaço para conseguir suprimento para as forças do Exército Libertador. A importância estratégica desta província argentina para a Revolução era tal, que os federalistas chegaram a manter nesta um contingente de aproximadamente 1800 homens em Corrientes sob o comando do General José Prestes Guimarães (TAVARES, 2004, p. 162). Quanto a localização destas forças federalistas em Corrientes, é possível afirmar a partir de uma carta enviada por Saldanha da Gama à Joca Tavares, na qual declara que estas estavam entre as cidades de Alvear e La Cruz (TAVARES, 2004, p. 123), na referida província, ambas próximas a cidade de Itaqui.

⁶⁷ Ao nos referirmos a um Estado Maior, fazemos menção à existência de um grupo de oficiais que auxiliariam no planejamento, organização, articulação de pessoal, meios e informações que apoiassem na tomada de ação do comandante em chefe, no caso pós 1894, do Almirante Saldanha da Gama.



Figura 12 – Vista aérea atual das Cidades de Alvear e La Cruz na República Argentina, fronteira com o município brasileiro de Itaqui, Rio Grande do Sul

Fonte: Vista aérea atual das cidades Argentinas de La Cruz e Alvear. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-29.1335397,-56.5543123,21442m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: 31 out. 2016.

Na fronteira com o Uruguai, Joca Tavares também foi importante articulador dessa logística do Exército Libertador, a qual envolvia uma série de elementos, tais como mensageiros, secretários, ajudantes de ordens, entre outros. O trabalho de receber, responder e enviar cartas não estava dissociado da tomada de decisões, de seu poder de mando. Muitos dos problemas eram levados até o Quartel General das forças do Exército Libertador⁶⁸, como por exemplo, a questão do atraso de remessa de munições, pedido de informações sobre posição do inimigo, entre outras questões. Essa tarefa exigia uma dedicação constante do general, como está manifestado por ele, em carta ao General Pina:

⁶⁸ As forças militares revolucionárias em operação comandadas pelo General Joca Tavares em oposição à Júlio de Castilhos, era assim denominada por ele, principalmente por, na visão que o General expressa por meio de suas correspondências, estar o estado do Rio Grande do Sul comandado por um regime espúrio e tirânico, representado pela Constituição Rio-Grandense de 1891 e pelo governo de Júlio de Castilhos que havia inclusive perseguido seu irmão José Facundo da Silva Tavares.

não posso arredar-me um só momento daqui, onde estou diariamente atendendo às reclamações das nossas forças, e recebendo as correspondências do Almirante Saldanha e a elas respondendo (TAVARES, 1895, p. 236).

Geralmente, o quartel general era itinerante, conforme se pode observar nas cartas, ou seja, estava em constante movimentação e, não raro, em locais a salvo do alcance do exército legalista. De acordo com o que se pode observar na carta de Joca Tavares, a questão que envolvia receber e responder cartas, tomar atitudes, constantemente é mencionada quando ele afirma não ter muito tempo, durante o dia, pois passava o dia respondendo cartas. Essa questão pode ser destacada, quando observamos a existência de diversas cartas e telégrafos, datados com o mesmo dia.

Com relação à organização logística, que deveria prover e providor o Exército Libertador de suprimentos, especificamente como foi possível observar nas cartas, carecia de cavalos, armas e munições, além de roupas, ponchos, arreios e remédios, grande parte encomendados do Uruguai, o que demandaria grande quantidade de dinheiro.

Para solucionar essa questão financeira, foram pensadas e organizadas alternativas pelas lideranças federalistas, entre elas Joca Tavares, Almirante Saldanha da Gama e o próprio Silveira Martins, de recolher contribuições dos próprios federalistas que residiam tanto no Rio Grande do Sul quanto no Uruguai, para garantir o dinheiro necessário para que suas forças militares continuassem em operação.

Para esse fim, o comando revolucionário federalista organizou um comitê, composto por homens de confiança do General Tavares, estabelecendo três formas que “legais” arrecadar dinheiro para compra de suprimentos: a contribuição de partidários e simpatizantes da causa federalista, o estabelecimento de impostos sobre importação exportação na fronteira, e uma terceira que seria a contribuição de guerra, imposta sobre as cidades conquistadas pelos federalistas. Segundo Ana Luiza Reckziegel, ao abordar as contribuições de membros do Partido Federalista como também simpatizantes da Revolução, a partir do Brasil e do Uruguai, principalmente em Mello, departamento de Cerro Largo, na casa de Gaspar Silveira Martins (RECKZIEGEL, 2007, p. 42), passaram a fazer reuniões que “estendiam-se noite adentro, tratando da obtenção do armamento e de contribuições pecuniárias de fazendeiros da Região [...] Junto aos estancieiros da Fronteira foi conseguido montante significativo para os recursos da guerra” (RECKZIEGEL, 2007, p. 42).

A definição de impostos sobre a fronteira, principalmente sobre importação e exportação de mercadorias e de animais, evidencia a importância da fronteira para essa elite que dominava esse espaço estratégico e se apropriava dela com o objetivo de obter vantagens,

talvez já conhecedores dos benefícios que ela proporcionava, não apenas militarmente, mas provavelmente devido à experiência com suas estâncias, pelo fato de ser o contrabando uma prática comum (BARETA, s.d, apud SOUZA, p.31). Assim, passam a utilizar esse elemento para obter lucros no objetivo de suprir o Exército Libertador.

Outra maneira pensada pelos federalistas para arrecadar dinheiro dizia respeito à contribuição de guerra. Essa contribuição era obtida em cidades dominadas pelos federalistas, sendo os impostos pagos em dinheiro e estendidos, principalmente, a comerciantes e banqueiros, inclusive membros do partido federalista, conforme se pode observar a seguir:

[...] a arrecadação dessa contribuição deve ser feita em dinheiro, ou, aliás, roupa para a tropa, que será proporcionada à importância do povoado e exigida dos legítimos representantes destes, ou então, dos seus principais habitantes, devendo sempre nomear uma comissão idônea para fazer essa arrecadação [...] O dinheiro arrecadado deve sempre ser remetido à fronteira, para compra de cavalos e outros elementos necessários às forças, que não se pode obter no Rio Grande (TAVARES, 2004, p. 233).

A arrecadação de fundo para o Exército Libertador era estritamente controlada por Joca e pelo estado maior do Exército Libertador. Existiam certos procedimentos a serem observados, como a existência de credenciais dadas aos grupos compostos por uma “comissão idônea”, encarregada de recolher a contribuição, ou seja, pessoas de confiança dos chefes federalistas. Esse dinheiro era recolhido para o quartel general federalista, que embora estivesse itinerante, era o encarregado de atender as demandas logísticas, ligadas por uma série de agentes no Estado Oriental, que serviam como intermediários do processo de contrabando para obtenção dos recursos necessários.

O rigor para estabelecer a cobrança existia, inclusive determinando a prisão e punição de quem extrapolasse ou agisse sem ordem para tal, procurando manter, em seus critérios, certa justiça, muitas vezes ordenando a devolução de bens recolhidos indevidamente.

No entanto, isso não impedia a existência de grupos comandados por alguns “chefes” federalistas que recolhiam “contribuição de guerra” de determinadas cidades ou pessoas, sem que tivessem recebido ordens para tal e sem prestar contas de tal ao comando federalista, como se pode analisar em carta enviada pelo General Pina a Joca Tavares, na qual manifesta seu cumprimento às ordens de que a cobrança deveria ser de forma padronizada, ao mesmo tempo que pune o evolido:

Chegando ao meu conhecimento, que se acha na Cidade de D^{om} Pedrito, o Tenente Coronel Clemente Velasco Molina, cumpre-me cientificar à Vossa Excelência que esse indivíduo que servia na força sob meu comando, foi dela expulso em virtude de

latrocínios por ele cometidos na referida Cidade de Dom Pedrito, aonde sem autorização cobrou do comércio contribuições com as quais locupletou-se alimentando suas orgias (Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016).

Outros grupos agiam livremente, talvez desertores que se aproveitavam da situação para tirar proveito, muitos intitulando-se federalistas, atitude que leva Joca Tavares a determinar ao chefe de polícia federalista, capitão João Preto, a captura e prisão desses grupos desertores.

Essa contribuição era permitida, mas tudo indica que poderia haver resistências a ela, principalmente por parte das elites locais e dos grandes comerciantes, como parece ser o caso da cidade de Dom Pedrito (Rio Grande do Sul, Brasil). Em carta enviada ao general Joca Tavares, no dia 24 de março, a argumentação do General Marcelino Pina, ao solicitar a presença deste, parece explicitar certa dificuldade que ele encontra nessa localidade, o que requeria a presença do velho general, que, devido à influência que exercia, por ser o Comandante em Chefe, talvez para garantir direitos de que seriam ressarcidos. Por outro lado, a cobrança dessas contribuições que aparecia como sendo uma ação controlada, oficial, para que fosse possível arrecadar dinheiro e evitar o saque, ao mesmo tempo se mostra dicotômica, pois este não deixou de acontecer, e isso pode ter levado a uma maior resistência das populações das cidades onde eram cobradas colaborações.

Rogo a presença de Vossa Excelência fazer um sacrifício, vindo até aqui, pois não só é a presença de Vossa Excelência de um alcance extraordinário, como também poderá com mais facilidade de impor contribuições de guerra a este comércio cigano [...] a minha gente está bem vestida porque tirei a contribuição do Rosário, faltando-me ponchos que já pedi de Rivera (TAVARES, 2004, p. 235).

A carta acima levanta outra questão, que diz respeito à denúncia de “este comércio cigano”. Em épocas de conflitos, a suba dos preços, a escassez de suprimentos é claramente elemento que favorece determinados comerciantes que conseguem negociar com os exércitos. Outro aspecto relevante diz respeito a “minha gente está bem vestida porque tirei a contribuição do Rosário”. Nesse fragmento da carta, podemos observar a real importância da cobrança de impostos para os federalistas, pois diferente da cadeia de suprimento legalista, pois era essa contribuição que sustentava o suprimento das elementos para o combate.

A importância do comércio com o Estado Oriental destaca a necessidade de recorrer às vias de contrabando para sustentar a guerra, provendo as forças com a compra de “ponchos” que viriam de Rivera. Essa informação, aparentemente simples, diz muito mais sobre as preocupações, tanto de soldados como de comandantes, que é o caso do rigoroso inverno da

campanha rio-grandense, além de evidenciar que inclusive as roupas para abastecer as tropas teriam de vir do Uruguai. A cidade de Rivera constituía importante entreposto comercial de produtos vindos de Montevideu, principalmente devido às estradas de ferro construídas a partir da década de 1890, no norte do Uruguai, além de favorecer atividades comerciais (SOUZA, 1993, p.26).

O autor brasilianista Joseph Love (1975) vai falar sobre a importância das rotas comerciais existentes do Uruguai, as quais vieram a estreitar os laços econômicos e culturais com as cidades brasileiras fronteiriças, mas que também, ao longo do século XIX, favoreceram o contrabando e “abasteceu a Campanha gaúcha” (SOUZA, 1993, p. 28). A respeito das rotas entre o Uruguai e o Brasil, Joseph Love (1975, p. 18) escreve sobre a existência, no ano de 1890, de uma “via férrea uruguaia, juntamente através do Rio Quaraí, na altura de Bella Unión, ligava Itaqui e Uruguaiana com Montevideu [...] Além disso, um ano depois, foi terminada uma ligação entre Montevideu a Rivera”. Portanto, poderiam existir, como vimos, duas rotas oficiais utilizadas ao longo do século XIX, para que as mercadorias vindas do porto de Montevideu chegassem ao Rio Grande do Sul.

Dentre as diversas localidades, dessa fronteira, utilizadas pelos federalistas para suprir suas forças, Gaspar Silveira Martins em carta enviada ao General Tavares, de Montevideu, no dia 28 de junho de 1893, afirma que diversas munições que havia mandado comprar estavam na localidade de São Eugênio, e que, de Banhado do Rocha e Tranqueras, receberia armamento com maior facilidade (TAVARES, 2004, p.42). Muitos dos telégrafos eram enviados das localidades do Departamento uruguaio de Rivera, entre elas San Eugênio, Rivera e principalmente de Minas de Corrales, assim como também de Montevideu.

Em outra carta enviada pelo Almirante Saldanha da Gama ao General Joca Tavares, em 3 de fevereiro de 1895, Saldanha trata da importância dos telégrafos para a organização das forças federalistas ao afirmar que “Convém estejamos em constante ou, pelo menos, em frequente comunicação. E podemos estar graças a estação telegráfica de Corrales e a esta daqui [...] finalmente passei para S. Eugênio, de onde voltei para aqui, por ser ponto central e que dispõe de estação telegráfica” (TAVARES, 2004, p. 187).

Em 27 de maio de 1895, a partir de outra carta enviada por Saldanha da Gama à Joca Tavares, este afirma que as forças que viriam de Corrientes, deveriam seguir para reunir-se no que ele define como sendo a melhor direção, que seria “via Laureles (estação) onde contamos com a estância de um devotado companheiro de causa, o Sr. Paulino Vares” (TAVARES, 2004, p. 925), demonstrando, além da presença de forças, em Corrientes, um ponto de reunião

federalista em território uruguaio, no qual os estancieiros Sul-rio-grandenses desempenhavam importante papel, mas também a rota pela qual deveriam seguir.

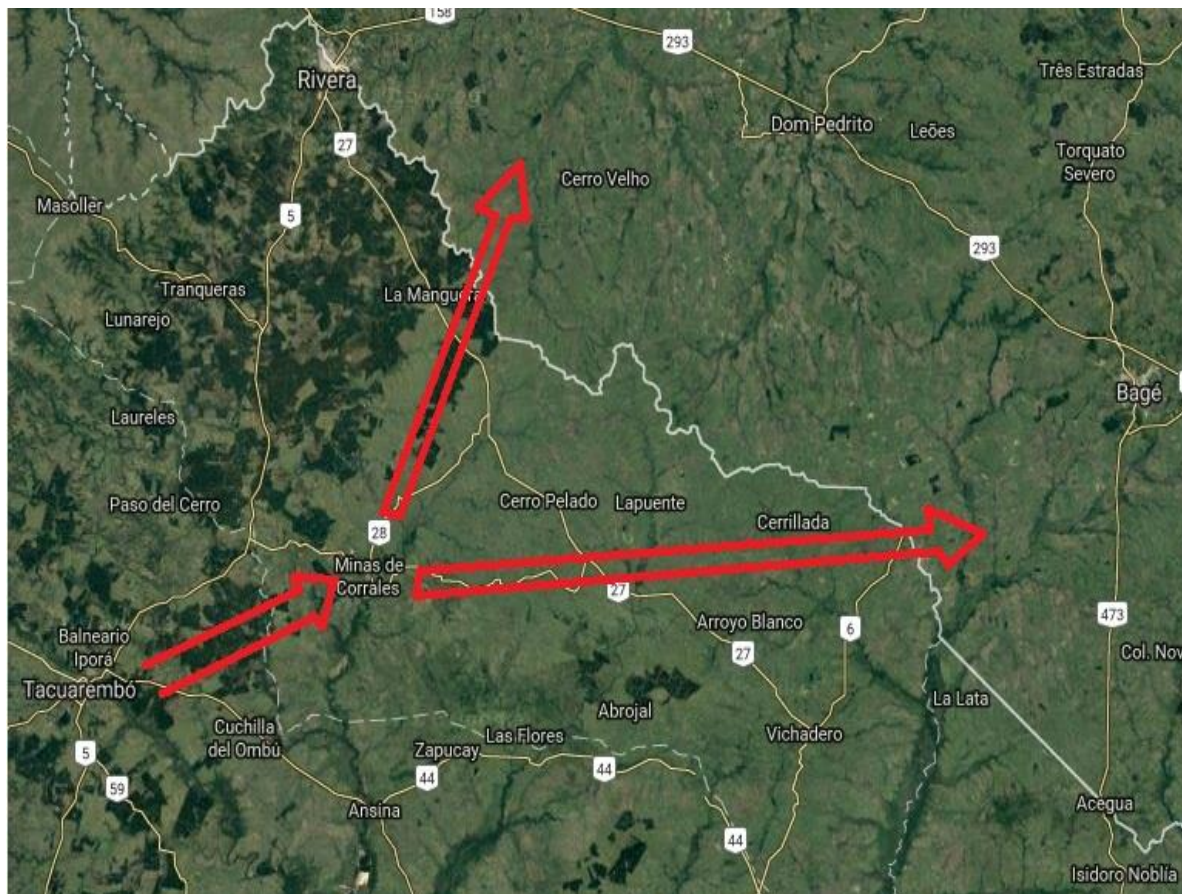


Figura 13 – Vista aérea atual de cidades e localidades do Departamento uruguaio de Rivera, fronteiro com os municípios de Santana do Livramento e Dom Pedrito

Fonte: Vista aérea das cidades uruguaias do Departamento de Rivera, fronteiriças ao Brasil. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-31.3921537,-55.212607,83816m/data=!3m1!1e3>> Acesso em: 31 out. 2016.

As indicações que realizamos como rotas saindo de Minas de Corrales estão apontando para pontos da fronteira, onde estão localizadas as regiões dos Arroios Upamaroti no município de Dom Pedrito - RS, e o São Luís, no município de Aceguá - RS, próximas a localidade conhecida como Carpintaria. Estas localidades aparecem, frequentemente, nas correspondências enviadas como trajeto das forças federalistas para acessar o outro lado uruguaio da fronteira.



Figura 14 – Mapa ferroviário do Uruguai atual

Fonte: Mapa ferroviário do Uruguai atual. Disponível em: <<http://www.asturiasmundial.com/noticia/6906/entra-en-servicio-tren-que-unira-argentina-y-uruguay/>> Acesso em: 31 out. 2016.

As rotas que as localidades acima permitem traçar, principalmente pelo fato de tais localidades como as de Laureles, San Eugênio e Tranqueras também serem postos ferroviários da ferrovia que ligava Montevideu à cidade de Rivera, permite compreender o motivo de possuírem boas estações de telégrafos e serem preferidas pelos federalistas, pois além de serem próximas à localidade de Minas de Corrales, que acreditamos ter sido importante ponto de concentração logística, evidencia forte presença de estancieiros federalistas nessa localidade. Estas localidades ficavam a cerca de 50 quilômetros da fronteira com o Brasil, o que tornava perto para realizar o transporte de suprimentos, ou para que as forças federalistas se movimentassem com certa rapidez até a fronteira.

Quanto ao Departamento de Cerro Largo, o trajeto de suprimentos também é detalhado a partir de um telégrafo enviado ainda em 9 de fevereiro de 1892, por Rafael Cabeda ao General Tavares, no qual diz que “Amigo meu de Rivera quer saber onde está Carlos Chagas, se está reunindo gente revolução oriental, se tem sido introduzido armamento

Cerro Largo via Minas, 33 [...]” (Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016).

Embora este telégrafo seja datado de um período que antecede à Revolução, sua relevância consiste não só na descrição da rota, mas também no fato de que já estava sendo utilizada para preparativos de uma luta armada, anteriormente à eclosão do conflito. Os trajetos descritos neste telégrafo, para que fosse introduzido armamento através do Departamento de Cerro Largo, enfrentariam distância menor para transportar suprimentos vindos do porto de Montevideu em direção ao município de Bagé. No entanto, este trajeto deixou de ser, ao longo da Revolução, uma alternativa segura, principalmente a partir das perseguições de que Joca Tavares foi alvo, por ordem do chefe político daquele departamento, em acordo com autoridades legalistas brasileiras, como abordamos no capítulo anterior.

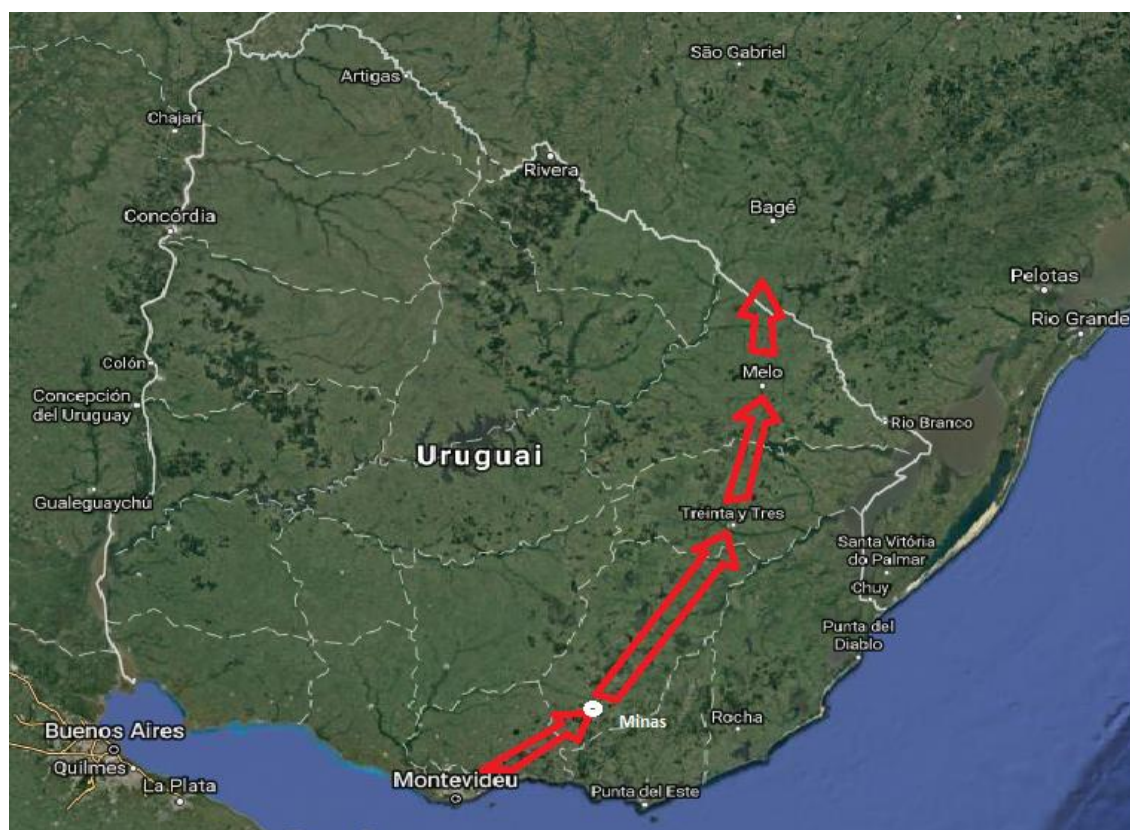


Figura 15 – Vista Aérea atual do trajeto entre as cidades de Minas, Trinta e Três e Departamento de Cerro Largo

Fonte: Vista aérea atual das cidades Minas, Trinta e Três e Melo. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-32.7618289,-56.942331,615352m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: 31 out. 2016.

Por outro lado, nas cartas de Joca Tavares existe a referência de planos dos federalistas de se tomar diversas cidades da fronteira, entre elas Bagé e Uruguaiana, cidades da fronteira do Rio Grande do Sul, como fica evidenciado principalmente numa carta enviada do Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama ao General Tavares, revelando a necessidade de toma-las dos legalistas, ao mesmo tempo em que destacam a importância do suprimento vindo da fronteira Oeste, fato que levou inclusive ao cerco empreendido pelos federalistas à Santana do Livramento (FLORES; FLORES, 1999, p. 43-46).

A ideia seria que, depois de vencidas as forças que defendiam estas cidades com a finalidade de conseguir vantagem moral, afirmando que isso ajudaria a conquistar um dos objetivos “que deverá ser Dom Pedrito e Bagé ou mesmo Uruguaiana” (TAVARES, 2004, p. 154-155). Sobre o cerco de Santana do Livramento estaria sob o comando do Coronel David Martins (TAVARES, 2004, p. 20) e de outros chefes federalistas, durou pouco tempo e não surtiu efeito frente à possibilidade de socorro das forças legalistas à cidade com força superior às suas (FLORES; FLORES, 1999, p. 45).

Dentro do contexto intervenção do governo legalista castilhistas e de Floriano Peixoto junto ao governo de Montevideú, no sentido de agir para coibir o contrabando de armas e munições pela rota terrestre que compreendia o porto de Montevideú em direção à fronteira com o Brasil, a autora Ana Luiza Reckziegel (1999, p. 154-155) nos informa que, “além de exigir neutralidade deste governo quanto ao apoio velado que oferecia aos federalistas, dará ao conflito proporções internacionais” (p.154-155).

A pressão de coibir o contrabando era também no sentido de evitar que os federalistas se escondessem em território do Estado Oriental e o utilizassem como espaço de manobra para suas ações militares. É a partir deste contexto que surge a importância estratégica de Uruguaiana (THOMPSON FLORES, 2012, p. 144) enquanto importante rota comercial e de contrabando por meio de seu porto fluvial, pois era uma importante alternativa para os federalistas trazer armamento contrabandeado de Buenos Aires (local onde se encontrava estava Gaspar Silveira Martins após ser obrigado a fugir de Montevideú). Segundo Thompson Flores,

entrar pelo Rio da Prata, pelos portos de Montevideú ou Buenos Aires, e seguir por uma rota fluvial evidente rio acima até encontrar o Rio Uruguai e descarregar nos portos fluviais de Uruguaiana, Itaqui e São Borja, ou ser descarregada um pouco antes e seguir por terra, em carretas, sendo introduzida pelas fronteiras secas com o Estado Oriental (THOMPSON FLORES, 2012, p. 139).

Sobre esse trajeto, as cartas do General Tavares comprovam os vínculos e caminhos, principalmente por meio das correspondências trocadas com diversos federalistas residentes no Uruguai, em sua maioria estancieiros e articuladores dessa operação logística. Entre eles temos: Gaspar Silveira Martins, Rafael Cabeda e o Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, além de estancieiros como Alexandre Collares, Galvão Machado Leal, Cândido Tavares Bastos. Entre as cidades citadas tem-se Montevideú, Rivera, Salto e Paisandu, todas na República do Uruguai, além da região da Barra do Quaraí e as cidades de Sant'Ana do Livramento e de Uruguaiana, no Brasil.

Como um dos exemplos, temos a carta entre Joca Tavares e Gaspar Silveira Martins estando em Montevideú, Silveira Martins declara, em março de 1893: “sou obrigado a seguir para Salto, a ver se uma vez por todas, posso fazer transportar o armamento que já tenho embarcado. Seu Amigo Obrigadíssimo” (TAVARES, 2004, p. 22).

Em outra correspondência à Joca Tavares, Gaspar Silveira Martins, dessa vez estando em Salto, em agosto de 1893, oferece outra pista importante ao afirmar que “[...] o armamento que está pronto a seguir em um dia a Barra de Quaraí, já que a enchente do Uruguai, afinal, nos favorece” (TAVARES, 2004, p. 49). Dessa forma, ao seguir pela fronteira oeste, passando por Salto, o suprimento deveria seguir para Quaraí, ao que tudo indica por via fluvial, e assim chegar ao seu destino.

No que tange ao envio de suprimentos por meio de carroças e não por via férrea⁶⁹ parece indicar que este meio não era seguro o suficiente, visto que era uma operação sigilosa e que estes suprimentos poderiam ser apreendidos por autoridades uruguaias. Portanto, o envio de carroças poderia ser feito na calada da noite e em locais mais seguros, chamando menos a atenção, como alertou, em carta Gaspar Silveira Martins à Joca Tavares em abril de 1893, afirmando “haver o governo ordenado a revista de todos os volumes do caminho de ferro para ver se iam armas” (TAVARES, 2004, p. 30).

As correspondências apresentam, também, outras localidades das quais eram fornecidos suprimentos. A cidade de Paisandú, no Uruguai, de onde, em 1895, o federalista Alexandre Collares, em carta endereçada ao General Tavares, Assim registra: “Sinto imensamente não poder servir o velho amigo com os cavalos que me pede, faz 18 dias que por aqui andou um enviado do Almirante Saldanha pedindo-nos também recursos de cavalos” (TAVARES, 2004, p. 237). Esta cidade fronteira com a Argentina fica

⁶⁹ A respeito das rotas entre o Uruguai e o Brasil, Joseph Love (1975, p. 18) descreve a existência no ano de 1890, de uma “via férrea uruguaia, juntamente através do Rio Quaraí, na altura de Bella Unión, ligava Itaquí e Uruguaiana com Montevideú [...] Além disso, um ano depois, foi terminada uma ligação entre Montevideú a Rivera”.

relativamente distante da fronteira brasileira, no entanto, fica no caminho das mercadorias que vinham de dos portos de Montevideu ou Buenos Aires, às margens do Rio Uruguai, além de evidenciar a extensão das relações que possuía Joca Tavares e que estavam mobilizadas em favor da Revolução naquele local estratégico.

Em carta enviada de Minas de Corrales, em maio de 1895, no departamento de Rivera, Cândido Tavares Bastos, estancieiro desse departamento e parente de Joca Tavares, indica outro trajeto que os suprimentos vindos de Montevideu poderiam percorrer para chegar à fronteira com o Brasil, desta vez pelo interior do Uruguai. Ao se manifestar sobre o meio de transporte utilizado, Cândido Bastos afirma:

[...] se me fosse possível remeter as munições por carroça, comunicar com urgência a Vossa Excelência, a fim de que mandasse para a linha gente levantá-la [...] talvez a carroça tenha que seguir daqui com a munição que a todo o momento espero de Montevideu, de onde ainda não tive aviso de terem sido remetidas (TAVARES, 2004, p. 281).

Importante destacar que Candido Bastos é um dos nomes que mais aparecem nas correspondências, no que se refere ao envio de suprimentos, o qual não se restringia apenas à armas e munições, mas também poderia ser de medicamentos e informações, como declara ter recebido do “Dr. Saldanha da Gama que me remeteu um caixão de medicamentos para o hospital que Vossa Excelência organizou em Jaguary [...] Remeto a Vossa Excelência as últimas notícias do Rio” (TAVARES, 2004, p. 281).

Nas correspondência que, geralmente eram enviadas do departamento de Rivera, Candido aparece um elemento central na mediação entre as lideranças que estão em Montevideu ou Buenos Aires, enquanto o General Joca Tavares é que organiza e distribui os suprimentos às forças em operação. O envio por meio de carroças e não por via férrea, parece indicar que este meio não era seguro o suficiente, visto que era uma operação sigilosa e poderia ser apreendida por autoridades uruguaias. Portanto, o envio de carroças poderia ser feito apenas na calada da noite e em locais mais seguros, chamando menos a atenção.

Com relação ao aspecto de as estradas de ferro não serem confiáveis para envio de armamentos e a escolha por carroças, Gaspar Silveira Martins envia de Concórdia, na República da Argentina, uma carta à Joca Tavares em abril de 1893, criticando a ação de um chefe federalista chamado Paulino Vares, neste caso por um erro cometido no envio de carretas de armamento, na qual contou que “haver o governo ordenado a revista de todos os volumes do caminho de ferro para ver si iam armas” (TAVARES, 2004, p. 30), o que vem a

confirmar a utilização por rotas alternativas e não oficiais para suprir as forças no Rio Grande do Sul.

Outro nome federalista relevante na organização logística e envio de suprimentos do Uruguai é Galvão Machado Leal, que também se encontrava em Corrales, e, em abril de 1895, escreve carta ao General Tavares informando: “(...) em Taquarembó, Passo da Lagoa, regressaram muitas cavalcadas, das que estavam em Rivera para passar para o Brasil” (TAVARES, 2004, p.267). Como foi possível observar nessa correspondência, a questão dos cavalos estava sempre na pauta dos federalistas, sobretudo por ser o Exército Libertador uma força especialmente de cavalaria e sua tática se concentrar em combates de guerrilha rápidos contra as forças melhor equipadas dos legalistas.

A utilização do território do Uruguai para os revolucionários era tão importante para essa operação logística quanto estratégica para a sobrevivência da Revolução, servindo-se deste ponto para o reagrupamento das forças e para tratar feridos. A organização de um hospital na Estância do Jaguary, em Rivera, contava com o apoio de lideranças e colaboradores federalistas, conforme declara Joca Tavares:

Resolvi nomear uma comissão, da qual é o seu direto e caixa o Sr. Pedro Fontoura de Almeida, com o fim de organizar uma enfermaria e angariar donativos entre nossos correligionários e amigos para os custeios das despesas com o tratamento e curativo de nossos bravos companheiros [...] a enfermaria já está funcionando [...] (TAVARES, 2004, p. 254).

Essa mobilização de colaboradores, por meio do prestígio do General Tavares, é possível de ser analisada na carta que lhe foi enviada, em 1895, pelo Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, na qual desta a importância das redes de relações fronteiriças mobilizadas por eles. Na correspondência, o Almirante afirma que “já apelei para os amigos de Montevideú. Queira Vossa Excelência fazer o mesmo para os do Cerro Largo e Taquarembó” (TAVARES, 2004, p.241). Nesta carta, são citados o nome de alguns dos amigos de Joca, estancieiros brasileiros residentes no Uruguai e em diversos departamentos, como Galvão Machado e Cândido Bastos, como já analisamos acima.

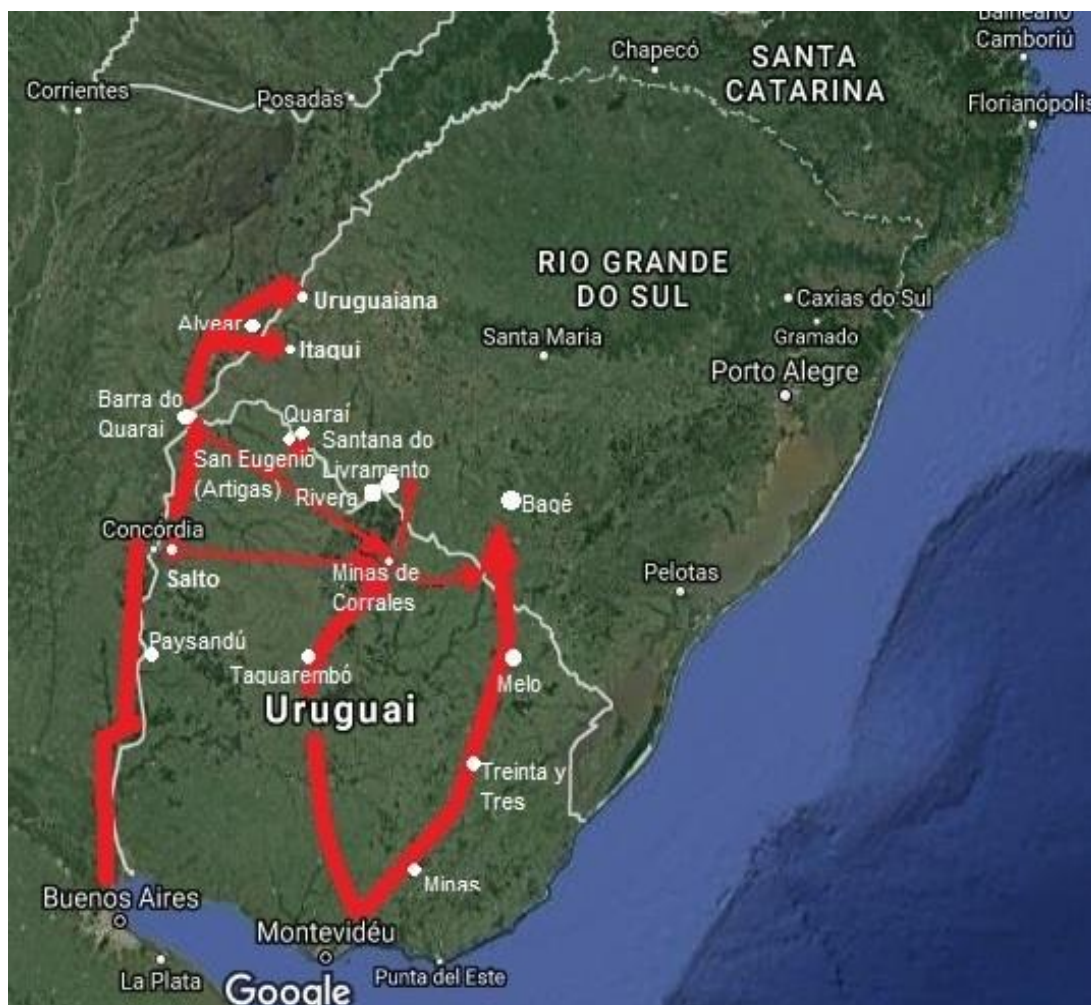


Figura 16 – Vista Aérea atual com os trajetos utilizados pelos federalistas para suprir suas forças durante a Revolução Federalista de 1893, envolvendo localidades do Brasil, Uruguai e Argentina

Fonte: Vista Aérea atual com os trajetos utilizados pelos federalistas para suprir suas forças durante a Revolução Federalista de 1893, envolvendo localidades do Brasil, Uruguai e Argentina. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-29.834853,-52.9889822,1352197m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: 31 out. 2016.

A partir dessas colocações e da imagem da Figura 16, que procuramos apresentar acima, condensando todos os trajetos utilizados pelos federalistas que havíamos citado, procuramos evidenciar como era organizada e por que caminhos os líderes federalistas, entre eles Joca Tavares, se utilizavam para fazer funcionar a logística federalista. Neste sentido, procuraremos demonstrar a seguir, que os suprimentos vindos do Uruguai transitavam por antigas rotas de contrabando. O conhecimento dessas rotas poderia se dar pelo fato de muitos dos federalistas possuírem terras no Uruguai e no espaço fronteiriço, sendo o contrabando uma prática comum, conforme foi citado anteriormente, mas também pelo fato de muitos

federalistas, entre eles Joca Tavares, terem sido experimentado militar que fez parte de diversas campanhas que envolveram partes do território oriental.

A utilização de antigas rotas de contrabando pela fronteira, no período de 1845 a 1849 estudado por Mariana Thompson Flores (2012), não parecem ter se modificado; muito pelo contrário, continuavam a ser utilizados pelas lideranças federalistas, em grande parte estancieiros da campanha, em benefício da Revolução. A rota que percorriam encontra-se muito bem traçada pela autora, como se pode observar a seguir:

Desses contrabandos que entravam pelo Estado Oriental, ou seja, que, após passar os saltos do Rio Uruguai, optaram por continuar de carretas vindo de Salto, temos quatro casos em que todos indicam que as mercadorias apreendidas haviam sido carregadas na cidade de Salto. Segundo Souza, a partir de 1860, Salto constituía o “mais importante ponto de concentração e distribuição de toda a zona setentrional da República Oriental: Constitución, Belén, Santa Rosa del Cuareim (atual Bella Unión), San Eugênio (atual Artigas), Tacuarembó e Rivera. Além destas eram também suas praças tributárias no Brasil: Uruguaiana, São João Batista, Santana do Livramento Itaqui, São Borja [...]” (THOMPSON FLORES, 2012, p. 151).

Esse trajeto descrito por Thompson Flores (2012) é muito importante, no sentido de que diversas cartas citam essas localidades que envolvem as cidades citadas, tanto em relação ao contrabando de armamento e munições, por terra, vindo por Tacuarembó até as proximidades de Bagé, quanto pela fronteira Oeste e o Rio Uruguai, principalmente na última fase da Revolução, já sob o comando do Almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, em 1895. Essas rotas eram utilizadas constantemente, como podemos analisar.

A ligação que o comércio e o contrabando realizava a partir de Uruguaiana até a cidade de Bagé, também é destacado pela a autora:

No relatório elaborado pela comissão encarregada de inspecionar a Alfândega de Uruguaiana, em 1861, é relatado um caso de relação mercantil entre Uruguaiana e o município de Bagé nos despachos de mercadorias feitos pela Alfândega [...] Dessa forma, percebe-se que os comerciantes das outras regiões vinham suprir-se de mercadorias direto de Uruguaiana através da alfândega, ou empreendendo o contrabando por eles mesmos, sem o intermédio dos comerciantes estabelecidos na fronteira, o que não geraria ações de cobrança (THOMPSON FLORES, 2012, p. 162).

Para o governo de Júlio de Castilhos, a fronteira era um empecilho que dificultava a derrota dos federalistas (PICCOLO, 1993, p. 68). Neste sentido, o apoio dos comerciantes do Litoral e da Serra foram fundamentais, pois representavam uma saída para conseguir apoio contra os federalistas (SOUZA, 1993, p. 32). Castilhos estabelece a necessidade de romper com os privilégios tarifários dos fronteiriços, impondo o pagamento de imposto territorial

sobre estancieiros e proprietários urbanos além de impor severa repressão ao contrabando (FLORES, 1993, p. 99).

Ao descrever essas práticas de contrabando e como era realizado esse transporte, Mariana Thompson Flores (2012) destaca que “[...] frequente que eles buscassem a escuridão da noite para agirem com menos possibilidade de serem vistos pelos guardas [...] Algumas vezes esses grupos procuravam caminhos ocultos, ou seja, por onde não passavam estradas conhecidas” (THOMPSON FLORES, 2012, p. 178).

O fato de conhecer caminhos utilizados por contrabandistas e pelo comércio legal do Uruguai ao longo do século XIX, para que fosse possível gerir a logística que supriu o Exército Libertador, pode ser entendida sob a perspectiva do espaço de experiência desses indivíduos, que por meio de suas trajetórias ao longo do século XIX, permite entender, segundo Thompson Flores (2012), a fronteira enquanto espaço de negociação permanente.

O domínio do espaço fronteiriço pelo General Tavares e pelos federalistas fica evidente em carta enviada por Saldanha da Gama a Joca Tavares, de uma localidade na fronteira oeste, em que ele afirma, “[...] Contudo, estamos a bem dizer, senhores da linha, desde essa altura até a costa de Jaguarão” (TAVARES, 2004, p. 187). Dessa forma, evidencia o domínio que tinham estas lideranças deste espaço fronteiriço.

Neste sentido, a própria concepção de uma prática de contrabando pelos federalistas para suprir suas forças, seria muito mais a partir da visão legalista do que sua. Isto se daria, principalmente, devido ao entendimento de que o espaço fronteiriço e, também, o dos departamentos fronteiriços do Norte do Uruguai serem vistos pelas lideranças federalistas como seu próprio território de atuação, pois estariam dentro de uma região na qual atuavam, a qual não respeita limites políticos. Assim, para as lideranças legalistas de outras localidades não acostumadas às práticas fronteiriças, ou aos oficiais do Exército Brasileiro, vindos de outras partes do Brasil, a apropriação desse espaço fronteiriço pelos federalistas configuraria prática desconhecidas para eles, permitindo que fossem entendidas por contrabando.

O domínio federalista só poderia ocorrer, efetivamente, com o assentimento e colaboração das autoridades fronteiriças uruguaias, fato que ficou evidente em carta enviada pelo General Tavares, em 2 de abril de 1895, ao General Aparício Saraiva, afirmando que “estive com os comandantes Artigas e Bobaïne que disseram-me que lhes constava que as forças do governo, que estão em Santana, iam receber 3.000 cavalos [...]” (TAVARES, 2004, p. 248). A extensão da rede de relações de Joca e seu prestígio junto às autoridades uruguaias fica evidente, o que provavelmente lhe favoreceria acesso às informações obtidas com apoio de autoridades orientais, sobre as movimentações das forças legalistas que o permitiriam além

de realizar planos de ação e estratégias, caso fosse necessário, também capturar os suprimentos destes.

Com base no prestígio e na influência do General Tavares, torna-se claro o papel de mediador que exercia também na organização logística e militar federalista, uma vez que as correspondências ou eram enviadas e ele ou solicitavam sua ação. De qualquer forma, estava sempre inteirado de tudo o que se passava, o que permite entendê-lo como alguém que interligava os interesses dos chefes federalistas menores e dos colaboradores civis aos generais e aos chefes políticos. Nesse sentido, corrobora o que Jonas Vargas (2013) esclarece sobre os mediadores:

eram pessoas que possuíam características diferenciadas dentre da sua ‘aldeia’ e que, por conta disso, vinculavam a sua comunidade como o mundo exterior, defendendo interesses ligados à sua facção, mas que indiretamente, beneficiavam outras famílias da localidade. O mediador possuía as chaves de acesso aos poderosos do centro decisório de um sistema maior e o poder de realizar esta conexão transformava-o num potentado local e/ou regional. Os mediadores estão presentes em todas as sociedades agrárias (VARGAS, 2013, p. 26).

Dessa forma, procuramos analisar e compreender a importância da trajetória do General Joca Tavares enquanto um estancieiro, militar e político entendendo como foi construída sua experiência e prestígio e como estes elementos foram mobilizados pela sua mediação para comandar o sistema logístico federalista juntamente com outros líderes. Sua função de mediador em organizar e distribuir o suprimento entre as forças em operação no Rio Grande do Sul requeria um manejo do espaço fronteiriço, conforme procuramos compreender, de modo que poderia ser entendido como um caudilho e fronteiriço que transitava sobre a fronteira e nela estabelecia o território no qual atuava, esquivando-se das perseguições, permitindo utilizar em favor do Exército Libertador as leis que tutelavam a peculiaridade dos limites entre o Brasil e o Uruguai para que a Revolução conseguisse sobreviver.

Para tanto, as correspondências foram fundamentais na construção e no entendimento dessa trajetória de um sujeito histórico característico de uma região fronteiriça e que bem representa o contexto da transição da Monarquia para a República no Brasil, tendo a Revolução Federalista de 1893 como instrumento e palco de sua trajetória.

5 CONCLUSÃO

A opção de pesquisa que procuramos desenvolver no Mestrado, ao trabalhar com as correspondências do General João Nunes da Silva Tavares, fez com que estabelecêssemos uma análise metodológica que desse conta de compreender os diversos aspectos da vida desse personagem, além do militar, e construir sua trajetória de vida a partir das informações contidas em suas cartas e telegramas.

O que parecia apenas um emaranhado de informações militares, presentes em suas cartas, telégrafos e diário de campanha, por meio do estudo das fontes tornou-se possível identificar e organizar a permanência de temas que evidenciaram possibilidades de trabalho, através dos detalhes das escritas das cartas, nas entrelinhas dos discursos, nas formas de se referir ao destinatário e na quantidade tanto enviada quanto recebida. Estes elementos possibilitaram uma análise dos diferentes aspectos da atuação de Joca Tavares e de suas redes de Relações, evidenciando o chefe de família, o estancieiro, o maçom, o caudilho, o coronel e o político.

Procuramos partir dos elementos que já haviam sido anteriormente produzidos em biografias sobre o General Tavares, que, ainda que apresentassem um viés de exaltação do indivíduo, ressaltavam sua importância militar durante a Revolução Federalista de 1893. Parte da historiografia que por muito tempo apenas elencava suas ações durante a Guerra Civil, não havia se detido em procurar compreender o indivíduo e sua trajetória política por meio de suas redes de relações de poder. Esta tarefa tornou-se possível graças às renovações das metodologias da História Política e da ampliação da utilização de fontes, tornando as correspondências fontes privilegiadas para entender os motivos pelos quais sua trajetória mereceu destaque e o quanto sua atuação do General Tavares esteve relacionada tanto na organização quanto no comando, na articulação política e nos “destinos” que tomaram a contenda no contexto de consolidação da República no Brasil.

Num primeiro momento procuramos compreender e analisar a importância e o potencial que estas correspondências oferecem enquanto fontes de pesquisa, apresentando a todo instante a imagem de uma época e os traços sociais e culturais presentes nas cartas e telégrafos, a construção dos discursos através da escrita de si pelos sujeitos, as relações de poder e a construção da identidade de um grupo social do qual Joca Tavares fez parte enquanto federalista. Metodologicamente, a análise envolveu a realização de uma abordagem quantitativa e qualitativa das cartas e telégrafos. Através da análise quantitativa, procuramos identificar o volume de correspondências tanto enviadas quanto recebidas, identificando que o

número de recebidas era bem superior ao de enviadas, demonstrando o papel de mediador do General Tavares entre as lideranças federalistas. Esta abordagem permitiu demonstrar o quanto ele foi atuante, politicamente, no contexto posterior à Proclamação da República, articulando, juntamente com outras lideranças políticas e militares locais e estaduais, na tentativa de formar uma oposição ao Partido Republicano Riograndense, assim como nos eventos que não só antecederam a Revolução como nos ocorridos nesse período.

Neste sentido, procuramos identificar os principais nomes com quem o General Tavares se relacionava dentre federalistas, legalistas e civis, formando uma rede de relações do indivíduo. Por meio da análise de suas redes, foi possível identificar a extensão de sua influência, as relações de poder existentes, tanto no nível familiar, profissional e de amigos do sujeito, e a utilização de seu prestígio na territorialização do poder, dentro de uma região maior que ultrapassa os limites nacionais.

A segunda abordagem foi a análise qualitativa das correspondências, a partir da qual pudemos identificar diversos assuntos e as temáticas tratadas nas cartas, demonstrando que o discurso político também esteve fortemente presente. Atrelado a uma perspectiva Liberal, possivelmente que seu discurso estivesse associado também ao fato de Joca Tavares ter pertencido à Maçonaria. Outro elemento presente nos assuntos políticos foi o discurso patriótico, engendrado principalmente para fazer frente as desconfianças das intenções separatistas dos federalistas, servindo para amainar as críticas, demonstrando, no entanto, estar muito associado ao contexto de transformações sociais e políticas da transição da Monarquia para a República assim como também o combate ao governo de inspiração positivista de Júlio de Castilhos.

Embora fosse republicano, desde antes da Proclamação da República, esta abordagem igualmente permitiu compreender que a atuação política de Joca Tavares lidava com diversos segmentos políticos dentro do Exército Libertador, entre eles os monarquistas, os quais também contribuíram financeiramente para sustentar a Revolução. Ainda que suas desavenças fossem contra Júlio de Castilhos e, inicialmente, a Revolução não tinha intenções separatistas, também lidou com segmentos que desejavam uma secessão do Rio Grande do Sul, do restante do Brasil, evidenciando forte condescendência, senão envolvimento dos governos do Uruguai e da Argentina para este sucesso.

Foi possível analisar, igualmente que, ainda que não estivesse mais ocupando o Comando em Chefe do Exército Libertador, a partir de meados de 1894, Joca Tavares continuava auxiliando nas decisões de comando, organizando a logística federalista e movimentando suas redes de relações, não só no Uruguai e na Argentina, como em diversas

partes do Brasil, para conseguir apoio à causa da Revolução. Assim como as evidências apontaram para o fato de que Joca também estava por dentro de todos os assuntos, muitas das deliberações tomadas pelo novo Comandante em Chefe militar, Almirante Saldanha da Gama, enquanto político a mando de Gaspar Silveira Martins, ou passaram pelo assentimento, ou solicitaram opinião do General Tavares, uma vez que contava com a admiração e prestígio dentre os líderes federalistas.

No comando militar, a função de mediador do General Tavares evidenciou-se por meio das diversas correspondências solicitando favores, recebidas, assim como pedindo e fornecendo informações, denotando seu papel de comando. Acreditamos que dentro do aspecto militar de ser um general, já estava incluída a questão de ser um bom articulador político contando com grande influência, para o qual a Maçonaria pode ter exercido relevância, ampliando a rede de relações do indivíduo e a profundidade destas, possibilitando que passassem do nível profissional para o pessoal, tanto no meio civil quanto militar, alcançando uma escala internacional e caracterizando-o enquanto um transfronteiriço. Neste sentido, foi possível também destacar a presença de relações de compadrio e de clientelismo, por meio das correspondências, de maneira que se evidenciou uma forte imbricação dos interesses familiares com os políticos, correlacionando os interesses privados aos da Revolução.

A partir da abordagem qualitativa, procuramos nos utilizar dos diversos aspectos presentes nas correspondências, para realizar uma trajetória de vida do General Tavares, utilizando-se de dados biográficos presentes nas obras escritas sobre ele, as quais, muitas vezes, apenas destacam sua habilidade de militar e político, sem buscar compreender as origens desta. Para tal, buscamos compreender a formação desse prestígio e poder que lhe proporcionou chegar ao Comando em Chefe do Exército Federalista, em 1893, inicialmente procurando apresentar questões sobre a evolução da utilização das biografias enquanto método de pesquisa histórica, a relevância que esta veio assumir diante das renovações ocorridas nos anos 1980, com a História Política e as possibilidades oferecidas para compreensão dos indivíduos enquanto agentes históricos.

Procuramos compreender a construção de um espaço de experiência do indivíduo, no contexto que antecedeu a Revolução, assim como a relevância da influência familiar para a conformação do indivíduo e suas ações durante o conflito. Neste sentido destacamos a questão da herança imaterial passada de pai para filho, uma vez que seu pai havia participado ativamente de diversos conflitos e, politicamente, ao longo do século XIX. Dentre os aspectos apresentados estão o da experiência adquirida enquanto estancieiro fronteiriço e charqueador,

enquanto elemento gerador de prestígio, riqueza, que veio ser utilizada para financiar as ações militares durante a Guerra Civil entre 1893-1895, bem como possibilitar o estabelecimento de redes de relações com outros estancieiros locais, muitos dos quais vieram a fazer parte do Exército Libertador.

A atuação enquanto político local e no âmbito estadual, ocupando cargos de destaque, também estava inserida num aspecto das relações e ambições familiares, como proeminente representante do Partido Conservador na cidade de Bagé, inclusive chegando a ser nomeado 2º Vice-Governador da Província do Rio Grande do Sul durante o Império do Brasil.

No que diz respeito à sua atuação militar, durante a Guerra do Paraguai, procuramos destaca-la como de fundamental importância na trajetória do indivíduo, principalmente por ter sido a partir deste conflito que adveio, inclusive, sua nomeação como Barão do Itaqui e para ser Comandante Superior da Guarda Nacional na cidade de Bagé e Comandante Militar da Fronteira, por diversas vezes, no período que antecede a Revolução Federalista em 1893. Estes elementos tornaram possível identificar o que defendemos ser uma das origens da construção das redes de relações pelo indivíduo, pois conforme pudemos analisar, entre os principais nomes com quem se correspondia por cartas ou telégrafos, durante a Revolução, destacamos o fato de que grande parte desses nomes que compunham sua rede de relações participaram da Guerra do Paraguai, assim como também vieram se tornar chefes políticos em suas localidades e ocupar cargos de destaque na Guarda Nacional.

Através da trajetória do General Tavares também foi possível identificar a prática de casamentos endogâmicos e o estabelecimento de relações de compadrio e clientelismo como estratégias de poder e estabelecimento de redes de relações familiares, as quais interligavam inclusive a família de Joca Tavares à família Silveira Martins, mas também com alguns outros chefes federalistas, como as correspondências evidenciaram no período da Revolução Federalista em 1893.

Foi possível, ainda, identificar a existência de diversas divergências entre as lideranças federalistas e as ações de Joca Tavares, enquanto importante conciliador e mediador entre essas lideranças, procurando manter a disciplina e concatenar os inúmeros interesses pessoais em conflito, em prol da Revolução. Concomitante a isso, procuramos destacar as subjetividades do General Tavares, demonstradas através das correspondências e seu diário, o qual as externava através das preocupações com sua família e a tentativa de protegê-la constantemente do turbilhão de violência de uma guerra fratricida que acometeu o Rio Grande do Sul.

Da mesma forma, procuramos apresentar as relações entre o caudilho, a fronteira e o Exército Libertador, partindo de uma associação entre o espaço de experiência do indivíduo e sobre as influências do espaço geográfico sobre os indivíduos. Neste sentido, procuramos destacar a atuação do General Joca Tavares enquanto um caudilho, principalmente devido a sua capacidade de mediação, de recrutar homens, de seu prestígio e carisma, além da existência de práticas clientelísticas externadas pelos constantes favores que lhe eram solicitados. Procuramos dissociar sua atuação caudilhesca da visão pejorativa, desenvolvida pela historiografia do século XIX e parte do XX, compreendendo o caudilhismo como um fenômeno social presente em diversas sociedades e como parte de consolidação dos Estados Nacionais.

A partir das pesquisas desenvolvidas durante estes dois anos, as leituras e reflexões sobre a questão teórica das fronteiras e dos indivíduos na Linha de Pesquisa de “Fronteira Política e Sociedade, procuramos, neste trabalho, também entender como este indivíduo se relacionava com a fronteira e como esta era utilizada para pensar sua atuação política e militar. Neste escopo, encontramos nos conceitos de fronteira manejada e de fronteira indivíduo, as explicações que melhor esclareceram como o General Tavares territorializou a região na qual atuava, que era conformada por meio de suas redes de relações de poder de uma forma transfronteiriça para melhor manejar a linha divisória a seu favor, nas situações que fossem necessárias.

Esse manejo estratégico da fronteira foi constantemente utilizado para pensar e organizar estratégias militares, assim como para suprir o Exército Libertador, valendo-se de rotas de contrabando que vinham sendo utilizadas ao longo do século XIX, para suprir as forças militares em operação no Rio Grande do Sul. Para tal, a fronteira é evidenciada como um espaço tanto de conflito quando de colaboração, pois ao mesmo tempo que Joca Tavares se beneficiava da condescendência de autoridades fronteiriças uruguaias, também demonstra, por meio das correspondências, que este apoio não era homogêneo em toda a extensão da linha divisória, tanto com o Uruguai quanto com a Argentina, tornando-se um espaço de disputas e conflitos.

Procuramos demonstrar, ainda, que além da colaboração dos governos locais dos Departamentos fronteiriços uruguaios de Rivera e Cerro Largo, também existiu forte apoio das autoridades políticas da Província argentina de Corrientes, e que esta igualmente se mostrou fundamental para a manutenção do conflito e para estabelecer estratégias ao longo da Revolução, inclusive com atuação direta das forças federalistas, no sentido de apoiar o governo correntino contra seus inimigos.

Enfim, embora este trabalho não tenha procurado esgotar o assunto, buscou proporcionar uma nova perspectiva sobre a Revolução Federalista na região fronteira platina e apresentar a complexidade que envolveu a atuação dos indivíduos, entendendo-os a partir da diversidade dos papéis que estes assumem ao longo de suas vidas permitindo compreender a heterogeneidade dos agentes históricos, assim como a dimensão de seu poder na articulação de redes de relações e o quanto esta possibilitava pensá-lo enquanto um caudilho e fronteiro, uma atuação que ultrapassava os limites políticos, mobilizando recursos, influência e esforços em torno de seus objetivos pessoais.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, L. A. A Revolução Federalista: a versão republicana. In: FLORES, M. (Org.). **1893-95: a Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 27-34.

ANDRADE, G. F. **Memórias e conflitos**: a Divisão do Sul e o levantamento do cerco a Bagé durante a Revolução Federalista de 1893. 2014. 66 f. Monografia (Conclusão de Curso)– Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

ANDRADE, G. F.; DOBKE, P. R. Nós federalistas somos os senhores da fronteira: relações sociais de poder e territorialização durante a revolução federalista (1893-95) no Rio Grande do Sul. In: Congresso Internacional de História Regional, III, 2015, Passo Fundo/RS. **Anais...** Passo Fundo/RS: UPF, 2015. p. 1-14.

ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001. p.15-36.

ARRIOLA, A. T. Propuesta de definición histórica para región. **Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México**, Ciudad de Mexico, n. 35, p. 181-204, jan./jun. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.org.mx/pdf/ehmcm/n35/n35a6.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

ÁVILA, N. E. P. **Degola e Degoladores no Rio grande do Sul**: 1889-1930. Porto Alegre: EDIGAL, 2012.

AXT, G.; COSTA, M. C. (Orgs.). **Diários e correspondências do Almirante Saldanha da Gama**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

AYROLO, V.; MÍGUEZ, E. Reconstruction of the Socio-Political Order after Independence in Latin America. A Reconsideration of Caudillo Politics in the River Plate. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas – Anuario de Historia de America Latina**, v. 49, n. 1, p. 1-16, dec. 2012. Disponível em: <<http://www.degruyter.com/view/j/jbla.2012.49.issue-1/issue-files/jbla.2012.49.issue-1.xml>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

AZÚA, C. R. de. **Legitimidad, apoyo y poder político**: ensaio de tipologia. 1. ed. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1969.

BARBOSA, J. da C. Discurso. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Brasil**, tomo 1, p. 9-17, 1839.

BARRÁN, J. P. **História Uruguaya**: apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco (1839-1875). Montevideo: Editora Banda Oriental, 2012.

BARRÁN, J. P.; NAHUM, B. **História Rural del Uruguay Moderno (1851-1885)**. Tomo I. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1971.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG; Editora Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BERTRAND, M. De la família a la red de solidariedade. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 61, n. 2, p. 108-135, abr./jun. 1999.

BISCHOFF, A. W. João Nunes da Silva Tavares. In: TAVARES, J. N. da S. **Diário da Revolução Federalista de 1893**. CABEDA, C. B. P.; AXT, G.; SEELING, R. V. (Org). Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo II. (Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3).

BOBBIO, N. **Direito e Estado no pensamento de Kant**. Tradução de Alfredo Fait. Brasília: UNB, 1984.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tradução de Carmem C. Varriale et al. 10. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997. v. 1.

_____. **Dicionário de política**. Tradução de Carmem C. Varriale et al. 12. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999. v. 2.

BOURDIEU, P. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. 3. ed. Tradução de Guilherme J. F. Teixeira e Maria da Graça J. Setton. Porto Alegre: Zaouk, 2014.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Correa. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL, C. R. M. **Pioneiros açorianos**: notas históricas e genealógicas. Porto Alegre: Edigal; Renascença, 2009a.

_____. **Sesmarias em São Sebastião de Bagé**: primórdios do povoamento. Porto Alegre: Renascença, 2009b.

BUCHBINDER, P. Caudillos y caudillismo: uma perspectiva historiográfica. In: GOLDMAN, N.; SALVATORE, R. (Org.). **Caudillismos Rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: Eudeba, 1998. p. 31-50.

CAGGIANI, I. **Rafael Cabeda**: símbolo do federalismo. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

CANDAU, J. **Memória e identidade social**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARTAS de Júlio de Castilhos. Porto Alegre: IEL; AGE, 1993. Apresentação Hugo Ramírez/ Instituto Estadual do Livro e organização Carlos Reverbel.

CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem**: a elite política imperial e o teatro das sombras: a política Imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Nobiliário sul-riograndense**. 2. ed. Porto Alegre: EDIGAL, 2011.

CERTEAU, M. de. *The practice of everyday life*. Berkeley/Los Angeles/Londres: University of California Press, 1984.

CHARTIER, R. Entrevista. História. Conversa com Roger Chartier por Isabel Lustosa. 2004. mimeo, p. 1. Disponível em:
<<http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2479,1.shl>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

_____. **La Correspondance**. Les usages de la lettre au XIX siècle. Paris: Fayard, 1991.

CHASTEEN, J. **Fronteira Rebelde**: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos. Porto Alegre: Movimento, 2003.

CHIARAMONTE, J. C. La cuestión regional en el proceso de gestación del estado nacional argentino. In: _____. **Mercaderes del Litoral**: economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX. Buenos Aires: FCE, 1991. p. 21-54.

_____. Legalidade constitucional o caudillismo: el problema del orden social em el surgimento de los Estados autónomos del Litoral argentino: alguns problemas de interpretação. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 26, n. 102, p. 176-196, jul./sept. 1986.

CIDADE DO HERVAL. Disponível em:
<biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/herval.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2015.

COLUSSI, E. L. **A Maçonaria gaúcha no século XIX**. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

COUTINHO, A. J. F. **A marcha da Divisão do Norte**. 2. ed. Porto Alegre: Edigal, 2011.

DIENSTBACH, C. **A Maçonaria gaúcha**: história da Maçonaria e das Lojas do Rio Grande do Sul. 1. ed. Londrina: A Trolha, 1993.

DOBKE, P. R. **Caudilhismo, território e relações sociais de poder**: o caso de Aparício Saraiva na região fronteira entre Brasil e Uruguai (1896-1904). 2015. 132 p. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

DONGHI, T. H. El Surgimiento de los caudillos en el cuadro de la sociedade rio-platense posrevolucionaria. **Estúdios de Historia Social**, ano 1, n. 1, Facultad de Filosofía y Letras, p. 121-149, oct. 1965.

DUARTE, M. A. de O. Quem é quem na Revolução de 1893. In: POSSAMAI, Z. (Org.). **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. Coleção Cadernos Porto e Vírgula, n. 3. p. 91-100.

ENNE, A. L. S. Conceito de redes e as sociedades contemporâneas. **Comunicação e Informação**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 264-273, jul./dez. 2004. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/ci/article/viewFile/24452/15165?journal=ci>> Acesso em: 29 nov. 2016.

ESCOBAR, W. **Apontamentos sobre a Revolução Rio-Grandense de 1893**. Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

FALLETI, T. G.; SISLIAN, F. **Dominación Política**: Redes Familiares y Clientelismo. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 1996.

FARINATTI, Luis Augusto. Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007. Apud VARGAS, J.M. Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). **Tese de Doutorado em História** – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FARINATTI, L. A. E. **Confins Meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

FARINATTI, L. A. E.; THOMPSON FLORES, M. F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, F. (Org.). **Experiências nacionais, temas transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009.

FAY, C. M. O legado da Revolução de 1893. In: FLORES, M. (Org.) **1893-95: A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: PUC, 1993. p. 35-40.

FÉLIX, L. O. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1996.

FÉRTIG, A. A. A História política: da história tradicional à história renovada. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, PPG em História/UFMT, v. 2, n. 2, p. 267-284, jul./dez. 2009.

_____. **Clientelismo político em tempos belicosos**: a Guarda Nacional da Província no Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873). Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

FLORES, É. C. **Juca Tigre e o caudilhismo maragato**: poder, tempo e memória. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1995.

_____. **No tempo das degolas**: revoluções imperfeitas. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

_____. **O caudilhismo**. São Paulo: FTD, 1997.

_____. Violência no conflito de 1893. In: FLORES, M. (Org.) **1893-95: A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: PUC, 1993. p. 43-50.

FLORES, M. 1893: mudanças político-sociais. In: FLORES, M. (Org.) **1893-95: A revolução dos maragatos**. Porto Alegre: PUC, 1993a. p. 11-18.

_____. 1893-95: o imaginário da República no Rio Grande do Sul. In: ALVES, F. das N.; TORRES, L. H. (Org.) **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: FURG, 1993b. p. 95-102.

FLORES, M.; FLORES, H. A. H. **Rio Grande do Sul: aspectos da Revolução de 1893**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

FRANCO, S. da C. **A Guerra Civil de 1893**. 2. ed. ampl. Porto Alegre: Edigal, 2012.

_____. **Júlio de Castilhos e sua época**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

_____. O partido federalista. In: GOLIN, T. et al. **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 129-170.

FREGA, A. Apuntes sobre la experiencia militar em la definición de identidades sociales y políticas. In: BRUNO, M. et al. **Los Orientales em armas: estudios sobre la experiencia militar em la revolución artiguista**. Montevideo: Universidad de la República, 2015. p. 17-27.

_____. Caudillos y montoneras em la revolución radical artiguista. **Andes**, Salta, n. 13, p. 1-27, 2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12701304>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. La virtude y el poder: la soberania particular de los pueblos em el proyecto artiguista. In: GOLDMAN, N.; SALVATORE, R. (Orgs.) **Caudillismos Rioplatenses: Nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: Eudeba, 1998. p. 101-134.

FREITAS, D. A Revolução da Degola. In: POSSAMAI, Z. (Org.). **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. p. 21-24.

FUENTE, A. de la. Gauchos, Montoneros y Montoneras. In: GOLDMAN, N.; SALVATORE, R. **Caudillos Rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: EUDEBA, 1998. p. 267-292.

GAGNEBIN, J. M. Verdade e memória do passado; O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. In: _____. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006. p. 97-106.

GALVÃO, W. N.; GALOTTI, O. (Orgs.). **Correspondências de Euclides da Cunha**. São Paulo: EDUSP, 1997.

GALVÃO, W. N.; GOTLIB, N. B. (Orgs.). **Prezado senhor, prezada senhora**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GOLDMAN, N. **Boletín del Intituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilia Revignani”**, Tercera série, n. 7, 1. sem. 1993, p. 31-58.

GOLDMAN, N.; SALVATORE, R. (Orgs.) **Caudillismos Rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

GOMES, Â. de C. (Org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. **Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freire**. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

_____. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONZALBO, F. E. Ciudadanos imaginarios. Memorial de los afanes y desventuras de la virtude y apologia del vicio triunfante em la república mexicana. In: **Tratado de moral pública**. México: Colégio de México, 1993, 308 p.

GRAHAM, R. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Tradução de Celina Brandt. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GUAZZELLI, C. Fronteiras de sangue no espaço platino: recrutamentos, duelos degolas e outras barbaridades. “Pois então degola”: representações da barbárie sobre campeiros e milicianos no século XIX. **História em Revista**, Pelotas, v. 10, p. 1-11, dez. 2004.

_____. **O horizonte da Província: a República Rio-grandense e os caudilhos do Prata (1835-1845)**. Porto Alegre: Linus, 2013.

GUIMARÃES, M. L. S. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVAHO, J. M. **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 95-122.

GUTFREIND, I. **A Historiografia Rio-grandense**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

HOBSBAWM, E. **A Era das Revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IMÍZCOZ, J. M. Redes sociales y correspondencia epistolar: del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas. **Redes**, Barcelona, v. 21, n. 4, p. 98-137, dec. 2011.

KOSELLECK, R. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUCRJ, 2014.

_____. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUCRJ, 2006.

LANDÉ, C. H. A Base Diádica do Clientelismo. In: SCHIMIDT; S. W. et al. **Friends, followers and factions**. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977. p. 13-38.

LEITE, J. P. G. Nos tempos de ferro e fogo. Música. In: **7º Cante uma Canção em Vacaria**. Vacaria, fev. 2010.

LE GOFF, J. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 7. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2013.

LEMOS, R. **Bem traçadas linhas**: a história do Brasil em cartas pessoais. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LOPES, F. H. Fontes Históricas: desafios, propostas e debates. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 10, p. 315-322, dez. 2012.

LEVILLAIN, P. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, R. **Por uma história Política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LOPES NETO, J. S. **Contos Gauchescos**. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2008.

LOPEZ, R. A. **Coração de caudilho**: história real de Gumersindo Saraiva na Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

LOVE, J. L. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, B. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**: o Brasil republicano, estruturas de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 99-122.

_____. O sistema de Castilhos 100 anos depois: a perspectiva de uma análise comparativa. In: AXT, G. et al. **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 71-84.

MALATIAN, T. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 195-222.

MARTINS, E. de R. **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

_____. O caráter relacional do conhecimento histórico. In: COSTA, C. B. da. (Org.). **Um passeio com clio**. Brasília: Paralelo 15, 2002. p. 11-26.

MEDEIROS, L. **A pacificação da Revolução de 93**. Porto Alegre: La Salle, 1995.

MORITZ, G. **Acontecimentos políticos do Rio Grande do Sul**: parte I e II. Organização de Gunter Axt et al. Porto Alegre: Procuradoria-Geral da Justiça, Projeto Memória, 2005.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo: Ed. PUC, n. 10, dez. 1993.

OLIVEIRA, L. R. **Nas veredas do Império**: guerra, política e mobilidades através da trajetória do Visconde de Serro Alegre (Rio Grande do Sul, c.1790 - c.1870). 2016.155 p. Dissertação (Mestrado em História)—Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

OLIVEIRA, M. da G. de. **Escrever vidas, narrar a história**: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

OZLAK, O. La conquista de lorden y lainstitucionalización del Estado. In: _____. **La formación del Estado Argentino**. Buenos Aires: Editora Belgrano, 1982. p. 95-190.

PADOIN, M. M. **O federalismo no espaço fronteiriço platino**. 1999. 337 f. Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1999.

PEDROZA, M. da S. Capitães de bibocas: casamentos e compadrios construindo redes sociais originais nos sertões cariocas (Capela de Sapopemba, freguesia de Irajá, Rio de Janeiro, Brasil, século XVIII). **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 67-92, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v9n17/2237-101X-topoi-9-17-00067.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2016.

PEÑA, D. **Facundo**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1904.

PESAVENTO, S. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PRIORE, M. del. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **TOPOI**, Rio de Janeiro local, v. 10, n. 19, p. 7-16, jul./dez. 2009.

PICCOLO, H. I. L. A Revolução Federalista no Rio grande do sul: considerações historiográficas. In: ALVES, F. das N.; TORRES, L. H. (Org.) **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: FURG, 1993. p. 65-82.

_____. Fontes para o estudo da Revolução Federalista de 1893. In: Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893, 1993, Bagé/RS. **Anais...** Bagé/RS: EDIURCAMP, 1983, p. 40-48.

PINTO, C. R. J. **O Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre: L&PM, 1986.

_____. Os 100 anos da Revolução Federalista: centenário de um discurso. In: POSSAMAI, Z. (Org.). **Revolução Federalista de 1893**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. Coleção Cadernos Ponto e Vírgula, n. 3. p. 57-64.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 01-15, 1992.

PORTO ALEGRE, A. **Homens Ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Selbach, 1917.

RECKZIEGEL, A. L. S. **A diplomacia marginal**: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: UPF, 1999.

_____. 1893: a Revolução além da fronteira. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (Org.). **República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 23-76.

REIS, J. **Apontamentos Históricos e Estatísticos de Bagé**. Bagé: Tipografia do Jornal Correio do Povo, 1911.

REVEL, J. **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RHEINGANTZ, C. G. **Famílias primeiras de Bagé**. Bagé: EDIURCAMP, 1993.

RIBEIRO, J. I. **Quando o serviço os chamava**: os Milicianos e os Guardas Nacionais no Rio Grande do Sul 1825-1845. Santa Maria: Ed. UFSM, 2005.

RICOEUR, P. A marca do Passado. Tradução de Breno Mendes e Guilherme Cruz e Zica. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 10, p. 329-349, dez. 2012.

RODRÍGUEZ, R. V. **Castilismo**: uma filosofia da república. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

ROSSATO, M. **Relações de poder na região fronteira platina**: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins. 2014. 163 p. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

RÜSEN, J. **Razão Histórica**: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Resende Martins. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2010.

SAFFORD, F. Política, Ideología y Sociedad. In: BETHEL, L. (Coord.). **Historia de America Latina**: América latina independiente, 1820-1870. v. 6, p. 42-104, 1991.

SALOMON, M. **Arquivologia das correspondências**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

SAMPAIO, J. C. **O Coronel Sampaio e os “Apontamentos” do Dr. Wenceslau Escobar**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1920.

SCHMIDT, B. B. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: Encontro anual da ANPOCS, XXII, 1998, Caxambu/MG. **Anais...** Caxambu/MG, 1998, p. 1-18. Disponível em: <biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/bisso.rtf>. Acesso em: 15 set. 2016.

SHUMWAY, N. La Generación de 1837. Parte I. In: _____. **La invención de la Argentina**: historia de una idea. Buenos Aires: Emecé Editores, 1993. p. 131- 163.

SILVA, A. V. Família Victoria. **Jornal “O Herval”**, 1ª quinzena de agosto de 2006. p. 5. Disponível em: <<http://familiavictoria.blogspot.com.br/2006/09/15-publicado-no-jornal-o-heral.html>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

SILVA, M. L. Violência e ideologia na Revolução Federalista. In: FLORES, M. (Org.) **1893-95: A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: PUC, 1993. p. 43-50.

SILVEIRA, C. P. da. Degola e Degoladores. In: Simpósio Fontes para a História da Revolução de 1893, III, 1993, Bagé/RS. **Anais...** Bagé/RS: EDIURCAMP, 1993. p. 35-62.

SILVERMAN, S. F. Patronage and community-nation relationships in central Italy. In: SCHMIDT, S. W. **Friends, followers and factions**: a reader in political clientelism. Berkley: University of Califórnia, 1977. p. 293-304.

SOUZA, P. J. S. de. **Relatório de Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Legislativa na 3ª Sessão da 8ª Legislatura pelo respectivo ministro e**

secretário de Estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851.

SOUZA, S. B. de. A Fronteira na Revolução de 1893. p. 25-34. In: POSSAMAI, Z. (org.). **Revolução Federalista de 1893.** Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993. Coleção Cadernos Ponto e Vírgula, n. 3. p. 104.

_____. História e Literatura: a Guerra na Construção do Estado Republicano no Brasil Meridional. In: FREGA, A. et al. (Org.). **História, regiões e fronteiras.** 1. ed. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2012. v. 1. p. 91-104.

STONE, L. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política,** Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.

TABORDA, T. Joca Tavares e a Revolução Federalista em Bagé. In: **Conferência realizada na Academia Rio-Grandense de Letras.** Porto Alegre: Biblioteca Pública do Estado do RS, 3 jun. 1993.

TAVARES, F. da S. **Diário da Revolução Federalista de 1893.** CABEDA, C. B. P.; AXT, G.; SEELING, R. V. (Org). Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo I. (Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3).

TAVARES, J. N. da S. **Diário da Revolução Federalista de 1893.** CABEDA, C. B. P.; AXT, G.; SEELING, R. V. (Org). Porto Alegre: Procuradoria Geral de Justiça, Projeto Memória, 2004. Tomo II. (Memória Política e Jurídica do Rio Grande do Sul, 3).

THOMPSON FLORES, M. F. da C. **Crimes na Fronteira:** a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). 2012. 343 f. Tese (Doutorado em História)–Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2012.

URICOCHEA, F. **O minotauro imperial.** São Paulo: DIFEL, 1978.

VARGAS, J. M. **Entre a Paróquia e a Corte:** uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868 – 1889). 2007. 276 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. **Pelas margens do Atlântico:** um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VÁZQUEZ, G.; DÍAZ, N. M. **Historia de America Latina.** Madri: SGEL, 2009.

VEYNE, P. **O inventário das diferenças.** Tradução de Sônia Salztein. São Paulo: Brasiliense, 1983.

VIEIRA, J. C. N. **O Fundador do Herval.** 2. ed. Bagé: s/e, 2010.

WEBER, M. Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima. In: COHN, G. **Weber.** São Paulo: Ática, 1997, p. 128-141.

WINTER, J. A geração da memória: reflexões sobre o boom da memória nos estudos contemporâneos de História. In: SELIGMAN, M. **Palavra e imagem**: memória e escritura. Chapecó: Argos, 2006. p. 67-90.

YOUNGER, J. Corredores de comércio e salas de justiça: lei, coerção e lealdade nas fronteiras do Rio da Prata. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 290-311, 2008.

DOCUMENTAIS

Acervo de correspondências do General Joca Tavares

ACERVO Particular da Senhora Yara Maria Botelho Vieira, bisneta do General João Nunes da Silva Tavares, Cidade de Bagé, RS.

ACERVO Particular da Família Tavares, Cidade de Bagé, RS. Transcrição realizada por Gustavo Figueira Andrade.

ARQUIVO Histórico Do Rio Grande Do Sul, Fundo da Guarda Nacional, Lata 428, maço 3.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Poder Judiciário. Cível e Crime. Inventário *Post Mortem*, maço 8, n. 314, ano 1902.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), Poder Judiciário. Cível e Crime. Medições de Campo, maço 22, n. 778, ano 1902.

Telégrafos

ALENCASTRO. [Telégrafo] 13 dez. 1891, Rosário. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Pedido que Joca Tavares intervenha mantendo a ordem com seu prestígio. Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016.

AMARAL. P. [Carta] 24 mai. 1984, Bagé. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 2 folhas. Pedido de ajuda e favores ao General Tavares. Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016.

ANTONIO. [Telégrafo] 23 fev. 1892, Porto Alegre. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Negativa da nomeação de filho do General Joca Tavares para cargo de Chefe de Polícia Fiscal em Livramento. Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016.

ÁVILA. [Telégrafo] 13 fev. 1892, Pedras Altas. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Comunica ter reunido soldados e pede ordens para onde deve seguir. Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016.

AZAMBUJA, B. [Carta] 09 mar. 1895, Cacimbinhas. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Solicita para que Joca Tavares proteja um prisioneiro. Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016.

BARBOSA, D. [Telégrafo] 9 fev. 1892, Canguçu. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Solicita permissão para prender Manoel Pedroso. Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016.

CABEDA, H. [Telégrafo] 15 jan. 1892, Santana do Livramento. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Pedido de nomeação para juiz. Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016.

CABEDA, R. [Telégrafo] 9 fev. 1892, Santana do Livramento. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Fala de envio de armamento pela fronteira. Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016.

CASTILHOS, J. S. [Telégrafo] 12 fev. 1892, São Gabriel. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Perseguição à grupos sediciosos em São Gabriel. Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016.

FILHO, L. [Telégrafo] 11 fev. 1892, Caçapava do Sul. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Comunica forte oposição na cidade e pede envio de reforços armados com urgência. Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016.

MARTINS, G. S. [Carta] 16 set. 1893, Montevideu. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Agradecimento pessoal por acolhimento de seu filho e falando de situação política nacional. Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016.

PEIXOTO, F. V. [Telégrafo] 4 abr. 1892, Rio de Janeiro. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Resposta ao General Tavares sobre intervenção no Rio Grande do Sul. Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016.

PELOTAS, V. [Carta] 14 jun. 1892, Porto Alegre. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Falando da situação de perigo em que se encontrava o Rio Grande do Sul, transferência do governo para Bagé e resistência do General Tavares. Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016.

RIBAS. [Telégrafo] 8 fev. 1892, Rosário do Sul. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Reunião de homens e solicitação de envio de armamentos. Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016.

TEIXEIRA, F.; SOARES, B. [Telégrafo] mar. 1892, Arroio Grande. [para] TAVARES, João Nunes da Silva. Bagé, 1 folha. Pedido de influência do general Tavares para evitar anexação de Arroio Grande ao município de Piratini. Acervo Particular da senhora Yara Maria Botelho Vieira, Bagé, RS. Transcrição de Gustavo F. Andrade, 2016.

Fototeca e acervo museal

FOTOTECA e Acervo do Museu Dom Diogo de Souza, Bagé, Rio Grande do Sul.

Entrevistas

VIEIRA, Y. M. B. Joca Tavares e a Revolução Federalista de 1893-1895. Bagé, NDH/ UFPel, 4 abr. 2013. Registro de Entrevista de História Oral parte do projeto “Rememorando combates: a Revolução Federalista de 1893 através de fontes textuais, visuais e orais no sul do Rio Grande do Sul”. Entrevista concedida a Gustavo Figueira Andrade e Aristeu Elisandro Machado Lopes.

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional

Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 31 ago. 1885, p. 2.

Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 7 out. 1885, p. 2.

Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 20 mar. 1886, p. 2.

Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 8 jul. 1889, p. 1.

Jornal *A Federação*. Porto Alegre, 16 nov. 1889, p. 1.

Internet

MAPA ferroviário do Uruguai atual. Disponível em:

<<http://www.asturiasmundial.com/noticia/6906/entra-en-servicio-tren-que-unira-argentina-y-uruguay/>>. Acesso em: 31 out. 2016.

VISTA AÉREA atual das cidades Argentinas de La Cruz e Alvear. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-29.1335397,-56.5543123,21442m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: 31 out. 2016.

VISTA AÉREA atual das cidades Minas, Trinta e Três e Melo. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/@-32.7618289,-56.942331,615352m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: 31 out. 2016.

VISTA AÉREA das cidades uruguaias do Departamento de Rivera, fronteiriças ao Brasil.

Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-31.3921537,-55.212607,83816m/data=!3m1!1e3>>. Acesso em: 31 out. 2016.

VISTA AÉREA atual com os trajetos utilizados pelos federalistas para suprir suas forças durante a Revolução Federalista de 1893, envolvendo localidades do Brasil, Uruguai e

Argentina. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/@-29.834853,-52.9889822,1352197m/data=!3m1!1e3> >. Acesso em: 31 out. 2016.

VISTA AÉREA do Rio Grande do Sul e Uruguai. Disponível em:
<<https://www.google.com.br/maps/@-31.4023275,-53.8726721,332619m/data=!3m1!1e3>>.
Acesso em: 1 nov. 2016.